

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA

O HEROÍSMO DO HOMEM DE LETRAS EM LIMA BARRETO

LEANDRO AMORIM ELPO

RIO GRANDE, RS, 2017

LEANDRO AMORIM ELPO

O HEROÍSMO DO HOMEM DE LETRAS EM LIMA BARRETO

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras no Programa de Pós-Graduação em Letras – História da Literatura da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

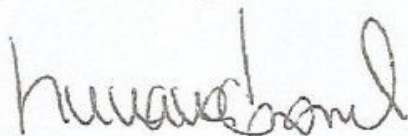
Orientadora: Prof^aDr^a Luciana Paiva Coronel

RIO GRANDE, RS, 2017

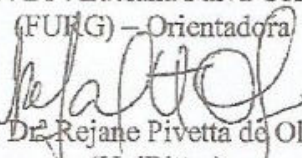
Leandro Amorim Elpo

O heroísmo do homem de letras em Lima Barreto

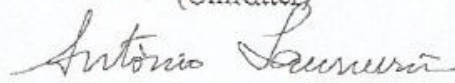
Tese aprovada como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutor em Letras, na área de História da Literatura, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande. A Comissão de Avaliação esteve constituída pelos seguintes professores:



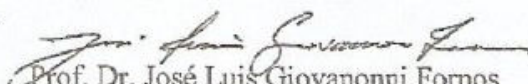
Prof.ª Dr.ª Luciana Paiva Coronel
(FURG) – Orientadora



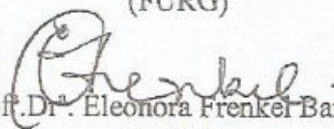
Prof.ª Dr.ª Rejane Pivetta de Oliveira
(UniRitter)



Prof. Dr. Antonio Marcos Sanseverino
(UFRGS)



Prof. Dr. José Luis Giovanonni Fornos
(FURG)



Prof. Dr. Eleonora Frenkel Barretto
(FURG)

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 08 |
| 1.O MUNDO DE LIMA BARRETO: O BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA..... | 19 |
| 2.LIMA BARRETO: UM ESCRITOR COM UMA AGENDA..... | 58 |
| 3.ATUAÇÃO E IDENTIDADE DO HOMEM DE LETRAS LIMA BARRETO..... | 78 |
| 4.QUEM É E A QUE VEIO O HERÓI BARRETIANO..... | 109 |
| 5.A PENA DO HERÓI BARRETIANO COMO ARMA E COMO REGISTRO ESPERANÇAS UTÓPICAS..... | 151 |
| 6.OS DESAFIOS DO HERÓI BARRETIANO NO HERÓI LIMA BARRETO | 178 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 198 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 206 |

***A Neuza Maria Santana Elpo, minha amada
avó e mãe, que muito pacientemente acompanhou os meus estudos.***

(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo o meu ser a Deus, em cuja direção peregrino nesta vida, assim como ao cabo desta; a minha família: a meus pais Antonio Marcos Santana Elpo e Mara Regina Santana Elpo, a meu irmão Antonio Marcos Santana Elpo Junior, e muito especialmente, a minha avó, recentemente falecida, Neuza Maria Santana Elpo, que me criou como mãe e a quem dedico este doutorado.

A minha orientadora de mestrado e de doutorado, Prof.^a Dr.^a Luciana Paiva Coronel. A Meus professores de curso Prof. Dr. José Giovanoni Fornos e Prof. Dr. Mauro Nicola Povoas. A meus colegas de curso Marcelo, Juliana, Mara, Samuel, Cleuma, Patrícia, Thaís e aos doutorandos de anos anteriores que me incentivaram a estudar para ingressar no Doutorado em História da Literatura, Juliana Votto Cruz, Daniel Baz dos Santos, Lucilene Canilha e Bruno Duarte.

A meus amigos de longa data que acompanharam meus estudos Filipe, Priscila, Lucas e sua esposa Raquel, Flavio, Cristiane, Jussiê, Wagner, Daiane, Thiago e Rodrigo Sanguetsch.

A meus ex-colegas de profissão de magistério que muito me incentivaram a continuar meus estudos após o término do mestrado, Prof.^a Mirca, Prof.^a Swami, Prof.^a Rita, Prof.^a Gladis, Prof.^a Maria de Fátima, Prof.^a Paula, Prof.^a Fabiane e Prof.^a Melissa.

Aos proprietários e atendentes de inúmeras cafeterias, padarias e lanchonetes em Rio Grande e Pelotas, locais onde se deu a maior parte da execução de meus estudos e elaboração de ensaios das cadeiras de doutorado, minhas incumbências de professor municipal, como a elaboração de textos e avaliações, a correção de avaliações, o fechamento de cadernos de chamadas, estudos para concursos e a elaboração da presente tese.

Enfim, agradeço a Priscila, por todo o seu sacrifício para cuidar, neste período turbulento, e a custo de sua própria carreira acadêmica, de nosso lindo filho, o nosso Davi.

RESUMO: A presente tese de doutorado, intitulada *O heroísmo do homem de letras em Lima Barreto*, é fruto de análise efetuada sobre os romances do escritor e jornalista carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* e *Cemitério dos Vivos*, e sobre dois romances em que Lima Barreto é transformado em herói, *Lima Barreto: um caminhante libertário* de Assis Coelho e *O passeador* de Luciana Hidalgo. A análise se dá sobre os atributos destes heróis romanescos, enquanto protagonistas do heroísmo do homem de letras (modalidade de heroísmo concebida por Thomas Carlyle), na dinâmica de sua interação com os seus respectivos universos, inseridos no contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro da Primeira República. Será identificada também a relação do escritor, enquanto aspirante ao heroísmo de letras, com os heróis de sua pena, através do conceito de espaço autobiográfico (de Phillipe Lejeune).

PALAVRAS-CHAVE: Lima Barreto, romance, literatura brasileira, herói romanesco, heroísmo de letras.

ABSTRACT: The present doctoral thesis entitled *The heroism of the man of letters in Lima Barreto* is the result of an analysis of the novels of the writer and journalist from Rio de Janeiro Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) *Memoirs of the scribe Isaías Caminha*, *The sad end of Policarpo Quaresma*, *Life and death of M. J. Gonzaga de Sá* and *The cemetery of the living*, as well as of two novels in which Lima Barreto is transformed into a hero, *Lima Barreto: a libertarian walker*, by Assis Coelho, and *The wanderer*, by Luciana Hidalgo. The analysis focuses on the attributes of these Romanesque heroes, as protagonists of the heroism of the man of letters (a modality of heroism conceived by Thomas Carlyle), in the dynamics of their interaction with their respective universes, inserted in the historical context of the city of Rio de Janeiro of the First Republic. It will also be identified the relation of the

writer, aspiring to the heroism of letters, with the heroes of his pen, through the concept of autobiographical space (from Phillippe Lejeune).

KEYWORDS: Lima Barreto, novel, brazilian literature, romanesc hero, heroism of the man of letters.

INTRODUÇÃO

Osman Lins na introdução de *Lima Barreto e o espaço romanesco* já confessava nos anos setenta sobre a contradição de elaborar uma tese de doutorado sobre o escritor que mais atacou a mania do brasileiro de doutorar-se para galgar postos privilegiados na sociedade. De lá para cá, paradoxalmente, vem aumentando o número de dissertações e teses sobre a vida e obra do escritor, que desde a sua morte na década de vinte até os anos setenta era escasso e parecia não dar muito relevo à sua obra em si, mas às suas desventuras pessoais, salvo o belíssimo trabalho pioneiro de resgate de toda a produção do criador de Policarpo Quaresma empreendido por Francisco de Assis Barbosa e publicado na década de cinqüenta.

Quarenta anos depois da constrangida confissão de Osman Lins quanto ao caráter contraditório de trabalhos de pesquisa sobre Lima Barreto, que inevitavelmente enquadram-se nas etapas de formação de uma carreira acadêmica, volta e meia um e outro aspirante a essa carreira vivencia a mesma contradição ao trabalhar com a obra do escritor fluminense, como que sentindo escalar-se nas costas de um literato que, é sabido, apesar de suas críticas ao bacharelismo vazio de autêntica formação intelectual, carregou consigo a mágoa de não ter podido ascender nos estudos por ter de trabalhar desde jovem para sustentar a família a partir do momento que o pai sucumbiu à loucura.

É verdade, por um lado, que todo estudo sistemático acerca de Lima Barreto e sua obra, as mais das vezes, é desenvolvido em âmbito acadêmico. Como já apontou Fábio Lucas no prefácio da edição de 2004 das obras barretianas *Diário do Hospício* e *Cemitério dos vivos* (publicadas juntas pela Editora Biblioteca Nacional), o aumento das pesquisas sobre Lima Barreto tem contribuído inclusive para o rearranjo de seu relevo na historiografia literária nacional, distanciando-o cada vez mais do epíteto de escritor pré-modernista para considerar a autonomia, a originalidade de sua produção nas primeiras décadas do século XX.

Por outro lado, sabe-se que a produção acadêmica sobre o escritor é de pouco ou nenhum acesso a um público mais amplo, e serve muitas vezes unicamente como fortuna crítica para alimentar a produção de novas produções universitárias: nunca houve tantas produções como nos últimos anos, dentre artigos, dissertações e teses. A impressão que a obra do escritor, falecido há quase um século, deixa em seus leitores, provoca-lhes alvoroço... entre críticos, historiadores, sociólogos e escritores... não raro estes últimos desempenhando igualmente papéis acadêmicos.

Entre a massa de potenciais leitores em nosso contexto atual, a ver pelos títulos que se encontram nas estantes das livrarias, o público de Lima Barreto ainda é altamente restrito, embora a produção acadêmica a respeito de sua obra nos pareça incessante. Mesmo neste último caso, trata-se, na maioria das vezes, ainda de consumo interno à Academia, útil à geração de novos trabalhos de graduação e pós-graduação. Exceções ao âmbito universitário que constituem-se em iniciativas interessantes a uma maior divulgação do escritor ao grande público serão mencionadas ainda nesta introdução.

Como sugerido, nada é mais paradoxal do que o quase anonimato para um escritor que não se queria fazer hermético, comunicando suas ideias a pequenos círculos de iniciados intelectuais, pois se tratava de um escritor que rompeu em sua época com uma literatura alheia às questões prementes da nação brasileira, tanto nas escolhas temáticas, como na forma de sua escrita, visando assim atingir, em um país de iletrados, uma camada de leitores a mais ampla que fosse possível de atingir.

No que diz respeito às mais recentes teses sobre Lima Barreto e sua obra, contam-se os seguintes estudos: em 2013 foram disponibilizados para consulta *Uma leitura benjaminiana da narrativa de Lima Barreto*, de José Carlos Mariano do Carmo, pela Universidade Federal de Santa Catarina, e *Humanismo satírico em Lima Barreto e Anatole France*, de Milene Suzano de Almeida, pela Universidade de São Paulo. Em 2014 veio a lume *Bagatelas e Marginália: cultura intelectual e revide ao Poder nas crônicas de Lima Barreto*, de Dirlenvalder do Nascimento Loyolla, defendida em abril de 2014, pela Universidade de Brasília.

Em 2015 saíram dois trabalhos, *A bagatelização da literatura de Lima Barreto: análise do legado do escritor*, de Áureo Joaquim Camargo, defendida em 18 de dezembro de 2015, pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, e *Vida literária e desencantos: uma história intelectual de Lima Barreto (1881-1922)*, de Joachin de Melo Azevedo Neto, defendida em 20 de março de 2015, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2016 concretizou-se a tese *A República consignada: literatura e comunidade no Brasil*, de Tatiana Sena dos Santos, defendida em 30 de setembro de 2016, pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Em 2017 já estão disponíveis *online* as seguintes teses: *As representações do nacionalismo em Lima Barreto*, de Renato Dias de Souza, defendida em maio de 2017, pela Universidade Federal de Goiás; *Representações da Modernidade Fluminense em textos literários de Machado de Assis e Lima Barreto*, de Davidson de Oliveira Rodrigues, defendida em março de 2017, pela Universidade Federal de São Carlos e *Razão ao avesso: uma análise da representação da loucura, dos loucos e dos manicômios em "Cemitério dos vivos" e "Diário do hospício", de Lima Barreto e "Um estranho no ninho", de Ken Kesey*, de Ana Paula Giehl de Oliveira, defendida em março de 2017, pela Universidade Federal de Pelotas.

Quanto às dissertações de mestrado sobre vida e obra barretiana, apontam-se os seguintes trabalhos: em 2013 saíram *Procedimentos, matéria, efeitos: ética e estética nos contos de Lima Barreto*, de Renata Aguiar Nunes, defendida em 2013, pela Universidade Federal do Ceará, *Nas entrelinhas: o Rio de Janeiro no século XX segundo os diários de Lima Barreto*, de Julia Messina, defendida em abril de 2013, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e *Literatura, História e senso comum: Lima Barreto e suas representações do músico popular*, de Isadora Almeida Rodrigues, defendida em 2013, pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Em 2014 foram publicadas as dissertações *Práticas de comunicação dos loucos leitores: uma abordagem a partir de Lima Barreto*, de autoria de Leila Dahia, defendida em setembro de 2014, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, *Lima Barreto e educação: o protagonismo do oprimido*, de José Raimundo Gonçalves da Silva, defendida em março de 2014, pela Universidade Nove de Julho, e

Aproximando dois autores da Belle Epoque: Lima Barreto e Alphonse Allais, de Edmond Benjamin Jérôme Julien Thauront, dissertação defendida em 2014, pela Universidade do Estado da Bahia.

Em 2015 vieram a lume *Ciência e literatura em Lima Barreto*, de Eva Volite Coelho Tavares, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; *Os tipos literários na prosa de Lima Barreto*, de Carolina Moura Barroso, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; *Entre mulheres e fronteiras, um escritor: lugares do feminino na obra de Lima Barreto (1902-1922)*, de Maria Sandra da Gama, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; *“Cheio de mistério e cercado de mistérios”: Lima Barreto (1881-1922), psiquiatras, hospício, e o diagnóstico de alcoolismo*, de Marianne Azevedo Bulhões, pela Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ.

Em 2016 foram registradas para consulta as seguintes dissertações: *Contos e crônicas sério-cômicos de Lima Barreto: um estudo dialógico do riso e da sátira*, de Elisabete de Barros Sousa Lima, pela Universidade de Brasília; *A relação entre a educação do corpo na Primeira República e os contos de Lima Barreto*, de autoria de Aline Flavia Valgas, defendida em 28 de setembro de 2016, pela Universidade Federal de Goiás; e *Espaços de memória, lugares de esquecimento – Lima Barreto e a ‘reinvenção’ do Sítio do Carico*, de Andréa da Silva Gralha, defendida em 27 de agosto de 2016, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. No ano que corre de 2017 já está disponível para pesquisa online a dissertação *Um Huron perfeito: presença francesa nas crônicas de Lima Barreto para a revista “Careta” (1915-1922)*, de Rodrigo Aparecido Ribeiro da Silva, defendida em fevereiro de 2017, – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

O que estes trabalhos acadêmicos têm em comum é a abordagem acerca da obra de Lima Barreto, abarcando prioritariamente grande número de seus contos, ou romances e contos, ou suas crônicas ou todas essas modalidades de produção escrita, assim como também a própria formação de Afonso Henriques enquanto escritor, o impacto de suas obras, episódios de sua vida como as internações no hospício por delírio alcoólico e os registros que faz dessas internações, e as associações de sua obra a temas específicos, como o espaço da mulher, a memória,

a República, o nacionalismo, e, por fim, a comparação da mesma com a de outros escritores.

Quanto aos estudos sobre romances específicos, foram publicados os seguintes trabalhos: *Processos de modernização conservadora no Brasil: uma leitura de Recordações do escrivo Isaías Caminha*, de Juliana Falkowski Burkard, dissertação de mestrado defendida em 2014, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; *Representações do negro em “Clara dos Anjos” de Lima Barreto*, de Ana Gabriella Ferreira da Silva, defendida em outubro de 2015, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; *“O cemitério dos vivos”: a experiência manicomial de Lima Barreto*, de Adelianna Alves Barros, defendida em 2016, pela Universidade Federal do Ceará; e *Lima Barreto, entre rumores e imagens: a circulação social da obra Recordações do escrivo Isaías Caminha*, de Jules Ventura Silva, defendida em 2016, pela Universidade Federal do Paraná.

Os trabalhos mencionados não constituíram especificamente estudos sobre os atributos dos heróis romanescos barretianos e as dinâmicas de suas interações com o mundo no plano diegético, ponto de partida do estudo aqui proposto; tenderam para diversos focos de pesquisa distintos deste, da mesma forma que o presente estudo, por sua vez, ao também apresentar suas demarcações, restringe-se aos heróis romanescos do escritor.

No que diz respeito à publicação de obras e de eventos sobre Lima Barreto que extrapolam o campo acadêmico, contam-se de 2013 até o presente ano de 2017 algumas novidades que estão contribuindo para uma maior popularização do escritor, na medida em que este é abordado em múltiplas plataformas: homenagem em feira literária, nova biografia, publicação de textos inéditos, documentário, teatro, cinema. Em 2013 foi realizado pela TV Escola, no âmbito de uma série de documentários intitulada *Mestres da Literatura*, o documentário *Lima Barreto: um grito brasileiro*¹, de 28 minutos de duração.

¹Endereço disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=O3IIcYsz8il>.

Também em 2013 foi realizada uma peça de teatro sobre Lima Barreto, montada originalmente em 1995 por Aderbal Freire-Filho, sob escrita de Luís Alberto de Abreu, e dirigida agora por Luiz Antonio Pilar, intitulada *Lima Barreto, ao terceiro dia*. O professor Denilson Botelho, em seu blog *Na bruzundanga*, comentou a última versão da peça, cuja “arquitetura dramática”, como se verá adiante, será igualmente adotada em um longa-metragem que está sendo produzido sobre o escritor, baseado nesta peça:

Quem se dispõe a assistir o espetáculo é presenteado com uma delicada arquitetura dramática que coloca em cena três personagens vivendo momentos distintos: Lima Barreto durante a sua segunda internação no hospício, ao final de 1919, vivido pelo ator Alexandre Rosa Moreno; Lima Barreto moço, ou por volta dos 30 anos, enquanto escrevia, em 1911, o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, vivido por Adriano de Jesus; e o próprio Policarpo e alguns dos personagens deste romance, que se passa no tempo do governo de Floriano Peixoto (1891-1894), poucos anos após a implantação da República. (BOTELHO, 2013, p. única).

Em 2015 duas crônicas foram encontradas nos arquivos da Biblioteca Nacional por João Marques Lopes, pesquisador português sobre a recepção da obra de Lima Barreto em Portugal, intituladas *Portugueses na África*, tratando sobre a, no mínimo, anacrônica colonização portuguesa de Angola, e *Os jornais*, tratando, por sua vez, da comoção da imprensa brasileira acerca do assassinato do Rei de Portugal Dom Carlos I, considerada desmedida pelo escritor, em se tratando de uma autoridade estrangeira, devendo tal comoção, em seu entender, ser fruto do grande capital português movendo as engrenagens no Rio de Janeiro.

Em 2016 saiu a publicação pela Penguin - Companhia das Letras do livro *Sátiras e outras subversões*, organizado pelo pesquisador Felipe Botelho Corrêa, professor no *King's College* de Londres, descobridor de 164 crônicas e outros escritos inéditos de Lima Barreto, assinadas sob diversos pseudônimos, que o compõem. Consta que estas crônicas estavam endereçadas para as revistas *Fon-Fon* e *Careta*. Todo este enorme material desconhecido por praticamente um século

do escritor ainda está por começar a ser explorado e analisado, e provavelmente renderá muitas pesquisas, avultando ainda mais a imagem de um talentoso jornalista no autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Em abril e maio deste ano de 2017 Lima Barreto foi novamente tema de peça de teatro em *Traga-me a cabeça de Lima Barreto*, produzida pela Cia dos Comuns. A peça constituiu-se em um monólogo, dirigido e protagonizado pelo ator Hilton Cobra, criador da referida companhia teatral. O seu enredo gira em torno de uma discussão entre eugenistas logo após a morte de Lima Barreto, acerca de como o cérebro de um ser considerado inferior poderia ter produzido tantas obras de ficção e jornalísticas, o que seria o caso do cérebro do falecido escritor Lima Barreto, um mulato, pela ciência supremacista branca que vigorava na época em que viveu o romancista.

Também neste ano que corre de 2017, Afonso Henriques de Lima Barreto foi o escritor homenageado pela Flip (15ª Festa Literária de Paraty), realizada de 26 a 30 de julho. Na página do próprio site da feira, referente ao homenageado do ano, encontram-se as seguintes considerações, no que diz respeito ao gradativo processo que tem sido necessário, no decorrer de anos e décadas, para que viesse a crescer cada vez mais o reconhecimento, por parte do público, acerca da importância e atualidade da obra barretiana para os que buscam uma compreensão mais vasta da cultura brasileira, visto que sua obra transcende ao campo propriamente literário:

A obra do escritor carioca Lima Barreto estará em discussão na 15ª Flip, que acontece de 26 a 30 de julho de 2017. A edição resgatará a trajetória de um homem que estabeleceu-se como escritor no Rio de Janeiro, capital da Primeira República e da cultura literária do país. Em um meio marcado pela divisão de classes e pela influência das belas letras europeias, era difícil para um autor brasileiro com as suas origens afirmar seu valor. Foram necessárias várias gerações para que se consolidasse o nome do criador de uma das obras mais plurais e inovadoras da literatura brasileira, que permite tanto o apreço do leitor quanto reflexões nos campos da literatura, da história e das ciências sociais. (FLIP, 2017, p. única).

Obra lançada nesta última Flip, *Lima Barreto: triste visionário*, a mais nova biografia produzida sobre o escritor, de autoria da antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz, foi publicada em junho de 2017 pela editora Companhia das Letras, analisando a vida e obra do escritor sob a ótica das questões raciais de fins do século XIX e início do XX, durante a Primeira República. Pesquisa de fôlego, resultando em um trabalho de 648 páginas, a biografia é fruto de mais de dez anos de pesquisa, segundo o próprio site da Companhia das Letras. Esta biografia por si própria poderá ser matéria de estudo pelos próximos anos. Somando-a aos textos inéditos publicados por Felipe Corrêa, todo um universo da obra barretiana ainda está por ser explorado.

A notícia mais recente que se tem sobre produções artísticas acerca do escritor é a de que, segundo matéria de Mateus Campos para o site *O globo*, datada de 30 de julho de 2017, está para sair um longa-metragem, com previsão de estréia para agosto de 2018. Intitulado *Lima Barreto: ao terceiro dia*, uma co-produção entre as empresas Globo Filmes, Canal Brasil e Telecine, será baseado na referida peça de Luiz Pilar que foi aos palcos em 2013. Quanto ao roteiro do longa, escreve Campos, citando comentário de Pilar, acerca de sua estrutura de composição, similar à da peça:

No campo da “realidade”, o Lima velho (Luís Miranda) enfrenta a internação. Enquanto isso, na “memória”, o jovem escritor (Sidney Santiago) escreve seu romance mais conhecido. Na “fantasia”, personagens da obra, como Policarpo (Paulo Betti) e sua irmã (Julia Lemmertz), dialogam com o autor. — Os três planos vão interagir. Os personagens do romance discutem questões sociopolíticas do momento em que o livro foi escrito. E os questionamentos que o Lima faz no romance, continuam atuais — explica. (CAMPOS, 2017, p. única).

Objeto de um número crescente de compilações e reedições de suas obras em diferentes formatos, além de publicações de inúmeros artigos somados às monografias, dissertações e teses a respeito de sua produção ficcional e não-ficcional, a popularidade de Lima Barreto está em alta, e o escritor, que está a um passo de ter vida e obra representados no cinema, já virou protagonista de

romances como *O passeador* de Luciana Hidalgo e *Lima Barreto, um caminhante libertário* de Assis Coelho, sendo que ambos os autores são professores universitários, um dado bastante interessante, visto que a vida romanceada do escritor contribui ainda mais para a popularização da obra de Lima Barreto, hoje um típico “escritor popular” muito falado, muito celebrado... e pouco lido.

A relação entre os aspectos biográficos do escritor carioca e a construção de seus heróis ficcionais nos interessa aqui pelo fato desta relação ter como elo o perfil do herói homem de letras concebido por Thomas Carlyle, visto que Lima Barreto tanto toma para si a missão de empreender um heroísmo no campo das letras brasileiras do primeiro quartel do século XX quanto emula esta missão nos protagonistas de seus livros. Este procedimento atrela os discursos dos protagonistas ao discurso que o literato e jornalista veicula nos escritos de crônica e crítica que publica, onde manifesta seus propósitos para a literatura no Brasil e no mundo.

Considera-se o herói barretiano um típico pensador, um intelectual, de acordo com o entendimento de herói intelectual concebido pelo historiador escocês Thomas Carlyle como “herói homem de letras” em seu clássico *Os heróis*, autor e obra dos quais Lima Barreto se declarava entusiasmado leitor. A dinâmica de interação do herói barretiano com o seu mundo, no caso o contexto social, cultural e político da Primeira República ou República Velha, representado nos espaços das instituições públicas, da imprensa, dos subúrbios e de seus próprios lares, que pode ser dividida em etapas.

Estas serão analisadas da seguinte forma: a etapa da iniciativa do herói de intervenção no meio, à luz dos conceitos de demonismo (Georg Lukács, *A teoria do romance*) e errância (Osman Lins, *Lima Barreto e o espaço romanesco*), seguido das etapas de percepção e denúncia da corrupção dominante, à luz do conceito de profetismo (Alfredo Bosi, *Literatura e resistência*, e Carlos Erivany Fantinati, *O profeta e o escrivão*), e da esperança e interiorização do herói, à do conceito de messianismo laico/utopismo (João Manuel Avelar, *Expressão estética e social do messianismo no Brasil*).

O procedimento metodológico consiste em analisar os heróis dos romances barretianos e os protagonizados por um fictício Lima Barreto para compreender os desafios comuns às jornadas heroicas de todos eles, interpretar a dinâmica de suas relações com a sociedade republicana em que viveram, de forma externa, nos aspectos concretos de interação social, e de forma interna, nas percepções interiores dos heróis sobre seus meios. Consiste também em compreender como, em última instância, o escritor, no âmago de seu labor literário e jornalístico, via-se nessa condição, o que dá ensejo ao reconhecimento do espaço biográfico em sua obra.

No primeiro capítulo, intitulado “O mundo de Lima Barreto: o Brasil da Primeira República”, será descortinado o contexto histórico em que viveu Lima Barreto e no qual inseriu seus personagens, com o propósito de expôr o ambiente concreto no qual os heróis barretianos vivenciaram seus desafios de serem homens de letras, em uma república tomada por um constante espectro militarista e sob signo de uma sociedade incipientemente pós-escravocrata e simpática a projetos eugenistas. Isto servirá para posteriormente delinear o perfil do herói barretiano e o conjunto de ações que este herói toma em seu meio, as reações que dele sofre, e como interpreta interiormente este jogo de ações e reações.

No segundo capítulo, intitulado “Lima Barreto: um escritor com uma agenda”, serão analisados dados biográficos e o projeto literário de Lima Barreto, escritor que, durante o período da Primeira República, se encontrava autoincumbido de cumprir com uma agenda promotora de transformação social, enquanto arquiteto de uma produção jornalística e ficcional que pretendia fosse militante à causa dessa transformação no país, ainda que os frutos de sua iniciativa só viessem a se revelar a longo prazo.

No terceiro capítulo, intitulado “Atuação e identidade do homem de letras Lima Barreto”, serão analisadas as áreas de atuação e os temas tratados pelo escritor militante em suas publicações, assim como será observada a questão identitária do mesmo, que assoma nesses temas abordados.

No quarto capítulo, intitulado “Quem é e a que veio o herói barretiano”, será

analisado o ponto de partida da jornada do herói barretiano, enquanto protagonista do heroísmo do homem de letras em sua missão social, e como se dá a transformação progressiva das motivações do herói a partir do confronto de sua volição e visão do mundo com a de pessoas, grupos e segmentos da sociedade carioca da Primeira República com quem trava contato em sua jornada, observando a degradação humana na sociedade em que vive e os efeitos dessa degradação em si próprio.

No quinto capítulo, intitulado “Profetismo, redencionismo social e retiro do herói”, veremos como este herói, no decorrer de sua atribulada jornada, além de confessar suas contradições pessoais, denuncia as mazelas que observa em sua sociedade, e manifesta suas esperanças a respeito das possibilidades de regeneração do mundo através de ações coletivas, retirando-se, com o tempo, para o interior de seu próprio ser.

No último capítulo, intitulado “Os desafios do herói barretiano no herói Lima Barreto”, será analisado, em dois romances atuais, *Lima Barreto: um caminhante libertário* (publicado em 2010) e *O passeador* (publicado em 2011), em que o próprio Lima Barreto é feito protagonista, como a representação que ambos os escritores, Assis Coelho e Luciana Hidalgo, fazem do romancista se coaduna com a trajetória vivenciada pelos heróis barretianos aqui proposta, integrando a própria imagem do escritor na jornada do heroísmo do homem de letras, o que confirma a existência do espaço biográfico na ficção de Lima Barreto.

1. O MUNDO DE LIMA BARRETO: O BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Este homem infenso a fronteiras, sente-se ligado ao povo, é ligado ao seu povo como talvez não tenha sido nenhum outro escritor do Brasil – e isto relaciona-se, nele, com um forte amor à Justiça. Assim, fato, ao mesmo tempo, contraditório e lógico, Lima Barreto, que considera nociva a ideia de pátria, vem a definir-se como um dos mais interessados analistas da nossa realidade geográfica, política e psicológica.

Osman Lins

O escritor e jornalista Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881, em contexto de avançados movimentos republicano e abolicionista, e a menos de uma década de destituição da Monarquia e instauração da República, falecendo no início de novembro de 1922, ano em que se deram alguns acontecimentos notórios na História do país, como as comemorações do Centenário de Independência do Brasil (7 de setembro), a ocorrência da célebre Semana de Arte Moderna em São Paulo (11 a 18 de fevereiro), da fundação do Partido Comunista do Brasil (25 de março) e da Revolta Tenentista dos 18 do Forte no Rio de Janeiro (5 e 6 de julho). No ano de seu falecimento, tinha o escritor 41 anos de idade.

Tendo vindo ao mundo uma década após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), Afonso Henriques era filho de pais mulatos alforriados, João Henriques de Lima Barreto, que na época de seu nascimento trabalhava como tipógrafo da Corte Imperial, e Amália Augusta de Lima Barreto, professora do primário. O pequeno Afonso tinha quatro anos quando foi promulgada a Lei Sexagenária, em que todo escravo com mais de 65 anos receberia alforria. Acontecimento que acarretaria consequências tristes para o resto de sua vida e da de seus familiares, perdeu sua mãe aos seis anos de idade, um ano antes da Abolição da Escravatura, com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, data em que o infante Afonso completaria sete anos de idade.

Estudou no Colégio Pedro II e Engenharia na Escola Politécnica, não tendo terminado este curso em razão do surto de seu pai e da consequente necessidade de passar a sustentar sua família. Fez então, em 1903, aos 22 anos, concurso público para a Secretaria do Ministério da Guerra. Foi do convívio direto com seus colegas de repartição que Lima Barreto teve a oportunidade de observar as bravatas de um suposto espírito coletivo militarizado cultuado por funcionários que, todavia, como ele, não tinham com os assuntos de guerra mais que laços burocráticos-administrativos, da ordem de

requerimentos e memorandos, representando o escritor essa curiosa bravata em *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Nasceu no início da última década do Império de Dom Pedro II e viveu um pouco mais de três das quatro décadas que durou o período da Primeira República. As três décadas de governo republicano que o escritor e jornalista vivenciou foram notadamente marcadas por uma sequência de conflitos armados entre as forças militares do governo, que buscavam obter uma otimização e consolidação de seu poder, e forças de grupos e comunidades revoltosos com a forma com que vinha se desdobrando a administração política republicana pelo país afora. Alguns desses grupos revoltosos, inclusive, foram formados de setores das forças armadas que vivenciaram, em momentos diferentes, o mesmo descontentamento com a condução do governo.

Uma parte dessas revoltas eclodiu no Rio de Janeiro, transformado de capital do Império em Distrito Federal da República, caso da Primeira e Segunda Revoltas da Armada, da Revolta da Vacina, da Revolta da Chibata e também da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, vindo a ser esta última revolta um pontapé inicial do movimento tenentista, que correria por toda a década de 1920 e culminaria na deposição do presidente Washington Luís pela ofensiva de Getúlio Vargas, dando a iniciativa de Vargas fim ao período da Primeira República em 1930 e abrindo caminho para o estabelecimento do Estado Novo. A outra parte destas revoltas eclodiu em outros estados do Brasil, como a Revolta Federalista que iniciou no Rio Grande do Sul e respingou em Santa Catarina e Paraná, e a Revolta do Arraial de Canudos na Bahia.

Falecendo em novembro de 1922, o escritor não chegaria a acompanhar o desenrolar de todo o movimento tenentista na década de 20. Mesmo assim, foi contemporâneo da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, que ocorreria meses antes de sua morte (especificamente em julho). Aliás, Lima Barreto foi contemporâneo e conterrâneo de todas as revoltas ocorridas no Rio de Janeiro durante a República Velha e, em última instância, contemporâneo à maior parte das tensões e conflitos ocorridos durante a primeira experiência republicana do Brasil, inclusive ao drama de posicionamento oficial do país em face da Primeira Guerra

Mundial, que se desenrolou durante todo o período de duração desta guerra e culminou no envio de soldados brasileiros para o combate no exterior, a despeito dos protestos contrários do escritor à entrada do Brasil na guerra.

Sobre os conflitos e tensões que perturbaram a paz da população brasileira e da população mundial nessa época Lima Barreto se manifestou, se posicionando publicamente, tanto em sua produção jornalística quanto em sua produção ficcional: Revoltas da Armada, eclosão da Primeira Guerra Mundial, possibilidade de participação do Brasil na Grande Guerra, Revolução Russa de 1917 etc. E posicionava-se sempre contra o estado de coisas belicoso que pairava no ar governo após governo da primeira era republicana, mesmo durante a sucessão de governos civis para governos civis.

O espectro militarista que assombrou todo o período republicano em que viveu o escritor não apenas pode ser notado em suas manifestações escritas contrárias à opressão desse espectro sobre a população comum vivendo à época, como pode ser notado nas dificuldades sócio-políticas enfrentadas pelos heróis romanescos que criou, todos dotados de ideais de transformações sociais, mas tendo como campo de ação um espaço bastante restrito praticamente apenas, em primeiro lugar, à escrita, cujos resultados são percebidos por apenas alguns personagens coadjuvantes nas diegeses dos romances barretianos, não vendo estes a divulgação das ideias por eles escritas e, em segundo lugar, a conversação direta com um e outro personagem coadjuvante, personagens confidentes das ideias e sentimentos manifestos pelos protagonistas.

A presença do Exército e da Marinha na administração do Brasil se fez crescer no jogo de forças da política nacional desde as campanhas da Guerra do Paraguai (1864-1870). Ao mesmo tempo em que os membros das duas respectivas áreas das forças armadas tomavam consciência do poderio das corporações em que se encontravam, crescia também sua consciência de como deveriam ou poderiam legitimamente, no seu entendimento, receber maiores remunerações e benefícios, pleiteando com isso também maior *status* na sociedade brasileira de fins do Segundo Império.

Isto porque, paradoxalmente ao crescimento concreto dos aparelhos militares durante e como resultado da Guerra do Paraguai, fruto das próprias experiências táticas adquiridas em combate, a fama das forças armadas ficou bastante maculada nos anos que se seguiram a esta guerra, em razão dos desgastes provocados ao Estado e às famílias brasileiras com as baixas de guerra, além do fato de a opinião pública, no decorrer do conflito e das notícias que vinham sendo veiculadas sobre o mesmo durante e posteriormente seus episódios, ter se dividido, à vista dos resultados acarretados, ainda que o país, como parte da Tríplice Aliança, junto a Uruguai e Argentina, tenha saído vitorioso.

Este pano de fundo lança luz sobre como, no processo de buscar o fortalecimento de suas corporações, as forças armadas tiveram um papel preponderante não apenas na instauração da República, mas na condução inicial e seu governo, no direcionamento de como ela deveria funcionar a partir dos governos civis, na intenção de se fazer representar novamente na presidência com o Marechal Hermes da Fonseca, nos esforços de modernização do Exército capitaneados pelos chamados “jovens turcos”, no uso dos combates travados na Guerra do Contestado como laboratório de ensino deste exército reformado e nos esforços de preparação para uma eventual entrada do Brasil na Grande Guerra (Primeira Guerra Mundial).

Lança luz também sobre como o *germen* de contradição que viria a colocar fim na Primeira República surge das forças armadas, entre revoltas de setores militares e medidas políticas e administrativas favorecedoras ao crescimento dessas forças. Este *germen* viria a se manifestar desde a Primeira e Segunda Revoltas da Armada, passando pela Política das Salvações de Hermes da Fonseca, pela Revolta da Chibata e pelo movimento dos Jovens Turcos, até o despontar do movimento tenentista, este último com vários episódios na década de vinte, cujos desfechos culminariam, por fim, na marcha de Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro.

No que tange a este processo de fortalecimento das instituições militares desde a chegada da Família Real no Brasil, depreende-se do estudo de Claudia Alves, *Participação do Exército na Proclamação da República: revendo a Questão Militar*, que, para além de fatores que levaram o Exército a tomar parte na

instauração da República, como a revolta de praças com salários e *status* inferiores aos dos oficiais, e a adesão de oficiais e praças às ideias republicanas nos últimos anos da década de oitenta do século XIX, houve toda uma construção do aparato militar e do fomento à instrução e aprimoramento da inteligência militar no Brasil imperial que possibilitou uma tomada de posição consciente do Exército na instauração:

Em texto de 1965, Emília Viotti procurava traçar novas possibilidades de abordagem na pesquisa sobre a proclamação da República, expressando seu posicionamento em relação a alguns pontos indispensáveis neste estudo. Tratando do exército, apontava: A idéia de que aos militares cabia a salvação da pátria generalizara-se no exército a partir da Guerra do Paraguai, à medida que o exército se institucionalizava. Nelson Werneck Sodré referiu-se a essa institucionalização, sinalizando para a importância da organização por que passou o exército na década de 1850, inclusive com a criação de repartições e distritos militares. Partindo de uma publicação que congregou a intelectualidade militar na década de 1880 – a Revista do Exército Brasileiro – identificamos um grupo de oficiais que seriam potenciais sujeitos, entendidos como atores capazes de um certo nível de elaboração, cognição, escolha e decisão em meio às circunstâncias que envolviam a corporação e o país naquele momento. (ALVES, 2003, p. 5).

Toda essa construção de aparato material e humano nas Forças Armadas do Brasil, fomentando concomitantemente a instrução para dominá-lo e apropriá-lo, gerando assim uma retroalimentação nessas forças de conhecimento e produção para consumo interno que lhes garantiria a maior independência possível de outros setores públicos externos ao âmbito militar, serviu para o que Alves, seguindo tópico aventado por Costa e por Sodré, denominou ser um processo ocorrido, não da noite para o dia, mas de forma segura, calculada, de institucionalização das mesmas. Este processo de institucionalização, com o tempo, as consolidaria, mais cedo ou mais tarde, como peças importantes no jogo de forças políticas em conflito nas últimas décadas do 1800.

O período imediato que se seguiu à instauração da República foi o de dois governos encabeçados por militares, respectivamente pelo Marechal Deodoro da

Fonseca e pelo Marechal Floriano Peixoto. Este período ficou conhecido na história da Primeira República como República da Espada. Julgavam os marechais sua representação na presidência da República uma forma de salvaguardar o novo sistema político vigente diante de uma pouco esclarecida população brasileira e, principalmente, diante de revoltosos com a instauração do novo regime, sendo portanto, segundo essa lógica, coerente que a República fosse dirigida por um tempo pelo braço armado do Estado brasileiro que a instaurou, até que as tensões sociais decorrentes da transição de regime estivessem apaziguadas, para elegerem-se a partir de então presidentes civis.

De acordo com o estudo *A Revolta da Armada, a Revolução Federalista e as relações Brasil-Portugal*, de autoria de Mateus Fernandez Xavier, o período entre 1880 e 1900 foi um dos mais agitados da história política do Brasil. A crise do Império, a Abolição da Escravidão, o advento da República, a promulgação da Constituição de 1891, a renúncia de Deodoro da Fonseca, a Revolta da Armada, a Revolta Federalista no sul e o esmagamento de ambas por Floriano Peixoto foram eventos elencados como os mais importantes desse período. Xavier argumenta que a “República nascera de um golpe militar que pôs fim ao regime imperial e estabeleceu um governo provisório sob liderança de Deodoro da Fonseca” (2017, p. 175) e só terminou quando:

(...) nova Constituição foi elaborada e eleições para o executivo federal foram realizadas. O primeiro presidente governou até novembro de 1891, quando tentou dar um novo golpe de Estado, fechando o Congresso Nacional. À insatisfação política somou-se a insatisfação militar da Marinha na pessoa de Custódio de Mello, que sublevou a Armada contra Deodoro da Fonseca. A ação de Mello foi vitoriosa e Floriano Peixoto ascendeu à chefia do governo federal, seguindo os termos da Constituição da República. (XAVIER, 2017, p. 175).

Xavier afirma que, com a ascensão do vice-presidente do governo deodorista, Floriano Peixoto, à presidência da República em 1891, o “regime republicano fortaleceu-se” (2017, p. 176) sobremaneira, comparado ao governo provisório e ao primeiro governo eleito de Deodoro da Fonseca. Mas este fortalecimento se deu

“após o governo federal debelar a Revolução Federalista e a Revolta da Armada”, as duas grandes sedições ocorridas durante seu governo que terminaram por se amalgamar em uma sedição de proporções alarmantes ao regime instituído e, “no entanto, isso ocorreu a despeito dos atributos autoritários e centralizadores do governo de Floriano Peixoto” (2017, p. 176), ressaltando o autor, sobre Floriano, que:

O “marechal de ferro” foi caracterizado pela História como responsável por consolidar o novo regime no país, mas, também, por ter executado grande quantidade de prisioneiros de forma sumária, sem qualquer tipo de procedimento que lhes garantisse a ampla defesa ou o direito ao contraditório. Em função das características centralizadoras e autoritárias de Floriano Peixoto, houve grande especulação em relação à sua saída do poder, principalmente por parte de São Paulo, que desejava eleger Prudente de Moraes para o próximo mandato presidencial. (XAVIER, 2017, p. 176).

Na instauração da República, o episódio que marcou o imaginário não apenas das alas conservadoras do país como do homem comum foi o exílio de Dom Pedro II (1825-1891) e sua família, marcado pela publicação do decreto de banimento da família imperial, e o exílio de personalidades públicas ligadas à monarquia, como Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, que havia colocado o pai de Lima Barreto, João Henriques, para trabalhar na Tipografia Imperial. A carreira de João Henriques de Lima Barreto, monarquista como o próprio Visconde, ficaria prejudicada para o resto da vida, o que também marcou a visão de seu primogênito, Afonso Henriques, sobre a República.

Embora casos como o de Canudos, Contestado e Juazeiro tenham sido considerados como de extremismo religioso antirrepublicano por parte de católicos moderados, vários episódios mexeram com o seu natural imaginário conservador, consolidado culturalmente por séculos, colocando boa parte da população brasileira, principalmente das camadas mais humildes e afeitas a ritos religiosos, se não em confronto direto e aberto com a República, ao menos, em uma postura cética a este modelo de governo, quando comparada a idealizadores e teóricos entusiastas do

sistema republicano. A esta postura cética não escaparia o ilustrado Lima Barreto, oriundo da camada suburbana da cidade do Rio de Janeiro.

Alguns desses episódios seriam a tentativa frustrada de desembarque no Brasil do Príncipe Dom Luiz em 1907, o assassinato do rei de Portugal Carlos I e de seu filho Luís Filipe em 1908, frustrando a sua visita ao Brasil que ocorreria naquele mesmo ano de 1908, segundo Luciana Fagundes Pessanha em *Banimentos, visitas e comemorações: memórias da realeza na Primeira República (1889-1925)*, exatamente em comemoração ao centenário de Abertura dos Portos e cujos preparativos já estavam sendo realizados pelo governo republicano brasileiro, sucedendo ao assassinato do rei e de seu sucessor a instauração da República em Portugal em 1910, e a notícia da ocorrência, neste país, do que ficou conhecido como Milagre de Fátima, no ano de 1917, mesmo ano da Revolução Russa, e que pareceria, no imaginário católico dos anos seguintes, figurar como uma espécie de oposição espiritual à disseminação dessa revolução para outros países.

No que diz respeito a suas inclinações espirituais, Lima Barreto chegou a frequentar por um tempo o templo positivista no Rio de Janeiro, mas alegou ter abandonado posteriormente o positivismo. Ademais, devoto de Nossa Senhora da Glória, era cético às possibilidades de sucesso da Religião da Humanidade quanto ao preencher do vazio do coração humano, embora fosse apreciador de concepção semelhante a esta, propagada na obra *Os heróis* de Thomas Carlyle. O escritor não deixou de assinalar o catolicismo no perfil de alguns de seus heróis e demais personagens romanescos, como Manuel Joaquim Gonzaga de Sá e seu amigo e biógrafo Augusto Machado (*Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*) e Clara dos Anjos e seus pais (*Clara dos Anjos*), ainda que a religiosidade do escritor, como se pode depreender de seu artigo *Vera Zassulitch*, fosse mais afeita ao Evangelho Social de seus escritores russos prediletos como Tolstoi e Dostoievski:

Disse Macaulay, num dos magníficos seus ensaios, que os filósofos franceses do século XVIII, quando combatiam a Igreja, estavam com os Evangelhos, pois a vetusta instituição religiosa de Roma cada vez mais se afastava deles; e os filósofos cada vez mais se impregnavam

do espírito de Jesus. Hoje, parece que está acontecendo o mesmo com os revolucionários... (BARRETO, 2012, p. 70).

Das revoltas ocorridas durante a Primeira República, houve revoltas por divergências acerca do modelo republicano a ser adotado, caso da Revolução Federalista, pela defesa do caráter democrático da República recentemente instaurada, caso da Primeira e da Segunda Revoltas da Armada, pela defesa de poderes oligárquicos locais contra a centralização de poder nas mãos do presidente da República, caso da Sedição de Juazeiro; pela resistência à intervenção do Estado na integridade dos indivíduos e de seus lares, caso da Revolta da Vacina, e houveram também revoltas antirrepublicanas, que foram os casos dos episódios da Guerra de Canudos e do Contestado.

Estas duas últimas revoltas foram marcadas por um antirrepublicanismo radical, em razão de as comunidades de Canudos, e posteriormente, do Contestado, terem se constituído como comunidades autônomas, propositalmente desvinculadas do sistema republicano que passara a vigorar desde 1889 e que buscava sua consolidação, visto que ambas comunidades não se compreendiam contempladas pelo governo republicano. Esta posição pretensamente autônoma de ambas comunidades em um Brasil tornado republicano expunha a situação delicada das autoridades governamentais em fazerem-se respeitar enquanto líderes do novo sistema de governo, o que as levaria a usarem da força sob o pretexto de formalização da ordem neste sistema.

As referidas comunidades se propunham como autônomas à República por se identificarem com a monarquia e por cultivarem um messianismo joaquimita-sebastianista, ambas praticantes de uma religiosidade popular com base no cristianismo católico. Defendiam a permanência da monarquia por identificarem-na como o sistema de governo em que o rei é escolhido por Deus. Como a religião católica era considerada a religião do Estado brasileiro até a instauração da República, passando a partir de então a ser nivelada a um *status* de foro íntimo com outros credos (protestantismo, judaísmo, islamismo, espiritismo etc), o governo republicano representaria para estas comunidades o governo do Anticristo bíblico,

ao impôr sobre a população brasileira majoritariamente católica a laicização formal do Estado.

Como apontado, o misto de pensamento cristão e revolucionário do escritor tem seu fundo na admiração deste por escritores russos, como Dostoievski e Tolstoi, ambos filiados religiosamente ao cristianismo ortodoxo greco-eslavo e, no caso de Lev Tolstoi, em sua filosofia particular anarco-cristã, influenciada pela tradição ortodoxa, vivenciada por este no período em que o gigantesco Império da Rússia era formado por uma maioria esmagadora de camponeses paupérrimos, assemelhando-se seu território a um colossal feudo, em que a postura do autor de *Guerra e paz* de viver como um camponês asceta tinha o propósito deste demonstrar que se alinhava com a massa camponesa de seu país.

Houve dupla e antagônica reação da mentalidade católica à instauração da República. Em *A reaproximação Estado-Igreja no Brasil durante a República Velha (1889-1930)*, Edgar da Silva Gomes discute como se deu esse antagonismo dentro do meio católico, expondo como os dirigentes da Igreja Romana no Brasil procuraram contornar a perda do *status* de religião oficial do Estado, buscando esta instituição manter uma relação de cordialidade com o novo governo, chegando a se opôr veementemente às revoltas populares de fundo joaquimita-sebastianista (Canudos, Contestado e Juazeiro), que deslegitimavam o novo regime, à medida que fortaleciam sutilmente a influência da Igreja em território nacional, ampliando as suas dioceses:

A “estadualização” da hierarquia eclesiástica brasileira foi a forma que o catolicismo encontrou para se fortalecer no período da República Velha após a perplexidade que tomou de assalto o episcopado brasileiro devido a sua nova situação jurídica frente ao Estado brasileiro, onde perdeu seus privilégios decorrentes da união Estado-Igreja por quase quatro séculos. Até 1890 continuavam a existir apenas 12 dioceses, 9 capitais eram sedes episcopais, após a Proclamação da República, as demais capitais da federação foram convertidas em sedes episcopais, ou seja, mais onze capitais naquele período se tornaram dioceses perfazendo um total de vinte estados. Entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 subprefeituras apostólicas, para as quais foram designadas, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos, cabendo

respectivamente ao conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados de circunscrições e prelados. (...) A proliferação de dioceses no norte-nordeste, tinha na realidade uma função bem específica neste contexto que foi a de estancar os movimentos populares e as influências de líderes religiosos como o padre Cícero na região do Juazeiro, ou em Canudos para aniquilar o movimento do Conselheiro. (GOMES, 2008, p. 96 e 98).

A Primeira das revoltas ocorridas na República Velha foi a primeira das duas revoltas da Armada, ocorrida em 1891, em consequência de o instaurador e primeiro presidente do governo republicano brasileiro, Marechal Deodoro da Fonseca, ter fechado o Congresso Nacional. As duas revoltas da Armada foram encabeçadas pelo Almirante José Custódio de Melo, que viria a participar também, ao lado dos maragatos (parlamentaristas), da Revolução Federalista nos estados do Sul. O fechamento do Congresso foi considerado pelo Almirante Custódio uma traição aos princípios do governo que acabara de ser implantado, a custo do constrangedor exilamento de um velho monarca que era visto com simpatia pela população.

Seguiu o governo de Deodoro da Fonseca o governo de Marechal Floriano Vieira Peixoto, o “Marechal de Ferro” (1839-1895), como ficou conhecido, pela forma como este reprimiu duramente as vozes descontentes com seu governo, chegando a figurar, anos depois, como personagem em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, exercendo exatamente um papel ditatorial. Floriano Peixoto daria continuidade à chamada República da Espada, ou seja, a uma república sob presidência militar, instaurada por Deodoro. Contaram como revoltas durante o governo de Peixoto a Segunda Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, e a Revolução Federalista, iniciada no Rio Grande do Sul, terminando por respingar esta última em Santa Catarina e no Paraná.

A Segunda Revolta da Armada iniciou em 1893 e se estendeu até 1895, sendo liderada novamente pelo Almirante Custódio José de Melo, que já havia se sublevado contra o ato de fechamento do congresso levado a cabo pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Por sua vez, a Revolução Federalista, no sul do país, também desencadeou-se de 1893 a 1895. Deu-se esta pela oposição, no Rio Grande do Sul,

ao governo de Júlio Prates de Castilhos (1869-1903) e seus partidários. Estes eram denominados ximangos, e eram defensores do presidencialismo, e a oposição a eles surgiu por iniciativa de Gaspar da Silveira Martins (1835-1901) e Gumercindo Saraiva (1852-1894), seguidos de seus partidários, denominados maragatos, e que eram defensores do parlamentarismo.

Mateus Xavier explica como as revoltas da Armada, no Distrito Federal, e federalista, nos estados do Sul, terminaram por se juntar em uma grande e temerosa revolta ao governo de Floriano Peixoto, a partir do momento em que o franco apoio deste presidente à causa castilhista no Rio Grande do Sul contra os defensores de Gaspar da Silveira Martins agitou os ânimos novamente do Almirante Custódio de Melo, que, como visto, já havia se desentendido com Deodoro da Fonseca, desencadeando na ocasião a Primeira Revolta da Armada, e que agora iria se mostrar simpático aos maragatos. No que diz respeito à segunda revolta liderada por Custódio de Melo, o pesquisador escreveu que:

Diante da progressiva intervenção de Floriano Peixoto nas questões domésticas do Rio Grande do Sul, Custódio de Melo expressou ao vice-presidente em exercício sua discordância em relação às ações do governo. Tal fato, no entanto, não impediu Floriano Peixoto de manifestar, publicamente, seu apoio à ala de Julio de Castilhos, logo após a posse de Vitorino Monteiro, e de continuar a fomentar a perseguição contra os partidários de Silveira Martins. Como Floriano Peixoto se negava a tomar qualquer atitude efetiva para pacificar o Rio Grande do Sul, agindo mesmo em sentido contrário, dando apoio material e humano aos castilhistas, Custódio de Melo e Serzedelo Corrêa demitiram-se do Ministério da Marinha e do Ministério da Fazenda respectivamente. A partir desse momento, o contexto de tensão entre o governo federal e a Armada aumentou de modo significativo, até a eclosão da Revolta militar em 6 de setembro de 1893. Pouco antes, em agosto de 1893, os chefes da Revolução Federalista já haviam entrado em contato com as lideranças rebeldes do Rio de Janeiro e passaram a articular ações em conjunto com os militares subversivos da Armada. (XAVIER, 2017, p. 178 e 179).

Iniciado o período da República dirigido por civis com Prudente de Moraes (que governou de 1894 a 1898), continuaram acontecendo revoltas, o que foi o caso da Revolta de Canudos, primeira das revoltas de caráter fortemente sebastianista

ocorrida na República, e a Revolta da Vacina. A Revolta de Canudos ocorreu de 1896 a 1897, quando o governo do país esteve sob o governo de Prudente de Moraes. Tratou-se de um conflito desencadeado na Bahia, entre o Exército Brasileiro, a serviço do governo republicano, e os integrantes de uma comunidade messiânica, liderada por Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), monarquista e inflamado opositor à República, popularizado por seus seguidores como Antônio Conselheiro.

Quatro expedições do Exército foram realizadas ao arraial desta comunidade para desmantelá-la. Uma das expedições foi testemunhada pelo escritor e jornalista Euclides da Cunha (1866-1909), que a registrou em reportagem. Posteriormente o conflito foi representado em seu romance *Os sertões*, que foi publicado em 1902. Esse conflito, tal como o seriam a Guerra do Contestado e a Sedição de Juazeiro do Norte mais de quinze anos depois, foi uma reação monárquico-sebastianista popular, sob liderança de místicos populares, à República recém-instaurada, considerada por Antonio Conselheiro e seus seguidores o sistema de governo do fim dos tempos (do Anticristo) predito na tradição cristã, e que caía como uma luva no imaginário da população sertaneja católica diante da perda de *status* da Igreja perante o novo governo.

Jaqueline Hermann em *Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897* aponta como o elemento messiânico do sebastianismo estava presente no âmago da Revolta de Canudos contra o governo republicano, e como este elemento apocalíptico da religiosidade popular lusitana e posteriormente brasileira era tratado como “invencionice estúpida da ignorância popular” pelos iluministas de plantão à época, mesmo pelos adeptos da Religião da Humanidade, enquanto versão mística da influência positivista no país:

A identidade entre os princípios restauradores e “o sebastianismo retrógrado”, aqui entendido como sinônimo de defesa da volta da monarquia representada pela figura do rei deposto pelo novo regime, espelha, sob nova forma, uma releitura sobre a crença sebástica, tecida em Portugal depois do desaparecimento de D. Sebastião em guerra contra os mouros, no remoto ano de 1578. Em fins do século XIX o sebastianismo, considerado invencionice estúpida da

ignorância popular, continuava herdeiro dos estigmas que lhe haviam atribuído os ilustrados do século XVIII, mantendo-se como sinônimo de atraso para os adeptos da nova “Religião da Humanidade” preconizada por Auguste Comte. Inegavelmente apegada à imagem da monarquia deposta, Antônio Conselheiro pregava a volta de D. Pedro II e de toda a família real, únicos governantes legítimos, porque sagrados, para continuar a dirigir o país, explicitando, talvez, uma compreensão difusa e ainda pouco estudada do sebastianismo no Brasil. (HERMANN, 1996, p. 14).

A Revolta da Vacina ocorreu de 10 a 16 de novembro de 1904 no Rio de Janeiro durante o governo de Rodrigues Alves (que governou de 1902 a 1906). Neste governo, Osvaldo Gonçalves Cruz (1872-1917) deu início a uma campanha de vacinação obrigatória com o intuito de erradicação da varíola, propondo a chamada Lei da Vacina Obrigatória, que entrou em vigor em 31 de outubro de 1904. Como reação à lei, estabeleceu-se uma Liga Contra a Vacina Obrigatória que, junto a protestos populares mais ruidosos, gerou do governo a ação de instaurar um estado de sítio. Também houve protestos por parte de alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. A população considerava a medida de vacinação obrigatória extremamente invasiva, por parte das autoridades do novo regime, à intimidade dos lares dos cidadãos, a ponto dessa medida possibilitar que residências fossem literalmente invadidas pelos aplicadores da vacina.

Beatriz Resende em *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos* traça um panorama sobre o clima de constante tensão entre as medidas adotadas pelo governo republicano, enquanto entidade infante na história política brasileira, e as reações da população que recebia os impactos mais diretos das inovações propostas pelo novo governo, a população residente na ex-capital do império e então Distrito Federal da República. Esta tensão entre as ações governamentais e as reações populares não raro descambava em conflitos violentos entre as forças policiais e os locais, caso da Revolta da Vacina:

Os primeiros anos da República foram, sobretudo, marcados por movimentações das camadas subalternas, do cidadão comum, das “classes perigosas”, como oposição ao regime expressa por manifestações de rua, revoltas, quebra-quebras e greves. (...) Como

consequência desse espírito de despotismo ilustrado dominante na república dos doutores, foi imposta a lei da vacinação obrigatória, tornando-se razão de protestos populares que atingiram a dimensão de uma guerra civil.

Rodrigues Alves assumiu o governo em 1902 com um programa intensivo de obras públicas: saneamento e reforma urbana. Para desenvolvê-las, o prefeito Pereira Passos e o diretor do Serviço de Saúde Pública, Oswaldo Cruz, receberiam poderes de ditadores. (RESENDE, 2016, p. 33).

Diferentes setores da população da capital da República sentiram-se contrariados em seus interesses e direitos quando o governo republicano se propôs a dar suporte legal e, portanto, policial, à campanha de vacinação obrigatória concebida por Oswaldo Cruz para ser posta em prática no Rio de Janeiro. Isto porque o referido suporte se deu ostensivamente de forma truculenta, realizando o Estado o papel de estabelecedor de métodos de vacinação de toda uma população metropolitana, arbitrados por sua vez por alguns indivíduos “cientificamente iluminados”, e de detentor da força bruta capaz de fazer cumprir sobre a população os objetivos da idealizada campanha:

(...) É evidente que a insatisfação dominou os pequenos proprietários de casas desapropriadas, os donos dos cortiços e de casas de cômodos anti-higiênicos, que foram obrigados a reformá-los, como também o cotidiano de pessoas comuns que tiveram que deixar os locais de moradia para que acontecessem as demolições e desinfecções.

E foi justamente com a utilização de métodos autoritários legitimados por lei que o governo se dispôs a vacinar, obrigatoriamente, a população contra a varíola. À resistência popular espontânea juntou-se a oposição dos positivistas e o posicionamento contra a obrigatoriedade por parte de jornais como o *Correio da Manhã*. E a revolta foi para as ruas. (RESENDE, 2016, p. 34).

Lima Barreto foi testemunha da Revolta da Vacina e teceu considerações sobre o desenrolar desta revolta em seu *Diário íntimo*: nele o escritor retratou tanto como a revolta popular foi repelida violentamente pelo Estado quanto destacou alguns pontos que lhe pareceram positivos nas campanhas populares de resistência,

como a diminuição do fetichismo na população pela farda e a desmoralização da Escola Militar. Os revoltosos insurgiram-se, primeiro, contra a arbitrariedade do governo na imposição da vacina aos civis e, segundo, contra a repressão policial às manifestações populares de desaprovação da vacinação obrigatória. Assim registrou Lima Barreto em seu diário:

Durante as mazorcas de novembro de 1904, eu vi a seguinte e curiosa coisa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava.

O governo diz que os opositoristas à vacina, com armas na mão, são vagabundos, gatunos, assassinos, entretanto ele se esquece que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele, são da mesma gente.

Essa mazorca teve grandes vantagens: 1) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defendê-la com armas na mão; 2) diminuir um pouco o fetichismo da farda; 3) desmoralizar a Escola Militar.

Pela primeira vez, eu vi entre nós não se ter medo de homem fardado. O povo, como os astecas ao tempo de Cortez, se convenceu de que eles também eram mortais. (BARRETO, 1993, p. 23).

O escritor registrou o temor quanto à forma como estava se desenvolvendo o aparato repressivo do governo republicano na capital durante o período da Revolta. A Ilha das Cobras, que já havia sido cenário da retaliação aos revoltosos da Armada aprisionados, era agora local de repressão de civis revoltados com a vacinação obrigatória (e seria ainda local de execução de prisioneiros da Revolta da Chibata). A Ilha das Cobras enquanto espaço de violência perpetrada pelo governo contra seus inimigos ainda viria a ser retratado anos depois por Lima Barreto em seu romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, em que o herói, ao protestar ao governo de Floriano Peixoto em favor dos revoltosos cativos, terminará executado na mesma ilha:

Este caderno esteve prudentemente escondido por trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil.

Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na Ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre.

Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda.

De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos. (BARRETO, 1993, p. 24 e 25).

Pelo teor da narrativa que Lima Barreto fez acerca do sítio de 1904, no contexto da Revolta da Vacina, não é de estranhar que o escritor houvesse escondido seu diário por um mês, com receio de sofrer qualquer forma de represália por parte da polícia ou do Exército, ainda mais por exercer cargo público na Secretaria do Ministério da Guerra, visto que a exposição de suas ideias registradas no mesmo poderiam causar-lhe grandes transtornos, se viesse a sofrer acusação de inimigo do Estado. Sua narrativa do acontecido, estava ciente o autor do diário, era cruel, tal qual lhe parecia cruel o procedimento da polícia na retaliação aos protestos dos populares:

Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhanamente, arrebatava-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à Ilha das Cobras, onde eram surradas desapidadamente. (BARRETO, 1993, p. 24).

Em 1909 o sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, o gaúcho Hermes Rodrigues da Fonseca, também um marechal, e que na época se encontrava encabeçando o Ministério da Guerra, candidatou-se à presidência da República. O então ministro viria a enfrentar, como oposição à sua candidatura, a chamada Campanha Civilista de Rui Barbosa, que advogava que a liderança do governo nacional não deveria ficar, após poucos anos de presidências civis, novamente a cargo da influência militar, a qual representava Hermes da Fonseca. Apesar do

notório ineditismo da campanha de Rui Barbosa, realizada de norte a sul do país, o Marechal Hermes obteve a vitória.

Neste contexto de movimentada corrida presidencial, a posição de Lima Barreto foi favorável à campanha civilista de Rui Barbosa e terminantemente contrária à campanha militarista de Hermes da Fonseca, chegando a manifestar crítica escrita à candidatura deste último. Segundo a autora Zélia Nolasco-Freire em *Lima Barreto: imagem e linguagem*, o romancista fundou em 1909, junto de seu camarada de militância literária e grande amigo para todas as horas, Antonio Noronha Santos, um semanário, que só teve um número publicado, intitulado *O Papão: 'semanário dos bastidores da política, das artes e... das candidaturas', panfleto contra a candidatura de Hermes da Fonseca à Presidência da República* (NOLASCO-FREIRE, 2005, p. 52).

A panfletagem do escritor contra o reaparecimento de uma república no Brasil governada por militares continuaria, literariamente trabalhada, no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (escrito já durante o governo de Hermes da Fonseca), que, a pretexto de tecer críticas à ingerência militar no governo republicano da época, insere seu Policarpo Quaresma, de forma cuidadosa, a fim de evitar problemas com o governo do Marechal e com os próprios superiores da secretaria onde trabalhava, no contexto de um período de domínio militar anterior, o do governo do Marechal Floriano Peixoto e do estouro da Segunda Revolta da Armada. Publicaria o romance em 1911 aos poucos, em folhetim, mas em livro apenas em 1915, quando Hermes já não mais governava o país.

Em seu estudo *Os Jovens Turcos e o projeto de modernização profissional do Exército Brasileiro*, o pesquisador Fernando da Silva Rodrigues expõe, segundo o entendimento de um oficial do Exército, o Marechal Odylio Denys (1892-1985), que ações foram tomadas na continuidade do aprimoramento do Exército, tal como já vinha sendo feito no Império, segundo trabalho já referido de Claudia Alves, agora durante o período da Primeira República.

Rodrigues também discute, segundo Denys, como estas ações de aprimoramento estavam sendo encabeçadas pelo então Ministro da Guerra, Hermes

Rodrigues da Fonseca, aprimoramento que este ministro viria a dar continuidade, ao assumir a presidência da República no ano de 1910. Este aprimoramento do Exército que estava sendo levado a cabo pelo até então Ministro Hermes vinha sendo notado publicamente. Não era apenas, portanto, pelo parentesco de Hermes com Deodoro da Fonseca e por sua carreira militar, que ocorreram oposições como a do próprio Rui Barbosa e de Lima Barreto, mas porque sua atividade de reforço estrutural das forças armadas enquanto Ministro da Guerra já se mostrava bastante intensa, o que iria se confirmar em seu governo. Expressa Rodrigues o entendimento do Marechal Denys acerca das reformas militares de Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra:

Segundo o Marechal Odylio Denys, foram providências importantes tomadas para as futuras mudanças: a Lei de Reorganização do Exército de 1908; a reorganização do Estado-Maior do Exército mais compatível com a preparação da guerra; a criação de Grandes Unidades permanentes, no início chamadas de Brigadas Estratégicas, posteriormente substituídas pelas Divisões de Infantaria e Cavalaria; a Lei do Serviço Militar Obrigatório de 1908; a elaboração dos regulamentos de emprego das Armas destinados à instrução da tropa e dos quadros; a aquisição de armamento; e o reaparelhamento das fábricas. Todas essas providências foram tomadas no governo do Presidente Afonso Pena (1906 – 1909), que pela situação de prosperidade econômica do país, depois do período de saneamento do Presidente Campos Sales (1898 – 1902), pode criar as condições para reformas estruturais de profundidade. No período o Ministro Guerra era o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1906-1909), responsável pela aplicação dessas significativas mudanças renovadoras da Instituição. (...) A 15 de novembro de 1910, assumiu a chefia do Estado brasileiro. (RODRIGUES, 2007, p. 1 e 2).

Após ter ganho as eleições, ao assumir o poder, o Marechal Hermes da Fonseca pôs em prática uma política que visava ao desmantelamento das oligarquias locais dos Estados da Federação, procurando destituir os governadores dos Estados ligados a famílias tradicionais que possuíam um histórico de envolvimento com as políticas locais, e que poderiam vir a constituir focos de resistência ao governo central, no propósito de colocar em seus lugares governadores escolhidos por ele mesmo, enquanto presidente, com formação e

carreira militar, que lhe manteriam a fidelidade. Esta política de centralização de poder ficaria conhecida como política das salvações.

A *Política das Salvações*, segundo Rogério Rosa Rodrigues, foi o “nome dado à participação de militares nas intervenções federais nos estados concentradas nas sucessões governamentais ocorridas entre 1911 e 1912, com o objetivo de renovar a política brasileira dominada por setores oligárquicos” (2015, p. 1). O autor frisa, com o devido cuidado de pesquisador que não afirma, apenas sugere, que tal política salvacionista (na ação de “salvar” a integridade do governo nacional frente a desagregação de políticas localistas), é tradicionalmente identificada com Hermes da Fonseca pela coincidência das “derrubadas oligárquicas” se darem durante seu governo, marcadamente centralista e pró-militarista, tanto que o presidente continuaria a realizar as reformas nas forças armadas que vinha realizando durante sua atuação no Ministério da Guerra:

As ações salvacionistas foram implementadas em sua maioria por oficiais do Exército, seja por meio do confronto político direto, ao se apresentarem como candidatos oficiais, seja por meio indireto, ao apoiarem um candidato de oposição ao setor oligárquico dominante. As derrubadas oligárquicas que caracterizam as salvações coincidiram com a eleição do marechal Hermes da Fonseca para a presidência da República (1910-1914) e com a presença de várias pessoas de sua família em cargos políticos. Tal fato faz crer que as salvações foram conduzidas pelo Catete. Além de revelar as fissuras do jogo político da Primeira República, o que a política das salvações evidencia em primeiro plano é a emergência do Exército como força política dez anos depois da ação decisiva que a corporação teve na proclamação da República e do golpe sofrido com a “política dos estados” consolidada por Campos Sales. Isso não significa dizer que o Exército tenha se transformado em partido político durante a Primeira República, mas não se pode deixar de reconhecer que retornou ao cenário político após a Campanha Civilista. (RODRIGUES, 2015, p. 1 e 3).

A despeito de todos os esforços de aparelhamento das Forças Armadas Brasileiras durante o governo do Marechal Hermes da Fonseca, três grandes revoltas agitaram o seu governo, uma delas desencadeada como reação direta à sua política “salvacionista”, ou seja, de centralização dos poderes regionais no poder

federal (caso da Revolta de Juazeiro do Norte). A primeira delas, que ficou conhecida como Revolta da Chibata, ocorrida em 1910, foi uma revolta interna na Marinha Brasileira, iniciada por marinheiros, contra maus tratos perpetrados por oficiais a estes, como o infame castigo das chibatadas, que evocava a memória da escravidão, ainda muito viva naquela época, visto serem muito marinheiros negros. A revolta foi liderada pelo marinheiro negro João Cândido Felisberto (1880-1969), que ficou conhecido por suas proezas como Almirante Negro.

Esta revolta desenrolou-se no Rio de Janeiro, constituindo-se no conflito ocorrido territorialmente mais próximo do governo central durante a presidência de Hermes da Fonseca. Suprimida a revolta, João Cândido foi preso e levado para a Ilha das Cobras. Lá sofreu torturas e esteve a ponto de morrer asfixiado por cal, o que se deu com alguns de seus companheiros revoltosos. Terminado o conflito, em 1912 Cândido foi internado como louco no Hospital de Alienados (o mesmo hospício em que Lima Barreto seria internado duas vezes), a despeito da falta de qualquer critério que validasse sua internação. Após o período sob tortura na Ilha das Cobras e sob humilhação no Hospital de Alienados, o marinheiro terminou por ser absolvido da acusação de inimidade ao Estado.

Em seu estudo intitulado *Os bordados de João Cândido*, o historiador José Murilo de Carvalho ilustra o impacto causado pela Revolta da Chibata no governo, na imprensa e na opinião popular, tanto pelo poderio assombroso dos navios caídos em mão dos revoltosos, com plena capacidade de bombardear completamente a costa da cidade do Rio de Janeiro, o que levava os moradores da área litorânea da capital a reviverem as tensões ocorridas anteriormente com as duas revoltas da Armada, há menos de duas décadas, quanto pelo espanto de todos e admiração de não poucos, por parte de oficiais e civis, no que dizia respeito à destreza dos marinheiros, ou seja, de um grupo de indivíduos pertencentes ao mais raso escalão da Marinha, no hábil comando dessas máquinas de guerra marítimas:

Pânico e fascínio tomaram conta da população do Rio de Janeiro entre os dias 23 e 26 de novembro de 1910, tempo que durou a Revolta dos Marinheiros contra o uso da chibata e outras práticas humilhantes vigentes na Marinha brasileira. O Pânico ficava por

conta do aspecto apavorante dos grandes encouraçados, o São Paulo e o Minas Gerais, recém-incorporados à esquadra como parte do programa de renovação naval iniciado em 1906. O fascínio devia-se ao espetáculo das evoluções das quatro belonaves pela baía da Guanabara. (...) A exibição de competência e, sobretudo, de elegância nas manobras chocava-se com a imagem que se tinha dos marinheiros nacionais: homens rudes, brutos, recrutados na marginalia das cidades, quando não entre condenados das casas de detenção. Na avaliação dos oficiais, os marinheiros eram a ralé, a escória da sociedade, eram facínoras que só a chibata podia manter sob controle. (CARVALHO, 1995, p. 68-70).

A chamada Revolta do Contestado constituiu-se na segunda grande revolta messiânica ocorrida na Primeira República, e ocorreu na divisa entre os estados de Santa Catarina e Paraná, denominada curiosamente de região do Contestado, por estar sob contestação ainda, na época, de ambos estados. Esta revolta foi iniciada em outubro de 1912, envolvendo tropas governamentais e sertanejos pertencentes a uma comunidade messiânica, denominada Comunidade do Quadrado Santo. Esses sertanejos eram liderados inicialmente por um curandeiro conhecido como José Maria de Santo Agostinho (1889-1912), tomado popularmente por monge católico, fundador da referida comunidade, e que era declaradamente monarquista e sebastianista.

Além da região do Contestado ser tradicionalmente disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, havia um agravante que culminaria na desapropriação de terras de muitos sertanejos naquela região. O megaempresário estadunidense Percival Farquhar (1864-1953) tinha recebido do governo brasileiro, concessão de terras à esquerda e à direita, na região, da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, cuja construção estava empreendendo através da sua *Brazil Railway Company*. Das árvores presentes na faixa de terra que lhe havia sido concedida, Farquhar extrairia madeira para sua madeireira. Moradores sertanejos que viviam nesta faixa concedida pelo governo acabaram sendo desapropriados e sentiram-se desassistidos pelo mesmo.

Uma parte desses sertanejos em situação de desamparo buscou refúgio espiritual na liderança do monge José Maria de Santo Agostinho que, acolhendo-os, fundou a Comunidade do Quadrado Santo. Como se tratava de uma comunidade

monarquista, portanto, contrária à autoridade maior do governo republicano, logo acenderam-se os ânimos das autoridades locais e o conflito iniciou. Com a morte de José Maria ainda em 1912, no primeiro confronto dos sertanejos com forças governamentais, um ano depois já se difundira a crença de que o monge ressuscitaria e retornaria em favor de sua comunidade acompanhado de um exército, o Exército Encantado de São Sebastião, passando a comunidade a ter sucessivas lideranças, até ser completamente destruída.

O maior dos redutos sertanejos da Comunidade do Quadrado Santo foi a Comunidade de Santa Maria, que se transformou em pouco tempo de um acampamento em praticamente uma cidadela, a qual o visionário José Maria não viria a conhecer, devido a seu falecimento um tanto precoce para guiar o rumo a que deveria tomar a multidão de pessoas e famílias que haviam se arrebanhado ao seu redor. Esta comunidade, todavia, acabou sendo destruída em 1915 pelo General Fernando Setembrino de Carvalho (1861-1947). O último líder do Quadrado Santo foi Adeodato Manoel Ramos, preso em 1916 e falecido em 1923. O fim da guerra do Contestado culminou, enfim, na assinatura de limites territoriais entre Santa Catarina e Paraná em 1916.

A chamada Sedição de Juazeiro foi uma revolta que ocorreu em 1914, na cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, e teve como líder e inspirador espiritual a figura do líder messiânico Padre Cícero Romão Batista (1844-1934), padre católico, misto de caudilho e profeta, conhecido popularmente pelos cearenses como Padim Ciço. No contexto da política das salvaçãoes de Hermes da Fonseca, havia sido derrubada do poder no Ceará a tradicional família Accyoli, subindo ao governo do Estado, no lugar do oligarca Antônio Pinto Nogueira Accyoli, como interventor do governo federal, o Coronel Marcos Franco Rabelo, apoiado, a princípio, pela elite de Fortaleza.

O Coronel Floro Bartolomeu e o Padre Cícero, representando ambos, unidos, uma força localista de fôlego, empreenderam resistência ao governo de Rabelo, em prol da manutenção da família Accyoli na política cearense. No decorrer do crescente enfrentamento entre as duas forças, a centralista e a localista, o governo central, na figura de Rabelo, promoveu um cerco à cidade de Juazeiro que, todavia, foi

protegida pelos fiéis à liderança espiritual e política de Padre Cícero, conseguindo reverter a situação da defesa da cidade para a expulsão de Franco Rabelo da política local do Ceará, chegando os fiéis, na contra-investida de invasão dos centralistas, a, livrada Juazeiro do cerco, tomarem a capital do Estado, Fortaleza.

Estudando a *Sedição de Juazeiro*, Rogério Rodrigues observa o terceiro místico vinculado ao profetismo e à liderança messiânica nas três grandes revoltas messiânicas já citadas, tratando-se aqui do mencionado Padre Cícero, com um grande diferencial no destino deste líder em relação aos outros dois: diferentemente dos outros líderes messiânicos, o padre Cícero não apenas sobreviveu ao conflito armado com o Estado, como manteve seu poderio e prestígio diante das autoridades locais cearenses, chegando mesmo a aumentá-lo. Das três revoltas contra as forças centrais republicanas, a de Padre Cícero foi a única que venceu e fez o Catete sob o governo do Marechal Hermes da Fonseca recuar em sua política interventora:

Desde o século XIX, Juazeiro, a Nova Jerusalém, despontava como uma cidade sagrada para onde se dirigiam milhares de fiéis, em busca de melhores condições de vida e do conselho do Padre Cícero. Para lá confluíam pessoas das mais diversas classes e com interesses diferenciados: comerciantes, bandidos, desabrigados e miseráveis assolados pela fome e pela violência, provenientes de diversos estados, em sua maioria do Nordeste. A todos, Cícero obrigava, dava conselhos e, muitas vezes, garantia lar e comida. Ao trabalho na lavoura também eram encaminhados muitos fiéis, embora com mão de obra subvalorizada. (ROSA, 2015, p. 1).

Além das revoltas que o governo Hermes da Fonseca teve de lidar, houveram crises ligadas a relações internacionais do Brasil que, começando na gestão do Marechal, intensificaram-se no governo de seu sucessor, Venceslau Brás, que governou a República de 1914 a 1918. Durante o governo de Hermes da Fonseca e em um período anterior ao estouro da Primeira Guerra Mundial, um grupo de oficiais, que ficou conhecido como Jovens Turcos, foi comissionado a passar um tempo na Alemanha para observar como o Exército deste país estava se desenvolvendo em termos de administração, técnica de combate e equipamentos utilizados, e fizeram um voto entre si de, mesmo que o governo brasileiro não viesse a aproveitar, em

prol de seu Exército, os conhecimentos que eles estavam obtendo naquela visita, se esforçariam, ao voltarem para o Brasil, em implementar o que fosse possível das inovações que testemunharam estar ocorrendo no militarismo alemão. Retornando ao Brasil, contribuíram para o pensamento germanófilo no país, que viria a se chocar, na deflagração da Grande Guerra, com o pensamento francófilo da Liga Brasileira pelos Aliados.

Fernando Rodrigues explica que, no bojo das transformações que Hermes da Fonseca vinha realizando desde sua ocupação do Ministério da Guerra, um dos maiores passos na reforma institucional das forças armadas, neste caso específico, do Exército brasileiro, foi o estágio realizado pelos oficiais brasileiros que ficaram posteriormente conhecidos como “Jovens Turcos” no Exército alemão, cuja instituição lhes causou tamanha impressão, que, ao voltarem para o Brasil inspirados a remodelar o Exército nacional, agindo como um *think tank*, criaram a revista *A defesa nacional*. Tal movimento inclusive lembra movimento similar predecessor, apontado por Cláudia Alves, durante o Império, culminando na criação da *Revista do Exército Brasileiro*. Segundo Rodrigues:

(...) o regresso dos oficiais que estagiaram na Alemanha em 1912 serviu para dar maior intensidade à nova orientação profissional no Exército. Foram eles os elementos que lançaram a campanha renovadora da Instituição. Para tanto, fundaram a Revista A Defesa Nacional e foram distribuídos conforme solicitação ao Ministro da Guerra, General-de-Divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (30 de maio de 1912 a 15 de novembro de 1914), pelos Corpos de Tropa das suas respectivas Armas, recebendo em um primeiro momento por parte de oficiais mais antigos a denominação de “Jovens Turcos”, como maneira de depreciar esses militares e suas ações ditas renovadoras. De apelido pejorativo no início, terminou com o tempo servindo de símbolo de uma causa. A nova geração de oficiais brasileiros formados a partir do Regulamento das Escolas Militares de 1905, com ênfase na prática, iria aderir com entusiasmo aos novos conhecimentos trazidos pelos oficiais ex-estagiários na Alemanha. (RODRIGUES, 2007, p. 3).

Estourada a Primeira Guerra Mundial em 1914, percebendo portugueses e brasileiros o perigo que Portugal e, possivelmente o Brasil, a seu tempo, corriam

diante do expansionismo alemão, houve cooperação entre intelectuais destes dois países em defesa do que entendiam como latinidade contra o pangermanismo e a germanofilia, visto que os intelectuais de ambas nacionalidades, ambos culturalmente francófilos, se encontravam alarmados com o que já estava acontecendo com a França, e temiam não apenas pela sobrevivência e liberdade imediatas de suas nações, colocando-se ao lado dos aliadófilos na esperança de que as forças aliadas derrotassem a Alemanha, mas também pela sobrevivência de suas culturas de matrizes latina e ibérica. Segundo Livia Claro Pires em *A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial*:

Os aliadófilos acreditavam estar o Brasil em melhor situação caso aderisse à guerra ao lado da França, Inglaterra e demais países participantes da Tríplice Entente. Ruy Barbosa, Graça Aranha, Paulo Barreto e Olavo Bilac são algumas importantes personalidades brasileiras integrantes da corrente defensora da entrada do país na Primeira Guerra ao lado daqueles que, segundo suas opiniões, representariam o verdadeiro ideal de liberdade e democracia para o mundo, defendendo-o contra a barbárie germânica. Admiradores da cultura francesa e do ideal de latinidade, em geral tal grupo era composto por escritores, políticos e jornalistas, concentrados em sua maioria no Rio de Janeiro. Esses intelectuais pretendiam o rompimento de toda e qualquer relação com o Império Alemão e seus parceiros no combate, e o alinhamento definitivo do Brasil ao lado dos Aliados. (PIRES, 2011, p. 3).

Entendiam com isso os aliadófilos brasileiros, de acordo com os países aliados em conflito e os demais países aliadófilos, que uma postura neutra era inviável na prática (o que foi confirmado, segundo eles, pela ofensiva alemã a navios brasileiros) e moralmente desonrosa, porque entendida mundialmente, em face da gravidade da proporção que havia tomado o conflito europeu, como covardia. A Liga pelos Aliados pressionava, portanto, publicamente, o governo brasileiro a uma tomada de posição diante do conflito mundial e, de preferência, a favor da Tríplice Entente, defensora, em seu entendimento, dos interesses do mundo livre e civilizado:

Sob a perspectiva aliadófila, a neutralidade era uma prova de covardia. Os países que a adotavam omitiam-se perante a responsabilidade de defender o considerado “mundo livre”, sacrificando um dever em razão de propósitos de cunho econômico. (...) O Brasil não era poupado em tais críticas e condenavam o posicionamento do país no conflito, atribuindo-o ao receio de represália alemã e da suspensão dos acordos econômicos. (...) O Brasil, como integrante da civilização latina, possuía, na concepção desses intelectuais, a obrigação de postar-se ao lado dos Aliados e romper relações com o Império Alemão. F. Mendes de Almeida Júnior afirma categoricamente que o governo de Wenceslau Brás, deixou-se intimidar pelo Segundo Reich ao não se colocar ao lado da França e da Inglaterra no conflito. (PIRES, 2011, p. 4 e 5).

A Liga pelos Aliados, segundo Pires, teria sofrido, com o passar do tempo, críticas de alguns de seus ex-membros, como teria sido o caso de Lima Barreto, Afrânio Peixoto e Nestor Victor, e de órgãos da imprensa, caso do jornal *O Imparcial*. Os críticos da Liga questionavam a perda gradativa de seu propósito inicial e, conseqüentemente, de sua efetividade, enquanto instituição apoiadora da causa aliadófila, e a acusavam de servir de órgão subserviente a interesses do capital internacional, que acabou arrastando o Brasil em 1917 a uma guerra que não era sua, quando o governo brasileiro, sob pressão da opinião pública, estimulada pela própria Liga, saiu da posição de neutralidade que até então sustentava:

Houve, claro, oposições a tais ações e manifestos. Lima Barreto, antigo membro da Liga Brasileira, a chamou, ironicamente, de “sociedade musical e dançante” (AZEVEDO, 2001: 203), devido ao número de atividades culturais que a entidade promovia. Após a morte de José Veríssimo, o jornal fluminense *O Imparcial* acusou a Liga Brasileira de afastar-se dos ideais defendidos por seu fundador, o que teria ocasionado a saída de vários dos seus membros, como Dias de Barros, Afrânio Peixoto e Nestor Victor, e de colocar as conveniências dos Aliados acima dos interesses nacionais. (PIRES, 2011, p. 8).

Lima Barreto chegou a explicar publicamente no artigo *São capazes de tudo...*, datado de 11 de janeiro de 1919, a razão de ter se distanciado, com o tempo, da Liga pelos Aliados, após ter aderido inicialmente à causa defendida por esta associação. Entendia o escritor que, aos poucos, a cumplicidade de alguns

oportunistas de lucros e favores, somado à ignorância bem-intencionada de muitos simpatizantes da causa aliadófila, culminou na transformação da Liga em uma máquina de arrecadação de dinheiro através de constantes eventos e patrocínios visando exposição comercial, sem conexão lógica com práticas de apoio direto, ainda que restrito a apoio financeiro, à causa dos países aliados diretamente envolvidos no conflito:

No começo da contenda europeia, dei a minha adesão à Liga pelos Aliados; mas, desde que ela desandou, aproveitando-se da simplicidade de muitos e da cumplicidade de alguns, em escritório de anúncios de carnes frigorificadas, e outros gêneros de primeira necessidade, julguei do meu dever não dar mais nenhuma palavra de apoio a semelhante instituição que, quando não era quarta página de jornal, se transformava em sociedade musical e dançante ou em clube dramático, recreativo e literário. (BARRETO, 2012, p. 101 e 102).

No contexto da Primeira Guerra Mundial, além da campanha de apoio aos Países Aliados no confronto, empreendida pela Liga Brasileira pelos Aliados, da qual Olavo Bilac foi um dos mais proeminentes representantes, foi criada em 1915 uma campanha, encabeçada por Bilac, em defesa do serviço militar obrigatório a todos os civis. Declarava Bilac ser a habilitação a todo cidadão em rudimentos de guerra uma garantia de proteção nacional a exércitos profissionais, especializados, por parte deste ou daquele presidente no governo, que pudessem impor qualquer forma de coação aos cidadãos. Por outro lado, o serviço obrigatório visava preparar o maior contingente possível de cidadãos acaso o Brasil, naquela altura ainda neutro, viesse a entrar na guerra.

Em estudo intitulado *A campanha cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga da Defesa Nacional*, Cesar Alberto Ranquetat Júnior traça um panorama do apostolado nacionalista do poeta Olavo Bilac, demonstrando como a série de palestras que proferiu, denominadas *A defesa nacional*, redundaram em um livro homônimo, coletânea das mesmas, (inclusive de mesmo nome da revista criada pelos *Jovens Turcos*), e em uma entidade, a Liga da Defesa Nacional, em funcionamento até hoje,

e discute as motivações confessas de Bilac que o levaram a empreender a sua cruzada militarista patriótica em cinco capitais brasileiras:

O apostolado nacionalista de Olavo Bilac em prol do serviço militar obrigatório e de uma educação cívico-patriótica ocorreu durante os anos de 1915 e 1916. Nesse período o poeta parnasiano proferiu uma série de palestras em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte. O público principal dessas palestras era composto por estudantes, intelectuais e militares. As palestras de Olavo Bilac foram posteriormente publicadas em um livro também intitulado *A defesa nacional*, publicado em 1917. Coroando seu apostolado nacionalista, é fundada, em 7 de setembro de 1916, a Liga da Defesa Nacional. Pedro Lessa, Miguel Calmon e Olavo Bilac foram os criadores dessa organização, cujas finalidades foram definidas no discurso de Bilac na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1916, onde inicialmente foi instalado o diretório central da *Liga*. Os dois principais pontos do programa da Liga da Defesa Nacional eram o serviço militar obrigatório e a educação cívica. (JÚNIOR, 2011, p. 10 e 13).

De acordo com Júnior, em suas palestras Bilac enfatizava a expansão da educação fundamental país afora, universalmente requisitada na época dada a alta taxa de analfabetismo no país, pregando uma educação voltada para o desenvolvimento do espírito (intelectual, cultural). Todavia, no entendimento do poeta, a educação deveria compreender a formação física, corporal, com o propósito de se criar “o cidadão-soldado, um tipo humano voltado para o heroísmo, com capacidade para o sacrifício em prol da nação” (2011, p. 11). Seguindo esta lógica, a instituição Exército iria se constituir em uma:

(...) escola e um centro formador e transmissor de virtudes marciais. Para tanto era necessário que cada brasileiro do sexo masculino passasse obrigatoriamente pelo menos um ano nesse “laboratório”. (...) Não aceitava a separação e o distanciamento entre o exército e o povo. As forças armadas e a nação deveriam se reaproximar, vivendo em um clima de concórdia e harmonia, pois Bilac concebia o exército como o braço armado da nação. Bilac arguia a necessidade de militarização dos civis, como um antídoto contra o militarismo e a supremacia de uma casta militar. (JÚNIOR, 2011, p. 11).

Em 4 de agosto de 1914, diante da Grande Guerra que estourava na Europa, o Brasil havia declarado perante o mundo sua neutralidade, mantendo suas exportações normalmente a qualquer país interessado, principalmente a exportação de café. Em razão do torpedeio de uma embarcação brasileira por parte de um submarino alemão em 5 de abril de 1917, resultando na morte de três brasileiros, em 11 de abril de 1917, o Brasil declarou fim da diplomacia com a Alemanha. O clima de tensão foi crescendo na imprensa brasileira e o Presidente da República Venceslau Brás declarou guerra à Alemanha em 26 de outubro de 1917. A participação do Brasil na Primeira Guerra se deu mais propriamente como uma tardia tomada de posição contra as ambições imperialistas da Alemanha.

Luciana Fagundes, em artigo intitulado *Participação brasileira na Primeira Guerra Mundial*, explica como se deu gradativamente a mudança de posição do governo brasileiro no jogo de forças beligerantes, a nível global, durante a Primeira Guerra Mundial, passando o governo, sob o mandato do então presidente Venceslau Brás, de um estado inicialmente neutro no conflito, para, em um segundo momento, sob pressão, veiculada pela Imprensa, das forças aliadas e da opinião pública brasileira e internacional, o corte de relações diplomáticas (e não sem protelação e hesitação) com a Alemanha, após iniciativa hostil desta contra o Brasil e, por fim, para um franco estado de alinhamento com as forças aliadas e de beligerância contra o Império Germânico:

A princípio neutro diante do conflito, o Brasil revogou a neutralidade em favor da França, Rússia, Grã-Bretanha, Japão, Portugal e Itália em junho de 1917, reconheceu o estado de guerra em novembro seguinte e enviou uma Divisão Naval em Operações de Guerra em maio de 1918. O reconhecimento do estado de guerra com o Império Alemão se deu após o torpedeamento do vapor brasileiro *Macau* e do aprisionamento de seu comandante. A lei de guerra foi sancionada em 16 de novembro de 1917, e proibiu aos alemães no Brasil todo comércio com o exterior, bem como o transporte de carga inimiga em navios nacionais e a remessa de fundos para o exterior. Foram cassadas também as licenças para o funcionamento de companhias de seguro e bancos alemães. Apesar de uma atuação inexpressiva militarmente, o Brasil foi o único país da América do Sul a participar do conflito, o que garantiu sua presença na Conferência de Paz, que seria realizada em 1919 em Versalhes, e na organização da Liga das Nações. (FAGUNDES, 2015, p. 1, 4 e 5).

Lima Barreto registrou no *Diário íntimo* em 3 de junho de 1917 crítica à entrada do Brasil na Grande Guerra (Primeira Guerra Mundial), não sem ironizar, ter passado um mês entregue à bebida, justificando, com humor, que o evento que o tirou do torpor foi a quebra da neutralidade brasileira no conflito iniciado em 1914. Mas o ponto crucial desta quebra de neutralidade que perturbou o escritor foi o fato de o Brasil ter se posicionado publicamente em beligerância contra a Alemanha e a favor dos Estados Unidos, cuja cultura era mais criticada por Lima Barreto do que a cultura alemã, devido ao fato de os negros estadunidenses terem vivido e ainda viverem, na época, sob duras condições naquele país:

Hoje, depois de ter levado quase todo o mês passado entregue à bebida, posso escrever calmo. O que me leva a escrever estas notas é o fato de o Brasil ter quebrado a sua neutralidade na guerra entre a Alemanha e os Estados Unidos, dando azo a que este mandasse uma esquadra poderosa estacionar em nossas águas. A dolorosa situação dos homens de cor nos Estados Unidos não devia permitir que os nossos tivessem alegria com semelhante coisa, pois têm. Néscios. Eu me entristeço com tal coisa, tanto mais que estou amordaçado com meu vago emprego público. (BARRETO, 1993, p. 133)

Além da Grande Guerra, outros dois eventos foram acompanhados e abordados publicamente por Lima Barreto durante o ano de 1917: a Revolução Russa e a Greve Geral em São Paulo. Lima Barreto em artigo escrito para o A.B.C. em 11 de maio de 1918, intitulado *No ajuste de contas...*, que ficou conhecido como “Manifesto Maximalista”, expôs uma série de medidas que deveriam ser tomadas para que se concretizasse uma revolução nas bases do Estado e da sociedade brasileiros, que se dariam na seguinte ordem: extinção da propriedade privada imóvel (como grandes latifúndios) e móvel (como apólices), confisco de bens de certas ordens religiosas, fazer cessar a fome e enriquecimento da burguesia e a revisão do casamento.

Mencionaria Lima Barreto ainda outras medidas radicais que gostaria de ver realizadas no Brasil, como, segundo suas próprias palavras, “uma revisão

draconiana nas pensões graciosas, uma reforma cataclísmica no ensino público, suprimindo o ‘doutor’ ou tirando deste a feição de brâmane do código de Manu, cheio de privilégios e isenções; a confiscação de certas fortunas” (BARRETO, 2012, p. 60). Ponderava, contudo, o escritor, em seu manifesto, ciente que estava da implicação de suas proposições, diante do cenário internacional de guerra cuja névoa pairava por todo o globo:

Iremos, porém, devagar e por partes; e, logo acabada esta guerra que é o maior crime da humanidade, quando os filhos e os outros parentes dos pobres-diabos que lá estão morrendo às centenas de milhares, ou se estropiando, tiverem de ajustar contas com esta burguesia cruel, sem caridade, piedade e cavalheirismo, que enriqueceu e está se enriquecendo de apodrecer, com esse horroroso crime, nós, os brasileiros, devemos iniciar a nossa Revolução Social, com essas quatro medidas que expus. Será a primeira parte; as outras, depois.

Terminado este artigo que já vai ficando longo, confesso que foi a revolução russa que me inspirou tudo isso. (BARRETO, 2012, p. 60 e 61).

Quando ocorreu a Greve Geral de 1917 dos trabalhadores em São Paulo, Lima Barreto já havia estreitado laços com ideais anarquistas, à medida que nessa época já colaborava com artigos para vários periódicos alternativos à grande imprensa dos “correios das manhãs”, e não apenas periódicos anarquistas, mas socialistas também, ou seja, tudo que fosse publicação que se opusesse ao conforto das elites do Brasil, principalmente a do Rio de Janeiro. A esta altura de sua vida, Lima Barreto já vinha de longa convivência com amigos anarquistas com quem havia trabalhado em diferentes instâncias.

Domingos Ribeiro Filho foi seu colega de serviço público na Secretaria do Ministério da Guerra e líder do grupo de funcionários públicos que se reuniam no Café Papagaio, denominado curiosamente de *Esplendor dos amanuenses*, e co-fundador da revista *Floreal*. Pausílipo da Fonseca foi quem lhe conseguiu uma vaga para trabalhar no *Correio da manhã*, onde Lima Barreto escreveu a série de textos intitulada *Os subterrâneos do Morro do Castelo*. Desde sua saída do *Correio*,

passou a colaborar de forma crescente com a imprensa militante de sua época. Assim como o escritor havia celebrado e defendido os revolucionários russos em artigo, também defendeu publicamente os operários grevistas de São Paulo.

O pesquisador Milton Lopes em seu artigo *Um anarquista carioca: o escritor Lima Barreto e suas ligações com o movimento libertário* levanta uma cronologia da crescente colaboração de Lima Barreto com os órgãos de imprensa ligados ao operariado (ou seja, órgãos da pequena imprensa, notada quando muito apenas pelo governo, no propósito de monitorá-la). Leve-se em consideração que naquele momento ainda não havia no Brasil distinção muito clara entre os movimentos socialista e anarquista dado a incipiência de ambos em território nacional, e Lima Barreto se prontificava em colaborar com todo periódico que lhe permitisse cutucar a República da *Bruzundanga*:

(...) no decorrer de sua atuação na imprensa, seus artigos vão adquirindo cada vez mais uma feição combativa, chegando a colaborar, paralelamente à sua atuação na imprensa comercial, em publicações operárias e mesmo anarquistas como *O Cosmopolita* (Órgão dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Cafés, Bares e Classes Congêneres, que circulou de 1916 a 1918), *O Debate* (editado por Astrojildo Pereira e Adolfo Porto no Rio de Janeiro em 1917), em *A Lanterna* (jornal anticlerical de S. Paulo com forte influência anarquista), *A Voz do Trabalhador* (1913-1915, órgão da Confederação Operária Brasileira), e *A Plebe* (S. Paulo). Em 1921, visitou a redação de *A Vanguarda* quando de sua passagem pela capital paulista, onde conheceu pessoalmente companheiros anarquistas como Edgard Leuenroth e João da Costa Pimenta. Em 1917 na matéria *São Paulo e os Estrangeiros* defende os grevistas daquele ano na capital bandeirante e condena a lei de expulsão de estrangeiros, que visava à deportação de militantes operários. No ano seguinte escreve texto mostrando admiração por Vera Zassulitch que em 1878 atirara em Trepov, chefe da polícia política czarista e pela revolução russa (os anarquistas ainda acreditavam que esta caminhava para e por rumos libertários) exprimindo o desejo de que algo semelhante ocorresse no Brasil. (LOPES, 2012, p. 2).

Perto da morte de Lima Barreto, o espectro militarista da Primeira República ainda viria a se fazer presente em nova manifestação: o movimento que ficou conhecido como Tenentismo. O movimento tenentista foi um movimento iniciado por

oficiais do Exército Brasileiro sendo desdobrado em quatro insurreições que foram a Revolta dos 18 do Forte (1922), no Rio de Janeiro, a Revolução de 1924 ou Revolta Paulista de 1924, liderada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes, a Comuna de Manaus (1924), no Amazonas, liderada pelo Primeiro Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior e a Coluna Prestes (1925 a 1927), liderada pelo chefe de estado-maior Luís Carlos Prestes a partir do Rio Grande do Sul. Essa última insurreição, por sua vez, desencadeou a Revolução de 1930, que pôs termo à chamada República do Café-com-Leite, então sob a presidência de Washington Luís.

À medida que a política salvacionista do governo de Hermes da Fonseca não foi bem sucedida em todas as intervenções federais que tentou promover, sendo as oligarquias paulista e mineira muito poderosas, a ponto de a contínua alternância entre uma e outra na presidência nacional marcar um período da História do Brasil Contemporâneo como “República do Café-com-Leite”, novas formas de interferência militar nos assuntos governamentais foram se consolidando. Não havendo mais um presidente militar no poder, a consolidação dessas formas de interferência foi se dando através do viés das revoltas, tal como as revoltas da Armada nos inícios da República. Maria Cecília Spina Forjaz em estudo intitulado *Tenentismo*, explica como essas revoltas, que ocorreram dentro do universo militar, começaram a ser urdidas na década de 1920:

No início da década de 1920, a campanha sucessória do presidente Epitácio Pessoa, antecipada pelas oligarquias dos “grandes estados” (São Paulo e Minas Gerais), desencadeou um conflito entre as forças armadas e o grupo dirigente, que culminou no levante do Forte de Copacabana, da Escola Militar do Realengo e de algumas guarnições da Vila Militar, de Niterói e de Mato Grosso, isto é, nos primeiros movimentos armados dos tenentes.

Essa mesma campanha eleitoral significou um momento de aguçamento das divergências internas das oligarquias: contra a candidatura de Artur Bernardes, proposta pelos estados dominantes, uniram-se na Reação Republicana as oligarquias do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, apresentando a candidatura de Nilo Peçanha para a presidência da República. (FORJAZ, 2015, p. 2).

A Revolta dos Dezoito do Forte ou Revolta do Forte de Copacabana em 1922, primeira manifestação do que ficou conhecido na História do Brasil como Tenentismo, foi o último conflito ocorrido na Primeira República da qual Lima Barreto foi contemporâneo em razão de seu precoce falecimento aos 41 anos de idade. A Revolta dos 18 do Forte se deu a partir de protestos de oficiais do Exército, de tenentes a militares de baixa patente, concernentes à exigência por parte dos mesmos de avanços democráticos em face da República Oligárquica que se estabelecera no lugar da Monarquia. Episódios célebres desta revolta foram a Tomada do Forte de Copacabana e a Marcha dos 18 do Forte. Alzira Alves de Abreu em *Revolta de 5 de julho de 1922* expressa o que foi a Revolta do Forte de Copacabana:

Marco inicial das revoltas tenentistas que se estenderiam por toda a década de 1920 e culminariam na Revolução de 1930, o movimento foi um protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em março de 1922, contra as punições de militares e contra o fechamento do Clube Militar. No Rio de Janeiro, o levante irrompeu na Vila Militar e na Escola Militar do Realengo, e também no forte de Copacabana, cuja ocupação terminou na marcha dos 18 do Forte. A revolta envolveu também o contingente do Exército em Mato Grosso. (ABREU, 2015, p. 1).

Até o fim da vida Lima Barreto respirou essa atmosfera militar proveniente de seu local de trabalho, de governos como o de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto em sua infância e adolescência e, anos depois, já em atividade literária, de Hermes da Fonseca, seguido de situações que só ampliaram essa atmosfera, como a situação do Brasil no cenário internacional diante da realidade de um conflito mundial como foi o da Primeira Grande Guerra, e o acompanhamento pela imprensa da atuação das forças armadas nas sucessivas revoltas que ocorreram durante toda a existência da República no Brasil. Essas revoltas que praticamente não cessaram durante a Primeira República se deram de revoltas populares que o Exército combateu até revoltas nascidas em setores da Marinha e do Exército, impregnando este período da História do Brasil de um belicismo que era alimentado por várias frentes.

Respirou diariamente, ao longo de anos, tamanha atmosfera e, no entanto, não era seu adepto. Sua militância era muito mais pacifista do que gostaria de admitir, como se pode depreender da passagem de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, em que o velho Gonzaga lamenta que gostaria de ter, e não sentia tê-lo, o talento literário para pregar um ideal de violência revolucionária, como um Jean-Jacques Rousseau. Percebe-se nesta passagem que o ideal literário que Lima Barreto arrogava tanto para si como para seus heróis romanescos era o do heroísmo do homem de letras como um heroísmo voltado para o pacifismo, mesmo que em certas ocasiões registrasse desapontamento consigo mesmo quanto a esta postura.

Tratava-se portanto o heroísmo de letras de um tipo de heroísmo diverso do heroísmo viril da antiguidade oriental e do medievo, na missão, relegada a ambos, romancista e heróis romanescos, de fazer os homens comunicarem entre si anseios, dores e expectativas, para melhor se entenderem mutuamente e, reconhecendo-se uns nos outros, cooperarem para uma vida melhor a todos, um heroísmo sabidamente pelo escritor paradoxal, por se tratar de um heroísmo decadente, em que a própria decadência confessada (narrada) abre caminhos para o entendimento entre os homens.

Mesmo o mais viril de seus heróis romanescos, Policarpo Quaresma, agiu como um homem ilustrado que visava melhorar a condição geral da nação brasileira através do entendimento pacífico sobre as mazelas sociais, econômicas e políticas do país. Quando se envolveu em combate, foi para salvaguardar a República recentemente instaurada enquanto promessa de governo democrático, passado o período de transição ditatorial. Ainda assim, apesar da breve participação em prol do governo de Floriano Peixoto, desgostou-se dos combates e foi preso por registrar um protesto pacífico em defesa dos direitos dos revoltosos da Armada feitos prisioneiros e encaminhados para execução sumária. Evidencia-se assim que o mais pró-ativo dos heróis barretianos carregava consigo uma disposição pacifista conciliadora.

Os heróis barretianos não se tornariam dispostos a qualquer tipo de radicalismo que lhes configurasse qualquer traço do espectro militarista que pairou

sobre toda a época em que viveu Lima Barreto, a mesma época e local nas quais ambientou a existência de seus heróis. Os heróis barretianos foram mesmo a antítese deste espectro militarista pairante sobre a República infante à época. Todos foram concebidos bastante coerentes com o pacifismo do próprio Lima Barreto, tão contrário a causas velada ou abertamente belicosas que agitaram os ânimos da população brasileira da época, como a campanha militarista de candidatura de Hermes da Fonseca e a entrada do Brasil na Grande Guerra Mundial.

Mesmo em sua militância mais feroz, como jornalista, assim como ficcionista e como crítico, Lima Barreto direcionava seus ataques mais viris e corrosivos a seus alvos, figurões da imprensa e da política, e “autoridades” das ciências e das artes, tanto a nacionais quanto a estrangeiros, visando sempre o propósito de, pelos seus escritos, levar os homens a entendimento mútuo. Neste sentido pode-se observar que sua obra é propositadamente comunicativa, chamando seus leitores à compreensão mútua universalmente. Esta comunicação como porta de entrada para a reconciliação humana está no âmago de seu idealismo, no que diz respeito ao plano do papel que atribuía à literatura no processo de avanço das relações humanas.

E para que essa comunicação fosse efetiva, era necessário que os ideais que o escritor desejava veicular com o máximo de alcance fossem expressos por meio de mensagem escrita a mais clara possível. Esta foi a razão do romancista ter criticado tão encarniçadamente o beletrismo de sua época, encarnado, a seu ver, no romance nacional, na figura do escritor Coelho Neto, visto que, em seu entender, tamanho cultivo de Belas Letras não comunicava nada, pois não refletia nada, da realidade brasileira que o criador de Isaías Caminha e Policarpo Quaresma contemplava e, mais concretamente, da realidade da vida por este observada, no Rio de Janeiro de então, nos subúrbios da cidade constituída então em Distrito Federal da República.

Estudando os desafios de Lima Barreto em constituir um público leitor, Carlos Fantinati afirma haver uma relação complexa entre o artista que milita por uma determinada causa e o público leitor ao qual quer chamar a atenção para essa causa, explicando tal relação por uma sequência de ações do escritor e reações do

público cujos resultados à primeira vista não parecem favoráveis ao militante, visto que o primeiro esforço de ganhar a atenção pública é praticamente ignorado pelas massas, principalmente se o público leitor a quem se quer atingir sequer sabe ler e escrever e não tem acesso a leituras, meios de informação etc, o que aumenta muito a dificuldade de difusão de sua causa. Escreve Fantinati que o artista, para eliminar o abismo entre a sua mensagem e o público a quem visa atingir, concebe três momentos:

(...) o primeiro, em que prepondera a ignorância e a ausência de consciência do ser humano, no tocante a sua inserção no mundo; o segundo, em que o artefato artístico promove a passagem daquele nível ao de consciência; e o terceiro, que resulta da atuação e do engajamento, no plano da prática humana, de seres conscientes, visando à reformulação social. (FANTINATI, 1978, p. 05).

Durante toda uma vida escrevendo, Lima Barreto não pregou a seu público leitor a revolta do negro contra o branco, apesar de viver na pele o racismo. Não pregou a revolta violenta das massas contra os poderosos, apesar de ter aplaudido a Revolução Russa, mas pregou a necessidade da equalização de oportunidades, direitos e deveres dos homens em sociedade, através da chamada aos mais ilustrados e abastados para que auxiliassem os nascidos sem instrução e bens a construírem seu patrimônio material e cultural na vida sem terem de sacrificar sua integridade pessoal com adulações de toda ordem aos poderosos.

Pregou também a estes menos ilustrados e menos favorecidos financeiramente de nascimento a necessidade de que se conscientizassem gradativamente de seus direitos e das oportunidades que lhes eram oferecidas no momento por mais ínfimas que fossem (ou seja, através dos estudos, do estímulo à auto-educação), no sentido de aproveitarem-nas para buscarem seu desenvolvimento pessoal nas condições materiais circundantes, a fim de superarem a linha de mera sobrevivência-subsistência para si e para suas famílias, e nas condições culturais disponíveis para, ilustrando-se, tornarem-se intelectualmente ricos e independentes, defendendo a constituição coletiva, ao contrário dos

cidadãos-soldados de Olavo Bilac, de cidadãos de boa vontade, dotados de sabedoria pacífica.

2. LIMA BARRETO: UM ESCRITOR COM UMA AGENDA

Que me importa o presente! No futuro é que está a existência dos verdadeiros homens. Guyau, a quem não me canso de citar, disse em uma de suas obras estas palavras: “Porventura sei eu se viverei amanhã, se viverei mais uma hora, se a minha mão poderá terminar esta linha que começo?”. A vida está, por todos os lados, cercada pelo Desconhecido. Todavia executo, trabalho, empreendo; e em todos os meus atos, em todos os meus pensamentos, eu pressuponho este futuro com o qual nada me autoriza a contar. A minha atividade excede em cada minuto o instante presente, estende-se ao futuro. Eu consumo a minha energia sem recear que este consumo seja uma perda estéril, imponho-me privações, contando que o futuro as resgatará – e sigo o meu caminho.

Lima Barreto

Lima Barreto foi escritor, jornalista e funcionário público no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, vivendo sob o contexto histórico da Primeira República, também conhecida como República Velha. Iniciou a exposição pública de seus escritos paralelamente ao seu ingresso no mundo do trabalho, como concursado para uma vaga de escriturário na Secretaria da Guerra, em 1903. Esta incursão no funcionalismo público deu-se em função do escritor se ver incumbido de sustentar a sua família, em decorrência do pai ter sido acometido pela loucura, incidente que lhe interrompeu a carreira profissional de engenheiro a que aspirou em juventude.

Nas horas vagas de seu ofício, começou a escrever para periódicos e tomou iniciativas editoriais, como a fundação da revista *Floreal*, que iniciou em 1907 e teve apenas quatro edições. Neste contexto começou a exercitar seu estro literário, expondo-o inclusive nos próprios periódicos com os quais passou a ter contato profissional. Suas experiências, tanto enquanto jornalista como enquanto funcionário público, serviram-lhe de matéria-prima para a criação de seus universos ficcionais. Escritor, jornalista, fundador e colaborador de revistas, Lima Barreto produziu artigos, crônicas, romances e contos.

Recebeu influência intelectual dos pais, João Henriques de Lima Barreto e Amália Augusta de Lima Barreto, das leituras de sua infância, adolescência e juventude, e do estímulo a seguir o caminho intelectual quando criança na escola, cultivando como livro de cabeceira em sua formação intelectual *Os heróis* de Thomas Carlyle e as obras de Dostoiévski e Tolstói, arraigando em si a ideia carlyleana da literatura como sacerdócio e do heroísmo do homem de letras que anos depois aspiraria vivenciar e tematizar nos heróis romanescos que viria conceber.

Buscando então fazer de si um herói homem de letras e, visando uma literatura engajada com causas sociais, fez igualmente de seus heróis romanescos intelectuais tão comprometidos como ele próprio com os preceitos de Carlyle acerca desse tipo de heroísmo, sendo o principal deles e o que o romancista mais registrou se sentir impactado o da sinceridade, termo vinculado à ideia de verdade tal qual o herói a percebe, cuja compreensão obtida lhe obriga por coerência de sentimentos, pensamentos e atos, a ser um “sincero”, ou ao menos a tentar esta coerência. Se verá adiante que uma das etapas da dinâmica de ação e percepção do mundo que vivenciam os heróis criados pelo escritor carioca é a constatação de suas contradições internas e o anseio de superá-las.

Este compromisso com a sinceridade levou o escritor a incutir em seus protagonistas romanescos uma grande dose de confessionalismo, referente à exposição de seus próprios preconceitos, mesquinhas e contradições, flagrando os heróis barretianos em si próprios o contraste, no decorrer da vivência de suas tramas, com seus ideais mais humanitários. O escritor transferiu assim a seus personagens o mesmo princípio da sinceridade como método de descortinamento da real condição dos homens no mundo, mediante a observação e crítica do mundo e a autoanálise e autocrítica:

Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros e aproveitar de cada um deles o que puder e procurar, conforme a inspiração própria, para tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm de comum e dependente entre si. (BARRETO, in PRADO, 2012, p. 33).

O ideal de franca exposição de intenções e confissão de contradições do escritor, subjacente à ideia romântica de “sinceridade” do heroísmo de letras

proposta por Carlyle e subscrita por Lima Barreto não teria agradado aos críticos em sua época, que viram em suas ficções um disfarce mal realizado de seus despeitos, atacando personalidades consagradas da imprensa, da política, das ciências e das artes da época, e a panfletagem de ideias subversivas. Pensaram em razão disso que o romancista não fora bem-sucedido em sua arte. O escritor Jorge Amado teria recebido crítica semelhante, devido à declaração que consta no prefácio de seu romance *Cacau*: “Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia”.

Mesmo que a obra literária seja fabricação, artifício, há uma espécie de carta aberta de intenções na ficção de Lima Barreto, no sentido de angariar simpatia de seus leitores a suas causas. O escritor não deixa de revelar, em diversos artigos e em tom mesmo panfletário, que sua composição é voltada à manifestação das causas sociais que professa. Mesmo que, no decorrer de suas composições, seus heróis romanescos apresentem contradições que traíam em um ou outro aspecto a essas causas, neles inculcadas, suas intenções não se ofuscam. Pelo contrário, mostram-se evidentes, explícitas.

De qualquer forma, houve quem defendesse um propósito de direcionamento, ainda que não necessariamente explícito (panfletário) da arte, caso de Jean-Marie Guyau. Em *A arte do ponto de vista sociológico*, Guyau, ao se referir à introdução de concepções filosóficas na criação literária de sua época, argumenta como, segundo o escritor Victor Hugo, o pensador e o artista podem ter a sua “fé santa, a sua fé útil”, ou seja, podem dispor de uma convicção pela qual se guiar, visto que, para o pensador francês, as concepções de arte pela arte e arte como detentora de função moral não são excludentes, mas complementam-se, sendo ambas verdadeiras, praticamente uma antinomia no universo da Arte.

Indo além, afirma categoricamente que “é bom e mesmo necessário” que o poeta “creia em sua missão”. Lima Barreto, [enquanto escritor], muito afirmou essa necessidade de missão no literato e declarou abertamente estar imbuído de uma missão em sua produção ficcional. E se, ao longo da vida, curta, a pensarmos em seu falecimento precoce aos 41 anos, o escritor sentiu arrefecer sua fé na missão

que advogava, não deixou, contudo, de se recompor e reafirmar, em diversas ocasiões, a que veio, no mundo das letras. Assim descreve o filósofo francês, seguindo o entendimento de Victor Hugo, o sentido de missão de que espera estar imbuído todo escritor:

Um dos traços característicos do pensamento e da literatura de nossa época é terem sido pouco a pouco invadidos pelas ideias filosóficas. A teoria da arte pela arte, bem interpretada, e a teoria que designa para a arte uma função moral e social são igualmente verdadeiras e não se excluem. É, portanto, bom e mesmo necessário que o poeta creia em sua *missão* e tenha uma convicção. “Esse dom – uma convicção”, disse Victor Hugo, “constitui hoje em dia, como outrora, a própria identidade do escritor. O pensador, neste século, pode ter também sua fé santa, sua fé útil, e crer na pátria, a, na inteligência, na poesia e na liberdade!”. Ter uma convicção não é, com efeito, sem importância, mesmo do puro ponto de vista estético, porque uma convicção imprime uma certa unidade ao pensamento, uma convergência para um objetivo e, conseqüentemente, uma ordem, uma medida. Ao mesmo tempo, uma convicção é o princípio da sinceridade, da verdade, que é o essencial mesmo da arte, o único meio de produzir a emoção e de despertar a simpatia. A convicção torna vibrante a palavra do poeta e nós não tardamos a vibrar com ela – o que é a mais alta e a mais completa maneira de admirar. (GUYAU, 2009, p.323 324).

Lima Barreto considerava-se um escritor imbuído de uma missão, com um propósito, uma agenda. No primeiro capítulo de *Os bruzundangas*, “Os samoiedas”, o escritor demonstra, de forma satírica, o caráter da literatura contra a qual se insurge, representada principalmente por Coelho Neto, escritor de prestígio no início do século XX que defendia a função da literatura como a de ser “o sorriso da sociedade”. Em seu colóquio *O destino da literatura*, expõe o seu propósito de ligação entre os homens através da expressão literária, visando a que estes reconhecessem mutuamente a sua comum condição neste mundo, reconhecimento que, por sua vez, deveria derrubar todas as barreiras étnicas, sociais, religiosas e culturais entre indivíduos e entre grupos sociais.

Nicolau Sevcenko, em sua obra *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, explica quais eram as ideias que permeavam a militância literária do escritor. O historiador apresenta a poderosa carga de

idealismo que impulsionava o romancista à escrita, cujos diversos frutos traziam a seus leitores uma mesma mensagem de exortação social e esperança utópica. Para este, toda moral em suas narrativas e crônicas primava pelo dever dos homens em exercerem a solidariedade mútua. Segundo Sevcenko:

Sua concepção cruamente utilitária da arte o fazia concebê-la como uma força de libertação e de ligação entre os homens. Permitia-lhe escapar das injunções particulares e cotidianas para o próprio centro das decisões sobre o destino da humanidade. Ensejava a cada indivíduo isolado que se sentisse incorporado profundamente no seio do universo. Por isso mesmo, ele chegava a supor a literatura como um complemento ou um sucedâneo para a religião.(...) A arte é, pois, um instrumento particularmente eficaz e predestinado. Sua correta utilização tem um efeito decisivo sobre a comunidade humana. Sendo um canal de comunicação entre os homens, é ao mesmo tempo um veículo de valores éticos superiores e uma condicionadora de comportamentos. Uma tal equação de energias positivas não poderia ser desperdiçada (...). A única relação compatível com a sua grandeza e potencialidade é a “militância”. (SEVCENKO, 2003, p. 200).

Foi este escritor responsável por fazer em sua época ampla análise do Brasil republicano. Não o deixam de atestar as crônicas recém-descobertas e publicadas por Felipe Botelho Corrêa. Mas o fez muito também em suas ficções, sendo virtualmente impossível, no seu caso, discernir em qual gênero se entregou mais a esta análise. Traçou Lima Barreto, assim, um amplo quadro do governo e da sociedade da metrópole, na época o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, e foi também o responsável por um enfoque muito específico da vida urbana, no que tange à emergência de duas figuras, a do funcionário público e a do homem suburbano, a partir de sua própria realidade, além de fornecer uma galeria geral de tipos urbanos bastante vasta.

Lima Barreto incorporava essa militância no discurso de seus heróis romanescos. Na composição de seus romances assoma, na relação entre escritor e seus personagens, a configuração do que Philippe Lejeune, em seu estudo clássico denominado *O pacto autobiográfico*, chamou de “espaço autobiográfico”. Nos servem, para pensarmos a presença de elementos biográficos na ficção de Lima

Barreto, os conceitos de “pacto fantasmático” e “espaço autobiográfico”, cunhados pelo teórico literário francês. Argumenta Lejeune que o leitor interessado em ler romances de um determinado escritor é:

(...) convidado a ler romances não apenas como *ficções* remetendo a uma verdade da “natureza humana”, mas também como *fantasmas* reveladores de um indivíduo. Denominarei essa forma indireta de pacto autobiográfico *pacto fantasmático*.

(...) Visto sob esse ângulo, o problema muda completamente de natureza. Não se trata mais de saber qual deles, a autobiografia ou o romance, seria mais verdadeiro. Nem um nem outro: à autobiografia faltariam a complexidade, a ambiguidade etc.; ao romance, a exatidão. Seria então um e outro? Melhor: um *em relação* ao outro. O que é revelador é o espaço no qual se inscrevem as duas categorias de textos, que não pode ser reduzido a nenhuma delas. Esse efeito de relevo obtido por esse processo é a criação, para o leitor, de um “espaço autobiográfico”. (LEJEUNE, 2014, p. 50 e 51).

Lejeune nos amplia com o seu trabalho o horizonte de percepção acerca de aspectos aparentemente biográficos de escritores se encontrarem aludidos em suas ficções. Defende que “um autor não é uma pessoa”, complementando o argumento com a ideia de que sua imagem como autoral, que tem uma vida “extratextual, só emerge a partir da publicação de um segundo livro ao menos, proporcionando, somente a partir de então, uma conjuntura que possibilita referências a seus dados “biográficos”.

O interessante desta observação é de que os dados biográficos emergentes do autor e possivelmente identificados em suas ficções configuram a totalidade de um plano que ainda se atém ao campo literário, levando-nos a uma reflexão sobre os cuidados necessários que devemos ter para evitar estabelecer correspondências “diretas” com a vida do escritor. Ainda quando aspectos biográficos do escritor são referidos em escritos que se propõem como não-ficcionais, cabe atentar para o fato de que se trata de autoprojeções do escritor a se tornarem públicas. Assim expõe Lejeune seu argumento:

Um autor não é uma pessoa. É uma pessoa que escreve e publica. Inscrito, a um só tempo, no texto e no extratexto, ele é a linha de contato entre eles. O autor se define como sendo simultaneamente uma pessoa real socialmente responsável e o produtor de um discurso. Para o leitor, que não conhece a pessoa real, embora creia em sua existência, o autor se define como a pessoa capaz de produzir aquele discurso e vai imaginá-lo, então, a partir do que ele produz. Talvez só se seja verdadeiramente autor a partir de um segundo livro, quando o nome próprio inscrito na capa se torna um “denominador comum” de pelo menos dois textos diferentes, dando assim a ideia de uma pessoa que não é redutível a nenhum desses textos em particular e que, podendo produzir um terceiro, vai além de todos eles. (LEJEUNE, 2014, p. 27).

As referências autobiográficas de Lima Barreto em seus escritos não-ficcionais, bem como as autoprojeções públicas do escritor, que se apresenta à sociedade carioca de seu tempo e à posteridade como um homem de letras engajado na concretização de transformações sociais no uso da literatura como modo de despertar as consciências, aproxima-o de seus personagens. O leitor de Lima Barreto que alterna leituras de seus romances com leituras de seus artigos se vê com a impressão de estar fazendo a leitura contínua de uma mesma obra, ambientada em um mesmo universo, o da cidade do Rio de Janeiro em fins do século XIX e inícios do século XX.

Quanto a esta presença de elementos biográficos em ficções, também Antonio Candido tece considerações acerca da obra de Graciliano Ramos interessantes para o caso de Lima Barreto. Em *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*, o crítico Antonio Candido defende como a autobiografia do autor de *Angústia* e *São Bernardo* não se sobrepõe à composição de suas ficções, mas se encontra imbricada nelas, em que a visão de mundo de Ramos nas obras não-ficcionais que escreveu coincide com a visão manifesta em cada uma de suas obras ficcionais, compreendendo ambas à totalidade de uma obra. Este fenômeno também identificamos aqui nas obras de ficção de Lima Barreto, cuja visão de mundo se encontra em consonância com a visão de mundo que apresenta em suas crônicas jornalísticas. Segundo Candido, em relação às reminiscências biográficas de Graciliano Ramos em sua escrita, depreende-se:

(...) que as reminiscências não se justapõem à sua obra, nem constituem atividade complementar, como se dá na maior parte dos casos. Pertencem-lhe, fazem parte integrante dela, formando com os romances um só bloco, pois são essenciais para a compreensão da mesma ordem de sentimentos e ideias, dos mesmos processos literários que observamos neles. (...) Compreendemos, assim, que os seus romances são experiências de vida ou experiências com a vida, manipulando dados da realidade com extraordinário senso de problemas. (CANDIDO, 1992, p. 66).

Observa-se no escritor carioca, tal como no alagoano, a “mesma ordem de sentimentos e ideias” em seus diários e escritos periódicos e, em suas ficções, semelhantes “experiências de vida ou experiências com a vida”. No caso de Lima Barreto, não somente nos romances narrados em primeira pessoa como nos narrados em terceira pessoa, como também no caso peculiar do romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* em que o protagonismo reflexivo, atinente ao heroísmo intelectual do homem de letras barretiano, é compartilhado entre o personagem cuja vida é narrada, M. J. Gonzaga de Sá, e o personagem que a narra, seu amigo e colega de repartição Augusto Machado.

Não somente no âmbito de suas ficções, mas também na soma destas com sua produção jornalística, a partir de sua vivência, ou seja, de suas experiências, suas convicções e suas frustrações, encontra-se o vazar contínuo de um pensamento e postura que se mostram uniformes no escritor, manifestos ora em artigos, ora em romances, ora em contos, como que de forma sistemática, no que diz respeito à sua militância social através das Letras como veículo, baseada em sua convicção carlyleana da missão do escritor no mundo. Projetou-se desta maneira, com este propósito de uniformidade de pensamento, o Lima Barreto autor, para que não houvesse dúvidas, por parte de seus eventuais leitores, sobre qual era sua mensagem.

Lima Barreto construiu uma imagem de si como escritor militante enquanto estratégia de amplificação e coerência de sua mensagem de justiça social a ser realizada no Brasil e no mundo de seu tempo e do porvir, que visava transmitir a seus leitores em seus romances, relacionando-a à imagem que também construiu de

jornalista combativo, constituindo praticamente uma unidade de imagem pública em sua produção escrita. Como esta imagem militante o escritor procurou infundir em seus heróis romanescos, isto explica a tendência de seus leitores em identificar o Lima Barreto pessoa em todas expressões de seus heróis.

Segundo o pesquisador Alfredo Bosi, em *História concisa da literatura brasileira*, é como a escrita de Lima Barreto contribuiu para uma salutar “descida de tom”, das torres de mármore dos sábios e poetas para os centros da vida urbana, obrigando os poucos letrados do Brasil de inícios do século XX a fixarem sua atenção para as realidades da política nacional, dos subúrbios e, especialmente, da comunidade negra, recentemente alforriada, porém muito longe de receber um *status* de igualdade aos brancos em termos de cidadania, sem a mesma oportunidade de trabalho assalariado que tiveram os imigrantes europeus e sem posses, restando-lhe a marginalização em relação ao novo perfil de nação que se estava construindo nas altas esferas da sociedade brasileira. A produção ficcional e jornalística do escritor mulato impôs ao meio literário nacional uma maior lucidez de perspectiva:

(...) nos romances de Lima Barreto há, sem dúvida, muito de crônica: ambientes, cenas quotidianas, tipos de café, de jornal, da vida burocrática, às vezes só mencionados ou mal esboçados, naquela linguagem fluente e desambiciosa que se sói atribuir ao gênero. O tributo que o romancista pagou ao jornalista (aliás, ao bom jornalista) foi considerável: mas a prosa de ficção em língua portuguesa, em maré de academismo, só veio a lucrar com essa descida de tom, que permitiu à realidade entrar sem máscara no texto literário. (BOSI, 1982, p. 360).

Lima Barreto, na conferência intitulada *O destino da literatura*, argumentava sobre a característica da arte literária de ligar os homens de todos os tempos, todos os lugares e todas as culturas. Defendia que, apesar de apresentarem entre si aparentes diferenças, os homens de todas as épocas e lugares se igualam, sem exceção, na universalidade do sofrimento humano e do anseio pela felicidade. Convicto estava o escritor de que uma ligação espiritual, fraterna, entre os homens, proposta por pessoas socialmente compromissadas envolvidas com Literatura, como

era o seu próprio caso, se daria pela solidariedade gerada neles mediante o reconhecimento mútuo, através dela, ou mais especificamente, do destino que escritores de mais acurada consciência social buscavam imprimir às Belas Letras:

(...) mais do que nenhuma outra arte, mais fortemente possuindo essa capacidade de sugerir em nós o sentimento que agitou o autor ou que ele simplesmente descreve, a arte literária se apresenta com um verdadeiro poder de contágio que a faz facilmente passar de simples capricho individual, em traço de união, em força de ligação entre os homens, sendo capaz, portanto, de concorrer para o estabelecimento de uma harmonia entre eles, orientada para um ideal imenso em que se soldem as almas, aparentemente mais diferentes, reveladas, porém, por elas, como semelhantes no sofrimento da imensa dor de serem humanos (BARRETO, 1953, p. 103).

Calcando-se em Jean Guyau, argumentava que a Arte de uma forma geral, e a literatura particularmente, têm a capacidade e o propósito de servirem como “expressão da vida refletida e consciente” de um indivíduo ou um grupo em uma sociedade pertencente a uma específica época e lugar. Isto demonstra como o escritor se encontrava comprometido com a representação da sociedade em que vivia, embora este preceito literário não invalidasse o mencionado objetivo de Lima Barreto de elevar a condição espaço-tempo-cultural de seus heróis à condição humana, em seu aspecto universal, que considerava ser a sujeição inevitável de todos os homens ao sofrimento e à perplexidade quanto ao estado “brumoso” do mundo. Para Lima Barreto, a Literatura é:

(...) “a expressão da vida refletida e consciente, e evoca em nós ao mesmo tempo, a consciência mais profunda da existência, os sentimentos mais elevados, os pensamentos mais sublimes. Ela ergue o homem de sua vida pessoal à vida universal, não só pela sua participação nas ideias e crenças gerais, mas também ainda pelos sentimentos profundamente humanos que exprime”.

Quer dizer: o homem, por intermédio da Arte, não fica adstrito aos preceitos e preconceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça; ele vai além disso, mais longe que pode, para alcançar a vida total do Universo e incorporar a sua vinda no Mundo. (BARRETO, 1953, p. 107).

É tão conhecido, através de seus escritos, que Lima Barreto prezava a literatura como forma de ligação, de compreensão mútua dos homens, que chegou a estimular abertamente a produção literária nas demais províncias para além da capital do país, a fim de fazer conhecidos os tipos das regiões mais distantes e uní-los em sua condição comum, primeiro, de brasileiros, e em sentido mais lato, como humanidade. Para inteirar-se do que ocorria nas províncias, buscava obras literárias provenientes das mesmas para extrair exatamente estes elos de ligação entre a metrópole e as demais regiões do país, elogiando, de forma aparentemente paradoxal ao seu intento universalista, os autores provincianos que se arriscavam a pintar a vida local e criticando uma falta de maiores iniciativas nesse sentido, buscando estimulá-las, conferindo-lhes um alto valor e utilidade pública:

É um grande prazer para quem, como eu, nasceu e vive no Rio de Janeiro, travar conhecimento com a vida da província, por meio de obras de ficção. Mais do que nenhuma outra manifestação do pensamento humano, a literatura é própria para nos dar essa impressão de vida e mais do que nenhuma outra arte, ela consegue dar movimento, senão cor, a essa vida.

Infelizmente, os autores dos estados ainda não viram isto e julgam que a vida que os cerca não se presta ao romance, ao conto ou à novela. De quando em quando, porém, surge um mais audacioso e nos dá pinturas flagrantes dessa vida, por vezes muito diferentes desta nossa do Rio de Janeiro. É um meio de nos ligar, de nos fazer compreender uns aos outros, nesta vastidão de país que é o Brasil.

Se a função normal da literatura é, dizendo o que os simples fatos não dizem, revelar, para ligar umas almas às outras, nunca ela foi tão útil como é agora no Brasil. (BARRETO, in PRADO, Lima Barreto: uma autobiografia literária, p. 76).

Lima Barreto partia do princípio de que a arte antes de tudo é “uma instituição social”, surgindo da sociedade para a sociedade, tendo como função primária a comunicação: A poesia, a arte, é uma instituição social; ela surge da sociedade para a sociedade. O poeta, seja rico ou pobre, feliz ou infeliz, o seu primeiro dever é comunicar-se com os outros e dizer-lhes a que vem e para o que vem; e não é possível fazer tal coisa sem publicar-se e não é possível imprimir-se sem transigir.

(BARRETO, in PRADO, p. 72). O escritor se encontrava ciente de que, para “imprimir-se” na inteligência brasileira, teria de “transigir”, o que fez com vigor iconoclasta tanto no campo literário propriamente como no campo jornalístico, atingindo, com isso, a própria escrita corrente de seu tempo.

Uma vez que, no entendimento de Lima Barreto, a literatura abre as portas para que os homens reconheçam que os sofrimentos pelos quais passam individualmente na verdade são compartilhados pelos demais homens e mulheres que povoam este planeta, não havendo aceção, no que tange a um indivíduo ser premiado com generosas doses de sofrimento, de raça, credo, condição social, gênero, idade, localização geográfica, clima ou outros fatores de condicionamento biológico e cultural, a partir desse reconhecimento o indivíduo compreenderia a necessidade de ser solidário com aqueles que aparentemente lhe são estranhos, uma vez que todos carregam comumente uma vida de sofrimento contínuo, do nascimento à morte. Daí o escritor referir-se constantemente à Humanidade como “triste Humanidade”. Reflete Lima Barreto sobre a Arte:

A Arte, tendo o poder de transmitir sentimentos e ideias, sob forma de sentimentos, trabalha pela união da espécie; assim trabalhando, concorre portanto para o seu acréscimo de inteligência e de felicidade.

Ela sempre fez baixar das altas regiões, das abstrações da Filosofia e das inacessíveis revelações da Fé, para torná-las sensíveis a todos, as verdades que interessavam e interessam à perfeição da nossa sociedade; ela explicou e explica a dor dos humildes aos poderosos e as angustiosas dúvidas destes, àqueles; ela faz compreender, umas às outras, as almas dos homens dos mais desconhecidos nascimentos, das mais diversas épocas, das mais divergentes raças; ela se apieda tanto do criminoso, do vagabundo, quanto de Napoleão prisioneiro ou de Maria Antonieta subindo à guilhotina; ela, não cansada de ligar as nossas almas, umas às outras, ainda nos liga à árvore, à flor, ao cão, ao rio, ao mar e à estrela inacessível; ela nos faz compreender o Universo, a Terra, Deus e o Mistério que nos cerca e para o qual abre perspectivas infinitas de sonhos e de altos desejos. (BARRETO, 1953, p. 109).

Argumenta o escritor que o sentimento de solidariedade que a Literatura é capaz de gerar no ser humano que a cultiva tem o mérito de explicar (mesmo que

não justifique) os defeitos e atos morais vis deste ou daquele indivíduo ou grupo. Em seu entendimento, esta capacidade da Literatura em expôr a lógica interna das motivações humanas aumentaria, em seu cultor, a maturidade psíquica que o capacitaria a zombar “dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros”. Concorreria, assim, a Literatura, a seu tempo, para derrubar tais “fúteis motivos” e dar fim, um dia, aos mais diversos tipos de conflitos que têm jogado, no decorrer dos séculos, os homens uns contra os outros:

Fazendo-nos assim tudo compreender; entrando no segredo das vidas e das coisas, a Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos a nos tolerarmos e a nos compreendermos; e, por aí, nós nos chegaremos a amar mais perfeitamente na superfície do planeta que rola pelos espaços sem fim. O Amor sabe governar com sabedoria, e acerto, e não é a toa que Dante diz que ele move o Céu e a alta Estrela.

O destino da Literatura é tornar sensível, assimilável, vulgar esse grande ideal de poucos a todos, para que ela cumpra ainda uma vez a sua missão quase divina.

Conquanto não se saiba quando ele será vencedor; conquanto a opinião internada no contrário cubra-nos de ridículo, de chufas e baldões, o heroísmo dos homens de letras, tendo diante dos olhos o exemplo de seus antecessores, pede que todos os que manejam uma pena não esmoreçam no propósito de pregar esse ideal. (BARRETO, in PRADO, p. 115 e 116).

David Lodge em *A arte da ficção* faz a interessante pergunta acerca da motivação que leva alguém a ler um dado romance ou que tenha o hábito de ler vários romances seguidamente, levando em consideração que não se trate do caso específico do indivíduo estar fazendo leituras obrigatórias para um determinado curso, uma pergunta que inclusive ganha sentido redobrado em uma era cada vez mais direcionada exclusivamente para a televisão e à internet. Lodge questiona que tipo de conhecimento se busca obter com a leitura de “histórias que não são

verdadeiras”, o que, responde o teórico, consiste basicamente em conhecer, com uma profundidade que ultrapassa as capacidades de historiadores, biógrafos e mesmo psicólogos, o coração e a mente humanos. Lima Barreto, a seu tempo, era ciente desta capacidade de sondagem humana da criação literária e apostava exatamente nesta propriedade do romance para potencializar a comunhão universal dos homens. Pergunta e responde Lodge:

Que tipo de conhecimento esperamos obter com a leitura de romances – de histórias que não são “verdadeiras”? Uma resposta clássica é: conhecimento sobre o coração humano, ou sobre a mente humana. O romancista tem um acesso íntimo aos pensamentos secretos de seus personagens que é negado ao historiador, ao biógrafo e até mesmo ao psicanalista. Assim, o romance é capaz de nos oferecer modelos mais ou menos convincentes de como e por que as pessoas agem da forma como agem. O pós-modernismo e o pós-estruturalismo desconstruíram, mas não destruíram, as ideias cristãs e liberais a respeito do eu que fundamentam esse projeto – o indivíduo único e autônomo, responsável por seus próprios atos. Continuamos a valorizar os romances, em especial os romances da tradição realista clássica, pelo seu poder de esclarecer as motivações humanas. (LODGE, 2011, p. 189-190).

De acordo com Luciana Hidalgo em *Literatura da urgência: Lima Barreto no domínio da loucura* era a condição inicialmente de “não-branco”, em um país cujas instituições e a sociedade preferiam fingir naquele início de século XX que a recente prática da escravidão nunca havia ocorrido no país, chegando a incinerar documentação a respeito da posse de escravos, primando pelo “branqueamento” do Brasil com a importação de mão-de-obra europeia, que desencadearia uma série de adversidades na vida do escritor como na de sua família. Esses fatores, somados à sua instrução, rara para os de sua cor e camada social, criariam-lhe ambição de reconhecimento público ao seu talento como compensação a seu nascimento, representando esse desejo de compensação no desejo de posse de um diploma presente em Isaías Caminha.

Criariam-lhe também desespero em relação à realidade entediante e castradora da repartição pública, com o ambiente de incompreensão às suas aspirações por parte de seus parentes e com a situação tenebrosa da loucura de

seu pai em casa. Este duplo sentimento torna-o em um peregrino no próprio lar e no local de trabalho e, diante das frustrações pela falta de reconhecimento público na única área em que esperava ter êxito para compensar a triste existência, seu contato gradativo com o álcool terminou por remetê-lo temporariamente ao hospício, em que se deu sua escrita de urgência. Porém, como se pode perceber de forma mais ampla, a escrita da urgência perpassa toda a obra do escritor. Segundo Hidalgo:

(...) empreendeu ousada fusão, abusando da autoexibição de forma óbvia, lá onde a cultura nacional escondia-se e se mascarava. *Diário do hospício* constituiu *confissão de si* com consciência, enquanto a ficção travestiu-o ante a intelectualidade que, embora alvo de suas críticas, ele parecia querer integrar. Parte desta *intelligentsia* atacada, entretanto, não lhe perdoou a virulência verbal com que sangrou traumas e costumes históricos. Pois, ao expor-se, expunha feridas nacionais. Em seu caso particular, eram coincidentes.(HIDALGO, 2008, p. 105)

O historiador José Murilo de Carvalho, em seu estudo *A formação das almas*, argumenta que o herói, enquanto indivíduo pertencente, conscientemente ou não, assim como voluntariamente ou não, a um determinado grupo (social, institucional), constitui-se em um símbolo desse grupo, a representação do mesmo, tipificada na visão de mundo e nas ações desse herói, na causa pela qual milita, naquilo que sofre em sua jornada, assim como contra o que se arroja em suas investidas. Carvalho, ao fazer o comentário sobre o que se exige da construção do herói referia-se ao Marechal Floriano Peixoto, segundo presidente da República do Brasil. Entendia o historiador que Floriano Peixoto representava os valores da oligarquia nacional, sendo que esta considerava-se, por sua vez, a personificação da própria Civilização Brasileira, o que elevava Floriano a categoria de herói nacional.

Por sua vez, outros grupos sociais buscavam a personificação de seus valores em outros indivíduos, que pudessem representá-los, tornando-os assim seus heróis símbolos de suas identidades, recorrendo a estes também como modelos em quem pudessem se espelhar. Quanto às comunidades estigmatizadas pela dupla condição de serem pertencentes à raça negra e de se encontrarem em estado de

pobreza por estarem excluídos do mercado de trabalho no incipiente universo pós-escravagista brasileiro, o herói que lhes representou, embora poucos o tenham reconhecido na época, foi Lima Barreto. Assim o prova o extrato básico a que pertenceram todos os heróis que criou, fossem negros ou brancos: o extrato suburbano.

Dos heróis romanescos criados, dois deles, Policarpo Quaresma, protagonista de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, e Manuel Joaquim Gonzaga de Sá, protagonista de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, eram brancos e detentores de uma vida aparentemente confortável por serem funcionários públicos, mas cujo conforto não ultrapassava os padrões da pequena burguesia suburbana. Seus cargos públicos eram de baixo escalão, sendo, portanto, suas remunerações proporcionais aos cargos, o que lhes garantia a presença dos insumos básicos à vida em seus lares, mas não lhes permitia a abertura para extravagâncias e luxos. Representavam assim perfeitamente o homem suburbano. Em seus casos específicos, um homem suburbano letrado, ciente de seus pendores intelectuais, e ciente também de suas limitações financeiras.

Já os personagens Isaías Caminha, protagonista de *Recordações do escrivo Isaías Caminha*, o amigo e biógrafo de M. J. Gonzaga de Sá, cuja personalidade ganha enorme vulto no romance *Vida e morte...*, chamado Augusto Machado, e Vicente Mascarenhas, protagonista do inacabado *Cemitério dos vivos*, isto sem falar na protagonista de *Clara dos Anjos*, eram todos mulatos, representantes da comunidade negra moradora dos subúrbios cariocas. Com exceção de Clara dos Anjos, que não era funcionária do governo por ser jovem demais, mas cujo pai era carteiro, todos conheceram a vida no funcionalismo público e obtinham dele um sustento parco, mas garantido.

Todavia, estes personagens eram minoritários diante de sua própria comunidade negra e suburbana, cuja maioria era formada por ex-escravos que naquela conjuntura encontravam-se sem emprego, sem salário e sem capital para empreender iniciativas rentáveis, vivendo de subcomércios de quinquilharias e trabalhando em funções tão subalternas que a atmosfera de cativo anterior à Lei Áurea parecia não lhes ter abandonado. Tal como os indígenas, eram uma nação à

parte dentro da nação brasileira. Seus heróis tinham, inevitavelmente, que destoar dos eleitos pelos setores mais “civilizados” do país. Carvalho define o caráter representativo de uma dada comunidade em seu herói eleito da seguinte maneira:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. (...) Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. (CARVALHO, 1998, p. 55).

Conscientemente, através de seus escritos jornalísticos, Lima Barreto se faria cada vez mais porta-voz das comunidades suburbanas do Rio de Janeiro. Em suas ficções, relegaria este papel também aos heróis romanescos que viria a criar. Seu talento lhe alçaria, gradativamente, a si e a seus personagens, ao símbolo de heróis dessas comunidades. O escritor viria a ser, com o tempo, cada vez mais heroicizado, mediante a propagação de seus ideais de plena comunhão humana, sem qualquer forma de discriminação, vazados com explícita convicção em sua pena, nos campos jornalístico, crítico e ficcional, configurando-lhe praticamente uma aura “quixotesca”.

Osman Lins comenta sobre o “quixotismo” de Lima Barreto, análogo ao do herói barretiano Policarpo Quaresma, descrevendo-o como um homem “insatisfeito com o caráter da sociedade a que pertence e que, com um senso muito agudo da honra, faz questão de evidenciar as suas incompatibilidades, mesmo porque não está disposto a transigir” com os moldes em que foi formada a República em que viveu, tornando manifesto esse desgosto de todas as formas que pôde fazê-lo público a seus contemporâneos e demais contemporâneos, colocando inclusive esse descontentamento na boca dos narradores e heróis-narradores de seus romances:

O seu modelo seria o Don Quixote, defensor dos pobres e ofendidos, leitor exaltado, sonhador de perfeições, franco no falar e no agir, ingênuo, vilipendiado – e nem sequer lhe faltaram, aproximando-o ainda mais do modelo, o celibato e a loucura. Anda, incansável, pelas

ruas do Rio de Janeiro, convicto de que existe alguma força na sua fragilidade e arremete sem desânimo contra a estultícia, a arrogância, a insensibilidade, a grosseria, a violência, a opressão. Não: contra os estultos, os arrogantes, os insensíveis, os grosseiros, os opressores, os violentos. (LINS, 1976, p. 26).

Ao “quixotismo” de Lima Barreto, apontado por Lins, soma-se o que dizia Agripino Grieco acerca do senso de solidariedade do romancista, assomando neste a combinação de idealismo e motivação socialmente transformadora. Grieco registrou sua impressão de que a compaixão que o escritor carioca apresentava pelos pobres em seus escritos era tal que podia ser comparada a uma “piedade de eslavo”, referência clara aos escritores russos que o romancista tanto admirava, e que eram influenciados pela tradição cristã ortodoxa, no que diz respeito ao olhar cuidadoso para com o próximo, percebido como irmão de sofrimentos neste mundo.

Lima Barreto inclusive recomendava a outros aspirantes a escritores leitura demorada e recorrente dos russos, provavelmente com intuito de suscitar a criação literária voltada para a solidariedade humana, que compreendia haver em seus ídolos da distante Rússia, terra de majoritária pobreza e simplicidade de espírito campesina. O crítico afirmou que o escritor “amou os miseráveis” por legítima piedade em face de sua condição, colocando-se, por isso, em maior sintonia com eles, do que se fosse apenas dotado de curiosa observação do que há de pitoresco na miséria. O realismo que cultivou não era frio, mas propositalmente voltado para a sensibilização. Escreveu Grieco sobre o romancista que:

Amou os miseráveis, não como os realistas franceses, pelo amor ao pitoresco do vício e da miséria, mas porque o animava uma piedade quase doentia de eslavo. Havia nesse mestiço um neto de Gógol. Transfigurava os assuntos mais repulsivos, à força de simpatia e candidez. Mais que um autor, Lima Barreto foi um homem. Outros romancistas podem inspirar-nos maior admiração; nenhum outro pode inspirar-nos tamanho amor... (GRIECO, in PRADO, p. 180).

Lima Barreto em *O elogio da morte* escreveu como considerava serem os “malucos”, os “doidos”, os grandes heróis da sofrida humanidade, tidos pelo criador

de Policarpo Quaresma como artífices de mudanças ao longo da História que promoveram melhorias à condição humana: “Estou cansado de dizer que os malucos foram os reformadores do mundo (...). São eles os heróis, são eles os reformadores, são eles os iludidos, são eles que trazem as grandes ideias, para melhoria das condições de existência de nossa triste humanidade”. (LIMA BARRETO, 1953, p. 30). É a postura destes “malucos”, “doidos”, perante o mundo, que lhes confere um caráter cujas ações estão voltadas para a modificação, ou, no mínimo, perturbação, das realidades locais.

Apesar de serem, na opinião do escritor, os malucos e os visionários os responsáveis por mudanças no mundo, seus heróis romanescos são um tanto coerentes com suas agendas pessoais de transformação social, salvo contradições inerentes à vivência humana (vícios, desânimo, comodismo, medo), mesmo o mais excêntrico deles, Policarpo Quaresma. E são todos coerentes com os ideais com os quais se via desposado seu criador. O ponto é que os malucos de que fala Lima Barreto não são os indivíduos desprovidos de razão com os quais se depararam ele e seus personagens Policarpo Quaresma e Vicente Mascarenhas, quando internados no hospício. Trata-se de indivíduos que observam o que as pessoas à sua volta não observam, pensam o que os demais não estão pensando, assim como projetam caminhos para atingir realidades diversas das que lhes são presentes.

Fosse o escritor e seus personagens “visionários” ou não, Antonio Arnoni Prado, em seu estudo *Lima Barreto: literatura comentada*, argumenta que Lima Barreto “confundia literatura com coerência intelectual”, reforçando o que temos defendido que o escritor moldava os protagonistas de seus romances com os próprios ideais que defendia e que externava em seus escritos não-ficcionais, não dando-se a liberdade de compor heróis que desposassem ideologias diversas de sua própria, pois nem Policarpo Quaresma escapou, ao fim do romance, ao alinhamento intelectual com seu criador, ou que agissem continuamente de forma contraditória do início ao fim de suas respectivas tramas.

A impossibilidade de um herói barretiano sustentar do início ao fim de dada trama uma ideologia diversa da de seu criador aparece em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, em que Quaresma se vê obrigado, ao fim do romance, a concordar com

a ideia soprada, ao longo da trama, pelo narrador, acerca da ingênua defesa do patriotismo. A exceção se dava não nos romances, mas em obras como *O homem que sabia javanês*, *Os Bruzundangas*, *As aventuras do Dr. Bogóloff*, entre outros, em que a sátira permanecia a serviço de sua crítica social, mediante o descortinamento do caráter dos falsos doutos que protagonizam-nas.

Da mesma forma, a necessidade de coerência intelectual nos heróis barretianos aparece nos personagens Isaías Caminha, Vicente Mascarenhas e Augusto Machado. Os dois primeiros narram as contradições de seu caráter ao escreverem, respectivamente, as suas memórias e o seu diário, encaminhando-se ambos para uma postura de maior coerência com os ideais que advogam à medida que as histórias avançam. Augusto Machado, ao escrever a biografia de M. J. Gonzaga de Sá, avança no mesmo processo à medida que espelha-se cada vez mais no amigo Gonzaga de Sá. Prado argumenta sobre esta busca de coerência política e literária de Lima Barreto da seguinte forma:

Lima Barreto confundia literatura e coerência intelectual. Mais do que tudo, o que importava, para ele, era a sinceridade do escritor e a necessidade de transmiti-la diretamente, sem rodeios ou artificialismos. Pagou, por isso, com a fama de desleixado e passou muito tempo sem que alguém se lembrasse de seus escritos ou sequer de sua presença nas letras nacionais.

Injustiça ou não, o fato é que a situação perdurou e durante uns bons anos o leitor brasileiro não pôde vê-lo em sua luta quase solitária para que, nesse país, a literatura de algum modo levasse ao homem comum a mensagem de sua própria libertação e o estímulo para que não deixasse de lutar enquanto todos os seus direitos fundamentais não fossem reconhecidos. Eram esses, conforme acreditava, os objetivos do escritor e, nessa missão de libertar os homens e melhorar-lhes a condição de vida, convinha não perder de vista que todo o vigor da experiência pessoal era indispensável para sustentar a consciência artística. Ser militante, segundo ele, implicava pôr de lado o “bonito” pelo “real”, funcionando o texto como um autêntico carro de assalto que investe contra o mundo, ao invés de evitá-lo para fugir ao choque. (PRADO, 1980, p. 100).

3. ATUAÇÃO E IDENTIDADE DO HOMEM DE LETRAS LIMA BARRETO

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho 22 anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a “História da escravidão negra no Brasil” e sua influência sobre nossa nacionalidade.

Lima Barreto

A imprensa e a literatura foram os dois campos de atuação de Lima Barreto na esfera cultural da Primeira República. Se por um lado sua atuação nos dois campos foi um feito notório, por outro lado, dadas suas condições materiais de vida, foram os únicos aos quais conseguiu ter acesso para veicular suas ideias, a despeito de sua aspiração a que essas obtivessem o mais longo alcance possível. Ambos foram possibilitados a partir de uma plataforma concreta: o seu cargo no funcionalismo público, que também acabou sendo tematizado em suas obras. No conto *Três gênios de Secretaria* o escritor descreve as comodidades e mediocridades da rotina de funcionário público e tipos de funcionários públicos. Percebe-se pela descrição que faz de seu ambiente de trabalho, que este, segundo ele, contribui para o amolecimento do indivíduo.

Isto se daria em razão da placidez de ritmo que as tarefas diárias da repartição lhe impõem. O narrador do conto não se deixa identificar quanto a este quesito, permanecendo ambíguo sob o tom sarcástico. Ironicamente, tal rotina, segundo o mesmo seria apreciada pelo temperamento dos brasileiros, definindo o escritor a combinação da baixa carga horária de trabalho com a “mediania de posição e fortuna” (cargo de baixo escalão com respectivo salário baixo) como a fórmula certa para uma existência “mediocre”, ou seja, destituída de significativas realizações e mesmo de significativas emoções:

Aquela placidez do ofício, sem atritos, nem desconjuntamentos violentos; aquele deslizar macio durante cinco horas por dia; aquela mediania de posição e fortuna, garantindo inabalavelmente uma vida medíocre - tudo isso vai muito bem com as nossas vistas e os nossos temperamentos. Os dias no emprego do Estado nada têm de imprevisto, não pedem qualquer espécie de esforço a mais, para viver o dia seguinte. Tudo corre calma e suavemente, sem colisões, nem sobressaltos, escrevendo-se os mesmos papéis e avisos, os mesmos decretos e portarias, da mesma maneira, durante todo o ano, exceto os dias feriados, santificados e os de ponto facultativo, invenção das melhores da nossa República. (BARRETO, 2008, 473).

Em contrapartida a esta “placidez de ofício”, é no *Diário íntimo* de Lima Barreto que desponta uma de suas mais belas confissões, a da necessidade do aspirante a grande romancista de carregar sua “cruz”, em registro de 30 de janeiro de 1905. O escritor se via incumbido de cuidar do pai acometido pela loucura e pagar dívidas que o mesmo contraía antigamente para sustentar a família, trabalhando na repartição para pagá-las, justo na época em que estava dando seus primeiros passos para escrever as obras que o eternizariam na literatura brasileira. Nesta confissão, expõe seu aborrecimento com os deveres mecânicos da Secretaria do Ministério da Guerra e pontua três desejos que, se realizados, o arrebatariam, ao menos temporariamente, de sua enfadonha rotina profissional:

Estou na secretaria a aborrecer-me com os decretos; levemos a Cruz ao Calvário, por amor ao meu pai. Hoje vou pagar ao J... P... o último dinheiro que meu pai lhe deve. Procedeu conosco com um carrasco. Aborreceu-me e acirrou-me como um agiota. Graças a Deus vou pagar-lhe e que Deus me dê felicidade suficiente para pagar tudo que meu pai deve. E se eu isso fizer e se conseguir cercar-lhe o resto da vida da abundância que ele tem direito, eu só peço três coisas:

Um amor

Um belo livro

E uma viagem pela Europa e pela Ásia. (BARRETO, 1993, p. 59).

Lima Barreto explorou a imagem do indivíduo morrendo de tédio em uma repartição pública tentando mediante estudos e reflexões dar um sentido à própria vida e criar algo notável: “Agita-me a vontade de escrever já, mas naquela secretaria de filisteus, em que me debocham por causa da minha pretensão literária, não me animo a fazê-lo”. (BARRETO, in PRADO, p. 15). Os efeitos do deboche e da indiferença na atmosfera da repartição pública promovidos por funcionários acomodados sobre funcionários que apresentam uma postura de contínuo estudo e reatualização de seus conhecimentos estão impressos na *psyké* de todos os heróis barretianos, pois uma das relações principais de conflito estabelecidas entre os

heróis e seus meios sociais se dá no local de trabalho desses heróis, o da repartição.

No romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, o escritor retratou a situação dos intelectuais brasileiros que se interessavam por áreas que não eram contempladas pelo *status* social que os bacharelados em Direito, Engenharia e Medicina conferiam aos portadores destes respectivos diplomas. Fenômeno que foi observado nas primeiras décadas do século XX e que ocorre até o presente momento, parte dos indivíduos dedicados ao estudo da filosofia e de outras ciências sociais recorria ao funcionalismo público para garantir seu sustento, proporcionando-lhes tempo e recursos para poderem dedicar-se a estas áreas do conhecimento, o mesmo se dando com os aspirantes a escritores:

Há muita gente que, sem queda especial para médico, advogado ou engenheiro, tem outras aptidões intelectuais, que a vulgaridade do publico brasileiro ainda não sabe apreciar, animar e manter. São filósofos, ensaístas, estudiosos dos problemas sociais e de outros departamentos da inteligência, para os quais a nossa gente que lê, não se voltou e de que são amadores poucos da elite, e sem eco na nação, em virtude dessa pasmosa diferença de nível, que há entre a inteligência dos grandes homens do Brasil e da sua massa legente. Certos de que as suas aptidões não lhes darão um meio de vida, os que nascem tão desgraçadamente dotados, se pobres procuram o funcionalismo, fugindo ao nosso imbecil e botafogano doutorado. Não são muitos; são raros em cada Repartição, mas consideráveis em todo o funcionalismo federal. Em começo, procuram-no com o fim de manter a integridade do seu pensamento, de fazê-lo produzir, a coberto das primeiras necessidades da vida; mas, o enfado, a depressão mental do ambiente, o afastamento dos seus iguais e o estúpido desdém com que são tratados, tudo isso, aos poucos, lhes vai crestando o viço, a coragem e mesmo o ânimo de estudar. Com os anos, esfriam, não leem mais, embotam-se e desandam a conversar. (BARRETO, 1997, p. 27).

Para coroar sua triste constatação, exemplifica a situação descrita acima, através da narrativa do personagem Augusto Machado, mencionando o caso de um escriturário erudito em antigas línguas sagradas, descrevendo-o como um gigante que morreu em uma aldeia de gafanhotos. Augusto Machado o descreve desta maneira em razão de o ilustrado estudioso de religiões comparadas encontrar-se

bastante deslocado em sua erudição de seus colegas de secretaria, e bastante desconhecido na sua prática diária de trabalho burocrático dos requintados conhecimentos que tinha adquirido em seus estudos:

Eu me dei com um escriturário que conhecia o zend, o hebraico, além de outros conhecimentos mais ou menos comuns. Seu pai, que tivera fortuna, mandou-o para Europa muito moço, pelos quatorze anos. Lá, onde se demorara perto de dez anos. apaixonou-se nela crítica religiosa e estudou com afinco estas antigas línguas sagradas. Perdendo a fortuna, voltou e viu-se com tão inestimável sabedoria, nas ruas do Rio de Janeiro, sem saber o que fizesse dela. Nesse tempo, o folhetim estava na moda, e a repetição de umas coisas vulgares de matemática. O futuro escriturário não dava para o rodapé; declarou-se besta, e fez um concursozinho de amanuense, e foi indo. Ficou como um escolar que sabe geometria, a viver numa aldeia de gafanhotos; e, quinze anos depois, veio a morrer, deixando grandes saudades na sua Repartição. Coitado, diziam, tinha tão boa letra! (BARRETO, 1997, p. 27 e 28).

Alicerçado na plataforma material (seu cargo público) a que pôde, enquanto humilde mulato, ter acesso à época para sustentar a família, não perdeu tempo para exercitar seu talento na manifestação pública de suas críticas e ideais sociais. Discutiu com severidade, ainda que utilizando-se do humor quando útil chamariz, temas como eugenia, patriotismo, bacharelismo e influências de culturas anglo-saxãs na formação cultural brasileira, como a germânica e a norte-americana. A eugenia, ciência que se arvora ao atributo de visar o aperfeiçoamento genético da raça humana, surgiu dos estudos de Sir Francis Galton sobre a alta sociedade inglesa do século XIX.

A prosperidade alcançada pela elite britânica, o pesquisador atribuiu, na época, a uma constituição genética superior desta camada social sobre as demais do país, conclusão que acabou se cristalizando em um determinismo biológico, e deu em seguida vazão ao pulular de outros estudos de semelhante orientação. Em 1907 foi criada uma sociedade eugênica de nome *Eugenics Education Society*, que existe até hoje sob o nome de *Galton Institute*, uma homenagem ao pai da eugenia que se faz presente nos dias atuais. Logo à publicação dos escritos de Galton, as

ideias eugênicas ganharam mundo, chegando também em um Brasil majoritariamente negro e miscigenado, cuja elite, minoritariamente branca, ansiava, e ansiava tomar medidas, por um maior branqueamento da nação.

De acordo com o estudo de Maria Eunice de S. Maciel, intitulado *A eugenia no Brasil*, esta foi introduzida no país em 1914, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, através de uma tese de autoria de Alexandre Tepedino, mas, ressalta a autora, que foi nos anos 20 que a suposta ciência adquiriu grande notoriedade, não apenas entre médicos, mas também entre educadores, jornalistas, escritores etc. O principal propagandista dessas teorias no Brasil foi o médico Renato Kehl, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), do Boletim de Eugenia (1929) e da Comissão Brasileira de Eugenia (1931). Segundo Maciel:

O movimento eugenista, ao procurar "melhorar a raça", deveria "sanar" a sociedade de pessoas que apresentassem determinadas enfermidades ou características consideradas "indesejáveis" (tais como doenças mentais ou os então chamados "impulsos criminosos"), promovendo determinadas práticas para acabar com essas características nas gerações futuras. Todavia, esse quadro não era aplicado apenas a indivíduos, mas, principalmente, às raças, baseando-se num determinismo racial (se pertence a tal raça, será de tal forma) fazendo com que a hierarquia social fosse traduzida por hierarquia racial. Para que o ideal eugênico fosse efetivado, seria necessário que fosse estimulada a procriação entre os considerados "tipos eugênicos superiores" e coibida a procriação dos outros de modo a impedir a proliferação dos chamados "inferiores". (...) Como se observa, as propostas expressas são de natureza totalitária e autoritária, uma regulamentação em que não são levados em consideração os indivíduos e seu livre arbítrio. Numa sociedade fortemente hierarquizada como a brasileira, onde dentro da perspectiva de hierarquia racial, o branco europeu era considerado como sendo "civilizado e superior", os indígenas e os negros como "selvagens, primitivos e inferiores" e os mestiços "degenerados", surgiram projetos de "salvação nacional" via o "amelhoramento da raça", ou seja, a eugenia. (...) Determinadas propostas racistas eram então justificadas e legitimadas através do discurso tido como científico, tais como a da "depuração do sangue" com a vinda de imigrantes brancos e o controle de casamentos, o que, pensavam seus propositores, levaria à constituição de uma nação homogênea e à criação de um "tipo racial" brasileiro "eugenicamente" mais branco e, portanto, "superior".(MACIEL, 1999, p. 121, 122, 126, 127 e 131).

Maciel expõe o pensamento de teóricos que influenciaram muito o pensamento eugenista no Brasil, como Joseph Arthur de Gobineau e Cesare Lombroso, ambos não apenas racistas como extremamente opostos à mestiçagem entre raças ditas superiores e raças ditas inferiores, ou seja, entre brancos e negros, remetendo aos filhos nascidos dessas “quiméricas” relações (“e não sei que coisa feia mais”, como ironiza Lima Barreto no *Diário íntimo* sobre a mestiçagem na opinião de eugenistas alemães) as mais terríveis consequências degenerativas, de impulsos criminosos à autoextinção:

Teóricos racistas tais como Gobineau, Agassiz, Le Bon e Lombroso afirmavam a superioridade da chamada “raça branca”, a inferioridade das demais (“as raças puras inferiores”) e a “degeneração” dos mestiços, o que era considerado como o pior. Para Gobineau, o Brasil era um “deserto povoado de malandros” com “uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo...” A mestiçagem seria, para ele, o fator de degeneração desta população da qual chegou mesmo a prever o fim em duzentos anos. Lombroso era médico em Turim, na Itália, e notabilizou-se pela tese do “criminoso nato”, baseada na noção de atavismos, ou seja, os indivíduos já nasceriam predispostos (ou predestinados?) a serem criminosos por causa da hereditariedade. Essa condição criminosa estaria estampada em sinais físicos e poderia ser detectada por técnicas da antropometria — uma série de medições do corpo humano, em particular o estudo da fisionomia do indivíduo. Lombroso criou assim um estereótipo do criminoso, com determinadas características como por exemplo: mandíbula grande, face com ossos altos, testa pequena, insensibilidade à dor, epilepsia, pederastia e a tatuagem. Segundo Lombroso, seria assim possível detectar o criminoso antes que cometesse algum crime e impedi-lo de o cometer. Julgava-se ou pré-julgava-se assim o indivíduo, classificando-o e estigmatizando-o de antemão. (MACIEL, 1999, p. 124 e 125).

A pesquisadora também apontou a importância que tiveram os estudos sobre frenologia (conformação do crânio) no Brasil que, segundo se entendia, “poderia detectar a loucura”. Uma escola muito influenciada pela frenologia e pela criminologia de Lombroso foi a do médico baiano Raimundo Nina Rodrigues, responsável pela fundação no país da Medicina Legal e que teve influência, de acordo com Maciel, no “pensamento sobre o Brasil e os brasileiros” (MACIEL, 1999, p. 126). Curiosamente, segundo a autora, encarregado de examinar o crânio de

Antonio Conselheiro, a despeito das teorias que advogava, Nina Rodrigues “foi obrigado a concluir que se tratava de ‘craneio normal’” (MACIEL. 1999, p. 125).

Em *A loucura e a República no Brasil: a influência das teorias raciais*, Audrey Rossi Weyler explica que era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade e que, com isso, se definiam programas de melhoramento da raça. A sociedade brasileira era abordada “como um corpo doente e mestiço que requeria intervenção médica” (2006, p. 20). Segundo Weyler, “os projetos de saneamento e de higienização começaram a tomar força, ultrapassando os limites estritos da medicina, através de medidas diretas de intervenção na realidade social” acontecendo neste período “grandes projetos de saneamento que se estenderam a todos os espaços das cidades” (2006, p. 20) que interferiam nos usos e costumes, nos hábitos alimentares e na educação dos cidadãos desde a infância, tendo como pano de fundo para todas essas ações as teses raciais:

As teses das teorias raciais ocupavam um lugar central no pensamento e na ação dos médicos preocupados com o destino da nação. Casos de embriaguez, alienação, epilepsia e desobediência civil eram tomados como prova de que o cruzamento racial leva à degeneração. No caso da loucura, o referencial explicativo foi o biologismo da corrente psiquiátrica alemã trazido por Juliano Moreira. A partir dessa virada de século, o alienismo, que entendia a loucura como patologia orgânica, constituiu-se como um campo de especialidade médica no país. O referencial teórico que mais influenciou o alienismo nesse período foi a teoria da degenerescência, base da eugenia. Atribuía-se à loucura um caráter hereditário, transmitida em graus crescentes através das gerações. As classes sociais inferiores, compostas por indivíduos degenerados, eram portadoras de “maus hábitos”, “vícios” e “ociosidade” que alimentavam a vesânia. Esta concepção justificava a pobreza e estigmatizava os pobres. Essa teoria conferiu à medicina mental um outro patamar teórico e prático e foi uma importante aliada do enfrentamento, no início do período republicano, dos problemas urbanos trazidos pelas recentes mudanças econômicas, sociais e políticas. (WEYLER, 2006, p. 20-22).

Mesmo antes da eugenia tornar-se célebre na década de 20 no país, Lima Barreto denunciava, como que profeticamente, no *Diário íntimo*, o crescimento, na época, da noção de raças superiores convivendo com raças inferiores mundo afora,

e que tamanha disparidade racial seria imutável, devendo-se evitar a todo custo sua miscigenação, o que implicava que a referida convivência haveria de ser sempre conflituosa, podendo decorrer dessa lógica confrontos e mesmo genocídios, o que foi notado com perspicácia pelo apreensivo escritor, atento aos movimentos ruidosos das ideias “ilustradas” de seu tempo. Registrava em diário o romancista e jornalista que:

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça. Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que cousa feia mais. Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto dos sábios alemães.

(...) Urge ver o perigo dessas ideias, para nossa felicidade individual e para nossa dignidade superior de homens. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas, amanhã, espalhar-se-ão, ficarão à mão dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa, e talvez tenhamos de sofrer matanças, afastamentos humilhantes, e os nossos liberalíssimos tempos verão uns novos judeus. Os séculos que passaram não tiveram opinião diversa a nosso respeito - é verdade; mas, desprovidas de qualquer base séria, as suas sentenças não ofereciam o mínimo perigo. Era o preconceito; hoje é o conceito. (BARRETO, 1998, p. 71).

Não por acaso, o cabuloso tema da eugenia foi retomado precisamente na adaptação da figura de Lima Barreto, um de seus maiores denunciadores em nossa Primeira República, para o Teatro, na recente peça em cartaz de 2017, intitulada *Traga-me a cabeça de Lima Barreto*, dirigido por Fernanda Júlia, membro do Núcleo Afrobrasileiro de Teatro de Alagoinhas (NATA), e protagonizado pelo ator Hilton Cobra, também fundador da Companhia dos Comuns, realizadora da peça, em que a eugenia e a frenologia, áreas consagradas do racismo científico, são discutidos em monólogo. Lilia Schwarcz em *Triste visionário* nos relembra que, apesar de atualmente os estudos de eugenia soarem-nos um engodo, na época em que viveu o escritor, eram recebidos no Brasil com bastante seriedade:

Os modelos eram totalmente equivocados e falaciosos, hoje é fácil notar. Naquele período, porém, tais conceitos alcançavam grande sucesso, e Lima Barreto foi dos poucos a manter-se cético diante de sua validade, e pronto a desautorizar um tipo de concepção que, no limite, implicava a justificação científica do racismo. O contexto aqui era o da Primeira República brasileira, momento que prometeu a igualdade mas entregou a exclusão social de largas partes da população. Por isso mesmo, virou palco para muitas revoltas e manifestações a favor dos direitos sociais e civis. Lima estava sempre ali presente, opinando, criticando, clamando por igualdade e justiça, para si e para os demais. (SCHWARCZ, 2017, p. 09).

Passando do racismo científico para o racismo mais rasteiro de tão popularmente arraigado na sociedade que dispensa preocupações em autojustificar-se “logicamente”, em seu *Diário íntimo*, Lima Barreto registrou, em data de 10 de janeiro de 1905, dois casos de preconceito com negros no meio militar brasileiro, que lhes acarretou graves prejuízos não apenas morais, no sentido de terem sua dignidade aviltada, mas prejuízos propriamente profissionais e, por decorrência, financeiros, prejudicando-os no seu sustento e no sustento de seus próximos. Tratava-se de José Carlos Vital, veterano como Voluntário da Pátria na Guerra do Paraguai, que chegou a ser nomeado Major Honorário e que agora era despedido de seu cargo de alferes, e de Hemetério, candidato a professor do Colégio Militar que teve sua nomeação para o cargo sustada:

Hoje, dia quente, cheguei um tanto mais tarde na secretaria. À minha banca, veio-me falar o major Vital. Esse major é um pretinho, fulá, magrinho, de crânio deprimido, olhos quase à superfície da fisionomia, pele de sapato velho que nunca foi engraxado. Esse pretinho usava farda de major honorário, e tendo estado no Paraguai, obtivera umas honras militares. Depois, com sucessivos acontecimentos, as honras foram aumentando e, um belo dia, surge um, em Pernambuco, de igual nome, branco, que também tinha estado na campanha. Papéis pra lá, papéis pra cá, o branco foi considerado como sendo o que de direito. O major foi despedido de servente do Arsenal de Guerra, excluído do asilo, ficou na miséria. Vou-lhe dar alguma roupa velha e uns cobres. Não tenho absolutamente a convicção de que seja ele o verdadeiro major, nem tampouco que não é o outro ou um terceiro; entretanto, julgo que a ele competiam as honras; pobre e obscuro, ele precisava qualquer coisa para disfarçar isso, e ainda mais negro... Por falar nisso, o Belo, primeiro oficial, que foi do gabinete do Benjamim, contou-me que a nomeação do Hemetério (é um negro), para professor do

Colégio Militar, foi sustada na gaveta por ordem do Lauro Sodré, que sempre lhe recomendava a ele ir lhe pedir para expedir, que esperasse, que esperasse. É singular que, fazendo eles a República, ela não a fosse de tal forma liberal, que pudesse dar um lugar de professor a um negro. É singular essa República. (BARRETO, 1993, p. 48).

Em crônica intitulada *A matemática não falha*, publicado em 07 de dezembro de 1918 na *Revista Souza Cruz*, o escritor revisita o caso do Major Vital, registrando agora publicamente a triste condição do “major” ao comentar, com empatia, os desgostos ao fim da vida que o desgraçado alferes ainda teria de experimentar, além de ter experimentado tantos outros desde seu nascimento, em época em que ainda graçava a escravidão. Sem perder o humor na descrição da cômica figura de Vital em sua incapacidade de evocar naqueles que diariamente cruzavam com ele qualquer impressão marcial, o cronista eterniza no papel a sua situação:

(...) Um belo dia aparece um outro José Carlos Vital, major como ele, voluntário da Pátria, como ele, mas branco, e modestamente vivendo em Pernambuco, recebendo também etapa de asilado lá, como o seu homônimo preto recebia aqui. Abre-se inquérito; cada um dos Josés Carlos Vitais apresenta as suas provas de identidade; a indagação da verdade é feita com o máximo critério e imparcialidade, acabando-se por concluir que o de Pernambuco é o autêntico, embora o daqui não tenha procedido de má-fé.

(...) aquela satisfação de ser major, com as suas honras, privilégios, garantias e isenções, esvai-se, some-se, foge da sua triste vida de filho sem pai e que da mãe não tem a mais vaga lembrança; essa satisfação infantil que lhe resgatava os padecimentos de criança desvalida e levada em tenra idade, como se verificou, para os campos de batalha – essa satisfação se aniquila completamente como se o destino não lhe quisesse dar, nos seus últimos dias de vida, essa vã e pueril consolação, como se não lhe quisesse dar a mínima ilusão de felicidade, a ele que passara toda a existência, esmagado, humilhado, sem prazeres, sem alegrias, talvez, mesmo as mais vulgares! (BARRETO, 2012, p. 89 e 90).

Recordações do escrivão Isaías Caminha foi o primeiro dos romances de Lima Barreto a ser publicado, sendo recebido na Imprensa com a censura do silêncio pelo retrato corrosivo, mal disfarçado, da redação do *Correio da manhã*,

jornal em que o escritor trabalhou por um tempo. Segundo Osman Lins, Lima Barreto teria sofrido uma crítica muda, não somente na época em que viveu, mas ainda em gerações que lhe sucederam, por ter desmitificado, em seus escritos, a imagem idealizada que a alta burguesia carioca republicana projetava para si própria:

As classes dominantes (e, com elas, amplos setores das classes dominadas, que refletem em grande a visão conservadora) são particularmente sensíveis no Brasil aos que as renegam de maneira ostensiva. Pareceu-me sofrer Lima Barreto, e creio não enganar-me, o efeito de uma ação difusa, um processo disfarçado, surdo, de sonegação (muito semelhante, por sinal, ao que entre nós marginaliza o negro). Acresce que os povos mostram-se sensíveis às idealizações. E Lima Barreto é talvez o autor brasileiro que nos viu até hoje com maior verdade e lucidez. (LINS, 1976, p. 22).

A proposta maior do romance, ou seja, do herói Isaías Caminha em escrever as suas *Recordações*, era a de levar a sociedade da época a considerar as condições difíceis em que um indivíduo de sua origem social, pobre, interiorano e mulato, tinha em progredir na vida e, em se tratando de um homem de boa vontade, como era o seu caso, realizar obra relevante a essa sociedade. Isaías narra como foi o primeiro choque de realidade que recebeu ainda jovem, na forma como a sociedade republicana o percebia no mundo:

O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém, o fiz; não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma pequena nota a pagar. Como se demorassem em trazer-me o troco reclamei: "Oh! fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo!" Ao mesmo tempo, a meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. (BARRETO, 1997, p. 49 e 50).

O choque de realidade do herói Isaías Caminha acerca de como o mundo ao redor o percebia aumentava com os anos e com as relações que travava, como registra em suas *Recordações* acerca do espanto do diretor do jornal *O globo*, onde o herói trabalhava, Dr. Ricardo Loberant, ao tomar conhecimento da ascendência familiar de Isaías, ou seja, de que de fato o herói contava com uma ascendência, tinha sido criado em um contexto familiar, havia recebido educação, instrução, formação moral. Sintetiza então Isaías a imagem geral que os brancos tinham dos homens e mulheres negros:

Percebi que o espantava muito o dizer-lhe que tivera mãe, que nascera num ambiente familiar e que me educara. Isso, para ele, era extraordinário. O que me parecia extraordinário nas minhas aventuras, ele achava natural; mas ter eu mãe que me ensinasse a comer com o garfo, isso era excepcional. Só atinei com esse seu íntimo pensamento mais tarde. Para ele, como para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil, os homens e as mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães de suas chácaras. Os homens são uns malandros, planistas, parlapatões quando aprendem alguma coisa, fósforos dos políticos; as mulheres (a noção aí é mais simples) são naturalmente fêmeas. A indolência mental leva-os a isso e assim também pensava o doutor Loberant. (BARRETO, 1997, p. 212).

Na abordagem do racismo em suas produções literárias, *Clara dos Anjos* é o romance, por definição, sobre a triste condição da mulher negra em um Brasil recentemente pós-escravocrata. Escreveu-o Lima Barreto inicialmente como conto e o transformou em romance posteriormente. Foi o romance que mais tempo na vida levou para escrever, tendo concebido-o desde a juventude, e mencionou o difícil processo de sua escrita em dois romances, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, no qual atribui sua autoria ao herói deste romance, e *O cemitério dos vivos*, no qual atribuiu a autoria de *Clara* por sua vez ao herói Vicente Mascarenhas, protagonistas negros que vivenciavam a necessidade de representar literariamente a condição do povo afro-brasileiro. Da seguinte forma expressou o narrador de *Clara dos Anjos* o momento em que a jovem mulata Clara reconheceu sua condição diante da sociedade em que vivia:

Agora é que tinha a noção exata da sua situação na sociedade. Fora preciso ser ofendida irremediavelmente nos seus melindres de solteira, ouvir os desaforos da mãe do seu algoz, para se convencer de que ela não era uma moça como as outras; era muito menos no conceito de todos. (...) A educação que recebera, de mimos e vigilâncias, era errônea. Ela devia ter aprendido da boca dos seus pais que a sua honestidade de moça e de mulher tinha todos por inimigos, mas isto ao vivo, com exemplos, claramente... O bonde vinha cheio. Olhou todos aqueles homens e mulheres... Não haveria um talvez, entre toda aquela gente de ambos os sexos, que não fosse indiferente à sua desgraça... Ora, uma mulatinha, filha de um carteiro! O que era preciso, tanto a ela como às suas iguais, era educar o caráter, revestir-se de vontade, como possuía essa varonil Dona Margarida, para se defender de Cassis e semelhantes, e bater-se contra todos os que se opusessem, por este ou aquele modo, contra a elevação dela, social e moralmente. Nada a fazia inferior às outras, senão o conceito geral e a covardia com que elas o admitiam... (BARRETO, 2009, p. 169).

Lima Barreto, por extensão às suas críticas à eugenia, foi crítico de dogmatismos cientificistas de toda espécie. O escritor, enquanto um “homem de cor” ilustrado, ao longo da vida já havia se acostumado a desconstruir falácias de supremacia e pureza racial, o que o levou a tornar-se, à medida que amadurecia, cético com as mais variadas formas de empáfia científica, principalmente quando proferidas por jovens acadêmicos, a quem considerava cada vez mais arrogantes e ociosos por reconhecer neles de imediato sua ansiedade de firmarem-se no campo intelectual, calcando-se para isso em novidades acadêmicas estrangeiras. É o caso narrado no *Diário do Hospício* do jovem doutor Henrique Roxo, responsável por examinar o escritor no Hospital de Alienados:

Tinha que ser examinado pelo Henrique Roxo. Há quatro anos, nós nos conhecemos. É bem curioso esse Roxo. Ele me parece inteligente, estudioso, honesto; mas não sei por que não simpatizo com ele. Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda a outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si. Acho-o muito livresco e pouco interessado em descobrir, em levantar um pouco o véu do mistério — que mistério! — que há na especialidade que professa. Lê os livros da Europa, dos Estados

Unidos, talvez; mas não lê a natureza. (...) Perguntou-me por meu pai e eu lhe dei informações. Depois, disse-lhe que tinha sido posto ali por meu irmão, que tinha fé na onipotência da ciência e a credence do hospício. Creio que ele não gostou. (BARRETO, 2004, 21 e 22).

Em entrevista ao jornal *A folha* de 31 de janeiro de 1920, sob o título de *Lima Barreto no Hospício*, o escritor teceu a seu entrevistador considerações sobre sua internação no Hospital Nacional de Alienados. A escrita do *Diário do Hospício* e a decisão de Lima Barreto de elaborar um romance a partir deste seu diário, ao qual intitulou de *O cemitério dos vivos*, foram comunicadas ao público do periódico no qual trabalhava o entrevistador, praticamente como um anúncio do escritor (“leia *O cemitério dos vivos*.”), a essa altura da vida já relativamente reconhecido. Pretendia assim tornar conhecido ao público, com autoridade de experiência vivida, apesar de transmutada em ficção, as inconsistências dos métodos “científicos” aplicados aos pacientes do Hospital, expondo a ignorância doutoral da instituição:

Tenho coligido informações interessantíssimas para escrever um livro sobre a vida interna dos hospitais de loucos. Leia *O cemitério dos vivos*. Nessas páginas contarei, com fartura de pormenores, as cenas mais jocosas e as mais dolorosas que se passam dentro destas paredes inexpugnáveis. Tenho visto coisas interessantíssimas. Agora só falta escrever, meter em forma as observações reunidas. Esse trabalho pretendo encetar logo que saia daqui, porque aqui não tenho as comodidades que são de desejar para a feitura de uma obra dessa natureza. (BARRETO, 1993, p. 293).

É no *Diário íntimo* que assoma a indignação do romancista com a relação de dois pesos e duas medidas no tratamento pretensamente “científico” (diga-se eugênico e especificamente frenológico) dado a brancos e negros. Em reflexão datada de 1904, Lima Barreto considera acerca da origem “grega”, ou seja, arcaica, de fundo mítico, histórica, geográfica e culturalmente localizável, noção europeia dos tempos do Mundo Antigo, do que se entende usualmente por ciência. Relativiza o escritor a ciência tal como o faria com o conceito de pátria em *Triste fim de Policarpo Quaresma*:

Discutindo a incapacidade mental desta ou aquela raça, temos o ar de dizer com o poeta grego — os bárbaros, gente vil que não ama a filosofia e ciências; ele se dirigia ao avô de Kant e ao tio de Descartes. Se a feição, o peso, a forma do crânio nada denota quanto a inteligência e vigor mental entre indivíduos da raça branca, porque excomungará o negro? Os árias, quando no plateau da Bactriana, nada valiam; emigrando, após séculos de fermentação, brilharam numa cultura superior; porque os negros, transportados de África pelo tráfico, não desenvolverão uma civilização ou concorrerão para ela? Esse fenômeno de mudança de habitat é importante para o estudo. A ciência é um preconceito grego; é ideologia; não passa de uma forma acumulada de instinto de uma raça, de um povo e mesmo de um homem. (BARRETO, 1993, p. 34).

Outra palavra de ordem muito proclamada no período da Primeira República e combatida por Lima Barreto foi o patriotismo. Em sua crônica “São capazes de tudo” Lima Barreto expôs publicamente seu antipatriotismo ao revelar que esperava que, com a derrota da Alemanha ao fim da Grande Guerra, sumisse de vez da face da Terra a própria noção de Pátria, com a esperança de que o mundo inteiro, horrorizado com os resultados da Guerra, reconhecesse as consequências nefastas do cultivo de tal ideia. Já o havia exposto com força, indiretamente, através do reflexivo e anti-ufanista narrador de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, contrariando o próprio herói do romance, a princípio um ufanista. Fazia-o agora sem intermédio da ficção:

Não sendo patriota, querendo mesmo o enfraquecimento do sentimento de pátria, sentimento exclusivista e mesmo agressivo, para permitir o fortalecimento de um maior que abrangesse, com a Terra, toda a espécie humana, desejei muito a derrota da Alemanha, que, sempre retardada politicamente, era ainda a região do globo onde a superstição patriótica se havia quintessenciado com um aparelho guerreiro levado à máxima perfeição, graças às características do povo e às aptidões do seu pensamento, para as pesquisas especializadas e demorados trabalhos que exigem paciência na inteligência.

A queda da Alemanha representava para mim um golpe dado no “patriotismo”, que, tendo sido um sentimento fecundo em outras épocas, hoje não era mais do que um instrumento nas mãos dos burgueses para dominar as massas e explorar toda a terra em seu

proveito, matando a rodo com outras mãos, saqueando, acumulando riquezas como nunca tirano asiático pôde ter. (BARRETO, 2012, p. 102).

Como dito, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto concebeu um herói patriota e um narrador antipatriota. Embora o herói Quaresma recebesse a simpatia de seu narrador, a visão de mundo de ambos harmonizou-se apenas ao fim do romance, em que o frustrado herói passou a reconhecer que seu patriotismo não apenas lhe trouxe seríssimos problemas, a ponto de lhe custar a vida, como o levou a desperdiçá-la ao longo de anos, uma convicção cuja própria concepção carecia de bom senso e necessitava ser desconstruída. Assim concluía Quaresma, mediante discurso indireto livre do narrador, acerca da construção que fizera para si ao longo da vida da ideia de Pátria:

A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia, A que existia de fato, era a do Tenente Antonino, a do doutor Campos, a do homem do Itamarati. E, bem pensado, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser a Pátria? Não teria levado toda a sua vida norteado por uma ilusão, por uma ideia a menos, sem base, sem apoio, por um Deus ou uma Deusa cujo império se esvaía? Não sabia que essa ideia nascera da amplificação da credence dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuariam a viver como sombras e era preciso alimentá-las para que eles não perseguissem os descendentes? Lembrou-se do seu Fustel de Coulanges... Lembrou-se de que essa noção nada é para os Menenanã, para tantas pessoas...

(...) Certamente era uma noção sem consistência racional e precisava ser revista. (BARRETO, 1997, p. 175 e 176).

Sabia o escritor que muitas das noções que combatia, como eugenia e patriotismo, eram influências estrangeiras assimiladas por pretensos intelectuais brasileiros sem discernimento. Lima Barreto combateu a subserviente assimilação nacional tanto do germanismo como do americanismo. Seu antiamericanismo aparece em suas crônicas, escritos pessoais e ficções. Há um registro do escritor em seu *Diário íntimo*, datado de 7 de junho de 1917, em que o mesmo lamenta a

morte de quarenta operários na construção de um prédio de empreendimentos e de molde arquitetônico americano, e critica a mania dos brasileiros de imitar as novidades do estrangeiro, como da Grã-Bretanha, da França, dos Estados Unidos e da Alemanha, mas principalmente dos Estados Unidos, país que começava a praticar um imperialismo econômico e cultural dos mais agressivos surgidos até então na História:

Minha irmã acaba de chegar da rua (sete e meia da noite) e me traz a notícia de que um grande prédio em construção no Largo do Rossio acaba de desabar, matando quarenta operários. O antigo prédio era uma arapuca colonial, mas que, apesar da transformação, de ter tido as paredes eventradas, resistia impavidamente. O novo ia ser uma brutalidade americana, de seis andares, dividido em quartos, para ser hotel: Hotel New York (que nome!), um pombal, ou melhor: uma cabeça-de-porco.

Somos de uma estupidez formidável. O Rio não precisa de semelhantes edifícios. Eles são desproporcionados com as nossas necessidades e com a população que temos. Com pouco mais, o seu construtor adquiria os prédios vizinhos e faria coisa decente, proporcional, harmônica com a nossa vida e os nossos gostos. Mas a mania de imitarmos os Estados Unidos leva-nos a tais tolices. Uma casa dessas, servida por elevadores, povoada que nem uma vila povoada, é sempre uma ameaça para os que a habitam. Em caso de desastre, de acidente, os pequenos elevadores não a poderão esvaziar, a sua população. Mas os americanos... É o que eles chamam de progresso. Fresco progresso! (BARRETO, 1993, p. 131).

A religiosidade ao estilo “acampamento militar” de campanhas protestantes em *Clara dos Anjos* foi outra variante que Lima Barreto apontou como característica da invasão cultural norte-americana no que a definiu essencialmente de brutal e de afeita ao apressado. Brutal porque a seita religiosa aqui representada tinha um forte caráter proselitista, guerreira, comparada até a uma cruzada contra mouros. Afeita ao apressado porque tais seitas se criavam, segundo o romancista, a partir de ligeiras interpretações pessoais de antigos textos religiosos e porque a configuração espacial de suas congregações se constituía com simplicidade, até por meio de reuniões em tendas e ao ar livre:

Chefiava os protestantes um americano, Mr. Quick Shays, homem tenaz e cheio de uma eloquência bíblica, que devia ser magnífica em inglês; mas que, no seu duvidoso português, se tornava simplesmente pitoresca. Era Shays Quick ou Quick Shays daquela raça curiosa de yankees fundadores de novas seitas cristãs. De quando em quando, um cidadão protestante dessa raça que deseja a felicidade de nós outros, na terra e no céu, à luz de uma sua interpretação de um ou mais versículos da Bíblia, funda uma novíssima seita, põe-se a propagá-la e logo encontra dedicados adeptos, os quais não sabem muito bem por que foram para tal novíssima religiõzinha e qual a diferença que há entre esta e a de que vieram.

(...) As cerimônias preparatórias à iniciação, na religião de Mr. Quick Shays, duravam uma semana, farta de jejuns e cânticos religiosos, cheios de unção e apelos contritos a Deus, Nosso Pai; e a velha propriedade de recreio, com as barracas militares e salmodias contínuas, adquiria um aspecto esquisito e imprevisito, o de convento ao ar livre, mascarado por uma rebarbativa carranca 4 de acampamento guerreiro. Dir-se-ia um destacamento de uma ordem de cavalaria monástico-guerreira, que se preparava para combater o turco ou o mouro infiel, na Palestina ou em Marrocos. (BARRETO, 2009, p. 18).

No *Diário íntimo* de Lima Barreto, percebe-se que o escritor, além de questionar as teorias raciais que, naquela época, ainda não haviam saído dos gabinetes, e que previa se o saíssem, poderiam gerar perseguições e genocídios, questionava também a superioridade que vinha sendo atribuída à língua alemã, às ciências, às artes e à cultura alemã de uma forma geral. A crítica barretiana à supremacia da cultura e da “raça” germânica talvez só perdesse para o anti-yankismo do escritor, como demonstrou em seu diário que, diante da guerra entre alemães e norte-americanos, preferiria postar-se ao lado dos germânicos se possível. Expôs, contudo, a apreensão do que percebia ocorrer no que diz respeito à adoção irrefletida, por parte da intelectualidade nacional da época, às novidades alemãs:

Eu não sei se alguém já observou que o alemão vai tomando, nesta nossa lúcida idade o prestígio do latim na Idade Média. O que se diz em alemão é verdade transcendente. Por exemplo, se eu dissesse em alemão – o quadrado tem quatro lados – seria uma cousa de alcance extraordinário, embora no nosso rasteiro português seja uma banalidade e uma quase-verdade. E assim a cousa vai se

espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que à fraqueza, à covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa (BARRETO, 1993, p. 71).

Por fim, um dos fetiches da época mais duramente atacados por Lima Barreto foi o bacharelismo. Em seu *Diário do Hospício* o escritor critica com veemência o bacharelismo como medalhão abre-portas para a escalada social, comparando-o a um título de nobreza, visto entender que assim a sociedade interpreta a natureza dos diplomas de doutor, independentemente da parvoíce de quem os possua e do quanto seu caráter moral esteja comprometido, comprometimento que identifica na própria “voracidade” dos bacharéis pela aquisição de empregos, cargos, posições nas mais altas esferas estatais possíveis, voracidade não raro proporcional ao estado particular, concreto, de ignorância subjacente à formalidade dos títulos portados:

Esta nossa sociedade é absolutamente idiota. Nunca se viu tanta falta de gosto. Nunca se viu tanta falta de iniciativa e autonomia intelectual! É um rebanho de Panúrgio, que só quer ver o doutor em tudo, e isso cada vez mais se justifica, quanto mais os doutores se desmoralizam pela sua ignorância e voracidade de empregos. Quem quiser lutar aqui e tiver de fato um ideal qualquer superior, há de por força cair. Não encontra quem o siga, não encontra quem o apoie. Pobre, há de cair pela sua própria pobreza; rico, há de cair pelo desânimo e pelo desdém por esta Bruzundanga. Nos grandes países de grandes invenções, de grandes descobertas, de teorias ousadas, não se vê nosso fetichismo pelo título universitário que aqui se transformou em título nobiliárquico. É o *Don* espanhol. (BARRETO, 2004, p. 72).

No conto *O homem que sabia javanês*, Lima Barreto satiriza o fetichismo bacharelesco dos brasileiros através das peripécias de homens que, conscientes desta natureza de fetichismo em terras tupiniquins, buscam, com o fim de sustentarem a si próprios, tirar vantagens da credulidade popular em relação ao estado semidivino dos “homens doutos”. Castelo, o “herói” de *O homem que sabia javanês*, narra de forma escancarada e objetiva a seu amigo Castro os meios de que lançou para se tornar, da noite para o dia, um “conhecedor” da língua javanesa,

capaz de lecionar os fundamentos da mesma a quem se dispusesse pagar para obter a fluência neste idioma:

Em uma confeitaria, certa vez, ao meu amigo Castro, contava eu as partidas que havia pregado às convicções e às respeitabilidades, para poder viver. (...) Eu tinha chegado havia pouco ao Rio estava literalmente na miséria. Vivia fugido de casa de pensão em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro, quando li no Jornal do Comércio o anúncio seguinte: "Precisa-se de um professor de língua javanesa. Cartas, etc." Ora, disse cá comigo, está ali uma colocação que não terá muitos concorrentes; se eu capiscasse quatro palavras, ia apresentar-me. Saí do café e andei pelas ruas, sempre a imaginar-me professor de javanês, ganhando dinheiro, andando de bonde e sem encontros desagradáveis com os "cadáveres". Insensivelmente dirigi-me à Biblioteca Nacional. Não sabia bem que livro iria pedir; mas, entrei, entreguei o chapéu ao porteiro, recebi a senha e subi. Na escada, acudiu-me pedir a *Grande Encyclopédie*, letra J, a fim de consultar o artigo relativo a Java e a língua javanesa. Dito e feito.

(...) A *Encyclopédie* dava-me indicação de trabalhos sobre a tal língua malaia e não tive dúvidas em consultar um deles. Copiei o alfabeto, a sua pronúncia figurada e saí. (BARRETO, 2008, p. 72).

O protagonista de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* não se imiscui de fazer uma autocrítica acerca do fetichismo relacionado ao diploma de doutor pelo qual havia se deixado consumir emocionalmente quando jovem, quando entendia ser a aquisição de tal diploma a única forma de remediar seu nascimento enquanto negro e pobre, o que não deixava de ter sua verdade, em uma época incipientemente pós-escravocrata e de profunda marginalização da mão-de-obra negra em relação aos moldes do mercado de trabalho que se instaurava junto ao governo republicano. O que o leva a se desgostar com a busca de tamanha titulação são os contatos que trava, durante sua jornada profissional na redação de *O globo*, com alpinistas sociais que se utilizam na imprensa de seus títulos doutorais, muitas vezes sem fazerem jus intelectual aos títulos ostentados, para obterem vantagens sociais e financeiras. Ironiza Isaías Caminha:

Ah! Doutor! Doutor!... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos... Era um *pallium*, era alguma coisa como clâmide sagrada, tecida com um fio tênue e quase imponderável, mas a cujo encontro os elementos, os maus olhares, os exorcismos se quebravam. De posse dela, as gotas da chuva afastar-se-iam transidas do meu corpo, não se animariam a tocar-me nas roupas, no calçado sequer. O invisível distribuidor dos raios solares escolheria os mais meigos para me aquecer, e gastaria os fortes, os inexoráveis, com o comum dos homens que não é doutor. Oh! Ser formado, de anel no dedo, sobrecasaca e cartola, inflado e grosso, como um sapo-intanha antes de ferir a martelada à beira do brejo; andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas, pelas salas, recebendo cumprimentos: Doutor, como passou? Como está, doutor? Era sobre-humano!... (BARRETO, 1997, p. 46).

A típica crítica bacharelesca ao ímpeto natural de busca por conhecimento, sem visar vã glória, é representada em *Triste fim de Policarpo Quaresma* e em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Em *Triste fim* esta aparece em um trecho inicial do romance, em que o narrador ainda está apresentando características fundamentais do herói romanesco a seu leitor. Policarpo Quaresma é retratado como uma pessoa pacata e cordial, encerrada em suas atividades quotidianas, no trabalho e no lar, sendo, por isso, sem maiores prejuízos à sua boa convivência com os vizinhos, tomado por estes como misantropo e excêntrico. No que diz respeito à sua biblioteca particular e a seu hábito de leitura, chega a ser criticado pelo fato de seus livros e seus esforços de aprimoramento intelectual não estarem relacionados com seu ganha-pão:

Não recebia ninguém, vivia num isolamento monacal, embora fosse cortês com os vizinhos que o julgavam esquisito e misantropo. Se não tinha amigos na redondeza, não tinha inimigos, e a única desafeição que merecera fora a do doutor Segadas, um clínico afamado no lugar, que não podia admitir que Quaresma tivesse livros: “Se não era formado, para quê? Pedantismo!”. (BARRETO, 1997, p. 19).

Em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* o amigo íntimo e biógrafo de Manuel Joaquim Gonzaga de Sá, Augusto Machado, também se viu perplexo com a busca incessante de conhecimento pela qual Gonzaga de Sá se deixava consumir.

Tamanha busca de aprimoramento intelectual por parte do idoso amigo levou o jovem Machado em alguns instantes a desconfiar que ambições financeiras ou de glória poderiam estar por detrás da disposição de Gonzaga, ambições que Machado, sabendo-se impetuoso em razão de sua própria juventude, reconhecia serem muito suas, passando a convencer-se com o tempo de que o ancião não as tinha, no decorrer de sua convivência com ele:

A sua ânsia e a sua febre de conhecimento, tais como via nele, sempre a par do movimento intelectual do mundo, fazendo árduas leituras difíceis, deviam procurar transformar-se em obra própria, tanto mais que não era um repetidor e sabia ver fatos e comentar casos ao seu modo.

Creio que fizera os seus planos, pois que, apesar de remediado e seguro do emprego, não se deixou cevar, pensou sempre e o seu pensamento estava sempre vivo e ágil, embora, quando o conheci, já tivesse passado dos sessenta. Não ruminava.

Ao contrário, nunca cessou de aumentar a sua instrução, limando-a, polindo-a, estendendo-a a campos longínquos e áridos. Para que seria esse trabalho senão para criar?

É verdade que se podia atribuir ao seu gosto pessoal, perfeitamente desinteressado nas coisas de pensamento, sem objetivo ou tenção de obra ou lucro de qualquer natureza.

Mais tarde, porém, fiquei perfeitamente certo de que era só curiosidade intelectual, que o animava e mantinha nas suas leituras árduas, mesmo porque não se podia encontrar outra espécie de explicação, à vista da obscuridade a que se havia voluntariamente imposto. (BARRETO, 1997, p. 28 e 29).

Como visto, todos estes temas abordados pelo escritor em suas críticas vinham na esteira de seu embate contra as falácias raciais. Do que foi considerado acerca das ideias eugenistas que ganhavam cada vez mais espaço enquanto projeto no Brasil à época de Lima Barreto, e que foram rechaçadas por ele, assoma a questão identitária do escritor, enquanto descendente de africanos e europeus, residentes no país em situação não apenas desigual, mas de aberto conflito, encontrando-se aqueles dominados e escravizados por estes.

Diante da complexidade das referências familiares de Lima Barreto, fragmentada em antepassados de África, sendo Moçambique única referência específica, por parte materna, podendo constar na genealogia do escritor ainda outra nação africana, por parte paterna, e de Portugal, e, por estes se acharem em Diáspora, encontrando-se o escritor destituído das referências culturais tradicionais desses antepassados, resta-lhe incorporar o inaudito: o amálgama de seus parentes africanos e europeus na aventura da terra estranha do continente americano, do Rio de Janeiro, que era já o seu lar.

Quantos aos ascendentes de Lima Barreto não temos o elo completo em ambos os troncos, o paterno e o materno. Nos faltam elos, já na segunda geração ascendente, tanto por parte dos ascendentes brancos quanto por parte dos ascendentes negros. É possível que tais elos tenham faltado ao próprio Lima Barreto; não temos como averiguar, tamanho foi o estrago causado pela situação desumana à qual passaram seus antepassados negros, maternos e paternos, transformados em ferramentas de trabalho ao serem trazidos para o Brasil como escravos, dificultando em muito, para não dizer impossibilitando completamente, o levantamento de sua árvore genealógica. Esta dificuldade não se coloca apenas para nós, casuais especuladores das origens de um escritor, mas concretamente para as próprias vítimas e para os descendentes das vítimas da escravidão, caso de Lima Barreto.

Em segundo lugar, esta averiguação permanece difícil pelos casos de omissão de brancos brasileiros e portugueses que tinham relações sexuais com as afrodescendentes escravizadas sem assumir a paternidade dos filhos gerados dessas relações, sendo contados, no mínimo, dois desses casos na ascendência do escritor, um por parte materna e outro por parte paterna, de avôs brancos que não assumiram a paternidade, nem de sua mãe, nem de seu pai, embora pai e mãe tenham carregado os sobrenomes de seus progenitores em seus batismos. No caso da mãe de Lima Barreto, seu sobrenome está relacionado ao fato de ela descender de escrava pertencente à família Pereira de Carvalho. Segundo Amadeu da Silva Guedes em *Malandro e mulata: contrastes e nuances da malandragem na obra Clara dos Anjos*:

A origem familiar de Lima Barreto se dá nos agregados da tradicional família Pereira de Carvalho. Sua mãe, Amália Augusta Pereira de Carvalho, apresenta no sobrenome a marca da família que a amparou. Era filha de Geraldina Leocádia da Conceição, que pertencia à segunda geração de escravos da família dos Pereira de Carvalho, e neta da escrava Maria da Conceição, respectivamente, avó e bisavó de Lima Barreto. Comentava-se que alguns da prole dos escravos eram filhos dos varões da tradicional família. A mulata Amália Augusta conhece então o mulato, quase negro, João Henriques de Lima Barreto. João Henriques era filho de uma escrava chamada Carlota Maria dos Anjos e de um português que não assumiu a paternidade. Não há nome do pai de João Henriques no trabalho de Francisco de Assis Barbosa, o nome desse português é mostrado juntamente com uma foto em Toda crônica, coletânea de textos de Lima Barreto organizada por Beatriz Resende e Rachel Valença, trabalho recentemente apresentado ao público (BARRETO, 2004, p. 42a), que contém crônicas inéditas de Lima Barreto. O avô paterno do autor dos subúrbios era nascido em 1823 e chamava-se Henrique de Lima Barreto, um homem branco na vida de uma mulher negra. (GUEDES, 2005, p. 17).

No *Diário íntimo* de Lima Barreto há uma referência acerca da nação de origem de sua bisavó materna, Maria da Conceição, informando que ela “viera ainda rapariguinha para aqui, onde tivera para seu primeiro senhor os Carvalho de São Gonçalo; conhecera D. João VI, e, sobre ele, desconexamente, contava uma ou outra coisa avaramente guardada naquela estragada memória” (1952, p. 22). Não é nada fácil rastrear dados do avô português de Lima Barreto, Henrique de Lima Barreto: algo como um diário, que viesse a lançar luz sobre as motivações que o teriam feito vir para o Brasil, como teria levado a vida neste país, até que ponto se deu sua relação com Carlota dos Anjos e com o filho de ambos, João Henriques, se o abandonou ainda na barriga da mãe, se o conheceu mais velho ou se faleceu antes de conhecê-lo, ou ainda se ajudou financeiramente Carlota a criar João, mesmo não o reconhecendo. Muito mais complicado, contudo, é o rastreamento dos parentes africanos do escritor.

Por exemplo, da própria Carlota dos Anjos: inspiração para *Clara dos Anjos*? Semelhança entre a vó e a personagem na gravidez não reconhecida pelo pai branco? Razão de Lima Barreto levar tanto tempo para escrever este romance, em

relação aos demais? Razão dessa demora ser transferida para seus heróis homens de letras Isaías Caminha e Vicente Mascarenhas? Não temos referências tais como as temos da avó e bisavó paterna de Lima Barreto, que são escassas, mas pelo menos apontam a origem moçambicana de Maria da Conceição. Os estudos sobre o mapeamento dos escravos moçambicanos que foram trazidos para o Brasil, segundo Horacio Gutiérrez, de acordo com a obra de José Capela e Eduardo Medeiros *O tráfico de escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902*, ainda são incipientes:

(...) há ao menos duas particularidades, que fazem da escravidão moçambicana um caso complexo de estudo. Primeiro, a presença de negreiros árabes em todo o litoral norte do país, com raízes no sultanato de Zanzibar (hoje integrado à Tanzânia), e que os portugueses nunca conseguiram expulsar ou neutralizar a contento. Estes comerciantes, aliados aos chefes macuas muçulmanos, majojos e ajauas, escravizaram e venderam contingentes significativos de populações, que iam buscar até o lago Niassa e com eles desciam ao litoral, na esteira das caravanas de marfim. Segundo, a existência na Zambêzia (zona central de Moçambique) de um tipo peculiar de organização social chamado de "prazos", que facilitou a sujeição de nativos quando os ajauas entraram na região, e ainda mais no início do século XIX, quando mercadores portugueses se assenhorearam dos "prazos". Foi desta região que proveio o maior número de escravos moçambicanos, que aportaram no Brasil. Herbert Klein estima que entre 1825-30 foram vendidos no Rio de Janeiro mais de 15 mil cativos oriundos de Quelimane e 25 mil da Ilha de Moçambique (norte do país). (GUTIÉRREZ, 1989, p. 2 e 3).

No que diz respeito à ascendência portuguesa de nosso "Afonso Henriques" de Lima Barreto, é notório que o avô paterno do escritor, de nome Henrique de Lima Barreto, se não assumiu a paternidade do pai do escritor, João Henriques de Lima Barreto, que, como já observado, a despeito da rejeição sofrida pelo pai português, carregou o seu sobrenome, não escapou o europeu a que o neto viesse a receber nome de "fidalgo", ninguém menos que o monarca fundador de Portugal, Afonso Henriques, divinamente entronizado, a levarmos em conta o mito da Batalha de Ourique. De acordo com este mito, surgido no contexto do domínio islâmico da Península Ibérica, Afonso Henriques teria sido entronizado rei do reino que estava

por surgir (Portugal) pelo próprio Cristo, que teria lhe aparecido na cruz, e lhe predito que este seria um reino separado para combater os muçulmanos até o fim dos tempos, carregando, portanto, o mulato, nome de rei divinamente entronizado.

Com um imaginário carregado desses de Portugal em sua relação com a África a partir da invasão moura e o posterior revanchismo português em solo africano, que ainda viria a lhe custar a perda do rei Dom Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir para os mouros, e se tratando de revanchismo cujo pretexto descambaria para o escravagismo e imperialismo nos séculos seguintes até redundar na catastrófica situação de um indivíduo ter em sua genealogia avós negros que eram propriedade de avós brancos, pesava concretamente sobre o escritor, mas não menos em seu imaginário, ser fruto de duas etnias e culturas historicamente em conflito, uma subjugando a outra. Muito mais alentador era identificar-se com o resultado da experiência de uma nova vida em um novo mundo, o mais longe possível de tamanha desgraça milenar de guerras étnico-religiosas.

Ainda acerca da ascendência do avô paterno de Lima Barreto, não se descarta a possibilidade dos sobrenomes portugueses Lima e Barreto serem atribuídos a judeus sefarditas², ou seja, pertencentes a *Sefarad* (como era chamada a Península Ibérica pelos judeus), cuja comunidade estabelecida nesta região data de tempos pré-cristãos, ou então a mouros ou árabes, estabelecidos na mesma península no período da Expansão Islâmica, tornados ambos (judeus e mouros), no contexto da Inquisição, quando não expulsos na culminância da Reconquista Cristã em fins do século XV, em cristãos-novos (judeus e muçulmanos catolicizados).

Estas possíveis genealogias por si só aguçam a questão da mestiçagem historicamente já ocorrente em Portugal e a fragmentação da própria identidade portuguesa, um misto das culturas celta, visigoda, galega, moçárabe, judaica sefardita, moura e árabe. Como os semitas eram tomados, junto a negros, ciganos, ameríndios e asiáticos, por pertencentes a etnias inferiores, e como a própria “raça” portuguesa como um todo, de acordo com os padrões eugênicos anglo-saxões,

2 Ver site da editora portuguesa *Euroenigma* – Literatura e vida judaica em português:
<https://euroenigma.wordpress.com/tag/inquisicao/>

tendia à degenerescência, recaía sobre Lima Barreto, estudioso de História, a consciência de que, a deixar-se levar pelos argumentos eugênicos em voga à sua época, teria de concluir descender da miscigenação de duas matrizes etno-culturais, a africana e a ibérica, aos olhos de “sábios” provenientes da matriz anglo-saxã, tidas por inferiores.

A relação de Lima Barreto com Portugal era cheia de altos e baixos. Tinha seus escritores portugueses preferidos como Eça de Queirós. No *Diário do hospício* o escritor fez uma compassiva descrição de um português que trabalhava no Hospício e lhe era amigável (em uma de suas mais belas reflexões, plenas de empatia pelo sofrimento alheio). Em seu *Diário íntimo*, chegou a anotar que, se não viesse a vencer na vida em seu país natal, viveria e morreria em Lisboa, nem que fosse como mendigo. Seu primeiro romance, que não conseguiu publicar no Brasil, devido ao boicote da imprensa nacional pela sátira ao jornal *Correio da manhã*, foi publicado por uma tipografia portuguesa.

Seu personagem Manuel Joaquim Gonzaga de Sá era descendente de uma das famílias de portugueses abasileirados (praticamente desde os tempos iniciais da colonização) mais tradicionais do Rio de Janeiro. Por outro lado, diante da atuação do governo português em África, o escritor não deixou de tecer suas críticas. Nem o capital português na imprensa brasileira escapou ao seu olhar clínico. Segundo informação na página da Biblioteca Nacional, datada de 21 de setembro de 2015, no Portal Brasil, foi o pesquisador português João Marques Lopes que encontrou novas referências documentais de Lima Barreto acerca de Portugal e dos portugueses à sua época:

Filósofo, professor, autor de biografias sobre grandes nomes da literatura em língua portuguesa, doutor em Estudos Brasileiros (Literatura e Cultura) pela Universidade de Lisboa e, atualmente, também bolsista do Programa Nacional de Apoio a Pesquisadores Residentes (PNAP-R), da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), o português João Marques Lopes fez uma recente descoberta sobre Lima Barreto (1881-1922). Na divisão de manuscritos da biblioteca (localizada no Rio de Janeiro), numa pasta contendo material do escritor brasileiro, o pesquisador – que estuda a recepção da obra de Barreto em Portugal – encontrou uma crônica inédita do autor de

Triste fim de Policarpo Quaresma. Batizada de Portugueses na África, a crônica, possivelmente de 1907 (ano presente no verso de uma das folhas) deveria ser publicada na coluna "Echos", da revista A Floreal, pioneira publicação no Brasil com conteúdo anarquista. Também foi encontrada uma crônica incompleta (provavelmente de 1908), intitulada Jornais, na qual Lima Barreto critica o alinhamento político entre a imprensa de Brasil e Portugal. Em Portugueses na África, o escritor critica a ação do exercido de Portugal ao expandir seus domínios em Angola para o interior do país (desde o século 16, os colonizadores se mantinham no litoral). Na incompleta Jornais, Lima Barreto reflete sobre o destaque dado pelos jornais da época – dependentes economicamente de comerciantes portugueses – para a morte do Rei Dom Carlos e seu filho, Dom Luís Felipe de Bragança, assassinados em fevereiro de 1908. (PORTAL BRASIL, 2015, p. única).

Na época em que Lima Barreto escreveu sua crônica da infame notícia acerca das ações dos portugueses no continente africano, a nação de sua bisavó Maria da Conceição, Moçambique, se encontrava sob pleno projeto expansionista do imperialismo luso, iniciado em fins do século XIX como reação desesperada de Portugal em garantir seus quinhões na partilha da África pelas potências imperialistas europeias, visto que, embora os portugueses tivessem se instalado na costa de Moçambique desde o século XVI, não haviam até então se movido para colonizar sistematicamente o interior do território moçambicano e mesmo dos demais países africanos à época sob sua possessão. Não bastasse a tardia abolição da escravatura no Brasil, a ponto de seus avós ainda terem nascido e vivido como escravos, a insistência imperialista de Portugal em África e, particularmente, na terra natal de sua bisavó, feria-lhe o sentimento de dignidade e humanidade para com os irmãos de cor:

Os srs. já conhecem a coisa. De ano em ano, os jornais daqui e de além-mar noticiam estrondosas vitórias dos portugueses sobre os indígenas de suas possessões de África. No tempo dos "Lusíadas", talvez por não existir o jornalismo periódico, não davam tanta importância a feitos idênticos. Hoje, não havendo farta messe de ações heroicas, lá pelo velho Portugal, os jornais e o governo não deixam escapar uma só vitoriazinha. Os heroísmos são narrados um a um, em frases cheirando ainda à "Ilíada"; os retratos são publicados e os plutarcas afiam a pena para mais essa centena de varões ilustres. O que há em suma? Esta coisa simples: um

destacamento português, de cem ou duzentas praças, derrota uma partida de desgraça dos negros, duplamente desgraçados por serem negros e por viverem em possessões do Portugal necessitado de vitórias. Pelo jeito, o governo lusitano precisa demonstrar a vitalidade da nação; precisa lembrar ao mundo que o sangue heroico dos varões assinalados ainda não está de todo acabado; e para tal organiza, de quando em quando, umas justas art-nouveau em que morrem algumas dezenas de negros (ora, os negros!) e os portugueses praticam heroísmos dignos de versos gregos e do triunfo romano. (BARRETO, 2016, p. única).

Percebem-se os ecos da questão identitária de Lima Barreto acerca de seus antepassados na sua ficção em passagens como a em que Augusto Machado, personagem de *Vida e morte de Manuel Joaquim Gonzaga de Sá*, faz uma reflexão acerca de sua ascendência portuguesa e africana e como estas contribuíram para torná-lo um tipo em total identificação com a cidade em que vivia, a cidade do Rio de Janeiro. Significativo é que o elemento que o coloca em total sintonia com a cidade do Rio de Janeiro, do qual chega a se saturar até se encontrar completamente imerso nele, à medida que se deixa absorver pela paisagem que o rodeia, é o que Machado de forma poética define como “melancolia tangível”; tangível, tamanha a densidade dessa melancolia pesando em sua alma:

Saturei-me daquela melancolia tangível, que| é o sentimento primordial da minha cidade. Vivo nela e ela vive em mim! E assim, fui sentindo com orgulho que as condições de meu nascimento e o movimenta, de minha vida se harmonizavam - umas supunham o outro que se continha nelas; e também foi com orgulho que verifiquei nada ter perdido das aquisições de meus avós, desde que se desprenderam de Portugal e da África. Era já o esboço do que havia de ser, de hoje a anos, o homem criação deste lugar. Por isso, já me apoio nas coisas que me cercam, familiarmente, e a paisagem que me rodeia, não me é mais inédita: conta-me a história comum da cidade e a longa elegia das dores que ela presenciou nos segmentos de vida que precederam e deram origem à minha. (BARRETO, 1997, p. 22).

A introjeção do mal da degenerescência na autoimagem de Lima Barreto e dos personagens Isaías Caminha, protagonista de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, e Vicente Mascarenhas, protagonista de *O cemitério dos vivos*, são

flagrantes: Lima Barreto, em seu *Diário do Hospício*, quando compara-se a um explorador que, evitando estabelecer-se em terras de temperatura amena e de vegetação abundante, atirou-se às *banquises* do Ártico por iniciativa própria; Isaías Caminha sentindo a corrupção de seus valores de rapaz interiorano, aspirante a doutor, tomar conta de seu âmago, à medida que se enturmava cada vez mais com o diretor do Jornal *O Globo*, onde trabalhava, e com seus protegidos; Vicente Mascarenhas, internado no hospício por delírio alcoólico, lembrando-se de que o que o levou ali foi o não suportar a morte da esposa e a loucura da sogra em casa, saindo do trabalho e se entregando a bebedeiras noites afora.

O antipatriotismo do nada ufanista Lima Barreto, alinhado à sua admiração ao anarquismo, no desejo, como já visto, de que a própria noção de Pátria viesse a se extinguir um dia também se apresenta como um dado de sua identidade fragmentada na descendência de duas etnias, uma colonizadora e escravizadora da outra, ao ser catalogado popularmente como mulato, filho de pais mulatos, neto de avós brancos e de avós negros, com referências a um avô paterno português e uma bisavó moçambicana, e tendo nesta relação de avós brancos e negros a transposição, para o Brasil, da dominação e escravatura dos primeiros sobre os segundos, nas gerações mais imediatas que o precederam e que lhe constituíram o ser.

Diante dessa situação de uma ascendência conflituosa, de parentes que deixaram suas terras natais, uns por escolha própria, e outros de maneira forçada, sob condições desumanas, só lhe restava agarrar-se a mais profunda identificação com a cidade do Rio de Janeiro, identificação que, para benefício da literatura brasileira, realizou com maestria; com temores, lágrimas, aflições, fracassos, despeitos, enfado da vida, o escritor foi o grande expositor das gentes pequenas e grandes da sociedade carioca de seu tempo, de suas mazelas, seus ridículos, suas torpezas e seus sofrimentos.

Sentia-se ligado à cidade em que nascera livre e sob ternos cuidados dos pais, que se esmeraram em lhe prover uma sólida instrução, incomum à sua condição de “mestiço”, a despeito de terem vivido nela avós brancos, tanto paternos quanto maternos, que não assumiram-se como seus ascendentes, e avós negros,

também paternos e maternos, aviltados, no jugo da escravidão, de sua dignidade humana, almejando, o casal João Henriques e Amália Augusta, que seu primogênito e seus demais filhos viessem, através de sólida formação em seus estudos, a superar o estigma social que pairava sobre a cor de sua pele. Infelizmente, apesar de seu intuito quando jovem, registrado em seu *Diário íntimo*, de escrever uma “História da Escravidão Negra no Brasil”, como apontado na epígrafe que abriu este capítulo, não chegou a escrevê-la.

4. QUEM É E A QUE VEIO O HERÓI BARRETIANO

As palavras dos homens, seus pensamentos e sentimentos puramente subjetivos, revelam-se verdadeiros ou não verdadeiros, sinceros ou insinceros, grandes ou limitados, quando se traduzem na prática, isto é, quando os atos e as forças dos homens confirmam-nos ou desmentem-nos na prova da realidade. Só a praxis humana pode exprimir concretamente a essência do homem. O que é força? O que é bom? Perguntas como estas obtêm respostas unicamente na praxis.

Georg Lukács

Toda a construção que Lima Barreto faz dos heróis de seus romances se dá sobre uma característica fundamental a todos: trata-se de homens de letras, intelectuais, ilustrados, escritores. As demais características observadas nesses ou decorrem desta principal, ou harmonizam-se com esta principal. Será observado, a partir deste capítulo, nos romances *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* e *Cemitério dos vivos*, como se desenvolvem estas características, relativas ao eixo da intelectualidade desses heróis, como o demonismo e a errância, o retraimento e a degradação diante das dificuldades de ação transformadora, o profetismo e o messianismo político dos mesmos, concomitante à sua interiorização.

Thomas Carlyle, popularizado por sua romântica *História da Revolução Francesa*, concebeu, na obra *Os heróis*, dentre outros tipos heroicos, um que compreendeu ter nascido nos tempos modernos, oriundo do contexto de urbanização que estava em desenvolvimento nos séculos XVIII e XIX, individualista em um meio social de crescente individualismo, ou seja, como diz o próprio pensador, “absolutamente um produto das idades novas”: trata-se do “herói como homem de letras”, um tipo que, apesar de ter nascido recentemente na História, se comparado aos demais tipos concebidos por Carlyle, entendia este, iria fincar raízes por todas as idades futuras da Humanidade:

O herói como Homem de Letras, de cuja classe vamos falar hoje, é absolutamente um produto destas idades novas; e enquanto esta maravilhosa arte de Escrever, ou de escrita rápida a que chamamos Imprensa, subsistir, podemos esperar que ele continue, como um das principais formas de heroísmo de todas as idades futuras. Ele é, sob vários aspectos, um fenômeno muito singular.

É um produto destas idades novas, disse eu; existe há pouco mais dum século no mundo. Nunca, senão desde há uns cem anos, se viu qualquer figura de uma grande alma viver deste modo anômalo; esforçando-se por exprimir a inspiração existente dentro de si em livros impressos, e encontrar posição e subsistência com aquilo que o mundo lhe quer dar por fazer isso. Muito se havia comprado e vendido, e barganhado na praça do mercado; mas nunca até então, a inspirada sabedoria de uma alma heroica, dessa maneira clara. Ele, encerrado na sua esquálida água-furtada, com seu casaco surrado, com os seus direitos de autor reconhecidos ou não reconhecidos; reinando (porque é isto o que ele faz) da sua sepultura, após sua morte, sobre inteiras nações e gerações que quiseram ou não quiseram dar-lhe pão enquanto vivo, - é um espetáculo bastante curioso! Poucas formas de heroísmo podem ser mais singulares. (CARLYLE, s/d, p. 149).

Desta “singular” forma de heroísmo foram dotados os heróis romanescos criados por Lima Barreto aqui estudados. Trata-se, portanto, de típicos heróis modernos ou, em outras palavras, sujeitos às vicissitudes dos tempos modernos, o que implica em se encontrarem sujeitos, de acordo com o filósofo e crítico húngaro Geórg Lukács em *A teoria do romance*, a um estado de dissonância e mesmo conflito com o mundo, um mundo que não reconhecem como naturalmente seu, mas artificialmente constituído, causando-lhe constante estranhamento e desconforto.

Segundo Lukács, a meditação crítica de um indivíduo vivendo na modernidade sobre a constituição de seu mundo, o sentido de sua vida e a de seus semelhantes no mesmo, e a marcha dos acontecimentos que observa se desenrolarem nestes tempos, levam-no a um estado de alheamento desse mundo, paradoxalmente ao mesmo tempo em que o investiga. No plano literário, do gênero romanesco brota este indivíduo tipificado em herói, um herói moderno, norteado em suas ações por uma psicologia de busca, e por uma postura sentimental de deslocamento do mundo circundante, que transforma essa busca em um tatear no escuro.

Para o teórico “o romance é a forma da aventura do valor próprio da interioridade; seu conteúdo é a história da alma que sai a campo para conhecer a si

mesma, que busca aventuras para por elas ser provada e, pondo-se à prova, encontrar a sua própria essência”. (2000, p. 91). Esta definição inspirou a análise que se pretende fazer aqui sobre a dinâmica que permeia a relação do herói com o seu universo, o universo da cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Trata-se de uma dinâmica de autoconhecimento do herói que abrange peregrinação e investigação deste sobre si mesmo e sobre o universo que o cerca e, no caso dos heróis barretianos, o confronto aberto com este universo. O teórico define como se dá a constituição formal do romance:

O processo segundo o qual foi concebida a forma interna do romance é a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo, o caminho desde o opaco cativo na realidade simplesmente existente, em si heterogênea e vazia de sentido para o indivíduo, rumo ao claro autoconhecimento. Depois da conquista desse autoconhecimento, o ideal encontrado irradia-se como sentido vital na imanência da vida, mas a discrepância entre ser e dever-ser não é superada, e tampouco poderá sê-lo na esfera em que tal se desenrola, a esfera vital do romance (LUKÁCS, 2000, p. 82).

Jeane Marie Gagnebin, em prefácio à obra de Walter Benjamin *Magia e técnica, arte e política*, intitulado *Walter Benjamin ou a história aberta*, aponta como o teórico alemão procura compreender a busca do homem moderno, através dos livros, que vida é esta que está vivendo e que mundo é este no qual está vivendo. Escreve a pesquisadora que nesta busca individual as leituras de jornais e de romances têm “em comum a necessidade de encontrar uma explicação para o acontecimento, real ou ficcional”. Esta investigação da vida e do mundo é compartilhada pelo escritor e pelo leitor. O exercício desta busca Lima Barreto realizou tanto na produção ficcional quanto na produção jornalística. E procurou transmitir sua interpretação da realidade a seus leitores, também buscadores de um norte, em ambas produções. Argumenta a autora que:

O romance coloca em cena um herói desorientado, e toda a ação se constitui como uma busca, seu sucesso ou seu fracasso. O leitor de romance persegue o mesmo objetivo (do leitor de jornal); busca

assiduamente na leitura o que já não encontra na sociedade moderna: um sentido explícito e reconhecido”. (BENJAMIN, 1994, p. 7).

Quanto a essa inquietação do homem moderno em saber a que viemos neste mundo, Blaise Pascal, um dos maiores iniciadores e intérpretes dos tempos modernos, escreveu, já no século XVII, que “o homem não sabe em que lugar se colocar. Está visivelmente perdido e caiu de seu lugar sem conseguir reencontrá-lo. Busca-o por toda parte com inquietação e sem êxito, em meio a trevas impenetráveis”. (1961, p. 154). Este caminhar de peregrino no mundo de que fala Pascal, errando “em meio a trevas impenetráveis”, é apontado por Osman Lins em *Lima Barreto e o espaço romanesco* como característico aos heróis criados pelo escritor carioca na época da Primeira República, tratando-se esta errância de um efeito, no campo literário, de uma característica que o literato reconhece ser a do próprio Lima Barreto e da Humanidade com um todo. Segundo Lins:

Em sua vigilância perante o mundo exterior, na espécie de inquietude com que, em todos os sentidos, investigam o mundo que os circunda, parece comandá-los, sob formas novas e variáveis, o sentimento de serem, na Terra, sobreviventes de um naufrágio onde bens essenciais e dos quais talvez nem possam recordar-se, desapareceram”. (LINS, 1976, p. 61).

Percebe-se que a nota dominante nas considerações que já fazia Pascal, somadas às de Lukács e Benjamin, é a do indivíduo desorientado, dissonante e impotente no mundo da Modernidade. Esta condição do indivíduo moderno, que reúne escritor e leitor na busca de um norte, respinga também na criação dos heróis romanescos. O pesquisador Aristóteles de Almeida Lacerda Neto, em sua dissertação de mestrado *Dom Quixote e Fogo morto*, descreve o processo de degradação, através das eras, na evolução do herói épico para o trágico, processo que se desenrola até chegar ao herói romanesco, e que se dá, segundo o estudioso, pela gradual desmitificação da capacidade do herói de servir ao ordenamento do mundo a que pertence, atingindo tal fenômeno o seu ápice na Modernidade,

contexto em que o herói tem a sua esfera de ação restringida consideravelmente, sendo apenas mais um ser comum entre os demais seres comuns, incapaz de realizar uma ação notável, do ponto de vista estrutural, em sua sociedade. Esta restrição de ação do herói em seu meio gera o sentimento de impotência para com o alcance de ideais e objetivos, sendo este um elemento marcante nos heróis barretianos. O processo histórico de degradação do herói, no entender de Neto, implica no seguinte resultado:

(...) percebemos um processo de degradação, instaurado pela gradual desmitificação do personagem, imbricada com a diminuição da esfera da ação. O resultado disso é perda de representatividade, o que implica na solidão, e no desamparo desse novo herói, repercutindo na sua derrota, fruto da inatingibilidade da meta. Desse modo, o herói que povoa a narrativa da era burguesa, só pode receber o título de anti-herói. (NETO, 2006, p. 16).

O herói mítico, clássico, serve, com suas capacidades, geralmente incomuns, ao ordenamento do mundo. Ou melhor, ao seu reordenamento. Toda vez que o Caos é instalado devido a um fator ou uma série de fatores que traduzam-se em transgressões no dever dos homens de respeitar os limites impostos a eles pelas divindades, como a usurpação da liberdade e da integridade física e moral de seus semelhantes e das demais criaturas existentes, o herói entra em ação para retificar ou contribuir, em parte, para a retificação do estado caótico em que se tornou a realidade, degradada por tais transgressões, consciente ou inconscientemente desencadeadas.

O que liga essa característica mítica do herói com capacidades incomuns, voltado ao reordenamento do Cosmo, à figura do moderno herói romanesco, indivíduo comum, problemático no dizer de Lukács, não apenas ordinário em suas capacidades, o que não lhe legitima a distinção de seus semelhantes, mas francamente detentor de fraquezas e vícios? É a forma como o romance demonstra a inadequação do herói no mundo, no sentido de apontar a degradação desse mundo, o absurdo do universo em que vive o herói moderno. O próprio caráter

contraditório do herói romanesco, que comunica na sua própria pessoa o absurdo do mundo, se não consegue retificá-lo, serve de testemunha dessa degradação.

Lima Barreto e os heróis barretianos viveram sob a configuração da modernidade em suas cores específicas no Brasil do período da Primeira República. E viveram particularmente sob a configuração dessa modernidade na cidade do Rio de Janeiro, na época distrito federal da nascente república. As cores de que se revestia a modernidade no Brasil de inícios da República eram as de uma nação sob governo político de uma elite positivista, oligárquica, racista, militarista e, segundo Nicolau Sevcenko, dotada de um voraz arrivismo.

O cientificismo e o racismo cientificista dessa elite e sua bajulação cultural dos Estados Unidos e da Europa se encontravam no campo cultural da época no país e na capital especificamente. O militarismo de influência positivista e o coronelismo oligárquico se encontravam, por sua vez, ora em conluio, ora em disputa, no campo político. Já o fenômeno do chamado arrivismo burguês notado por Sevcenko, se encontrava, ao lado da manutenção e também ampliação de poder das oligarquias regionais, no campo econômico.

Como visto no primeiro capítulo, o projeto republicano no processo de sua consolidação sofreu resistências de movimentos messiânicos formados por populares no nordeste e no sul do país, de oligarquias regionais também nestas regiões, e também de populares e de setores das forças armadas na própria capital brasileira, o que levou seus dirigentes, mesmo durante os governos civis, a um estado de constante tensão policial com a população no intuito de conter essas revoltas, gerando uma atmosfera no país de um militarismo pretensamente protecionista à garantia dos valores patrióticos da República posta, militarismo pelo qual, no universo ficcional barretiano, o próprio personagem Policarpo Quaresma seria influenciado, até que este, diante das desilusões com o governo de Floriano Peixoto, viesse a manifestar-se contrário ao mesmo.

Viveu o escritor, enquanto homem de letras, com inclinação para um certo anarco-pacifismo, na contramão dessa hegemonia. Fazendo de seus heróis romanescos homens de letras, dotados de semelhante inclinação e vivendo sob

semelhante contexto, explorou, através destes heróis, a restrição do campo de ação de um indivíduo idealista de reformas sociais por vias pacíficas em um contexto de flagrante discriminação étnica e social e de aura belicista.

Como visto no terceiro capítulo, a forma como estava configurado o país em sua recente posição pós-escravagista interferiu na constituição identitária de Lima Barreto e iria interferir na forma como este concebeu seus heróis romanescos. A queda do padrão financeiro de vida da família do escritor e do *status* social de seu pai, de tipógrafo do Império e tradutor de uma obra sobre tipografia para dirigente de colônias de alienados na Ilha do Governador, assim como a mudança de residência para o subúrbio também interferiria em sua identidade. O romancista como que repartiria entre seus personagens os desafios enfrentados por ele como mulato e como morador de zona suburbana.

Roberto Schwarz chama a atenção para o fato de que os princípios liberais que se encontravam em voga entre os intelectuais brasileiros durante o Império, e que iriam ser apregoados como oficialmente atinentes à República em funcionamento, foram impugnados, na prática, pela manutenção da escravidão no país ao longo de quase todo o século XIX. Chamou o pesquisador a este estranho fenômeno de ideias liberais vigorando como discurso comum em uma sociedade escravocrata de “ideias fora do lugar”.

Com o fim da prática escravagista, perduraria ainda na República o que o autor apontou ser a prática do “favor”, consistindo este no “jogo fluido de estima e auto-estima” submetido ao “interesse material” que continuaria a mediar as relações dos homens, ainda que se encontrando agora oficialmente “livres”, na sociedade do novo sistema. Isto se daria pela permanência de uma estrutura econômica e social em que subjazia uma lógica latifundiária. Schwarz analisa a discrepância entre os valores liberais e a escravidão:

É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrendo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas

num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão. (SCHWARZ, 2012, p. 12).

É em meio a cultura do “favor”, identificada por Schwarz no contexto de Machado de Assis e que ainda perduraria no de Lima Barreto, que o escritor viveria em conflito consigo mesmo e com o seu mundo externo no desafio diário de fazer-se respeitar e sentir-se respeitado, principalmente no trabalho como servidor, diante da sociedade antes escravocrata e agora, perceberia rapidamente, eugenista. O romancista e seus heróis experimentariam na capital do país a solidão cósmica dos tempos modernos, tal qual um romântico tardio nas metrópoles europeias.

Daí a pertinência de leituras da realidade que apontam um indivíduo perdido no universo dos burgos, como a carlyleana e a lukacsiana, mas Lima e seus personagens a vivenciariam com peculiaridades que os distinguiriam da situação de um indivíduo burguês, alemão, francês ou britânico, por exemplo, detentor de meios de subsistência ou até “bem-nascido”, herdeiro de posses, entediado da vida em sua cidade, que se vê, diante de seu tédio perante a pequenez da vida cotidiana, no dilema de decidir se encerra-se em seu lar ou se sai a viajar para conhecer um pouco de mundo.

À medida que o escritor carregava consigo agravantes como o de pertencer a uma etnia recém-liberta do jugo da escravidão e o de ser responsável, desde jovem, pelo sustento de uma família com problemas de saúde e financeiras, o que lhe impediria de fazer a tradicional peregrinação filosófica de conhecimento de outras realidades, outras culturas, e à medida que inoculou, variadamente, em seus personagens um ou ambos desses agravantes, seu campo de ações já se tornaria mais restrito. Fariam suas peregrinações filosóficas praticando a *flânerie* pelas ruas do Rio de Janeiro, dos subúrbios aos bairros mais nobres.

Na dissertação “*Quaresma, você é um visionário*”: o conflito entre herói e mundo em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o autor do presente estudo procurou explorar a dinâmica do conflito externo do herói com o seu meio social, dissonante

do mundo concreto em que vive, por viver imerso em seus ideais, ressaltando o referido estudo as variantes das formas como o meio em que vive o herói que lhe é dissonante pode vir a repeli-lo, caso o herói expresse abertamente essa dissonância, o que foi o caso do herói barretiano Policarpo Quaresma, que viveu na sociedade carioca da Primeira República, no período específico da chamada República da Espada.

Viu-se, no referido estudo, que este herói sofreu progressiva exclusão, ao confrontar cada vez mais a sociedade em que vivia, processo que se deu em diversos níveis, dos mais sutis aos mais explicitamente hostis, começando pela pilhéria, por parte dos colegas de repartição e da imprensa, à sua proposta pública de adoção do tupi como língua pátria, passando pela exoneração do personagem de seu cargo público, ao exílio e, por fim, como resposta a seu protesto endereçado ao Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, a um injusto cárcere e à execução.

Estudando os romances de Lima Barreto, assomaram cada vez mais, os efeitos gerados sobre os heróis, em perspectiva conjunta, das reações negativas de seus meios sociais às suas iniciativas: as impressões causadas neles dessas reações seriam determinantes na forma como estes se transformariam gradualmente de intelectuais militantes ativos nas suas agendas de transformações sociais, em uma curiosa fusão de profetas messiânicos e místicos estoicos que, desiludidos com o estado do mundo ao tempo de sua vida e aos rumos a que observassem o mundo estar se encaminhando, buscariam retirar-se dele, chegando a conceberem a morte como libertação, ao mesmo tempo que cultivariam esperança na progressiva conscientização e solidariedade dos homens, acerca de sua comum condição de sofredores e buscadores da felicidade.

Percebemos assim que as motivações destes heróis ditam-lhe os percalços de sua relação com o meio social em que se encontram. Inconformados com as condicionantes de seus nascimentos, mulatos ou brancos, todos pobres e precocemente letrados, com dotes para o cultivo das ciências humanas manifestos desde sua infância, em contraste com grande parte dos moradores do subúrbio, de onde todos são provenientes, e com os colegas de repartição, visto terem todos

experiência no funcionalismo público, debatem-se contra as adversidades circundantes e as que percebem haver em seu interior e que podem contribuir para sua ruína, com o propósito de cumprir os objetivos que traçam para si mesmos.

Estes objetivos seriam: tornar-se doutor para compensar o humilde nascimento e o estigma da cor negra que trazia na pele, fazendo-se exemplo, mediante o alcance de seu propósito, a outros de mesmo nascimento (Isaías Caminha); tornar-se doutor e escritor, com semelhante propósito ao de Caminha (Vicente Mascarenhas); contribuir com projetos para o progresso cultural, econômico e político da República recém-instaurada (Policarpo Quaresma); auxiliar os colegas de funcionalismo público a adquirirem maior ilustração e não se deixarem embotar pela rotina mecânica de seu ofício, com motivação semelhante à de Quaresma (M. J. Gonzaga de Sá).

Segundo comentário de Aristoteles Neto sobre o conceito lukacsiano de “demonismo” característico ao herói romanesco, tendo a Providência desaparecido do pensamento moderno, os homens debatem-se agora com o próprio arbítrio no que diz respeito a como podem e devem intervir na realidade, lutando para descobrir também que sentido há em suas ações. Ressalta o pesquisador que tais ações serão drasticamente limitadas em sua real eficácia, principalmente para o homem de letras, típico herói retirado do mundo concreto, imerso em abstrações, visto estar este desorientado no mundo quanto a verdades metafísicas e obrigando-se a criar os próprios parâmetros de orientação e as próprias motivações para tentar implementar em sua realidade concreta o que quer que conceba em sua mente. Neto define o demonismo:

(...) demonismo seria o desejo do homem, que é imperfeito e limitado, de realizar seu ideal, num mundo decadente, em que não há mais espaço para a intervenção divina. Nesse mundo, os homens podem fazer o que bem entenderem; todos possuem a mesma potencialidade para tentarem realizar as suas metas “divinas”, os seus projetos, porém seus atos serão mera contingência, não havendo, portanto, um caráter de superioridade (...). (NETO, 2006, p. 15).

Os heróis barretianos são heróis intelectuais, enquanto homens voltados às letras, à medida que caracterizam-se como notáveis estudiosos, praticamente autodidatas em suas formações, preocupados em compreender o mundo em que vivem e, na medida do possível, adquirir a sabedoria necessária para melhorarem moralmente a si próprios e contribuir para o melhoramento daqueles que os rodeiam. Primando pelo desenvolvimento moral dos homens, a fim de estimular-lhes o hábito da solidariedade, procuram estes heróis contribuir igualmente, ainda que de forma indireta, para o desenvolvimento material de sua sociedade, buscando minimizar as desigualdades que testemunham diariamente e que conhecem, enquanto suburbanos, na própria condição.

Os homens de letras de Lima Barreto giram em torno de suas investigações intelectuais sobre si e o mundo, e em torno de suas bem ou mal realizadas iniciativas de registro, propagação e prática de suas ideias e ideais. Discutem estes temas o dia inteiro com colegas de trabalho, amigos, familiares, mas principalmente, operam tais investigações e produções em solidão voluntária, perambulando pela cidade, enfurnados na escrivaninha da repartição e nos quartos de suas casas, ocasionalmente viajando para lugares mais afastados de sua região suburbana e da cidade em si, e também fugindo, a maioria deles a partir de determinada fase de suas vidas, para a boemia, do contato obrigatório que mantêm com as famílias que sustentam e que lhes provocam dissabores inerentes ao convívio e a problemas familiares.

Tanto no âmbito da casa como no exercício do emprego de funcionário público no Ministério da Guerra, cargo que exerceu até ser aposentado por invalidez, em razão de sua debilitação precoce causada por alcoolismo, Lima Barreto sentia-se irremediavelmente preso e aborrecido em sua rotina de vida diária, como não se cansa de confessar em seu *Diário íntimo*. Em casa era importunado pela loucura do pai e pelas demandas de seus irmãos, demandas que obrigavam o escritor a manter-se no emprego. No ambiente militar do Ministério sentia-se um estranho no ninho, em vista de sua postura pacifista e humanitária frente a um ambiente belicista.

Ambos os ambientes, o do lar e o do trabalho, que eram também os ambientes predominantes no âmbito da diegese romanesca de seus heróis, nos quais os passeios, as livrarias, os cafés, a boemia e o hospício por um tempo foram secundários na matriz de suas interações espaciais, constituíam espaços que lhe obstavam o voo intelectual e artístico, por serem-lhe fontes de aborrecimento constante, devido aos ditames da vida “prática”. Não gratuitamente, estes espaços que a um primeiro momento eram secundários nas interações diárias do escritor e de seus personagens, iriam se transformar nos espaços de seus desafios externos e internos.

À medida que estes dois espaços fundamentais de retiro para o exercício intelectual e literário tornavam-se-lhe hostis a esse exercício, Lima Barreto, assim como seus personagens, passaria a perambular mais pelas ruas, buscando os assentos não mais das secretarias onde trabalhavam e de suas bibliotecas caseiras, mas dos bares, bibliotecas locais, confeitarias e cafés, e fugiriam cada vez mais das companhias que rotineiramente buscavam lhes apequenar e apequenar seus sonhos e projetos, em casa e na repartição, para a boemia se necessário. Assim descreve o escritor as dificuldades que passava diariamente nos espaços fundamentais de sua vivência:

A minha casa me aborrece. O meu pai delira constantemente e o seu delírio tem a ironia dos loucos de Shakespeare. Meus irmãos, egoístas como eles, queriam que eu lhes desse tudo o que ganho e me curvasse à Secretaria da Guerra.

O que me aborrece mais na vida é esta secretaria. Não é pelos companheiros, não é pelos diretores. É pela sua ambiência militar, onde me sinto deslocado e em contradição com a minha consciência. Não posso suportá-la. É o meu pesadelo, é a minha angústia. Tenho por ela um ódio, um nojo, uma repugnância que me acabrunha. Queria ganhar menos, muito menos, mas não suportar aqueles generais do Haiti que, parece, comandaram ou vão comandar em Austerlitz. Demais, o meu feitio é tão oposto àquela atmosfera de violência, de opressão, de bajulação, que me enche de revolta. Não sei o que hei de arranjar para substituir aquilo, e a minha gana de sair de lá é tão grande que não me promovem, não me fazem dar um passo à frente. (BARRETO, 1997, p. 19 e 20).

No rastro das vivências de seu criador, os heróis barretianos interagem com o seu mundo das seguintes formas: caminham, na cidade, no campo, na praia, de dia ou de noite, solitários, imersos em suas reflexões, ou discutindo ideias com algum interlocutor; retiram-se em lugares como bibliotecas, cafés, locais de trabalho e também no lar, para discutir com interlocutores, mas também para ler, estudar, escrever. Estes elementos dizem respeito à rotina desses heróis e, embora possam servir de contexto a seus conflitos internos, não os colocam, a princípio, em embate concreto com seus meios.

De início mesmo frequentando não somente os lugares mais “adequados” à meditação, mas também ambientes “duvidosos” como os propícios à boemia, estes heróis encontram-se retirados em si mesmos, pensativos e observadores, e quando dialogam, dialogam voltados para si, ou seja, dialogam fitando o propósito de colher material desses diálogos para transformá-los em reflexões escritas. Nesse momento os heróis dos romances de Lima Barreto não representam risco ao comodismo cultural e político de nenhum indivíduo ou grupo. Os heróis barretianos entram em conflito concreto com o meio quando: manifestam ideias distintas das vigentes de forma verbal ou escrita. Estas ideias distintas podem ser: alternativas às ideias estabelecidas e comumente ou majoritariamente aceitas, e/ou protestos, denúncias ao sistema vigente.

A relação simbólica entre ação e espaço mais significativa dos heróis barretianos e, como será visto no último capítulo desta tese, de Lima Barreto tornado herói romanesco, é a dos heróis caminhando errantes pelas ruas, a exemplo de Isaías Caminha, passando necessidades na capital, e Gonzaga de Sá, filosofando como um peripatético. A característica de caminhadas meditativas presente na biografia de Lima Barreto e em sua obra ficcional é tamanha, que Maria Cristina Teixeira do Amaral em *Lima Barreto: pensador social da Primeira República* o identifica com a figura do *flâneur*.

Este termo foi atribuído por Walter Benjamin a Charles Baudelaire e seu lirismo todo embebido da agitação citadina da Paris de fins do século XIX, em processo de modernização. Amaral evoca o mesmo termo para analisar o caso de Lima Barreto, por se tratar de um escritor que também registrou suas impressões

sobre o processo de urbanização do Rio Janeiro à medida que perambulava pela cidade.

A turbulência da casa do romancista, cheia de irmãos e mais o pai dominado pela loucura, somado ao enfado de seu trabalho burocrático, quando não o levava a buscar refúgio na boemia e na bebida especificamente, levava-o a caminhar interminavelmente pela cidade, observando a gradual transformação de sua fisionomia. Por gosto em dados momentos e por necessidade em outros, Lima Barreto desfrutava, em termos de inspiração, daquilo que Charles Baudelaire dizia não ser dado ao egoísta misantropo e ao preguiçoso, figuras humanas tipicamente encerradas, mas apenas às pessoas dispostas a caminhar:

O andarilho solitário e pensativo tira uma embriaguez singular desta universal comunhão. Aquele que desposa facilmente a massa conhece gozos febris, dos quais serão eternamente privados o egoísta, trancado como um cofre, e o preguiçoso, internado como um molusco). (BAUDELAIRE, 2007, p. 71).

Tal hábito do escritor apareceu vertido em sua ficção principalmente em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. O personagem-narrador deste romance, Augusto Machado, à medida que traçava o perfil do amigo biografado, ressaltava as características que considerava marcantes em sua pessoa, como a sua particular filosofia de serenidade e esperança para com a Morte e, neste caso, como aponta Robert Oackley (2011, p. 157), a sua usual peregrinação pela cidade, que causava espanto na irmã Escolástica e que a levou a batizá-lo de “O Passeador”. Machado constatou pessoalmente a designação da irmã de Gonzaga de Sá ao propor-se a segui-lo, descobrindo que o amigo, em suas longas caminhadas, fazia um exercício de observação da transformação da cidade e de rememoração de sua velha fisionomia:

O que me maravilhava em Gonzaga de Sá era o abuso que fazia da faculdade de locomoção. Encontrava-o em toda parte, e nas horas mais adiantadas. Uma vez ia eu de trem, vi-o pelas tristes ruas que marginam o início da Central; outra vez, era um domingo, encontrei-o

na Praia das Flechas, em Niterói. Nas ruas da cidade, já não me causava surpresa vê-lo. Era em todas, pela manhã e pela tarde. Segui-o uma vez. Gonzaga de Sá andava metros, parava em frente a um sobrado, olhava, olhava e continuava. Subia morros, descia ladeiras, devagar sempre, e fumando voluptuosamente, com as mãos atrás das costas, agarrando a bengala. Imaginava ao vê-lo, nesses trejeitos, que, pelo correr do dia, lembrava-se do pé para a mão: como estará aquela casa, assim, assim, que eu conheci em 1876? E tocava pelas ruas em fora para de novo contemplar um velho telhado, uma sacada e rever fisionomias que já mais não objeto... Não me enganei. Gonzaga de Sá vivia da saudade da sua infância gárrula e da sua mocidade angustiada. Ia em procura de sobrados, das sacadas, dos telhados, para que a vista deles não se lhe morressem de todo na inteligência as várias impressões, noções e conceitos que essas coisas mortas sugeriram durante aquelas épocas de sua vida. (BARRETO, 1997, p. 35 e 36).

A característica de andarilho que Augusto Machado atribui a Gonzaga de Sá nos remete a dois romances, que serão abordados no último capítulo da presente tese: *Lima Barreto, caminhante libertário*, de Assis Coelho, e *O passeador*, de Luciana Hidalgo, em que o próprio Lima Barreto é o protagonista das tramas, perambulando e observando as transformações urbanísticas pelas quais estava passando o Rio de Janeiro da época da Primeira República, registrando-as e comentando-as, perplexo com a forma com que a elite carioca pretendia moldar a capital à sua imagem e semelhança, relegando para longe todos indivíduos e grupos que não se enquadrassem na composição dessa imagem.

Estas interações extravagantes dos heróis barretianos com seu meios, inclusive a imagem do herói perambulante, apareceria já no primeiro romance do escritor, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, publicado em 1909. Seu enredo gira em torno do personagem homônimo, um jovem estudante que aspira ao doutorado e que se muda do interior do Rio de Janeiro para a capital, onde, após passar um tempo de dificuldades no novo ambiente e não conseguindo dar seguimento aos seus estudos, consegue um emprego na redação de um famoso jornal da metrópole, *O globo*.

No ambiente da redação, o personagem depara-se com uma série de situações que narra posteriormente e que lhe abalariam a crença na idoneidade de jornalistas e críticos literários, quando resolve abandonar a capital e voltar a viver no

Interior, como escrivão, recusando o convite a permanecer no jornal que lhe fizera o diretor, com quem havia travado amizade. O herói Isaías Caminha expõe, em suas recordações, o pensamento estereotipado dominante na sociedade branca, ao tempo da Primeira República, acerca do negro no Brasil.

Esforçando-se por modificar esta visão também presente em seu ambiente de trabalho, a redação de *O globo*, perante seus colegas e seu chefe, aos quais confessa não ter dificuldade de dissuadir de tais preconceitos no que concerne particularmente à sua pessoa, permanece-lhe a indignação, todavia, por entender verem-no como uma das poucas exceções à comunidade negra em geral no país. Isso lhe estimula a utilizar-se da pena para, através da razão e do entendimento por um lado, e da sensibilidade por outro, desconstruir a imagem genérica depreciativa dos afrodescendentes residentes no Brasil. Isto pelo fato de Isaías estar ciente de que estes têm um longo caminho para conquistar, na prática, os direitos que lhe são inerentes enquanto supostos cidadãos legítimos da República.

A Abolição da Escravatura no Brasil deu-se lentamente, reflexo não apenas da resistência, psíquica e financeira, dos senhores de escravos em abrirem mão da noção do negro como posse geradora de riqueza, como da resistência cultural do branco em reconhecer a integração do negro na composição social do país. E esta resistência era hegemônica na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o pesquisador Humberto Fernandes Machado, no artigo *Imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*, acerca de como esta, enquanto capital do Império, se constituía na cidade com maior concentração de escravos do país:

A cidade sempre teve uma grande concentração de população negra desde o século XVIII. Através de seu porto, os traficantes abasteciam a região mineira e, no século XIX, as fazendas cafeeiras do sudeste, em especial do Vale do Paraíba. O Rio de Janeiro possuía, em 1850, 206 mil habitantes, sendo 79 mil escravos, ou seja 38% em relação ao total; em 1890, 522.651 habitantes, sendo aproximadamente 180.000, isto é 34%, identificados como negros ou mestiços, os quais viam as ruas como locais de refúgio e sobrevivência. As cidades brasileiras apresentavam-se como cidades africanas, especialmente o Rio de Janeiro. Gonçalves Dias no seu poema *Meditação*, escrito em 1846, assinalava que qualquer estrangeiro que chegasse a um porto brasileiro examinaria atentamente o mapa e os astros para

verificar se os ventos não o tinha levado à costa africana. Para o poeta maranhense, somente após essa verificação o viajante teria certeza de ter chegado ao Brasil. O Rio de Janeiro, por exemplo, se constituiu na maior cidade escravista das Américas, na metade do século XIX. (MACHADO, 2003, p. 2).

Não se incluiu nesta tese a análise do romance *Clara dos Anjos*, em função de se tratar de uma obra em que a protagonista, Clara dos Anjos, não tem voz, quando comparada a personagens coadjuvantes, como é o caso do poeta Leonardo Flores e de Marramaque, personagem que se destaca como o mais dotado de senso heroico do romance, na tentativa de proteger sua afilhada Clara das intenções egoístas de Cassi Jones para com a jovem, a ponto de ser assassinado por este. Não foi prestado à personagem que empresta o nome ao romance sequer um detalhamento de personalidade feminina, ao contrário do que ocorre com a forte Olga e com a fragilíssima Ismênia, coadjuvantes de *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Considera-se aqui que o escritor não foi bem-sucedido em dotar sua heroína de um maior protagonismo, cabível à personagem principal do romance, talvez por sua dificuldade em representar o interior de uma jovem mulher, mesmo que mulata (principal elo que a personagem teria com o seu autor, além da possibilidade desta ter sido concebida baseada em sua avó materna, Carlota dos Anjos), visto que seus demais heróis romanescos, todos personagens masculinos, carregam muito não apenas de seus dados biográficos, mas também de seus traços psíquicos, não ocorrendo o mesmo com Clara.

Mesmo assim, cabe lembrar para o fato de que a menção da disposição em escrever o trágico romance da jovem e humilde moça mulata aparece tanto em *Recordações* como em *Cemitério dos vivos*, o que demonstra a intencionalidade do autor de infundir em seus heróis romanescos a missão intelectual de que particularmente se imbuía. Assim como o próprio Afonso Henriques, que escreveria *Clara dos Anjos* primeiro como um conto e somente depois de anos concluiria o romance homônimo, tanto Isaías Caminha como Vicente Mascarenhas demorariam anos para comporem suas “Claras”. Menciona Isaías, na passagem a seguir, a sua

constatação de como a sociedade de seu tempo percebia o negro e em que pé estava o andamento da composição de seu romance *Clara*:

Não tive grande trabalho em o fazer modificar o juízo na parte que me tocava. Mas não me dei por satisfeito. Percebi que me viam como exceção; e, tendo sentido que a minha instrução era mais sólida e mais cuidada do que a da maioria deles, apesar de todos os seus diplomas e títulos, fiquei animado, como ainda estou, a contradizer tão malignas e infames opiniões, seja em que terreno for, com obras sentidas e pensadas, que imagino ter força para realizá-las, não pelo talento, que julgo não ser muito grande em mim, mas pela sinceridade da minha revolta que vem bem do Amor e não do ódio, como podem supor. Cinco capítulos da minha Clara estão na gaveta; o livro há de sair... (BARRETO, 1997, p. 213).

Também não foi analisado na presente pesquisa outro romance do escritor, que também não foi bem sucedido de acordo com opinião de dois críticos, um contemporâneo a Lima Barreto, João Ribeiro, e outro nosso contemporâneo, Antonio Arnoni Prado. Trata-se de *Numa e a ninfa*, originalmente escrito como conto, padecendo esta obra, segundo Arnoni Prado, que subscreve a crítica de Ribeiro, dos mesmos problemas que *Clara dos Anjos*:

(...) a verdade é que o núcleo da ação permanece o mesmo desenvolvido pelo conto, o que em parte justifica as restrições com que João Ribeiro acoimou o romance: excesso de arabescos para uma arquitetura que não se completa. Ou seja, mais ajustado ao conto, o tema desandou no romance, ficando aquém do gênero maior, de envergadura estrutural mais ampla e onímoda, como aliás já havia ocorrido com a novela *Clara dos Anjos*, concluída em 1922, também ela uma variante ampliada da versão incompleta do conto de mesmo nome, iniciada em 1904. (BARRETO, 2017, p. 15 e 16).

A razão pela qual autor do presente estudo não incluiu *Numa e a ninfa* na análise do herói barretiano foi outra. Esta obra era elencada usualmente como sátira, mencionada como tal juntamente a *Os bruzundangas* e *As aventuras do Dr. Bogóloff*. Também porque o herói de *Numa*, muito de diferente dos heróis

romancesos barretianos, era um anti-herói arrivista, da mesma forma que o eram os heróis de seus contos, tais como os de *O homem que sabia javanês* e *A Nova Califórnia*. Apesar das críticas citadas, foi o próprio João Ribeiro quem chamou a atenção do leitor de Lima Barreto acerca de um personagem muito bem construído, segundo o crítico, pelo escritor neste romance. Trata-se de Lucrécio Barba de Bode, “um mísero mulato sem emprego” que se habitua a prever as mudanças políticas do país e se ligar aos homens em evidência, no propósito de prover algum conforto a sua família para além da subsistência:

Um personagem que faz prever em Lima Barreto o futuro autor de um romance de costumes populares é o Lucrécio Barba de Bode, tipo quase secundário no livro, mas intensamente significativo pela verdade flagrante de seus gestos. (...) Quem não o conhece, serviçal, frequentador de *meetings*, copeiro *ex officio* dos chefes, alcoviteiro, barulhento ou pacífico, conforme as ordens e a temperatura do momento. Lucrécio habita a Cidade Nova; e aconselho aos leitores as páginas consagradas à descrição magistral desse bairro “que não teve tempo de acabar nem de levantar-se do charco que era”. São páginas que definem um escritor; o *flirt*, as moças janelleiras, o tipo do pianista de danças, o caixeiro da venda, com os tamancos reclamistas que escusam pregão, a eterna faina do “bicho”, esperança, providência e desenganos de todos os dias, naquele congênie de gente indecisa, inspiram a Lima Barreto alguns de seus melhores trechos descritivos. (BARRETO, 2017, p. 9 e 10).

Para além da composição do personagem coadjuvante Lucrécio, que bem poderia ser o protagonista do romance, autor da frase “Vocês não sabem o que é ser mulato!”, ecoando a sentença do próprio escritor em seu *Diário íntimo* “É triste não ser branco!”, Lima Barreto nesta obra fez uma de suas mais pungentes críticas à condição dos homens de cor durante o governo de “Bentes”, personagem muito aproximado do presidente Hermes da Fonseca (que governou de 1910 a 1914), contexto em que se passou a trama de *Numa e a ninfa*, em que haviam se passado mais de vinte anos desde a abolição do escravagismo:

Dizer um viajante que vira pretos, perguntar uma senhora num hall de hotel se os brasileiros eram pretos, dizer que o Brasil tinha uma grande população de cor, eram causas para zangas fortes e tirar o sono a estadistas aclamados. Ainda aí havia um lamentável esquecimento de um fato de pequena observação. Hão de concordar

esses cândidos espíritos diplomáticos que o Brasil recebeu durante séculos muitos milhões de negros e que esses milhões não eram estéreis; hão de concordar que os pretos são gente muito diferente dos europeus; sendo assim, os viajantes pouco afeitos a essa raça de homens, hão de se impressionar com eles. Os diplomatas e jornalistas que se sentiam ofendidos com verdade tão simplesmente corriqueira, esqueciam tristemente que por sua vez a sua zanga ofendia os seus compatriotas de cor; que essa rezinga queria dizer que estes últimos eram a vergonha do Brasil e o seu desaparecimento uma necessidade. (BARRETO, 2017, p. 166 e 167).

Segundo romance de Lima Barreto a vir a lume, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado pela primeira vez em folhetim no ano de 1911 e depois editado em livro em 1915, apresenta as desventuras de um pacato funcionário público de baixo escalão, subsecretário do Arsenal de Guerra, morador de subúrbio, no Rio de Janeiro do período em que a República acabava de ser instaurada no país, ou seja, durante a chamada República da Espada, em suas tentativas de implementar projetos visando contribuir para um maior e mais efetivo desenvolvimento cultural, econômico e político da nação brasileira. No decorrer da trama deste romance, as reações que sofreu o herói às sucessivas ideias que abraçou e buscou concretizar se deram em uma escala crescente, da ridicularização e indiferença à sabotagem e, por fim, ao exílio e morte.

Policarpo Quaresma é descrito como um personagem hermético, que vivia fechado em seu mundo. O narrador de *Triste fim* caracteriza sua rotina no lar como a de um “isolamento monacal”, voltado para seus estudos, não sendo dado a reuniões costumeiras com os amigos, diferente de outros heróis barretianos, como Isaías Caminha e Vicente Mascarenhas, que se davam à boemia. Era também criticado, por seus parentes, vizinhos e colegas de trabalho, abertamente ou de forma velada, por consumir seu tempo e energia nos estudos, nas leituras, na compra de livros e na formação de uma biblioteca particular, apesar de não exercer uma profissão diplomada que aparentemente justificasse tamanha demanda de livros.

Caracterizado como um indivíduo intelectual, autodidata e patriota, Policarpo levava uma vida de hábitos regulares, alternando uma rotina do trabalho para casa e da casa para o trabalho, visto que, era no âmbito de seu lar, compartilhado com sua

irmã Adelaide, que se manifestava espacialmente o seu perfil de homem devotado aos estudos e à elaboração de projetos que julgava beneficiariam o progresso de sua Pátria: a sala de sua biblioteca, composta de obras enaltecidas e que problematizavam a História, a Geografia, a sociedade, a cultura e as artes características do Brasil, toda uma gama de estudos sobre o país que julgaria necessários para obter dos mesmos as informações necessárias à elaboração de projetos de melhorias para a Nação.

No que diz respeito ao ufanismo patriótico de Policarpo Quaresma, Bianca Gonçalves Souza e Eduardo Ismael Murguia, em *Memória e tradição positivista no Brasil: reflexões sobre o processo de elaboração de um projeto de nação a partir da Proclamação da República*, explicam como se deu a construção premeditada, por parte dos ideólogos da República, de um sentimento coletivo, a ser enraizado na população, de exaltação da Pátria Republicana, mediante o estímulo contínuo, em seu imaginário, através de ritos e símbolos.

De moldes positivistas, este ufanismo foi propagado por representantes das instituições republicanas e seus simpatizantes, para que estas pudessem vir a consolidarem-se, o mais breve possível, para a legitimação simbólica do novo regime, no imaginário popular brasileiro, ainda muito impregnado do catolicismo, hegemônico no país desde os tempos coloniais e de consolidação do vice-reinado, permanecendo religião oficial do Estado por todo o período do Primeiro e Segundo Império, tendo esta oficialidade rompida apenas na instauração do governo republicano. Segundo Souza e Murguia:

Houve a necessidade de formação de um projeto de nação que trouxesse à nova República um alicerce para pensar essa nova condição de uma nação republicana, federativa e legalmente constituída, realidade que diferia da até então vivência do país, primeiramente como colônia portuguesa, e depois como império monárquico entre 1822 e 1889. Era necessária uma nova forma de ver e perceber o país, constituir uma identidade embasada em memórias recortadas da história brasileira para fundar, por assim dizer, um mito de criação de uma nova nação, que tem memória constitutiva em tempos anteriores à República, mas que já apontavam para um projeto constituidor de um país autônomo. (SOUZA & MURGUIA, 2015, p. 3).

O narrador de *Triste fim* informa o leitor que Policarpo Quaresma havia tentado ser militar quando jovem, mas que havia sido considerado nessa época inapto para a carreira militar, o que havia lhe causado uma grande frustração. Mais tarde, quando entrou para o funcionalismo público, buscou trabalhar em um ambiente burocrático ainda ligado ao setor militar, na esperança de estar o mais próximo possível do universo dos grandes guerreiros, seus nobres ideais e rígidos hábitos, no propósito de se inspirar a grandes e enérgicas realizações, transferindo para o campo intelectual a energia belicista que emanava de seu ambiente de trabalho.

Tanto é assim que posteriormente, com a eclosão da Revolta da Armada, tendo possibilidade de realizar a aspiração militar juvenil, Quaresma alistou-se nas forças governistas. Percebe-se que, dentre seus colegas de repartição primeiro e depois de destacamento, durante a Revolta e ao seu fim, o herói de *Triste fim* soa como o componente mais “templário” destes grupos, no sentido de agir como uma espécie de monge-guerreiro, norteado por um ideal e submetendo-se aos rigores necessários para se manter e se desenvolver no espírito desse ideal. Um “templário pacifista”, mais ainda, em termos de disciplina pessoal, um templário:

Era onde estava bem. No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilos de pólvoras, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diariamente aquele hálito de guerra, de bravura, de vitória, de triunfo, que é bem o hálito da Pátria.

Durante os lazes burocráticos, estudou, mas estudou a Pátria, nas suas riquezas naturais, na sua história, na sua geografia, na sua literatura e na sua política. Quaresma sabia as espécies de minerais, vegetais e animais que o Brasil continha; sabia o valor do ouro, dos diamantes exportados por Minas, as guerras holandesas, as batalhas do Paraguai, as nascentes e o curso de todos os rios. (BARRETO, 1999, p. 22, 23).

A disciplina com que se entregava a suas ocupações intelectuais não impediria o herói, todavia, de ter dificuldades com a realidade que lhe cercava

quotidianamente. A pesquisadora Simone de Souza Assumpção, em seu estudo sobre *Triste fim de Policarpo Quaresma*, define as duas categorias de intelectuais que coexistiam na Primeira República ficcional de Lima Barreto, sendo ambos marcados, ainda que em sentido antagônico, devido aos interesses distintos com que tratavam as áreas do conhecimento, pelo alheamento de sua realidade concreta.

Por um lado, existia aquela classe de intelectuais de aspirações e atuação mesquinhas, voltados unicamente para o seu benefício, utilizando o meio acadêmico como catapulta social, envolvidos com trabalhos supérfluos e desconectados das reais demandas sociais. E por outro lado, a classe a que pertenciam os heróis barretianos e personagens secundários que compunham uma galeria de intelectuais autodidatas, dotados de ideais e marginalizados, composta por poetas, inventores, músicos etc, tais como o poeta Leonardo Flores e o inventor Meneses de *Clara dos Anjos*, e o cantor e violonista Ricardo Coração dos Outros de *Triste fim de Policarpo Quaresma*:

O alheamento é característico dos intelectuais do período. Trata-se aqui de mais um elo de ligação entre a realidade e o reflexo estético da mesma. Esta postura típica, no romance, apresenta dois caminhos. De um lado, temos o intelectual que não questiona e não intervém politicamente e que pode assim servir à ordem instituída como é o caso de Genelício e Armando Borges (o marido de Olga), cujas condutas prendem-se tão-somente a questões interpretativas da legislação em vigor ou a textos médicos sem utilidade prática. De outro, temos o intelectual – que também está alheado da realidade – que não se enquadra ao estamento burocrático e tenta, em seu isolamento, compor um Brasil de acordo com sua ótica transversa: é o caso de Quaresma. Ele é descartado do jogo social, uma vez que não apresenta o perfil do intelectual, conforme ditado pelo padrão da época; ele não possui diploma nem se vale de artifícios (como os de Genelício) para divulgar o seu trabalho. (ASSUMPÇÃO, 1993, p. 91).

Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá, que veio a lume em 1919 foi o último romance publicado em vida do escritor. Neste romance, o personagem-narrador Augusto Machado, principal amigo de Manuel Joaquim Gonzaga de Sá, e seu

colega de repartição, decide-se a deixar um breve relato de sua vida e morte. O curioso neste romance é que não é tanto o próprio Gonzaga de Sá, personagem que encarna a figura do velho sábio transmissor de lições ao jovem pupilo, que se encontra em constante conflito com o mundo, porque o seu amigo e biógrafo pinta-o como um sereno estoico, resignado e indiferente aos apelos do mundo.

É o próprio Machado, de cujas digressões apaixonadas podemos depreender o estado de espírito, que demonstra estar tomado pela ansiedade de sua condição no mundo, ou seja, abertamente em conflito com seu mundo. Gonzaga, em contraste com Machado, é um personagem retratado como um homem que soube viver e soube morrer, e em quem uma visão resignada, ao mesmo tempo que desencantada do mundo, impregnava-lhe a aura, quando, vivo, expunha as suas reflexões ao jovem amigo, parecendo ter passado, aos olhos deste, toda a sua existência como que fantasmagoricamente alheio aos ditames da vida.

Machado, jovem, contrasta com Gonzaga de Sá, homem de idade já avançada. Impetuoso o primeiro, esperançoso ainda de conquistar um lugar ao sol neste mundo, causa-lhe espanto e lhe foge ao entendimento o anonimato voluntário a que se impôs, por muitos anos (toda uma vida), o velho ilustrado, podendo este ter sido alguém de renome no cenário intelectual brasileiro, devido à sua cultura superior, ambição a qual recusou muito cedo em sua vida e que, no decorrer de algum tempo, poderia ter mudado de opinião, considerando porventura legítimo atuar em algum posto na sociedade do qual lhe adviesse reconhecimento público, possibilidade que, no perceber de Machado, Gonzaga sequer cogitou todos esses anos em que trabalhou na Secretaria dos Cultos:

Manuel Joaquim Gonzaga de Sá era bacharel em letras pelo antigo Imperial Colégio Dom Pedro II. Possuía boas luzes e teve sólidos princípios de educação e instrução. Conhecia psicologia clássica e a metafísica de todos os tempos. Comparava opiniões do Visconde de Araguaia com as do Senhor Teixeira Mendes.

Sua história sentimental é limitada. Não foi casado, esqueceu-se disso; embora tivesse amado duas vezes: a primeira, à filha de um visconde, num baile de marquês; a outra, uma sua lavadeira, não sabe em que ocasião.

Aliava a tudo, uma estoica despreocupação de notoriedade, ou melhor, da posição fácil e barulhenta. Filho de um general titular do Império, podia ser “muita coisa”; não quis. Era preciso ser doutor, formar-se, exames, pistolões, hipocrisias, solenidades... Um aborrecimento, enfim... Não quis; fez-se praticante e foi indo. Foi empregado assíduo e razoável trabalhador. (BARRETO, 1990, p. 29).

Na obra ficcional de Lima Barreto, *Cemitério dos vivos* constitui-se em romance inacabado, em razão do falecimento do escritor, ocorrido em 1922, tendo sido este romance publicado atualmente, de forma seguida, junto a seu *Diário do Hospício*, por esta ficção tratar-se de versão literária do referido diário, escrito quando Lima Barreto havia sido internado, pela segunda vez na vida, por um ataque de delírio alcoólico, no Hospital de Alienados do Rio de Janeiro, devido a uma crise de alucinação por alcoolismo.

O protagonista do romance, Vicente Mascarenhas, funcionário público que havia sonhado em ser doutor “em alguma coisa” quando jovem e alimentava ambições literárias, encalhou drasticamente o heroísmo de letras, por suas aspirações mais íntimas, pela postura intelectual que mantinha frente ao meio social que o cercava e face à sua própria condição de jovem pobre, suburbano, mulato, porém... instruído, ainda que as próprias contingências às quais se via imerso, principalmente durante o período de seu internamento no hospício, causassem-lhe natural desânimo e inibição:

Como toda gente, quis ser “doutor” em alguma coisa. Não tendo quem me custeasse os estudos, logo pelos dezessete anos, com uma falsa certidão de idade, fiz um concurso em uma repartição pública e obtive um pequeno lugar de funcionário. (...) gostava de História e dos estudos históricos e sociológicos das civilizações; dos filósofos francês do século XVIII, constituí durante muito tempo minha leitura predileta. (...) Escrevia meu livro, mas não com seguimento e vontade. Interrompia, ora por uma coisa, ora por outra. Continuava a escrever nas minhas revistecas, para ganhar dinheiro e mesmo por gosto; mas via bem que elas não me dariam o que sonhava e estavam abaixo dos meus propósitos e da minha instrução. Procurava campo mais vasto... (BARRETO, p. 146; 158; 197).

Mascarenhas faz uma autodescrição de seu caráter que abarca de sua juventude até o ponto em que se encontra, em idade mais avançada, escrevendo seu diário. Descrevendo-se como um intelectual que buscou, em sua juventude, tornar-se doutor, mas que, em vista das dificuldades, contentou-se com um emprego burocrático no funcionalismo público, é apresentado, também como Isaías, Quaresma e Gonzaga, como um personagem muito tímido no tratar com o sexo feminino.

Curiosamente é o único herói barretiano que se casa e torna-se pai. Porém, constante dos heróis barretianos, ainda que marido e pai fisicamente presente, sente-se mentalmente distanciado da família, da mesma forma que sente-se mentalmente distanciado de sua repartição de trabalho. Isto porque o dilema que muito lhe assoberbava e que, aparentemente, foi resolvido em um primeiro momento, terminou por angustiar-lhe pelo resto da vida, que diz respeito ao dilema entre casar-se e passar a dedicar um maior tempo e energia à sua família, abdicando de dedicar-se em tempo integral às suas ambições artísticas, ou abdicar do casamento e da constituição de uma família para concentrar todo seu tempo, energia e recursos, nas horas vagas do emprego, pelo qual manteria suas necessidades básicas de moradia, vestuário e alimentação, à consolidação de uma carreira literária:

-Eu amo, Seu Mascarenhas; o senhor quer casar comigo?

Esperava tudo, menos uma pergunta dessas. Vi logo as desvantagens do casamento. Ficaria preso, não poderia com liberdade executar o meu plano de vida, fugiria a meu destino pelo dever em que estava de amparar minha mulher e a prole futura. Com os anos cresceriam as necessidades de dinheiro; e teria então de pleitear cargos, promoções, fosse formado ou não, e havia de ter forçosamente patronos e protetores, que não deveria melindrar para não parecer ingrato. Onde ficaria o meu sonho de glória, mesmo que fosse só de demolição? Onde ocultaria o meu “pensamento de mocidade”? Havia de sofrer muito, por ter fugido dele... (BARRETO, 2010, p. 174).

Os heróis barretianos sofrem o efeito do tempo sobre suas convicções e ações, vindo a conhecer a atuação da fraqueza, do desânimo e de vícios sobre as disposições de seus espíritos, dotados inicialmente de projetos altaneiros. Da constatação do próprio processo de degradação que os heróis barretianos observam ocorrer consigo ao longo de suas vidas, todos vão compreendendo a sua incapacidade de realizar feitos tão significativos para o seu meio quanto por eles almejado.

Isto se dá em razão de fatores que vão da falta de recursos, pouca ou nenhuma influência e persuasão em seu meio, e também pela manifestação de suas próprias fraquezas morais e vícios, que lhes expõe a si próprios as contradições de seu caráter e os leva a problematizar a legitimidade de suas ações. Estas combinações de fatores os fazem olhar incisivamente para dentro e para o seu redor e a vislumbrarem um quadro desolador da realidade de que eles mesmos fazem parte.

Lima Barreto escreveu na crônica *A matemática não falha* que os indivíduos sensíveis dos tempos modernos estão, mais do que em qualquer outra era, a “errar por toda parte”, sendo a época atual, dentre vários contrastes, a “dos registros e tabeliães”, mas também “o tempo das maiores falsificações”, a “dos códigos”, mas também a “das mais vastas ladroeiras”. Diante deste quadro o escritor afirmava que quem na juventude, baseado nos livros e nos ensinamentos dos mestres, tivesse feito uma representação justa do funcionamento do mundo, ao contemplar na maturidade o desmoronamento dessa representação, terminaria por se abalar pelo resto da vida, a ponto de se tornar um errante:

Quem fez nas primeiras idades uma representação da vida cheia de justiça, de respeito religioso pelos direitos dos outros, de deveres morais, de supremacia do saber, de independência de pensar e agir — tudo isto de acordo com as lições dos mestres e dos livros; e choca-se com a brutalidade do nosso viver atual, não pode deixar de sofrer até o mais profundo do seu ser e ficar abalado com esse choque para toda a vida, desconjuntado, desarticulado, vivendo aos trambolhões, sem norte, sem rumo e sem esperança. (BARRETO, 1993, p. 346).

A um isolamento do mundo inicial nos heróis barretianos, por razões de abstração da vida cotidiana para a imersão nos estudos, segue-se, após o confronto de seus ideais com as realidades que se lhes apresentam e que lhes descortina o conflito que vivenciam com seus mundos, um tipo de isolamento que agora demonstra-se notoriamente como hesitação, estimulada pelos efeitos negativos sobre os heróis do choque gerado entre as suas concepções de mundo, um tanto livrescas, como normalmente reconhecem posteriormente, e as concepções comuns abraçadas pelos indivíduos e grupos de seus meios. A este isolamento segue-se uma conseqüente sondagem de sua condição no mundo; de suas ações e de suas motivações, que os leva à confissão e repúdio às próprias fraquezas e contradições e as das pessoas que os cercam.

Quanto aos efeitos referentes ao embate dos ideais dos heróis barretianos com as realidades circundantes, no romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* a desilusão e a degradação encontram-se presentes no sentido de que, ao contrário do mais combativo desses heróis, Policarpo Quaresma, o herói Isaías Caminha foi, junto a Gonzaga de Sá, um dos heróis chegou à velhice aparentemente bem sucedido, e, se comparado com Gonzaga, mais que este em termos de experiências vividas, as quais Gonzaga se queixaria ao fim da vida de não as ter buscado em maior grau, pois como jornalista na Capital, Caminha travou muitas relações.

O protagonista de *Recordações* ficaria decepcionado com a sua capitulação frente à degradação do meio em que viveu, enquanto trabalhou na imprensa metropolitana, o que o levou, em seu próprio julgamento, a degradar-se também. Para Isaías, segundo Alfredo Bosi, a redação de *O Globo* serviria como uma “escola viva” de compreensão da realidade política e cultural em que se encontrava vivendo na Capital da República:

O jornal é a porta em que Isaías vai bater quando a fome a ronda a sua vida esquálida de migrante sem rumo. A sala da redação é o habitat onde ele pôde conhecer, sem maiores riscos, os bastidores

suspeitos da comédia política e os balcões do mercado literário já em pleno funcionamento na capital modernizada da República Velha. No jornal ele descobrirá a sabotagem mais torpe sob a retórica da liberdade de imprensa; o arbítrio mais duro sob a máscara da divisão de funções; a meia cultura com todas as suas distorções sob a linguagem das idéias gerais; o estilo pífilo ou pretensioso escudado na gramatiquice dessa época áurea de manuais de bem escrever. O jornal é uma escola viva de experiência do mundo, a reedição diária da darwiniana *struggle for life*, mesmo porque, “não há nada tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno”. (BOSI, 2002, p. 199 e 200).

As recordações que Isaías escreve em idade mais madura são uma espécie de confissão e autocrítica desta capitulação, assim como uma exposição, talvez um ensaio de justificativa, da forma como tal pode ocorrer na vida de qualquer indivíduo que comece uma vida adulta imbuído de ideais, ainda mais se for negro e de nascimento humilde. São também uma tentativa de redenção do que o próprio herói considerou ter sido sua própria degradação, ao ter abandonado seus ideais acadêmicos de juventude, para os quais sempre sentiu ter o pendor e o talento para concretizá-los.

Isaías Caminha lamenta os tempos em que se deixou levar pelo vício no álcool e pela libertinagem, deixando-se tomar pela indolência, a indolência que no fim das contas privou-o de agir mais energicamente em prol de suas aspirações juvenis, assim como lhe privou de agir com a devida energia em período de maior maturidade, em legítimo benefício próprio e em benefício de seus familiares. Ou seja, lamenta os efeitos negativos dos vícios sobre seus sonhos. Ainda que passada a febre da vida boêmia na Capital e voltando-se para uma vida mais reservada no Interior, chegando a alcançar certa prosperidade, iria se recriminar, todavia, por toda a vida, pelo abandono às aspirações intelectuais da juventude:

Lembrava-me de que deixara toda a minha vida ao acaso e que a não pusera ao estudo e ao trabalho de que era capaz. Senti-me repelente, repelente de fraqueza, de falta de decisão e mais amolecido agora com o álcool e com os prazeres... Senti-me parasita, adulando o diretor para obter dinheiro...

Às minhas aspirações, àquele forte sonhar da minha mocidade, eu não tinha dado as satisfações devidas. (BARRETO, 1997, p. 223).

O episódio da ridicularização geral que sofreu Policarpo Quaresma, tanto em seu ambiente de trabalho, quanto na imprensa, em vista de seu requerimento pela instituição do tupi como idioma nacional, constituiu-se no primeiro confronto deste herói com a realidade que o circundava em *Triste fim*, confronto de tal forma traumático que, suscitando o episódio do requerimento uma série de desentendimentos na repartição, culminaram na sua demissão do posto de subsecretário do Arsenal de Guerra e até em uma internação temporária no manicômio, local do qual sairia para, sob sugestão de sua afilhada Olga, tentar viver uma vida pacata no campo, mantendo o seu típico afastamento intelectual longe dos comentários maldosos que tinham se tornado usuais em sua vizinhança e em seu ambiente de trabalho. Assim expressa o narrador o choque sofrido pelo herói em razão da forma como o seu meio social “recebia” suas iniciativas:

Tudo isto irritava profundamente Quaresma. Vivendo há trinta anos quase só, sem se chocar com o mundo, adquirira uma sensibilidade muito viva e capaz de sofrer profundamente com a menor coisa. Nunca sofrera críticas, nunca se atirou à publicidade, vivia imerso no seu sonho, incubado e mantido vivo pelo calor dos seus livros. Fora deles, ele não conhecia ninguém; e, com as pessoas com quem falava, trocava pequenas banalidades, ditos de todo dia, coisas com que a sua alma e o seu coração nada tinham que ver. (BARRETO, 1990, p. 54).

Ao ser procurado por Augusto Machado sobre uma momentânea debilitação em seu estado de saúde, Gonzaga de Sá confessa ao jovem amigo que o que vinha lhe perturbando o espírito nos últimos tempos de sua vida, tirando-lhe a aparente serenidade com a qual se havia habituado por anos, era o tédio de viver no mundo por tantos anos e não ter contemplado um progresso nas relações entre os homens, mas, pelo contrário, sempre uma tendência de estagnação e/ou degradação que se seguia à mínima evolução social a qual pudesse sentir-se impelido a celebrar, o que demonstra que nem este herói, pintado por Machado como dotado de ânimo

apaziguado, a certa altura da vida escapou ao pessimismo gerado pelo confronto de suas aspirações com a realidade de seu mundo. Confessa Gonzaga o seu tremendo desgosto:

O que mais me aborrece é ter chegado a esta idade vazio de tudo, vazio de glória, de amizade, só, e quase isolado dos meus e dos que me podiam entender. Estou abandonado, como um velho tronco desenraizado num areal... Vivi muito e espero ainda viver alguma coisa... Vi ladrões, assassinos, vi gatunos, vi prostitutas – tudo isso é gente boa, muito boa, à vista dos perus graduados no meio dos quais vivi... Fugi das posições, do amor, do casamento, para viver mais independente... Arrependo-me!... Vênus é uma deusa vingativa! (BARRETO, 1990, p.74).

Por observar, ao longo de anos, a sucessão, no país e no mundo, de ciclos de avanço na política e nas relações sociais, seguidos de estagnação e, por fim, de degradação social, em que a duração, nesses ciclos, das duas últimas fases soavam-lhe infinitamente maiores que a primeira, parecendo mesmo suplantá-la, Gonzaga sentia a vida perder seu sentido, e repreendia a si mesmo, como Policarpo Quaresma em *Triste fim*, por ter gasto uma vida penetrado por um idealismo que foi alimentado anos e anos por suas leituras. Assim Gonzaga expressava seu amargor ao amigo Augusto:

O que tenho, de fato, é aborrecimento, é tédio; sofro em me sentir só; sofro em me ver que organizei um pensamento que não se afina com nenhum... os meus colegas me aborrecem... Os velhos estão ossificados; os moços, abacharelados... Pensei que os livros me bastassem, que eu me satisfizesse a mim próprio... Engano! As noções que acumulei, não as soube empregar nem para a minha glória, nem para a minha fortuna... Não saíram de mim mesmo... Sou estéril e morro estéril... As palavras me faltam; as ideias não encontram expressões adequadas, para se manifestarem... Enfim, estou no fim da vida, e só agora sinto o vazio dela, noto a sua falta de objetivo e de utilidade... Meu coração foi sáfaro... Gastei um capital precioso em coisas fúteis... A vida quer outras coisas... Passei quarenta e um anos a girar em torno de mim mesmo, e vivendo horas cercado de imbecis... (BARRETO, 1990, p. 73).

Quando o pai de Lima Barreto foi diagnosticado como louco, um médico havia lhe apresentado com a obra *O crime e a loucura* de Maudsley. Com a leitura desta obra, Lima Barreto chegou até a se autorrecomendar por escrito que medidas deveria tomar para manter-se são, porém a série de preocupações de ordem financeira que a sua casa lhe proporcionava constantemente levou o escritor a buscar uma válvula de escape, e esta válvula de escape surgiu na boemia em que se refugiou com amigos, a fim de esquecer os tormentos caseiros. Tratava-se da bebida, em seus excessos, mal pelo qual alguns de seus personagens literários, como Isaías Caminha e, principalmente, Vicente Mascarenhas, foram tocados, sofrendo suas consequências:

(...) eu me lembro muito bem que um amigo de minha família, médico ele mesmo de loucos, me deu, logo ao adoecer meu pai, o livro de Maudsley, *O crime e a loucura*. A obra me impressionou muito e de há muito premedito repetir-lhe a leitura. Saído dela, escrevi um decálogo para o governo da minha vida; entre os seus artigos havia o mandamento de não beber alcoólicos, coisa aconselhada por Maudsley, para evitar a loucura. Nunca o cumpri e fiz mal. Muitas causas influíram para que eu viesse a beber; mas, de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente. Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com a minha instrução; e eu me aborrecia e procurava distrair-me, ficar na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o chopp, o whisky, as noitadas, amanhecendo na casa deste ou daquele. (BARRETO, 2004, p. 36).

Em *Cemitério* ocorre explicitamente a fuga do herói para a bebida. Causada por uma série de perturbações na vida cotidiana, Vicente Mascarenhas acorre a esta como escape, exatamente porque o herói não consegue lidar de forma equilibrada com perturbações no seio familiar, como a morte da esposa, a loucura da sogra e os desgostos provocados pelo descaso do filho com os estudos, situações que vão tornando seu ambiente doméstico desarmonioso, abrindo precedente para o herói refugiar-se na boemia, adquirindo aí o alcoolismo que viria a causar-lhe ruína.

Rememora Mascarenhas seu gradual aborrecimento com o lar e a fuga de seu ambiente:

Tinha trinta e poucos anos, um filho fatalmente analfabeto, uma sogra louca, eu mesmo com uma fama de bêbado, tolerado na repartição que me aborrecia, pobre, eu vi a vida fechada. Moço, eu não podia apelar para minha mocidade; ilustrado, não podia fazer valer a minha ilustração; educado, era tomado por um vagabundo por todo mundo e sofria as maiores humilhações. A vida não me tinha mais sabor e parecia que me abandonava a esperança.

Depois de beber consecutivamente durante uma semana, certa noite, amanheci de tal forma gritando e o dia seguinte passei de tal forma cheio de terrores, que o meu sobrinho André, que já era empregado e muito me auxiliava, não teve outro remédio senão pedir à polícia que me levasse para o Hospício. Foi esta a primeira vez.

Tinha mania de não entrar cedo em casa, com a luz do sol, porque me aborrecia aquele dever de cumprimentar os vizinhos; porque, em casa, em face de toda a sua tristeza, logo me vinha a imagem cruel da catástrofe doméstica, da subversão da minha vida, da sua impotência, do seu não valor. Aborrecia-me de não dar uma satisfação aos que me instruíram generosamente e procurava distrair-me na cidade... (BARRETO, 2010, p. 201, 202 e 241).

O primeiro e grande confronto de Mascarenhas com a realidade social mais abrangente deu-se com a sua internação no Hospital de Alienados, em que travou contato com uma inumerável variedade de casos de loucura que causaram-lhe tamanho assombro, a ponto de se ver no imperativo de registrar o evento de sua internação e as reflexões que o fenômeno da loucura lhe incitavam na alma a meditar sobre os destinos desiguais dos homens. À medida que foi se deparando com quadros e mais quadros perturbadores da loucura, questionou-se o porque de ter se deixado arrastar, no passar de seus anos, até a contemplação daquela triste realidade.

Em sua perplexidade com tal fenômeno, o herói não somente registrou as dificuldades pelas quais passou no hospício, partindo de seu sentimento de humilhação e de humilhações concretas que sofreu, como registrou também a triste vida dos internados e dos funcionários do hospício, chegando a comparar esta

instituição com o que um diplomata brasileiro à China chamou de “Cemitério de vivos”, acerca de uma localidade chinesa para a qual as pessoas com uma debilitação avançada afluíam com o propósito de esperarem a morte. Assim refletia acerca de sua passagem no hospício e os fatores que o remeteram à situação de internado:

Para mim, eram as mais tristes horas que passei no hospital, aquelas que vão da refeição até a hora do sono. Durante as outras, há sempre uma esperança para nos animar e sustentar o espírito: são as das refeições. Marca-se a vida daquelas horas vazias de que fazer, de ócio obrigado, mas cheias de tédio, por elas, mas, depois do jantar, não há mais nenhum marco no tempo que vai correr, senão o duvidoso do instante em que se concilie o sono. Vem então uma melancolia, que a luz da tarde faz mais sombria, mais física, mais dolorosa; e o nosso pensamento, quando para em alguma coisa, é para os tristes episódios da nossa vida. E ali, naquele Hospício, no meio da vida, com tantas dores na vida, as que me vieram sem culpa minha, inclusive a minha organização, as que eu mesmo engendrei, cheio de vida e de bondade, não era bem a morte que eu queria, não era o aniquilamento da minha pessoa, a sua fragmentação até o infinito, nas coisas e nos seres, era outra vida, mais cheia de amor, de crença, de ilusão, sem nenhum poder de análise e isenta de toda e qualquer capacidade de exame sobre mim mesmo.

Via todos os meus tropeços, todas as tolices que tinha feito, o tempo perdido nela, as minhas hesitações, os meus pavores, que não deviam existir e que só me faziam sofrer. Eu devia ser reto como uma seta e rápido como um raio; mas vinha a pensar na minha vida atribulada, na saudade da minha mulher, no arrependimento que eu tinha de não tê-la compreendido em tempo... no meu filho... na minha sogra... na minha embriaguez. (BARRETO, 2010, p. 240).

Ao entrar em contato com a realidade dos internados no Hospital de Alienados e com a atmosfera geral que pairava sobre este estabelecimento, Mascarenhas descreveu sua angustiante sensação de que o mundo lhe soava como que cercado por uma abóboda de trevas. Sob esta abóboda, tendo que se deparar com uma série de mistérios, enigmas indecifráveis, como é o caso da própria loucura, estariam os homens impedidos de romper o véu da realidade circundante para compreender, ao fim, a razão de tudo, da existência de ricos e pobres, livres e

escravos, são e loucos. Enfim, estariam impedidos de compreender quais seriam as razões da felicidade da humanidade não se dar em uníssono, por toda a extensão da Criação:

Assim me pareceu pela primeira vez que deparei com tal quadro, com repugnância, que provoca a pensar mais profundamente sobre ele, e aquelas sombrias vidas sugerem a noção em torno de nós, de nossa existência e a nossa vida, só vemos uma grande abóboda de trevas, de negro absoluto. Não é mais o dia azul-cobalto e o céu ofuscante, não é mais o negror da noite picado de estrelas palpitantes; é a treva absoluta, é toda ausência de luz, é o mistério impenetrável e um *não poderás ir além* que confessam a nossa própria inteligência e o próprio pensamento. (BARRETO, 2010, p. 212).

O elemento do martírio, ou de uma expectativa de martírio, pois o romance não explicita a execução do protagonista, deixando-a em aberto, a ocorrer em futuro próximo, encontra-se presente em *Triste fim de Policarpo Quaresma*: Quaresma foi, dos heróis barretianos, o que mais interagiu com o seu meio e sofreu os efeitos mais duros da resistência desse meio, levados às últimas consequências. Os demais heróis não sofreram o mesmo triste fim que Quaresma, o de ser repellido do meio social mediante prisão e execução, porque não investiram contra seus meios sociais com a mesma energia que este herói.

O herói de *Triste fim*, ou melhor, o narrador do romance em seu lugar, que desde o início da trama vai apontando sua percepção de Policarpo Quaresma como um cidadão bem-intencionado em suas disposições patrióticas, porém ingênuo, no momento crítico em que o herói encontra-se encarcerado e prestes a ser executado, por ter protestado em função da arbitrária execução dos inimigos políticos presos com a supressão da Revolta da Armada, questiona agora de forma contundente o patriotismo pelo qual Quaresma se deixou tomar. Apesar do sentimento de missão que abraçou, pelo qual não se deu ao luxo de gozar nada na vida, não bastasse a frustração de não ter conseguido realizar nenhum dos projetos a que se

propôs em prol da nação, morreria por ela de forma ignominiosa, tomado por traidor do governo. Expressa o narrador de *Triste fim* o questionamento de Quaresma:

Desde dezoito anos que o tal patriotismo lhe absorvia e por ele fizera a tolice de estudar inutilidades. Que lhe importavam os rios? Eram grandes? Pois que fossem...Em que lhe contribuiria para a felicidade saber o nome dos heróis do Brasil? Em nada...O importante é que ele tivesse sido feliz. Foi? Não. Lembrou-se das suas coisas de tupi, do folk-lore, das suas tentativas agrícolas...Restava disso tudo em sua alma uma satisfação? Nenhuma! Nenhuma!

O tupi encontrou a incredulidade geral, o riso, a mofa, o escárnio; e levou-o à loucura. Uma decepção. E a agricultura? Nada. As terras não eram ferazes e ela não era fácil como diziam os livros. Outra decepção. E, quando o seu patriotismo se fizera combatente, o que achara? Decepções. Onde estava a doçura de nossa gente? Pois ele não a viu combater como feras? Pois não a via matar prisioneiros, inúmeros? Outra decepção. A sua vida era uma decepção, uma série, melhor, um encadeamento de decepções. (BARRETO, 1999, p. 175).

Quaresma se pergunta como pôde gastar a vida almejando o progresso da Pátria, cujo próprio conceito, entendia agora, deveria ser revisto por ser inconsistente com a realidade do mundo contemporâneo. Chegou o herói a rememorar em um instante a origem histórica deste conceito, observando agora que suas bases não se assentavam em uma compreensão racional acerca da gestão de uma nação e seus mecanismos de funcionamento, percebendo que a adesão que tivera por toda sua vida a este conceito, sendo ele tão culto, era na verdade fruto de uma emoção, uma causa à qual se agarrou e proveu com ela um sentido à sua vida, e não uma adesão fruto de racionalidade:

Mas, como é que ele tão sereno, tão lúcido, empregara sua vida, gastara o seu tempo, envelhecera atrás de tal quimera? Como é que não viu nitidamente a realidade, não a pressentiu logo e se deixou enganar por um falaz ídolo, absorver-se nele, dar-lhe em holocausto toda a sua existência? Foi o seu isolamento, o seu esquecimento de si mesmo; e assim é que ia para a cova, sem deixar traço seu, sem um filho, sem um amor, sem um beijo mais quente, sem nenhum mesmo, e sem sequer uma asneira!

Nada deixava que afirmasse a sua passagem e a terra não lhe dera nada de saboroso. (BARRETO, 1999, p. 176).

Augusto Machado, após ter feito algumas perguntas ao afilhado de M. J. Gonzaga de Sá e Dona Escolástica, que passou a ser criado por eles após a morte de um compadre muito querido de Gonzaga, conversando com esta, elogia o menino acerca de sua inteligência. Ao deparar-se com o entusiasmo dela quanto à autonomia e determinação do menino para com os estudos, seguido de súbito receio de que ele não venha a continuar, no futuro, tamanho apego pela instrução que demonstra por ora na infância, tenta explicar a ela o que pode levar um jovem estudioso a desistir desse caminho posteriormente. A explicação sugerida por Machado faz eco às suas próprias desilusões em relação à utilidade e à nobreza da formação intelectual. Comenta Machado acerca do afilhado de Gonzaga de Sá:

-É inteligente o rapaz, disse eu à velha senhora.

-Bastante. Que desejo de saber tem este pequeno! O senhor nem imagina! Brinca, é verdade; mas, à noitinha, agarra os livros, os deveres e os vai estudando, sem que ninguém o obrigue. Quem me dera que fosse assim até ao fim!

-Porque não irá?

-Ora! Há tantos que como ele começam tão bem e...

-É verdade! Mas, virá deles mesmos a perda da vontade, o enfraquecimento do amor, da dedicação aos estudos; ou tem tal fato raízes em motivos externos, estranhos a eles que, só numa idade mais avançada, acabam percebendo, quando a consciência lhes revela o justo e o injusto, fazendo com que se lhes enfraqueça deploravelmente o ímpeto inicial?

Cri que Dona Escolástica não me compreendera, e procurei dizer a mesma coisa por outras palavras.

-Quem sabe se, na primeira idade, eles estudam porque desconhecem certas coisas que, sabidas mais tarde, lhes fazem desanimar e sentir vão o estudo?

-Qual, doutor! (Ela me tratava dessa maneira). – É assim mesmo! (BARRETO, 1990, p. 80-81).

O biógrafo de Gonzaga, observando em um desfile cívico como as camadas mais humildes da sociedade assimilavam com vã glória o elogio das capacidades de defesa de sua nação, é tomado, contudo, de súbito, por tamanha comoção, que se deixa arrebatado, como compensação ao patético quadro que observa com os olhos físicos, pelo vislumbre de uma sociedade ideal, utópica, em que houvesse verdadeira identificação e unidade entre os membros dessa sociedade.

Porém, tal vislumbre passa-lhe de modo tão fugaz que logo põe-se a pensar que a erradicação de determinados males de seu tempo poderia conter o gérmen de novos males no futuro, visto entender que tudo contribuía, ciência, arte e religião, para encerrar barreiras entre os homens geração após geração, e que o seu ímpeto de atuar no mundo para gerar alguma transformação social poderia trazer mais danos que benefícios à Humanidade à qual gostaria de redimir, concluindo, a contragosto, que “o sábio era não agir”:

Quis ali, em segundos organizar a minha República, erguer a minha Utopia, e, por instantes, vi resplandecer sobre a terra dias de Bem, de Satisfação e Contentamento. Vi todas as faces humanas sem angústias, felizes, num baile! Tão depressa me veio tal sonho, tão depressa ele se desfez. Não sei que diabólica lógica me dominava: não sei que inveterados hábitos de reflexão vieram derrubar meus sonhos: eu abanei a cabeça desalentado. Tudo isto era sem remédio. Morto um preconceito ou uma superstição, nasciam outros. Tudo na terra concorre para criá-los: a Arte, a Ciência e a Religião são as suas fontes, são as matrizes de onde saem, e só a morte dessas ilusões, só o esquecimento dos seus cânones, dos seus delírios e dos seus preceitos trariam à humanidade o reino feliz da perfeita ausência de todas noções entibiadoras. (...) Para mim, afinal, ficou-me a certeza de que o sábio era não agir. Que me propusesse apagar as atuais fontes de sofrimentos, seria preparar o nascimento de outras, fosse o meu movimento no sentido de continuar a marcha que a humanidade vem fazendo até hoje, fosse no sentido de a fazer retroceder para os dias que já se foram. (BARRETO, 1990, p. 70, 71).

Na dinâmica das tramas dos heróis barretianos vamos percebendo como os seus ideais e aspirações vão se arrefecendo, degradando-se de seus objetivos iniciais, sendo substituídos, como necessidade de compensação, cada vez mais por

ações de impacto inferior ao que haviam aspirado. Policarpo Quaresma queria servir à Pátria inicialmente como militar, porém teve que se conformar com o gabinete e os papéis. Seu projeto político proposto ao final da trama foi uma tentativa de compensar o fracasso de suas aspirações juvenis, em uma outra esfera que não a que se havia proposto em primeiro lugar, embora com a mesma militância.

Isaías Caminha aspirava, quando jovem, fazer um trabalho significativo, como mulato, no âmbito acadêmico nacional. Sua vida tomou outros rumos e, para garantir a sobrevivência, deixou-se por um tempo da vida colocar-se sob a mínima zona de conforto que seu emprego no jornal lhe proporcionava, o que é bastante compreensível, levando-se em consideração os apertos que passou logo quando chegou do interior para a capital do Rio de Janeiro. O livro que estava escrevendo, já retirado da cidade novamente e trabalhando como funcionário público no interior era, semelhante ao esforço de Quaresma, uma tentativa de remediar o que não deu certo em sua juventude. O próprio Lima Barreto confessa como teve de lutar, com a passagem do tempo, com o arrefecimento de suas ambições de juventude. Registra o escritor:

Oh! O tempo! O inflexível tempo, que, como o Amor, é também irmão da Morte, vai ceifando aspirações, tirando presunções, trazendo desalentos, e só nos deixa na alma essa saudade do passado às vezes composta de coisas fúteis, cujo lembrar, porém, traz sempre prazer.

Quanta ambição ele não mata! Primeiro são os sonhos de posição: com os dias e as horas e, a pouco e pouco, a gente vai descendo de ministro a amanuense; depois são os do Amor – oh! Como se desce nesses! Os de saber, de erudição, vão caindo até ficarem reduzidos ao bondoso Larousse. Viagens... Oh! As viagens! Ficamos a fazê-las nos nossos pobres quartos, com auxílio do Baedeker e outros livros complacentes. (BARRETO, in PRADO, Lima Barreto: uma autobiografia literária, p. 163).

É este arrefecimento de ambições, desencadeado pelo choque de movimentos propositivos do herói barretiano com sua realidade e, conseqüentemente, pelo frustrar das expectativas cultivadas e da desilusão com o mundo, que abre espaço no interior desse herói para este socorrer-se com

pequenas compensações, dando margem a um amesquinamento de seu caráter que, se não lhe toma por completo a disposição, traz-lhe a lume uma nova série de decepções: decepções com suas próprias contradições.

No conflito em que se encontra com o seu mundo, o herói, em cada romance de Lima Barreto, encontra-se fadado ao fracasso. No mínimo, a um fracasso externo, em relação ao mundo, visto que, se em contraposição a heróis que se deixam degradar pelo seu meio, como é o caso de Caminha e Mascarenhas, o escritor cria também heróis que não se deixam corromper pela visão de mundo que os circunda e que é sugerida ao leitor constantemente como degradada, como é o caso de Quaresma e Gonzaga, a condição destes últimos não deixa, todavia, de passar a mensagem de que se tratam de personagens incompreendidos em seus mundos e, portanto, privados de sucesso nos contextos de suas atuações.

Nota-se que há níveis de degradação dos heróis na obra ficcional do escritor, o que significa dizer que há níveis de tolerância diversos dos heróis com os mundos degradados em que vivem. O caso de Policarpo Quaresma, é o da ausência completa de negociação com o mundo degradado. No caso de Manuel Joaquim Gonzaga de Sá e seu biógrafo, Augusto Machado, estes personagens não se chocam tanto com o mundo quanto o personagem anterior, e portanto não são tão vitimados, mas o desdém e a desconexão em relação à sociedade em que vivem é flagrante.

Um aparte a respeito da sublimidade moral de Policarpo Quaresma: pode-se sugerir que dos heróis barretianos, Policarpo Quaresma apresentaria as características mais louváveis pelas quais o próprio Lima Barreto gostaria de ser reconhecido, apesar da discordância ideológica entre ambos. Mas mesmo neste herói a derrota encontra-se presente. Aliás, a ideia de fracasso no herói barretiano é tão avassaladora que, mesmo isento de vícios, caso de Policarpo Quaresma, o herói sente-se derrotado. Isto se dá não por uma autossabotagem travestida de autocompensação em vícios que lhe produzam alguma euforia, prazer e alívio imediatos, como ocorre com Caminha e Mascarenhas. Mas se dá pelo baixo resultado de seus esforços na queda de braço com agentes da corrupção, uma vez que, nesta queda de braço, não investe com a mesma violência que seus

opositores, preferindo a via pacifista e moderada, mesmo quando em tempos de guerra, como no episódio da Revolta da Armada.

Para Robert Oackley, Policarpo Quaresma, enquanto herói intelectual, distingue-se notoriamente de Isaías Caminha, Manuel Joaquim Gonzaga de Sá e Augusto Machado por não se tratar de um herói predominantemente contemplativo como estes, mas dado à ação: “O fascínio de *Triste fim de Policarpo Quaresma* é devido precisamente ao retrato de um herói intelectual não meramente contemplativo, o intelectual atuante, que se empenha em afrontar a problemática realidade da nova República”. (OACKLEY, 2011, p. 86-87). De fato, Policarpo Quaresma teria sido o herói romanesco de Lima Barreto mais atuante, mais determinado, em sua condição de herói intelectual, de homem de letras. Dos heróis barretianos, foi o que mais conseguiu causar perturbações ao *establishment*.

Como o protagonista de *Recordações* vivencia um relativo sucesso ao transigir com seus valores no tempo em que trabalhava no jornal, e como Vicente Mascarenhas de *Cemitério dos vivos* é o herói barretiano que mais sofre as consequências da degradação, ao narrar detalhadamente sua experiência no Hospital de Alienados, o herói que mais se iguala a Quaresma quanto a resistência à degradação é Gonzaga, embora, diferente daquele, este tenha renunciado a tentativas de intervenção positiva em seu meio há muito mais tempo que o herói de *Triste fim*. O que Quaresma se desilude por ter tentado fazer, Gonzaga se desilude por não ter tentado. Nessas pequenas variações podemos perceber que Lima Barreto explorou as diferentes possibilidades de interação do indivíduo com seu mundo.

Policarpo Quaresma sofre um tipo de degradação distinta da degradação moral que confessam Isaías Caminha e Vicente Mascarenhas, relativa, quanto a estes, ao alcoolismo e à boemia, e da degradação de Gonzaga de Sá, no que diz respeito ao seu acomodamento na repartição pública, que garantia-lhe espaço propício para a imersão na investigação intelectual, mas também para a fuga do mundo, tratando-se da degradação de Quaresma de uma degradação em sentido físico, no que se refere à debilidade de suas energias, enquanto indivíduo provindo de uma baixa camada social e atuando sozinho, para desafiar as estruturas que

compõem o perfil do país, no nível cultural, econômico e político. Buscando manter-se íntegro por toda a trama de *Triste fim* e dotado de uma vontade de ferro, ainda assim avulta no herói, as conseqüências que anos de repartição e encerramento em estudos particulares fizeram-se assentar sobre sua energia vital.

Diante da análise dos efeitos do choque entre os ideais dos heróis barretianos e as realidades que se lhes apresentam, evidencia-se que estes constituem-se em heróis de caráter militante que, todavia, parecem não evoluir de seus potenciais extraordinários para tornarem-se, em *actu*, indivíduos com as capacidades necessárias para intervir nas engrenagens sociais das quais fazem parte, modificando seu funcionamento, buscando como único instrumento que lhes parece eficaz, ou o único que sentem-se capazes de dispôr, a pena, através da qual expõem a degradação de seu mundo e a sua própria degradação neste mundo, no intuito de admoestar, pelo próprio exemplo, todos que porventura vierem a ler seus escritos, de evitarem suas faltas e de avançarem onde eles próprios não puderam avançar na contribuição ao desenvolvimento da Humanidade, procurando fazer desses escritos, o quanto possível, os instrumentos eficazes de sua militância.

5.A PENA DO HERÓI BARRETIANO COMO ARMA E COMO REGISTRO DE ESPERANÇAS UTÓPICAS

*Está em qualquer profecia
Dos sábios que viram o futuro
Dos loucos que escrevem no muro
Das teias do sonho remoto
Estouro, explosão, maremoto
A chama da guerra acesa
A fome sentada na mesa
O copo com álcool no bar*

Raul Seixas

Os heróis Policarpo Quaresma, Isaías Caminha, Manuel Joaquim Gonzaga de Sá e Vicente Mascarenhas, ao perceberem gradativamente a natureza das forças corruptivas que os assediam para lhes degradar, assim como para degradar os meios em que vivem, lutam, como podem, para combater e denunciar esta degradação. No processo de desilusão e separação do herói barretiano para com o seu mundo, que ocorre a partir do dramático choque de ideias herói/indivíduo - meio social, a denúncia da degradação que o herói constata prevalecer em seu meio e em sua própria pessoa consiste em sua investida final de ação transformadora e precede o seu retiro ao mundo. Consiste essa ação em uma espécie de profetismo laico, movido pela esperança em uma redenção humana concretizada por graduais esforços coletivos, e esse retiro uma progressiva interiorização, resultando em uma cisão agora conscientemente resolvida do herói com o seu mundo concreto.

Alfredo Bosi em *Literatura e resistência* defende o argumento de que embora o profetismo pertença tradicionalmente à linguagem religiosa, tal pertencimento não impede que o discurso profético ultrapasse as fronteiras da religião e venha a ganhar espaço na esfera secular, visto que, como nota, o profeta em seu discurso “trata de poderes que serão abatidos e poderes que serão levantados”, o que pode ser aplicado tanto no campo do messianismo religioso quanto no da utopia política secular, explicando a reação violenta dos poderes instituídos frente aos portadores do discurso profético, que, além de expor os mecanismos fraudulentos do funcionamento de sua engrenagem, também

demonstram capacidade de antever a falência desses mecanismos a um determinado prazo, curto ou longo. O pesquisador expõe seu entendimento com exemplos da Literatura e História universais:

Essa pertença do profetismo à linguagem religiosa não impede que a sua aplicação à ordem secular, ao mundo, ganhe uma dimensão política; ao contrário, o profeta trata de poderes que serão abatidos e poderes que serão levantados. O que explica as reações violentas com que as instituições dominantes rejeitaram tantas vezes a sua palavra: Isaías escarnecido pelas ruas da cidade, Jeremias apedrejado até a morte, o Bandarra sujeito ao tribunal do Santo Ofício... (BOSI, 2002, p. 59 e 60).

Carlos Fantinati, por sua vez, relaciona constantemente Lima Barreto, como escritor militante, à imagem do profeta judaico-cristão, revestido agora de nova roupagem, quando, segundo o autor, citando o estudo de Martin Buber *O socialismo utópico*, a escatologia, concebida teologicamente como intervenção divina no reordenamento do mundo deu lugar, a partir do Iluminismo, à utopia, concebida como intervenção de responsabilidade humana, não mais divina, no destino do mundo. Utopia que começou com o ideal de estabelecimento do Reino de Deus na Terra e ganhou, a partir de uma concepção materialista, o caráter de Reino dos Homens, estabelecido pelos homens e em prol dos homens. Escreve Fantinati, parafraseando Buber, que:

A melhor explicação para a contradição presente no artista comprometido talvez se encontre na esfera judaico-cristã na imagem dos profetas, dos apóstolos e dos missionários, em especial dos primeiros. Seres impregnados de consciência histórica, imbuídos de um sentido de missão e dotados de carisma, aparentam ser pessimistas na tarefa de denunciar, de recriminar e castigar as falhas e fraquezas dos seus contemporâneos e concidadãos. Este pessimismo, no entanto, é o nível aparente que camufla um posicionamento fundamental de caráter otimista, pela crença, pela fé e pela esperança que os move no trabalho de contestação do presente, pois o executam apontando sempre para um devir histórico a alcançar desde aqui e agora, no qual assumem a ambiguidade

entre segregação e a agregação, êxito e fracasso, integração e diferenciação. (FANTINATI, 1978, p. 09, 10 e 11).

O historiador Nelson Werneck Sodré, em sua *História da literatura brasileira*, escreveu que Lima Barreto, por sua própria condição de nascimento, teve um olhar privilegiado para identificar, de forma precoce, um conjunto de anomalias que despontavam e estavam ainda por despontar, no seio da sociedade carioca de seu tempo, durante a Primeira República, além de alcançar e registrar, com sua percepção acurada, as transformações no cenário geopolítico da época que compreendia, e temia, viessem a desencadear catástrofes políticas e financeiras no Brasil:

(...) compreendeu cedo, e o ângulo pessoal apenas ajudou essa compreensão, as anomalias de um conjunto em que a sociedade denunciava a sua transformação, quando repontavam visíveis sinais de mudança. Sentiu a presença do que era novo, com sua apurada e aguda percepção, antes que os outros sentissem. (SODRÉ, 1969, p. 506).

Esta “apurada e aguda percepção” de Lima Barreto sobre a sociedade de seu tempo, cujas transformações foram por ele sentidas “antes que os outros sentissem”, lhe conferia um ar “profético”. No *Diário Íntimo* de Lima Barreto encontra-se a já citada “profecia” acerca do perigo da aceitação popular de teorias racistas que encontravam-se em disseminação na época em que este escrevia, principalmente em território germânico, naquele momento apenas no âmbito de círculos acadêmicos, mas que poderiam em um futuro breve chegar às massas e ganhar o senso comum, assim como às mãos de políticos que poderiam manipular essas teorias para legitimar perseguições étnicas.

Com a sua alusão à perseguição de judeus, é de fato interessante como o escritor observou o gérmen do nazismo antes mesmo de oficialmente surgir oficialmente, anos após sua morte, esta força político-militar. Bosi escreve sobre a importância de o historiador acerca de um determinado contexto histórico dar

ouvidos às vozes que viveram neste contexto e que tenham se mostrado dissonantes à opinião majoritária sobre assuntos caros ao período. Durante a Primeira República, uma das vozes mais dissonantes que viveram nesta época, tanto ao ufanismo republicano, quanto ao militarismo e quanto às ideias eugenistas, foi Lima Barreto:

O historiador convencional sente-se obrigado a preferir o voto da maioria e a preterir a voz isolada, pois julga, na esteira dos velhos juristas romanos, que a fala da testemunha singular nada prova: *unus testis, nullus testis*... No entanto, precisamente porque pode ter escapado a muitos a intuição do depoente solitário, o leitor deve atentar para o que este tem a dizer. A sua voz faz parte de um coro não raro contraditório e desarmônico. Um ouvido fino captará acordes que não chegam a afetar ouvidos moucos ou distraídos. Do mesmo modo, o olhar perspicaz, coisa sempre rara, vê o que passa despercebido à maioria desatenta. Nesse caso, a verdade subjetiva de uma só testemunha poderá valer pela verdade objetiva que a história pretende guardar e transmitir. (BOSI, 2002, p. 235).

Sobre a República na qual passaria toda existência Lima Barreto tinha um olhar bastante divergente de muitos de seus contemporâneos, devido a sua iconoclastia a este sistema de governo e seus valores, em prol de uma idealização de uma comunidade humana mais vasta, universal. As observações de Sodré e Bosi acerca do olhar e da voz do romancista diante dos acontecimentos que sacudiram a época em que viveu corroboram a imagem de profeta do escritor que se tornou consagrada com os estudos de Carlos Fantinati e Maria Zilda Cury. Podem também ser complementadas pelo comentário da pesquisadora Maria Arruda Campos sobre a crítica feita por Lima Barreto ao tratado assinado após o fim da Primeira Guerra Mundial, que ressalta esta sua qualidade “clarividente”.

Esta não era mais do que uma tremenda capacidade que o escritor tinha de manter-se lúcido frente aos discursos oficiais provenientes dos governantes das nações, lucidez por sinal calcada na experiência do mulato que vivenciou na pele por toda a vida o abismo entre o discurso republicano acerca dos quesitos liberdade, igualdade e fraternidade entre todos brasileiros, sem distinção de raça e condição social, e a realidade da nação. Observa Campos que:

Em 1919, o Tratado de Versalhes (a reunião de paz, montada pelos vencedores para negociar os espólios da Primeira Guerra e que deu origem à Sociedade das Nações) não escapou da crítica de Lima: “Ninguém de consciência poderá dizer que a pachuchada de Versalhes esteja preparando a paz ou a paz saia dela. Dos regabofes no castelo de Luís XIV, só sairá guerra, mais guerra e sempre guerra”. (CAMPOS, 1988, p. 28).

Na crônica *Após a Guerra*, o exemplo da devastação causada pela Primeira Guerra Mundial na Europa foi apontado por Lima Barreto como a razão de suas apreensões sombrias sobre o futuro do Velho Continente e do mundo em geral, à medida que constatava a permanência insistente do fervor no nacionalismo, no patriotismo, sentimentos baseados em concepções que considerava ultrapassadas na Europa e, principalmente, sem razão de ser no Brasil, portanto, injustificáveis ao fomento de mais conflitos. No caso do Brasil, considerava as concepções patrióticas despropositais em razão da história deste país se tratar da história de uma colônia europeia em terras americanas sustentada a trabalho escravo africano e que, a determinada altura dessa história, por conveniência à monarquia portuguesa, teria ganho um *status* mais elevado. Inquietava-se o romancista e jornalista:

Não preciso dizer mais. Um tal estado de espírito enche-me de imensa tristeza e de sombrias apreensões para o futuro. Como acabará tudo isto? Onde iremos parar com essa nossa megalomania militar e patriótica? Que sairá desse delírio de grandezas dos nossos dirigentes, exaltando a simplicidade das massas nesse fervor pela pátria política, cousa obsoleta na Europa e sem motivo de ser aqui, entre nós? (BARRETO, In: Bagatelas, APUD FERNANDES, Ana Helena Cobra. 2010, p. 227).

Nas denúncias, em tom profético, que fazia Lima Barreto acerca das irregularidades de seu tempo, Fantinati expõe como, para o escritor, a Igreja falhou em sua missão de oferecer alento espiritual para os pobres de espírito... e condições financeiras também. No decorrer dos séculos, com o avanço de seu prestígio e influência sobre os povos e nações, e, conseqüentemente, o aumento de seu poder

político, a Igreja teria passado de perseguida a perseguidora dos indivíduos e grupos com distinção de pensamento. Segundo o escritor, mediante laços com reis, nobres, presidentes, oligarcas etc, a Igreja falhou ao começar a perdoar demasiadamente os abusos desses e a protegê-los, ao mesmo tempo que ignorou os clamores dos menos favorecidos, de modo que sua esperança de construir um mundo mais justo e igualitário foi deslocada, da confiança na ação desta instituição, para a confiança nas tomadas de posição radicais e revolucionárias:

Com a acomodação da Igreja ao sistema burguês e capitalista vencedor, passaram seus valores, segundo Lima Barreto, para as mãos dos artistas e dos revolucionários, transformando-se estes nos verdadeiros profetas, apóstolos e missionários, opondo-se pela sua militância, aos sistemas estabelecidos, a fim de impedir a letargia e a petrificação do mundo. Mesmo derrotados, eles abrem caminho para um futuro melhor e promovem encaminhamento da humanidade na direção de sua meta final. (FANTINATI, 1978, p. 16).

Lima Barreto também reclamava que na República em que vivia não havia, entre os ricos e poderosos da sociedade, piedosos e generosos o suficiente para deixar por um momento sequer suas próprias prioridades, suas próprias causas e preocupações para doarem, minimamente, um pouco de sua atenção e recursos aos pobres que constituíam a imensa maioria do país. Dizia o escritor inclusive que os ricos tinham medo de mostrarem-se generosos para com os necessitados, como se estes fossem apoderar-se vorazmente dos recursos mediante o pretexto da assistência que poderiam prestar aos menos favorecidos, a partir do receio de que aumentasse o número de parasitas sociais, incapazes e desinteressados em produzir o próprio progresso financeiro. Denunciava o escritor que:

O nosso regime atual é da mais brutal plutocracia, é da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha. Não há entre os ricos, entre os poderosos, nenhuma generosidade; não há piedade, não há vontade, por parte deles, desejo de atenuar a sua felicidade, que é sempre uma injustiça, com a proteção aos outros, com o arrimo aos necessitados, com o fervor religioso de fazer bem. Têm medo de ser generosos, têm medo de

dar uma esmola, têm medo de ser bons. Se a dissolução dos costumes que todos anunciam como existente, há, antes dela houve a dissolução do sentimento, do imarcescível sentimento de solidariedade entre os homens. Eu, há mais de vinte anos, vi a implantação do regime. Vi com desgosto e creio que tive razão. (BARRETO, in PRADO, Lima Barreto: uma autobiografia literária, 2012, p. 142).

Nicolau Sevcenko, endossando décadas depois a crítica de Lima Barreto, escreve sobre os valores e comportamentos de ganância, arrivismo e elitismo pseudo-meritocrático que se tornaram as forças motrizes da sociedade brasileira e, no contexto local em que viveu o romancista, da sociedade do Rio de Janeiro enquanto capital do país no período da Primeira República. Estes valores e comportamentos concorriam para um estímulo crescente de distinção social entre homens, famílias, grupos, bairros, ramos profissionais, e para a supressão de toda a solidariedade mútua possível entre os mesmos:

A força da nova sociedade estava concentrada justamente nos comportamentos mais anti-sociais, elevados à condição de valores máximos da elite: o gosto pela fruição do conforto material e pelas situações de privilégio e superioridade, despertando a discriminação e as mais variadas formas de desprezo mútuo entre os cidadãos. Era a condenação de qualquer princípio de solidariedade de antemão. Daí o desenvolvimento do “canibalismo dos argentários” e a transformação do “preconceito em conceito”. A riqueza, as posições, os cargos, os símbolos de distinção, de carreira e o saber passaram a exercer a indigna função de separar e indispor os homens entre si, enquanto a República cumpriria o papel de “enriquecer os ricos e empobrecer os pobres”. (SEVCENKO, 2003, p. 225).

Este sentimento de missão de denúncia profética do qual Lima Barreto se via imbuído aparece em todos os heróis aqui estudados, ainda que o mais notável seja o de Policarpo Quaresma, visto que este herói persegue sua missão de contribuir para o progresso de sua Pátria do início ao fim do romance que protagoniza. Tal sentimento se pode perceber também em como Vicente Mascarenhas procura fazer do registro de sua temporada no hospício um testemunho que lance luz sobre

aspectos obscuros da alma humana e promova uma maior simpatia pelas pessoas que são isoladas do mundo nestas instituições.

Aparece este senso também em Augusto Machado, “co-herói” de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, ao buscar registrar a vida do amigo Gonzaga de Sá e torná-la conhecida, tido Gonzaga por Augusto como um homem notável, de rara integridade, a ser admirado e imitado, e cuja vida, para o biógrafo, é um testemunho, íntimo para este, da solidão a que está sujeito no mundo o homem inclinado a perseguir a sabedoria. Maria Zilda Cury em *De escritas e profecias: Isaías Caminha* identifica esse sentimento de missão em Isaías Caminha, traçando inclusive um paralelo com o Isaías bíblico, profeta do Antigo Testamento. A pesquisadora escreve acerca do papel dos profetas e sobre o papel profético do herói de *Recordações*:

Os profetas, como nos evidencia o texto bíblico, são porta-vozes de uma experiência comunitária e dão voz aos oprimidos e marginalizados, são portadores do dom de predizer o futuro. O profeta Isaías assume de modo especial, no texto bíblico, uma dimensão social da justiça, cobrando dos líderes políticos de seu tempo uma atitude de atenção aos despossuídos e anunciando a redenção reservada aos humildes. Nas *Recordações* o personagem, de certa forma, configura-se como um profeta de “seu povo”, de sua raça, empreendendo a escrita do livro como uma tarefa de redenção dos seus, como um anúncio. Semelhantemente ao profeta bíblico, o qual não escolhe ser porta-voz do Senhor, Isaías recebe a tarefa da escrita como uma imposição. (CURY, 2009, p. 136-137).

Os heróis barretianos demonstram também uma capacidade de apreensão panorâmica, transhistórica, da condição humana, evidenciada nos referidos vislumbres que os heróis têm de sua realidade, como é o caso de Policarpo Quaresma e seus leais amigos, Olga Coleone e Ricardo Coração dos Outros. Tais vislumbres da realidade surgem como que verdadeiros êxtases nos personagens, tamanha é a profundidade e gravidade de suas reflexões, como se pode observar na meditação que Policarpo Quaresma faz em seu Sítio do Sossego sobre a vida no campo, partindo da “luz” que “se lhe fez no pensamento”:

A luz se lhe fez no pensamento... Aquela rede de leis, de posturas, de códigos e de preceitos, nas mãos desses regulotes, de tais caciques, se transformava em potro, em polé, em instrumento de suplícios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhes a iniciativa e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as. Pelos seus olhos passaram num instante aquelas faces amareladas e chupadas que se encostavam nos portais das vendas preguiçosamente; viu também aquelas crianças maltrapilhas e sujas, d'olhos baixos, a esmolar disfarçadamente pelas estradas; viu aquelas terras abandonadas, improdutivas, entregues às ervas e insetos daninhos; viu ainda o desespero de Felizardo, homem bom, ativo e trabalhador, sem ânimo de plantar um grão de milho em casa e bebendo todo o dinheiro que lhe passava pelas mãos – este quadro passou-lhe pelos olhos com a rapidez e o brilho sinistro do relâmpago; e só se apagou de todo, quando teve que ler a carta que a sua afilhada lhe mandara. (BARRETO, 1999, p. 114).

O profetismo de Isaías Caminha se mostra presente de forma generalizada ao apontar este o que considera ser uma série de absurdos na sociedade em que vive, que ultrapassa as críticas que faz à forma como se conduz o jornalismo no país e à condição dos negros recém-libertos, e que diz respeito, no fundo, à falta de um real empenho na formação de uma gama de pretensos literatos, cientistas, políticos profissionais e doutos de outras ordens em solo brasileiro, contentando-se a maioria esmagadora dos indivíduos portadores de tais diplomas em ostentar suas titulações, visando a obtenção dos privilégios econômicos sociais advindos das mesmas, trabalhando todavia apenas o necessário para garantir tais privilégios. Vemos no trecho a seguir uma das mais contundentes denúncias feitas pelo herói de *Recordações*:

Via Floc fazer reputações literárias, e ele mesmo uma reputação; via Losque, de braço dado com o medíocre Ricardo Loberant, erguer à Câmara e ao Senado quem bem queria; via Aires d'Ávila, com uns períodos de fazer sono e uma erudição de vitrine, influir nas decisões do Parlamento; via médicos milagreiros e tidos como sábios pedirem elogios às suas pantafaçadas obras e redatores ignorantes; e também via, Dona Inês, a esposa do diretor, uma respeitável senhora, certamente, fazer-se juiz dos contos e das poesias dos concursos, com a sua rara competência de aluna laureada das irmãs de caridade.

À vista disso, à vista dessa incompetência geral para julgar, da ligeireza e dos extraordinários resultados que obtinham com tão fracos meios, impondo os seus protegidos, os seus favoritos, fiquei tendo um imenso desprezo, um grande nojo, por tudo quanto tocava às letras, à política e à ciência, acreditando que todas as nossas admirações e respeitos não são mais que sugestões, embustes e ilusões, fabricados por meia dúzia de incompetentes que se apoiam e se impuseram à credulidade pública e à insondável burrice da natureza humana. (BARRETO, 1997, p. 203, 204).

Em *Triste fim*, Policarpo Quaresma, desde o momento em que resolve colocar-se em apoio ao Marechal Floriano Peixoto, Presidente da República, com o intuito de resguardar a recente conquista do sistema republicano sobre o monárquico, começa a perceber que a figura idealizada que havia desenhado de Floriano não corresponde à figura real do líder da Nação, o que se evidencia gradualmente pelas medidas que este toma durante a Revolta da Armada e após o término desta.

Quaresma certifica-se de sua impressão negativa quando se vê impelido a instar pela segunda vez que o Marechal Floriano leia o seu memorial patriótico e é taxado por este de visionário. Fiel, todavia, ao governo republicano, mantém-se a serviço da presidência ao atuar como carcereiro dos presos capturados com o fim da revolta de Custódio de Melo. Porém, ao perceber que estes estão prestes a ser executados sem direito a julgamento, protesta veemente por carta a Floriano, o que lhe causará a acusação de traição. Avulta neste momento o profetismo de Quaresma:

Não se pudera conter. Aquela leva de desgraçados a sair assim, a desoras, escolhido a esmo, para uma carniçaria distante, falara fundo a todos os seus sentimentos; pusera diante dos seus olhos todos os seus princípios morais; desafiara a sua coragem moral e a sua solidariedade humana; e ele escrevera a carta com veemência, com paixão, indignado. Nada omitiu do seu pensamento; falou claro, franca e nitidamente. (BARRETO, 1999, p. 174).

Apesar de M. J. Gonzaga de Sá ser descrito como em *Vida e morte* um personagem desapegado das querelas sociais que fazem as paixões de outros

heróis barretianos, como Policarpo Quaresma e Isaías Caminha, servindo seu desapego inclusive de contraste com o jovem e impetuoso Augusto Machado, sua postura perante o meio social em que vive evidencia uma denúncia ao mesmo, visto que, enquanto em Machado o elemento de profetismo se apresenta através de suas constantes críticas acerca da sociedade que observa, em Gonzaga de Sá este elemento de denúncia se apresenta nas constantes razões que Gonzaga de Sá fornece a Augusto Machado para justificar seu gradativo rompimento com as aspirações e valores comumente exaltados por seu meio social.

Em um exemplo de denúncia profética de Gonzaga de Sá, este critica a limitação, entre os escritores do país, do que chama de “emotividade literária brasileira”, chegando a descrever de maneira mordaz a estrutura sobre a qual são construídas as tramas romanescas de temáticas amorosas no país. Segundo o personagem, estariam muito aquém de temáticas que problematizem a condição geral da humanidade, ou de grandes segmentos da sociedade. Estas seriam as dos grupos sociais menos abastados ou propriamente na linha da miséria, grupos étnicos não contemplados com igualdade de oportunidades e casos críticos similares, que Gonzaga observa se dar nas obras de tantos autores europeus, chegando a se perguntar e a perguntar ao amigo Augusto Machado quando este tipo de temática, surgida da solidariedade para com a condição de grande parte da humanidade em suas aflições, viria um dia a ser encarada com seriedade e paixão por escritores brasileiros:

A nossa emotividade literária só se interessa pelos populares do sertão, unicamente porque são pitorescos e talvez não se possa verificar a verdade de suas criações. No mais, é uma continuação do exame de português, uma retórica mais difícil a se desenvolver por este tema sempre o mesmo: Dona Dulce, moça de Botafogo em Petrópolis, que se casa com o doutor Frederico. O comendador seu pai não quer, porque o tal doutor Frederico, apesar de doutor, não tem emprego. Dulce vai à superiora do colégio das irmãs. Esta escreve à mulher do ministro, antiga aluna do colégio, que arranja um emprego para o rapaz. Está acabada a história. É preciso não esquecer que Frederico é moço pobre, isto é, o pai tem dinheiro, fazenda ou engenho, mas não pode dar uma mesada grande. Está aí o grande drama de amor em nossas letras, e o tema de seu ciclo literário. Quando tu verás, na tua terra um Dostoiévski, uma George Eliot, um Tólstoi – gigantes destes, em que a força de visão, o

ilimitado da criação, não cedem o passo à simpatia pelos humildes, pelos humilhados, pela dor daquelas gentes donde às vezes não vieram – quando? (BARRETO, 1999, p. 67).

O elemento profético presente no perfil de Vicente Mascarenhas aparece nas denúncias que este faz do estado lastimável dos homens sucumbidos à loucura e a sorte a que estes são relegados perante a sociedade. Aparece também nas críticas lançadas por ele às respostas que a medicina e outras áreas das ciências tentam atribuir ao misterioso fenômeno da loucura, procurando o herói demonstrar que tal fenômeno se encontra além da capacidade de uma dada metodologia científica em explicá-lo, podendo até compreender os seus efeitos, mas encontrando-se desapropriada de determinar suas causas e, por conseguinte, igualmente incapaz de determinar-lhe a cura. Expressa este herói intelectual, em seu amadurecimento de vida, suas hesitações em relação às panaceias da ciência para com o destino humano:

As maravilhas que a ciência tem conseguido realizar, por intermédio das artes técnicas, no campo da mecânica e da indústria, têm dado aos homens uma crença de que é possível realizá-las iguais nos outros departamentos da atividade intelectual; daí, o orgulho médico, que, não contente de se exercer no âmbito da medicina propriamente, se estende a esse vago e nebuloso céu da loucura humana. (...) Há um grande mal em querer os nossos estudiosos de hoje desprezar as observações dos leigos; muitas vezes é preciso estar livre de construções lógicas, erguidas a priori, para se chegar à verdade, e não há como levar em linha de conta aquelas. (BARRETO, 2010, p. 244).

Além de expor o ridículo das pretensões dos homens da ciência de elucidar, mediante lógicas reducionistas, o lunatismo, o profetismo de Mascarenhas também manifesta-se na denúncia que faz da situação em que vivem os internados da Seção Pinel, que observa ser a seção dos mais miseráveis dos obrigados a residir no hospício, visto que se trata da parte da população mais pobre do país, incluindo aqueles rebaixados ao nível da mendicância, a que se encontra alocada nesta parte do Hospital Nacional de Alienados.

O herói denuncia o desvio de verbas, que diz ser do conhecimento de todos, que supostamente seriam endereçadas à Seção Pinel, visto que, sua observação da situação em que vivem os residentes desta seção, aponta-lhe, na forma como estes são atendidos, a falta de reformas e melhorias na mesma. Eis como o protagonista de *Cemitério* tece suas considerações sobre a realidade que presencia no Hospício, enquanto instituição pública, e como este, segundo seu entendimento, deveria funcionar:

Do pavilhão, como já contei, fui para a Seção Pinel; é a de indigentes, daqueles sem eira nem beira, nem ramo de figueira. Houve nisso um grande erro e muito grave para as finanças governamentais. Sujeitos assim classificados lá existem, que recebem do governo pensões sob vários títulos. Isto tudo é sabido, consta de papéis oficiais. O Estado, recebendo-os como loucos, por mais mínima que fosse, o seu primeiro cuidado devia ser apoderar-se dessa pensão para o seu tratamento. Evitava que eles fossem tratados abaixo de sua condição, aumentava a renda do estabelecimento e dava enchanças para melhorar o tratamento dos verdadeiramente pobres. (BARRETO, 2010, p. 248).

Foi fundado no Brasil em 1852 o Hospício Pedro II, na capital do país, o Rio de Janeiro de tempos ainda imperiais, durante o governo do homenageado monarca. Sua construção se deu com o propósito de transferir para um espaço próprio os indivíduos designados genericamente de “doentes mentais” que apresentassem comportamentos agressivos ao convívio popular e que eram, nesses casos, habitualmente recolhidos nas Santas Casas de Misericórdia.

Com a instauração da República, este hospício foi rebatizado de Hospital Nacional de Alienados. A gestão do Hospital, durante a segunda vez em que Lima Barreto foi internado por dois meses, em fins de 1919, e onde registrou seu *Diário do hospício* e premeditou usá-lo como matéria-prima para seu romance *Cemitério*, estava sob a mão do Doutor Juliano Moreira, renomado psiquiatra da época a quem o escritor, com quem travou amistosas conversas, não deixou de inteirar, tomando seu próprio caso como exemplo, acerca de seu ceticismo quanto aos fundamentos e procedimentos do alienismo.

Toda a denúncia profética dos heróis barretianos carrega um fundo de esperança destes verem transformações sociais que venham a dar cabo dos objetos dessas denúncias. João Manuel Avelar em *Expressão social e estética do messianismo no Brasil* endossa a tese de Martin Buber citada por Carlos Fantinati de que a partir do Iluminismo e, principalmente, a partir do século XIX, as expectativas messiânicas transferiram-se do campo religioso para um campo sócio-político mais “terreno”, ou seja, da ação divina para a ação humana como meio de tornar o mundo mais justo e igualitário, revertendo o seu estado de degradação. Avelar comenta a persistência do Messianismo, em seu formato mais laico, nos tempos modernos:

No Messianismo, como força revolucionária, e na utopia, como mola prospectiva, nutrem-se os princípios da esperança que movem o homem na sua busca persistente de Absoluto, que a Modernidade pôs seguramente em causa. Torna-se, mesmo assim, uma pedra angular na adversidade e permite colocar as expectativas num tempo a haver, depósito dos nossos anseios, o que é traduzido de forma exemplar por Teixeira de Pascoais na *Arte de Ser Português*: “No Princípio era a Esperança”. Duas décadas depois da profissão de fé de Pascoais, Ernst Bloch inscreverá o mesmo tema enquanto princípio, na obra *Le Principe Espérance*, considerando-o “o sentimento mais digno de nós”, “[engrandecendo] os homens em vez de diminuir”. Para Bloch, filósofo social e religioso, a utopia não é só autenticamente religiosa por natureza, mas também a única herdeira legítima da religião após a morte de Deus. (AVELAR, 2006, 157 e 158).

Da mesma forma que há uma transição nos tempos modernos do profetismo religioso para o profetismo social-humanista, do messianismo religioso passou-se ao messianismo da utopia social, e tal transformação de perspectivas teve seus reflexos na produção literária, como atesta a própria existência do romance. Lima Barreto apegava-se a uma expectativa messiânica promovida pelo somatório de forças bem-intencionadas para com a humanidade, a ser manifesta de forma paciente e objetiva com contribuições de diferentes épocas e lugares. Avelar define o messianismo laico:

O núcleo religioso do messianismo como que se esconde durante os séculos XVIII e XIX, em que as ideologias se assumem como desafios messiânicos, mormente depois da Revolução Francesa e durante a Revolução Industrial, com as propostas de um messianismo sem messias pessoal, em que a colectividade (nacional, grupal, ...) é o próprio messias. O messianismo assume a forma de demagogia – a persuasão dos grupos e dos povos ao rumo por objetivos, ou para promessas cuja realização ninguém duvida, ou que ninguém sabe se será realizável. O comunismo, o socialismo, o liberalismo, são formas profano-demagógicas de messianismo sem messias – são os messianismos laicos. (AVELAR, 2006, pg. 16).

Fantinati escreve que “pelo caráter de comprometimento com a contestação do presente, o profeta, o revolucionário e o artista militante suportam a contradição na força da esperança de uma época de consumação, que eles, com seu engajamento presente, buscam construir e edificar desde aqui e agora”. (1978, p. 15). É neste engajamento em uma construção maior, levada a cabo por idealistas de diferentes eras e lugares, em prol da consumação de uma comunhão humana plena, esperada para alguma era em que as consciências dos homens venham a atingir alto grau de maturidade, que o artista militante Lima Barreto, assim como os heróis provenientes de sua pena, homogeneizados no que denominamos aqui como herói barretiano, pretendem fazer, e fazem, parte.

Em sua esperança messiânica, Isaías Caminha almeja, através da escrita e divulgação de suas *Recordações*, dois propósitos, que estão interligados: primeiro, que as gerações futuras da nação brasileira reconheçam a comunidade negra como partícipe de sua composição de forma legítima, levando em consideração as causas históricas que subjazem a dificuldade desta comunidade em inserir-se a curto prazo nos rumos que os dirigentes do Brasil e o seu corpo de intelectuais pretendem-lhe conferir; e segundo, utilizar o seu caso concreto como exemplo para despertar a solidariedade da sociedade para com indivíduos que apresentem aspirações semelhantes às suas e se encontrem desprovidos dos meios de realizá-los por falta das oportunidades e condições:

(...) não é a ambição literária que me move o procurar esse dom misterioso para animar e fazer viver estas pálidas *Recordações*. Com

elas, queria modificar a opinião dos meus concidadãos, obrigá-los a pensar de outro modo, a não se encherem de hostilidade e má vontade quando encontrarem na vida um rapaz como eu e com desejos que tinha há dez anos passados. Tento mostrar que são legítimos e, senão merecedores de apoio, pelo menos dignos de indiferença. (...) De forma que não tenho por onde aferir se as minhas Recordações preenchem o fim a que as destino; se a minha inabilidade literária está prejudicando completamente o seu pensamento. Que tortura! E não é só isso: envergonho-me por esta ou aquela passagem em que me acho, em que me dispo em frente a desconhecidos, como uma mulher pública... Sofro assim de tantos modos, por causa desta obra, que julgo que esse mal-estar, com que às vezes acordo, vem dela, unicamente dela. Quero abandoná-la; mas não posso absolutamente. De manhã, ao almoço, na Coletoria, na botica, jantando, banhando-me, só penso nela. À noite, quando todos em casa se vão recolhendo, insensivelmente aproximo-me da mesa e escrevo furiosamente. Estou no sexto capítulo e ainda não me preocupei em fazê-la pública, anunciar e arranjar um bom recebimento dos detentores da opinião nacional. Que ela tenha a sorte que merecer, mas que possa também, amanhã ou daqui a séculos, despertar um escritor mais hábil que a refaça e que diga o que não pude nem soube dizer. (BARRETO, 1997, p. 96).

Como exemplo de indivíduos que surgem em épocas e lugares diferentes, contribuindo com sua parte para o melhoramento do mundo, temos, na obra barretiana, o próprio Policarpo Quaresma, na forma como o narrador de *Triste fim* descreve o herói, com uma explícita admiração por suas características. Na visão do narrador, Quaresma aparece como um exemplo de homem que é capaz de levar os pessimistas, a seu próprio exemplo, a depositar ainda esperança na humanidade, sendo Quaresma um dos indivíduos que, movido por ideais altruístas, contribui para o melhoramento gradativo da mesma, o que constitui a base do messianismo presente nos heróis barretianos: ao mesmo tempo que eles contam com a boa vontade de indivíduos que surjam de geração em geração para agir em prol da humanidade como um todo, contribuindo para que uma parcela cada vez maior da mesma torne-se igualmente agente para a felicidade humana, eles mesmos procuram tornar-se agentes desse processo:

Esse encerramento em si mesmo deu-lhe não sei que ar de estranho a tudo, às competições, às ambições, pois nada dessas coisas que fazem os ódios e as lutas tinha entrado no seu temperamento.

Desinteressado de dinheiro, de glória e posição, vivendo numa reserva de sonho, adquirira a candura e a pureza d'alma que vão habitar esses homens de uma ideia fixa, os grandes estudiosos, os sábios, e os inventores, gente que fica mais terna, mais ingênua, mais inocente que as donzelas das poesias de outras épocas.

É raro encontrar homens assim, mas os há e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente sente mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça. (BARRETO, 1999, p. 54).

Carlos Nelson Coutinho escrevendo sobre *Triste fim de Policarpo Quaresma* reflete sobre o ideal de Lima Barreto de apontar para o futuro a esperança de que haja uma solução para a condição trágica dos homens, procurando valer-se da constatação de mudanças já havidas e detectadas na História. Tal constatação é feita na narrativa deste romance, após a trágica lamentação desenganada do herói Policarpo Quaresma sobre os ideais que perseguiu durante a vida e a injusta recompensa que receberia agora pela nobreza da dedicação à sua generosa causa, deixando em aberto a possibilidade da semente do herói, lançada em terra seca, vir a germinar no porvir, semente que, de forma incipiente, já havia sido lançada no interior de Olga Coleoni e Ricardo Coração dos Outros:

Deve-se observar que a trágica e pessimista autocrítica de Policarpo (que desemboca num desespero sem perspectivas) não aparece como desfecho do romance. Para esse posto e função, Lima escolheu as considerações finais de Olga, posteriores à sua fracassada tentativa de ajudar o major, as quais, de acordo com a concepção do romancista, orientam-se para o futuro. (...) “Tinha havido grandes modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima... Esperemos mais, pensou ela: e seguiu serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros”. Assim, apesar das trágicas contradições que ainda dilaceram a sociedade, Lima nos ensina a confiar nos recursos de que a humanidade dispõe para superar essas contradições. Como Olga, também sem alimentar ilusões, pôde ele confiar serenamente no futuro dos homens. (COUTINHO, 1974, p. 53-54).

Policarpo Quaresma redige um memorial acerca das mazelas da nação brasileira e o que considera serem os meios adequados de solucioná-las, que

endereça ao presidente da República, o Marechal Floriano Peixoto. Elabora este memorial e deposita confiança de que o mesmo será lido e estudado pelo presidente Floriano e por futuros sábios do Brasil para, refletindo acerca dos dados apresentados em seu livro, orientarem os rumos da Pátria para um progresso gradual. Apesar do *triste fim* que recebe o herói, transfere sua esperança para a afilhada Olga que, meditando sobre o destino do padrinho, pondera sobre a evolução, ainda que lenta, pela qual o país vem passando desde a chegada dos primeiros colonos europeus a estas terras:

Saiu e andou. Olhou o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, e se lembrou que, por estas terras, já tinham errado tribos selvagens, das quais um dos chefes se orgulhava de ter no sangue o sangue de dez mil inimigos. Fora há quatro séculos. Olhou de novo o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, as casas, as igrejas; viu os bondes passarem; uma locomotiva apitou; um carro, puxado por uma linda parelha, atravessou-lhe na frente, quando já a entrar do campo... Tinha havido grandes e inúmeras modificações. Que fora aquele parque? Talvez um charco. Tinha havido grandes modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima... Esperemos mais, pensou ela; e seguiu serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros. (BARRETO, 1999, p. 182).

O elemento messiânico de esperança futura para a humanidade no caráter de M. J. Gonzaga de Sá, que é observado e subscrito por Augusto Machado, encontra-se na esperança que o velho Gonzaga deposita na criação de seu sobrinho, apostando na capacidade que este terá de superar os desafios que lhe serão lançados no decorrer de sua vida, referentes aos apelos que receberá para negociar a sua integridade e aos empecilhos que surgirão à execução de seus objetivos, advindos de ideais que manifestará e que em sua infância são-lhe incutidos por Gonzaga e Escolástica, preocupados de que a tragédia da perda dos pais em tenra idade não lhe condicione insucessos na vida adulta:

-Hei de fazê-lo gente, dizia-me às vezes, cheio de esperança e de alegria. Não pôde levá-lo até o fim. Ao encetar o pequeno curso de preparatórios, logo por aí, foi quando ele “colheu a flor”, e “caiu”, e

“morreu”... A tia levou o menino até o fim, com todo o carinho e abnegação. Bênçãos a ambos, que, na sua missão educadora, souberam ser bons, sem interesse e sem cálculo de espécie alguma, apesar de todos os dous terem concorrido para ampliar, com o hábito de análise e reflexão que o estudo traz, a consciência da criança que devia ficar restrita aos dados elementares para o uso do viver comum, sem que viessem surgir nela uma mágoa constante e um fatal princípio permanente de inadaptação ao meio, criando-lhe um mal-estar irremediável e, conseqüentemente, um desgosto da Vida mais atroz do que o pensamento sempre presente da Morte!

Que importa isso, porém, se as tensões dos velhos foram generosas; e, se o sofrimento do pequeno, exteriorizado algum dia em grandes atos ou em grandes obras, possa concorrer mais tarde para o contentamento de muitos dos seus iguais que vierem depois!? Que importa? A felicidade final dos homens e o seu mútuo entendimento têm exigido até aqui maiores sacrifícios... (BARRETO, 1990, p. 82, 83).

Como os demais heróis barretianos, Vicente Mascarenhas almeja que os seus escritos sirvam como uma pequena contribuição para a progressiva solidariedade mútua entre os homens, ao mesmo tempo que compreende não ter forças para ir além deste tipo de contribuição, e se vê na necessidade de transcender o seu ímpeto de transformação da realidade, restando-lhe apenas confiar nos esforços de outros indivíduos e grupos comprometidos com tal ideal de solidariedade, em sua geração e nas posteriores. No caso deste herói barretiano, o seu messianismo encontra-se na esperança que tem de que no futuro alguém ou um grupo de pessoas consiga obter a cura da loucura, eliminando-a da espécie humana definitivamente:

Pus-me a ler os jornais. A minha sensação já não era de mágoa e de dor de estar ali; era de esperança da minha correção e da melhoria de todos os homens. A afeição, o amor, a simpatia e a piedade haviam de inspirar um dia alguém que curasse aqueles pobres homens... (BARRETO, 2010, p. 217).

O herói de *Cemitério* não apenas deposita uma esperança messiânica, no sentido de a humanidade progredir intelectual e moralmente e redimir-se de seus atrasos, nos avanços futuros das ciências, mas também na boa vontade que surge-

lhe como centelha isolada em indivíduos dispersos pelo mundo, ocupando diferentes cargos na sociedade, dos mais altos aos tidos como os mais baixos, como é o caso de Carneiro, carcereiro do Hospital de Alienados, português, homem simples, piedoso e amável para com os internos, a ponto de Mascarenhas solidarizar-se com a condição deste homem, esquecendo-se de seus próprios problemas, comparando-o a um santo pela disposição e paciência para aturar os disparates dos loucos, descortinando, por empatia ao português, as privações durante toda sua vida a que este devia ter se submetido:

O lugar é propício à melancolia e o pensar vagabundo dos que sonham despertos... É de imaginar como esse pobre Carneiro sonhava a sua terra de Portugal, a vida de sua aldeia minhota, como se recordaria do odor e do sabor do vinho de lá, naquela ponta de ilha, com aquela guarda negra de mangueiras centenárias, olhando as serras solenes e graves do Rio de Janeiro... (...) Quarenta anos de pajear doidos deve ser uma das missões mais árduas e tristes ofícios desta vida; e, então, ele, que convivia com eles, com eles a modo que comia e dormia, pois poucas vezes saía dos manicômios em que foi empregado, devia ter desta nossa existência uma ideia bastante atroz e curiosa. Havia de ter-lhe sido preciso uma resignação de santo, para aturar-lhes os insultos e muitas vezes as agressões; e, além disto, uma abdicação de fruir e gozar daquilo tudo que faz o encanto e o motivo de nossa vida. Era quase uma vida de cenóbio, pois eram verdadeiramente rápidos os instantes em que passeava e via a mulher e os filhos, assim mesmo a longos intervalos. A insânia cria complicações, dores e sofrimentos que não ficam só naqueles que são atingidos, mas vão se refletir nos outros, talvez mais profundamente, deste ou daquele modo.

Ouvir durante o dia, senão à noite, disparates e tolices, receber as reclamações mais pueris e desarrazoadas, adivinhar manhas perigosas que a insânia engendra, todo esse ambiente moral e intelectual da loucura, tão complicado como a própria vida, mas sem um acordo qualquer entre as suas partes, deve ser, durante quarenta anos, uma razão para tristeza, para renunciamento de si, para sonhar com a ventura da Morte, que é o sossego.

O mister desses humildes guardas fez-me pensar e entristecer; mas naqueles exemplos de renúncia e abnegação, tão somente movidos pela dura necessidade de ganhar o pão de cada dia, retemperei-me eu, para imitá-los, a fim de chegar são, sem o afluxo de aquisições externas aonde o destino me levasse, fosse como fosse. (BARRETO, 2010, p. 232-233).

Narra também este herói a evolução de suas reflexões acerca de si mesmo, na condição de recluso em um manicômio e nas causas que o levaram até aquele recinto, e da Humanidade como um todo, em um movimento reflexivo que parte da miséria pessoal para a miséria universal, a ponto deste movimento suplantar o drama pessoal que vivencia, tornando o registro de suas reflexões um grande libelo em prol da felicidade humana, sua redenção e unidade fraternal, que transcende a solidariedade demonstrada para com as pessoas internadas e para com os profissionais do Hospital de Alienados, o que constitui mais um exemplo do humanismo universal dos heróis barretianos:

Eu me tinha esquecido de mim mesmo, tinha adquirido um grande desprezo pela opinião pública, que vê de soslaio, que vê como criminoso um sujeito que passa pelo hospício, eu não tinha mais ambições, nem esperanças de riqueza ou posição: o meu pensamento era para a humanidade, toda para a miséria, para o sofrimento, para os que sofrem, para os que todos amaldiçoam. Eu sofria honestamente por um sofrimento que ninguém podia adivinhar; eu tinha sido humilhado, e estava, a bem dizer, ainda sendo, eu andei sujo e imundo, mas eu sentia que interiormente eu resplandecia de bondade, de sonho de atingir a verdade, de amor pelos outros, de arrependimento dos meus erros e um desejo imenso de contribuir para que os outros fossem mais felizes do que eu, e procurava e sondava os mistérios de nossa natureza moral, uma vontade de descobrir nos nossos defeitos o seu núcleo primitivo de amor e bondade. (BARRETO, 2004, p. 185 e 186).

Da especulação sobre a realidade, a denúncia desta e a esperança em uma realidade melhor, o herói barretiano termina por se interiorizar, retirando-se do burburinho do mundo e voltando-se para o “Mistério”, ou seja, a última fronteira, a Morte, sucessora inexorável da Vida. A investigação filosófica especula sobre tudo e busca a unidade que subjaz os múltiplos aspectos da realidade. Uma vez alcançada uma compreensão desta unidade, ainda que em sombra, busca-se o movimento rumo a esta unidade. Tal movimento rumo à fusão com a unidade, ou imersão na unidade, é tipicamente místico, e consiste em um sepultamento face ao mundo das aparências. O herói intelectual barretiano filosofa em busca de compreender o Todo que o cerca. Obtido um vislumbre do Todo, busca imergir-se no mesmo, encerrando

os ímpetos de atuação no mundo que o levam a uma relação constante de ilusão e sofrimento.

Apesar das críticas às religiões formalmente instituídas, que usualmente se utilizam da guerra para se instituírem e, uma vez instituídas, não concorrem como deveriam para o bem comum dos homens, Lima Barreto em seu *Diário do hospício* confessa-se dado ao maravilhoso, ao fantástico e ao hipersensível, demonstrando-se cético às sentenças formais dos materialistas sobre os mistérios que crê haver no homem e no mundo, a ponto de fazer gracejo com o que aponta serem “prosápias sabichonas” de concepções mecanicistas e materialistas do Universo e da natureza humana:

Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível; nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida, do Universo e de nós mesmos. No último, no fim do homem e do mundo, há mistérios e eu creio neles. Todas as prosápias sabichonas, todas as sentenças formais dos materialistas, e mesmo dos que não são, sobre as certezas da ciência, me fazem sorrir e creio que este meu sorriso não é falso, nem precipitado, ele me vem de longas meditações e de alanceantes dúvidas. (BARRETO, 2004, p. 40).

O autor de Policarpo Quaresma e Isaías Caminha registra inclusive como em outros tempos chegou a crer em sentenças mais materialistas sobre o mundo, a existência, a vida etc, e ironiza a si próprio por ter sido levado a tais inclinações, típicas nos jovens estudiosos que buscam se apropriar abruptamente de uma gama de conhecimentos em diversas áreas, como que tentando montar um enorme quebra-cabeça que lhes proporcione um quadro maior da existência, ao mesmo tempo que buscam se afirmar como intelectuais de mente aberta, alinhados com as mais novas descobertas e hipóteses de quaisquer espécie. Afonso Henriques termina por considerar ingenuidade a crença de que a ciência poderia aos poucos desvendar o que considera serem os dois mais profundos mistérios acerca da existência humana, que dizem respeito à sua origem e ao seu destino:

Lembrei-me então dos outros tempos em que supus o universo guiado por leis certas e determinadas, em que nenhuma vontade, humana ou não, a elas estranhas, poderia intervir, leis que a ciência humana iria aos poucos desvendando... Não sorri inteiramente; mas achei tal coisa ingênua e que todo o saber humano só seria útil para as suas necessidades elementares de vida e nunca conseguiria explicar a sua origem e o seu destino. Tudo mistério e sempre mistério. (BARRETO, 2004, p. 164).

Augusto Machado, ao elaborar a biografia sobre seu amigo Manuel Joaquim Gonzaga de Sá, declara que para se compreender a vida e o legado de um homem com uma certa propriedade deve-se, antes de procurar saber como este viveu, conhecer como se deu sua postura perante a inevitabilidade da morte, optando, portanto, iniciar a biografia do amigo por sua morte, em razão de considerar que este lidou com a mesma de uma forma muito serena. Tal postura teria causado um grande impacto no personagem-narrador, não preparado naquele momento para considerar a morte amistosamente tal como Gonzaga, embora viria ainda a se convencer, ao longo do tempo, da sabedoria do velho amigo.

O personagem Augusto Machado descreve o episódio da morte de M. J. Gonzaga de Sá em um feitio de sublimidade, que corresponde ao caráter desprendido do mundo que este lhe transmitira durante o período de suas vidas em que travaram contato e estreitaram relações: “Ao chegar ao jardim de sua casa, que olhava para a Lapa, para a Glória, para a Armação, para Niterói, contemplou o mar insondável, abaixou-se para colher uma flor que me oferecera, mas caiu, e morreu. Foi assim”. (BARRETO, 1990, p. 27). É notável como a sublimidade da morte ressoa de Gonzaga para Machado e como tal sublimidade perpassa todo o discurso de Machado, enquanto personagem-narrador de *Vida e morte*.

Vicente Mascarenhas, assim como Manuel Joaquim Gonzaga, recorre à ideia da morte como única solução para o cessar do sofrimento contínuo pelo qual se vê imerso ao longo da vida. É importante observar que Lima Barreto coloca Policarpo Quaresma em uma situação similar, ainda que não coloque nos lábios de Quaresma este anseio, mas o faz inevitavelmente premiando a árdua luta que trava o herói com a degradação da sociedade de que faz parte com a morte, única forma de preservar a sua integridade da degradação cujos outros heróis estudados aqui não foram

poupados, assim como para retirá-lo finalmente de um mundo com o qual não conseguia interagir amistosamente, posto que não se encontrava disposto a abrir mão de suas convicções, tanto que assim o provou sustentando-as até o fim trágico a que foi submetido. Todos estes personagens tem essa relação com a morte, nisto que seu próprio criador a expressa, na sua ideia de redenção pela Morte, tal qual aponta o seu texto intitulado *Elogio da Morte*:

Gosto da morte porque ela é o aniquilamento de todos nós; gosto da Morte porque ela nos sagra. Em vida, todos nós somos conhecidos pela calúnia e a maledicência, mas, depois que ela nos leva, nós somos conhecidos [a repetição é a melhor figura de retórica] pelas nossas qualidades.

É inútil estar vivendo, para ser dependente dos outros; é inútil estar vivendo para sofrer os vexames que não merecemos.

A vida não pode ser uma dor, uma humilhação de contínuos e burocratas idiotas, a vida deve ser uma vitória. Quando porém não se pode conseguir isto, a Morte é que deve vir em nosso socorro. (“Elogio da Morte”. IN: Marginalia, 1953, p. 42).

A chave do texto acima é que a vida não pode ser uma dor, mas uma vitória, tal qual desejam ser vitoriosos os heróis militantes de Lima Barreto na defesa de suas causas. Mas constatada a impossibilidade de vislumbrar essa vitória em vida devido à degradação que de tudo se apodera, inclusive deles mesmos, o que resta é morrer, libertar-se da dor contínua e ser lembrado pelas qualidades mais que pelos defeitos, é deixar a sua quintessência como legado, tal como a imortalidade grega é alcançada pela elevação do herói mediante a celebração, na posteridade, de seus feitos. O escritor confessa que quem como ele “nasceu pobre e não quer ceder uma linha da sua independência de espírito e inteligência, só tem que fazer elogios à Morte”. (BARRETO, 1953, p. 43).

Shopenhauer escreveu que a obra de um artista é a sua quintessência, retendo esta em essência o seu espírito e inclusive superando largamente sua trajetória biográfica (1994, p. 45). Além da decorrência óbvia, no que tange à obra de

Lima Barreto quanto à premissa de que esta sublima-lhe, sobrepondo-se aos altos e baixos de sua conturbada vida, percebe-se, nos seus romances impregnados daquele espaço autobiográfico de que fala Lejeune, que os heróis buscam descobrir e lapidar a sua quintessência através de seus escritos: Isaías Caminha escrevendo suas recordações, Policarpo Quaresma escrevendo seu memorial como a suma e a coroa de seus projetos, Augusto Machado escrevendo uma biografia de Gonzaga, ao mesmo tempo que registrando suas próprias impressões do mundo nesta biografia, e Vicente Mascarenhas escrevendo igualmente um diário no hospício.

O medo primordial da morte que sentem todos os homens e, a princípio, o próprio herói, devido ao natural instinto de sobrevivência (ainda mais o herói moderno, destituído do senso de transcendência, de eternidade), traduz-se em dois aspectos. No primeiro aspecto, o herói teme chegar ao fim da sua existência sem ter encontrado o primeiro e último dos sentidos. Trata-se do sentido de haver nascido neste mundo e de ter de abandoná-lo pela morte, vivenciando, no hiato entre nascimento e morte, toda uma sorte de prazeres e desgostos, os primeiros, talvez em menos abundância que os segundos, sofrendo injustiças e cometendo injustiças.

No segundo aspecto, o herói teme a perda dos prazeres dos quais pôde desfrutar em vida e os que lhe foram mais caros, assim como ressentir-se de não ter experimentado outros deleites, seja por falta de oportunidades (físicas, financeiras, etc.), seja por não ter se disposto a experimentar o que estaria em suas condições de fazê-lo, exatamente por manter-se fixo a um ideal, a um propósito, fazendo desse ideal e desse propósito verdadeira obsessão, ou por fatores como medo e comodismo.

Há ainda um terceiro aspecto, comum a todos os homens a certa altura de suas vidas diante do próprio mistério da vida e da morte, que pode somar-se a estes dois e, dependendo da situação, ganhar inclusive a primazia sobre ambos. Diz respeito ao temor em receber um julgamento rigoroso no além-vida pelas vilanias que cometera em sua passagem errante pelo mundo, temor que nasce do sentimento de o indivíduo não haver trilhado caminhos justos no decorrer de sua existência.

Como estes três aspectos do temor à morte, que assaltam o espírito do herói barretiano, podem transmutar-se em esperança de redenção, de libertação, pela inexorável condição de sujeição à morte? Como aceitar serenamente, a ponto de tomar como consolo mesmo, a ideia de um Apóstolo Paulo³, de que é necessário “morrer o corpo corruptível para nascer o corpo incorruptível”? Em que momento o ser humano “supera” a frustração de não resolver os grandes enigmas, de ressentir-se de não ter gozado maiores deleites, de ter de desapegar-se dos deleites que gozou e amou, e do receio de pagar por todas as faltas que cometeu, e passa a olhar a morte como a “solução” para uma conturbada existência?

O elo de passagem de um estado a outro pode se dar através do processo de desilusão do mundo. A desilusão aqui se dá em dois aspectos: no primeiro, ela refere-se à frustração do homem em não poder realizar todos os voos que nascem em seu espírito. No segundo aspecto, a desilusão refere-se ao reconhecimento por parte do homem de que, tanto quanto o que almeja para si, quanto o que o mundo tem a lhe oferecer, no fim das contas, é ilusório e vão, ou, em outras palavras, é tão efêmero quanto a vida em si.

É neste reconhecimento que o herói se vê no imperativo de começar a exercitar o desapego das demandas do mundo. Soma-se a isso o reconhecimento da injustiça que o herói constata prevalecer neste mundo, injustiça sofrida pelo herói e por seus semelhantes, mas também injustiça praticada pelo herói e por seus semelhantes, o que lhe causa duplo desgosto, com o mundo e consigo mesmo, e que o leva a compreender que o processo de contínua degradação, ou seja, o processo de crescente afastamento dos homens da justiça, só pode ser encerrado com a morte.

Conhecer a si mesmo, no caso do herói barretiano, um processo que requer um acúmulo de experiências que ocorrem ao longo da diegese de cada romance, é reconhecer a necessidade de abandonar o sentido do mundo ao mesmo tempo que manter o senso de responsabilidade e solidariedade para com o mesmo, ao qual se encontra inevitavelmente ligado, enquanto residir em seu invólucro material. Esta

3 1ª Epístola de São Paulo aos Coríntios, cap.15:53 (Bíblia Almeida Revista e Corrigida, 2009, p. 784).

aparente ambivalência de disposição do herói barretiano tem como entendimento *uno* o reconhecimento de que sua ação no mundo, por um lado, constitui-se em um trabalho realizado com força de formiga em meio a uma comunidade de elefantes, e que, por outro lado, deve ser, mesmo assim, conduzido, com todas suas limitações, da forma mais nobre possível.

A constatação que o herói faz de sua condição contraditória, ou seja, quando se entende dotado de elevadas aspirações para com a condição da sociedade ao redor, ao mesmo tempo que se vê dotado de defeitos que podem, por si só, anular suas iniciativas positivas, ao desviá-lo de objetivos altruístas para objetivos mesquinhos, começa a deslocá-lo, desgostoso de sua situação, de uma postura ativa na sociedade com a qual interage para uma postura contemplativa dessa sociedade, sentindo em si a necessidade de inclinar sua energia ativa para, recolhido dos ditames do mundo externo, concentrar-se na transformação de seu próprio ser.

Chegando o herói barretiano ao fim de sua caminhada neste momento, sorri, como que ironizando a própria angústia, a própria busca, e o próprio sofrimento, ante o vislumbre do inefável. Mais: sorri, caminhando, talvez com os olhos marejados, enlevado pela música das esferas que lhe desfere uma torrente de harmonia, do próprio fato de este vislumbre surgir-lhe e escapar-lhe na mesma velocidade súbita com que toma, por vezes, seu espírito. O herói sorri entre dentes porque sente que, neste corpo sujeito a degradação, não poderá contemplar a Plenitude que, todavia, veio lançar-lhe fugazes raios luminosos para, quem sabe, motivá-lo a não desesperançar-se de amar tudo o que é bom, tudo o que é justo, belo e verdadeiro. E, principalmente, para motivá-lo a não desesperançar-se de crer na redenção humana, ainda que esta pareça estar, a seu ver, muito distante de concretizar-se.

6.OS DESAFIOS DO HERÓI BARRETIANO NO HERÓI LIMA BARRETO

O valor do que se escreve depende em muito dos sentimentos vividos transvasados à obra. A isso chamamos subjetivação da arte, fato importantíssimo porque subjetivar a arte é transmitir-lhe substância humana e a substância é um dos ingredientes que dão vitalidade às letras. Não se esquece uma obra se o leitor se encontra nela. E só se encontra naquelas que são profundamente humanas. E são profundamente humanas quando o autor em lugar de conjecturas pôs sangue de seu coração.

Carmelo Bonet

Neste derradeiro capítulo estudaremos como o próprio Lima Barreto foi transformado em protagonista de ficção nos romances de Assis Coelho, *Lima Barreto: um caminhante solitário* (2010), e de Luciana Hidalgo, *O Passeador* (2011), ambos produzidos posteriormente a trabalhos de pesquisa acadêmica realizados por Coelho e Hidalgo sobre vida e obra do escritor. Se observará como nestas obras a vida de Lima Barreto é representada, seguindo o ritmo de dados conhecidos de sua biografia, de forma a poderem ser identificadas na dinâmica de vida intelectual do escritor heroicizado, as etapas vivenciadas por seus personagens romanescos, o que o torna propriamente, quando protagonista de romances, um herói intelectual cujos obstáculos enfrentados, superados ou não, são análogos aos obstáculos enfrentados por esses personagens, dado o esparramar da personalidade do escritor e aspectos de sua vida sobre a construção de seus personagens.

A primeira vez em que uma obra literária fez referência à vida de Lima Barreto se deu no romance publicado em 1922 *História de João Crispim*, de autoria de Enéias Ferraz Filho, seu amigo e discípulo, como nos lembra Jayro Schmidt em *O bandido que não sabia latim: ensaios sobre Lima Barreto*. Tratava-se de uma referência indireta, alusiva ao escritor, sob outra roupagem. Publicado este romance quando o autor de *Triste fim* ainda era vivo (ainda que naquele mesmo ano viesse a falecer), sua viabilização teve auxílio financeiro do próprio escritor. O primeiro romance, todavia, em que a figura conhecida publicamente de Lima Barreto será transformada em protagonista de romance é *Lima Barreto, um caminhante libertário* de Assis Coelho, seguido de *O passeador*, de Luciana Hidalgo.

Assis Coelho, cearense, formado em Letras e mestre em Literatura Comparada pela UnB, professor de inglês na Secretaria de Educação do Distrito Federal, concebeu para seu romance um Lima Barreto amadurecido pelos infortúnios da vida, gerados pela incompreensão por parte de seus semelhantes quanto a seus ideais políticos e aspirações literárias, e por seus próprios erros, vivendo o Lima fictício, neste romance, em uma altura de sua vida em que já havia publicado obras e convivia com um certo reconhecimento alheio, embora ainda modesto, acerca de sua produção artística e intelectual.

Lima Barreto, um caminhante libertário nos apresenta um Lima Barreto na meia idade, próximo de seu falecimento aos 41 anos, calejado dos golpes que a vida lhe infligira duplamente com o passar de anos, por injustiças cometidas à sua pessoa e devido a formas errôneas com que lidou com suas frustrações, autossabotando-se física e emocionalmente, degradando a própria saúde, temendo por seus erros macular a reputação pública de funcionário estatal, escritor e jornalista. Apesar de sujeito a todos esses reveses, o herói Lima Barreto nos é apresentado como combativo colaborador de publicações anarquistas e outras publicações independentes.

Luciana Hidalgo, carioca, pesquisadora, jornalista e escritora, tendo feito sua tese de doutoramento sobre Lima Barreto na área de literatura comparada pela UERJ, publicada em 2008 pela editora Annablume sob título *Literatura da urgência: Lima Barreto no domínio da loucura*, publicou três anos mais tarde o romance *O passeador*, fazendo, assim como o fez Coelho, do até então pesquisado Lima Barreto agora o protagonista de sua ficção. Nesta obra a pesquisadora explica que seu interesse por Lima Barreto aumentou à medida que avançava a pesquisa sobre Arthur Bispo do Rosário, pesquisa publicada anteriormente à tese sobre Lima Barreto. Arthur Bispo do Rosário passou anos internado em um hospício, produzindo uma arte plástica que obteve reconhecimento internacional. Ao estudar a realidade dos hospícios no Brasil, Hidalgo pesquisou o célebre *Diário do Hospício* de Lima Barreto, pesquisa que lhe rendeu a posterior tese e o romance ora analisado.

O romance *O passeador* traz uma abordagem mais romântica de Lima Barreto, envolto em sua juventude com livros e um amor platônico, contrastando com o realismo mais combativo e amargurado do já vivido escritor representado no livro de Assis Coelho. Hidalgo enche o seu Afonso (Afonso Henriques de Lima Barreto) de uma energia interior prestes a irromper de si para o mundo, levando o Lima Barreto personagem não até o ponto de seu falecimento, como faz Coelho, mas até um ponto de sua maturidade em que o escritor se questiona o que aconteceu com tamanha disposição. Este autoquestionamento que o herói Afonso faz dá-se de forma indireta, em sua consciência, operando através da presença e fala dos heróis por ele criados em sua carreira literária.

No romance de Assis Coelho, Lima Barreto protagoniza-o até sua morte precoce, inclusive sendo retratado a partir de idade madura, decadente, sob influência do álcool, muito atuante em periódicos de pequena circulação comprometidos com a causa operária e com demais causas de emancipação social, apesar de, como criticado por seus companheiros anarquistas, o uso do álcool lhe dificultar o desempenho de forma mais constante de suas contribuições como formador de opinião, o fazendo, dentro de suas possibilidades e limitações, até sentir-se sem mais forças para sair de seu gradativo recolhimento no lar.

No romance de Hidalgo, Lima é representado jovem, freqüentador de livraria, observador das modificações do processo de urbanização do Rio de Janeiro, “flanando” pelas ruas inquieto e interessado na filha do livreiro, curiosamente chamada “Sofia”, nome que nos remete ao significado grego da palavra sabedoria, visto sabermos que Lima Barreto nunca se casou e declarava-se casado com a Literatura e com o conhecimento de forma geral. Em um segundo e derradeiro momento é representado em período da vida em que já havia publicado seus principais romances, *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, atormentado com as dúvidas acerca de uma vida porventura mais feliz que acabou sacrificando para atingir a consagração como escritor.

Ambos os romances destacam a figura caminhante de Lima Barreto, Hidalgo o representando perambulante na juventude, e Assis Coelho o representando

igualmente perambulante na meia idade, o que reforça a imagem do romancista como um eterno observador inquieto da vida urbana, buscando, ao mesmo tempo que material de inspiração para suas crônicas, contos e romances, espaços e momentos que compensem o tédio e a tristeza de seu lar e ambiente de trabalho, ao percorrer ruas, avenidas, praias, praças, cafés, botequins, sebos, livrarias, bibliotecas, e a companhia de pessoas que freqüentam esses lugares e compartilham das mesmas inquietações e gostos do romancista.

Sendo um rapaz no romance de Hidalgo, o escritor carioca é chamado pelo primeiro nome, “Afonso”. Já na obra de Coelho, ao ser representado na maturidade, é tratado, tanto por parte do narrador como por parte dos personagens que com ele interagem, pelo popular “Lima”. No romance de Coelho, o escritor é caracterizado como um homem que sentia-se incapaz de livrar-se de seus vícios ao mesmo tempo em que recriminava-se por não tirar forças de sua disposição interna a abandoná-los. Recriminava-se também por sua dedicação exclusiva pela Literatura, em tudo o que envolve o gasto de tempo e recursos com a insistência pela obtenção de maior cultura filosófica e com a escrita de obras literárias, pouco atentando para a administração de suas finanças, o que envolvia seu bem-estar e o de sua família:

Enquanto tossia freneticamente, pensou mais uma vez que deveria parar de beber e de fumar. Estas recriminações lhe ocorriam todas as manhãs. Já não suportava mais o ambiente familiar, sentia-se isolado e, principalmente, pensava de modo muito diferente de todos. Tinha sonhos altos. Fitava, também, os Andes, como o poeta Castro Alves dizia. Não se tornara doutor, mas via o mundo e o analisava melhor do que aqueles “almofadinhas” que circulavam cheios de empáfia e vazios de saber pelas avenidas pensando que estavam em algum *boulevard* francês.

Às vezes Lima lamentava o apego desenfreado, como diziam seus familiares, pela literatura, mas era ela que lhe dava tônico para suportar as vicissitudes comuns do cotidiano no que para ele vieram com sobrecarga. Uma delas, talvez a mais crucial; o baixo salário. Tornava-se mais baixo por não saber administrá-lo. Tinha de manter a casa quase sozinho. Sobrava-lhe pouco para pagar as dívidas nos botecos. (COELHO, 2010, p. 7 e 8).

No concernente ao vício da bebida, ao longo de todo o romance, da mesma forma que os amigos anarquistas de Lima Barreto, dotados de uma ojeriza ao álcool, cobram-lhe constantemente o afastamento do mesmo em prol de garantir seu melhor aproveitamento como escritor e jornalista militante na dedicação exclusiva às causas libertárias, sua irmã, Evangelina, é representada como a mais carinhosa e fiel de seus parentes, inclusive não negando-lhe doses da bebida *Parati*, quando percebe uma gradativa agitação de ânimos começar a tomar conta do irmão por ocasião dos períodos de abstinência. Será Evangelina no romance de Coelho, tal como descrito na biografia sobre Lima Barreto empreendida por Francisco de Assis Barbosa, que cuidará tanto de seu irmão até ele falecer, quanto do pai João Henriques, até este também falecer dois dias após o falecimento de Lima.

Tal como os heróis de seus romances, o Lima Barreto herói romanesco é um homem profundamente apegado aos seus livros em ambos romances que protagoniza. Enquanto no romance de Hidalgo o jovem Afonso comporta-se como um rato de biblioteca, enfurnando-se em sebos e livrarias, em busca de obter as mais valiosas obras de seu interesse que seus recursos pudessem comprar, no romance de Coelho, o maduro Lima debate-se para, mesmo diante de dificuldades econômicas, não se desfazer dos livros que lhe inspiraram em sua juventude idealista e continuavam lhe inspirando, ainda mais por tais livros servirem-lhe de abrigo intelectual ao cotidiano mesquinho da vida nos subúrbios que amargavam-lhe todo senso estético cultivado em seu intelecto, em razão do espetáculo diário da pobreza e miséria:

Ali estavam cuidadosamente arrumados alguns livros de Dostoievsky, Tolstoi, Phoudron e Malatesta. Um livro também de Sterne, Swift e um outro lindamente encadernado de Voltaire.

Nem mesmo nas maiores quebradeiras pensou em vendê-los. Eram eles que, de certo modo, o alimentavam e o levavam para ambientes melhores do que aquele subúrbio de Todos os Santos, onde proliferavam as mais sórdidas fraquezas humanas alimentadas pela fome, inveja e ócio. Este último, ele não aceitava daquelas pessoas que não faziam o menor esforço para sair daquela vidinha de intrigas, de amizades interesseiras que logo findavam em xingamentos através das janelas e nos botecos. Os defeitos de um e de outro logo afloravam. As ruas sujas e sem esgotos exalavam um odor fétido,

dando a impressão de que todo subúrbio era uma latrina habitada e um terreno propício para ratos e muriçocas.

Esses eram os benefícios advindos da República, pensava Lima Barreto, que se apressava em deixar aquele ambiente. Tinha de se dirigir ao *club* imediatamente. Não gostava de conviver com aquela gente que teimava em abraçar o nada, viver dele, não querer modificá-lo. Mas, ao mesmo tempo, Lima se condoía deles, não tiveram oportunidades, não conheciam outro mundo através dos livros nem outras ideias a não ser aquelas que lhes incutiam em troca de chinelos, algumas roupas baratas e promessas de empregos na municipalidade. (COELHO, 2010, p. 8 e 9).

Os pesquisadores sobre a vida e as obras de Lima Barreto sabem que o escritor pensava, sentia e agia de forma dissonante praticamente de todos os meios sociais com os quais interagia, salvo exceção de bibliotecas, livrarias e cafés além de, com o tempo, os bares de seu refúgio boêmio. Não era apenas em sentido lato que Lima Barreto sentia-se deslocado de seus convivas de subúrbio, mas também nos espaços mais precisos e constantes de sua interação: o espaço de seu trabalho e, ponto ainda mais delicado, o espaço de sua casa, vivenciando o herói um desconforto contínuo que o atormentava, visto que, por questões financeiras e de senso de cuidados para com sua família, não poderia afastar-se, o que foi notado e representado no romance de Assis Coelho:

O irmão Carlindo chamava-o de bêbado irresponsável. Ele tinha razão. Bebia muito, talvez isso, entre outras coisas, os faziam tão diferentes, abraçaram mundos bem distintos. Como suportar tantas injúrias, tantas doenças ao seu redor, tantos olhares de menosprezo, tantas buscas infrutíferas sem um lenitivo. E este tinha de ser cada vez mais forte e que embriagasse sem muitas delongas. O irmão já não lhe dirigia a palavra diretamente. Fazia-o por meio de indiretas e nomes fictícios para relatar o que ouvia sobre suas andanças nos inúmeros bares da vizinhança.

Tentou tomar café, mas, como sempre, lhe pareceu uma gosma de odor forte, adoçado com um açúcar grosso, e sobre ele boiavam pequenas partículas de café que relutavam em não se dissolver. Sua irmã, percebendo que ele não beberia, deu-lhe um pequeno copo de alumínio cheio da aguardente Parati. Sorveu-o rapidamente e voltou para o seu pequeno quarto. (COELHO, 2010, p. 08).

A ficção de Assis Coelho também aborda como as dificuldades pelas quais Lima Barreto passava no próprio recôndito de seu lar atrapalhavam constantemente seus esforços para desenvolver seu trabalho de produção jornalística e literária, sentindo-se auxiliado unicamente pela compreensiva e carinhosa irmã Evangelina. Estas dificuldades surgiam-lhe em situações diárias como as recriminações do irmão, Carlindo, às suas bebedeiras (chegando ao ponto de tomar a iniciativa de interná-lo no Hospital de Alienados), e com os gritos desconexos de seu pai, fruto da loucura de que havia sido acometido há muitos anos atrás, desde a juventude do escritor:

O prazer da leitura exige um ambiente adequado para se instalar mansamente. Ali, no subúrbio de Todos os Santos, precisamente à Rua Major Mascarenhas nº 42, não era o ambiente propício para tal. Lima, ainda com os nervos abalados devido às doses de remédio de remédio que tomara, sobressaltava-se facilmente com os gritos repentinos de seu pai. (COELHO, 2010, p. 35).

A dissonância pessoal de Lima Barreto em relação a seus meios rotineiros de interação social o leva gradualmente a se colocar em apuros no ambiente de seu emprego e a se colocar como espetáculo público de degradação individual em sua vizinhança e diante das pessoas que o conhecem. Paradoxalmente, neste caminho dissonante dos grupos com quem interage, é a observação direta e empática que faz o herói, uma vez que se encontra fadado a caminhar constantemente pelas ruas do Rio de Janeiro por não encontrar o sossego necessário em casa, da situação de outras tantas pessoas e famílias que se veem diariamente cercadas de todos os tipos de pobreza, da material à cultural, que constitui o fio condutor da produção literária de Lima Barreto, tanto do Lima Barreto autor quanto do Lima Barreto personagem criado por Coelho:

Lima aprendera a amar aquelas pessoas simples, trabalhadoras e respeitadas que se cumprimentavam com acenos ou levantando o chapéu respeitosamente. Eram a acenos ou levantando o chapéu respeitosamente. Eram pessoas passivas e ignorantes de que poderiam modificar aquele viver cordeirizado, ou, pelo menos, não

aceitarem com tanta subserviência. Nunca ouviram falar em direitos trabalhistas. Quando reivindicavam um pequeno aumento e um tratamento mais condigno, eram calados com a terrível ameaça de demissão. O subúrbio era uma fonte inesgotável de inspiração para um escritor que se acercava da realidade. As muitas dores e poucas alegrias serviam de material que transformaria em crônicas ou contos daquele caminhante incansável. Talvez por isso sua literatura não agradasse a seus contemporâneos. Lima não falava de estrelas nem de flores ou de lugares frequentados por musas ou príncipes encantados. Falava das dores dos Josés e Marias que encaravam as ruas esburacadas e mal iluminadas para uma Cidade Maravilhosa de cartões-postais. (COELHO, 2010, p. 46 e 47).

Diante do fato de sua inspiração literária ser obtida tanto pela leitura de escritores bastante comprometidos com a denúncia da miséria humana, quanto pela matéria-prima de suas observações e meditações, provenientes do contato íntimo e diário com as gentes dos subúrbios, o Lima Barreto romanesco, homenagem de Coelho ao Lima autor, permanecia e permaneceria firme em seus propósitos como escritor, por mais críticas que continuasse recebendo dos beletristas de redações de jornais.

O escritor compreendia estar ciente da ignorância reinante nesses meios, fosse da literatura, fosse da sociedade circundante, incapazes os críticos inclusive de relacionar uma coisa com a outra, principal reclamação de Lima, pois compreendia que, praticada de forma consciente ou inconsciente, esta dissociação comprometia um conhecimento mais profundo sobre o *modus vivendi* dos homens em sociedade e, principalmente, na sociedade brasileira, que uma produção literária mais engajada poderia proporcionar.

Nota-se que todo o carinho e consideração prestados por Lima Barreto aos pobres e a todos que poderiam enquadrar-se na categoria “humilhados e ofendidos” tem sido devolvido ao escritor por seus biógrafos e estudiosos de sua obra, principalmente a partir dos primeiros esforços sistemáticos de construção biográfica e organização de sua produção levados a cabo por Francisco de Assis Barbosa, Antonio Houaiss e Manuel Cavalcanti Proença, o que tem contribuído ao longo dos anos para o processo de “heroicização” de Lima Barreto. Em ambos os romances analisados neste capítulo, o carinho dos narradores para com o escritor é

indisfarçável e os romances tornam-se verdadeiras apologias a maiores reconhecimentos da vida e obra do literato.

O romance de Assis Coelho termina exatamente com a morte de Lima Barreto, que remete-nos à própria morte serena do mais sereno dos heróis romanescos criados por Lima Barreto, Manuel Joaquim Gonzaga de Sá. No desfecho de Coelho também aparece o episódio descrito por Barbosa do desconhecido que lhe traz uma flor em seu funeral. Inevitável a evocação à memória de que, no episódio da morte de M. J. Gonzaga de Sá, este falece no momento em que se agacha para colher uma flor para o amigo Augusto Machado. Nada mais belo que a imagem do escritor recebendo flores de um estranho, pelo reconhecimento deste quanto a simpatia de Lima para com os pobres:

Era à tardinha do Dia de Todos os Santos. Evangelina voltou para ver o irmão. Talvez já tivesse melhorado um pouco. No rosto de Lima Barreto um sorriso leve. Foi o último esboçado por ele, talvez em agradecimento à bondade da irmã. Sobre o corpo de Lima Barreto alguns livros e sua revista predileta: *Revue des Deux Mondes*. Evangelina beijou o irmão, fechou seus olhos e disse-lhe baixinho: “Agora descanse em paz”.

O subúrbio carioca estava mais empobrecido e o povo simples entristecido. A irmã Evangelina quedou-se ao lado do caixão o tempo todo. Abanava o rosto do morto para afugentar alguma mosca inconveniente que insistia em pousar naquele rosto que sempre fora tão querido. Afiava-lhe a cabeça como querendo expulsar algum resquício de dor naquela mente que pouca alegria tivera.

A pequena casa do subúrbio ficou lotada de amigos de infortúnios. Todos prestaram sua homenagem respeitosamente àquele que tanto se condoía de suas dores. Sabiam ter morrido um homem que dignificava a humanidade. Durante o velório, um desconhecido trouxe um ramalhete de perpétuas. Curvou-se respeitosamente diante do morto e beijou-lhe a testa. Perguntado sobre quem era, disse-lhe apenas:

“Não sou ninguém, minha senhora. Sou um homem que leu e amou esse grande amigo dos desgraçados”. (COELHO, 2010, p. 137).

A forma poética como a morte de Lima Barreto foi narrada por Francisco de Assis Barbosa, em 1952, e, há poucos anos atrás, representada no romance de

Assis Coelho, em 2010, mais de cinqüenta anos depois da narrativa elaborada por Barbosa, nos dá uma ideia de como a produção crítica e biográfica sobre Lima Barreto e as recentes representações ficcionais do escritor cooperaram, e cooperam ainda, cada uma a seu tempo, para a consolidação de uma heroicidade da figura autoral de Lima Barreto, a levamos em conta a recente biografia de Lilia Schwarcz sobre Afonso Henriques, do ano de 2017, sob o melancólico e encantador título de *Lima Barreto: triste visionário*.

Ambas as narrativas são comoventes, sendo que a de Barbosa propõe-se biográfica, enquanto que a de Coelho não carrega tal pretensão, senão a de exaltar a grandeza do herói e o reconhecimento que este recebe no túmulo, por parte de umas poucas pessoas que parecem ter entendido as causas pelas quais Lima Barreto se debateu inquietantemente em vida extravasando-as mediante o uso da pena. Mas na própria narrativa de Barbosa esta exaltação já havia se consolidado, visto que todas as imagens já estavam lá: a chuva fina, o desconhecido com o ramo de perpétuas que explica aos familiares a razão de sua homenagem ao defunto, o súbito recobrar de consciência de seu pai questionando Evangelina se Afonso havia morrido para, em seguida, ser sepultado junto a seu primogênito:

Era dia de Todos os Santos. Chovia muito. Uma chuva miúda e persistente, chuvinha criadeira, escorrendo sem parar pela Rua Major Mascarenhas abaixo. No centro da sala de visitas da Vila Quilombo, armaram o serviço fúnebre. O enterro sairia no dia seguinte, para o Cemitério São João Batista. O escritor pedira que não o enterrassem no Cemitério de Inhaúma. Achava-o feio, “sem aquele ar de recolhimento, de resignada tristeza, de imponderável poesia do Além”... “com um ar sorno de repartição pública”. Preferia ser enterrado no São João Batista, longe do subúrbio, em pleno Botafogo, bairro de gente rica, que tanto havia ridicularizado.

(...) Durante o velório, aparecera um homem com um pequeno ramalhete de perpétuas. Ninguém o conhecia. Curvou-se diante do morto, e espalhou as flores no caixão. O depoimento pertence a Pereira da Silva e deve ser transcrito com as próprias palavras do poeta: “Quando transpusemos a sala em cujo centro jazia o cadáver, o homem correu a espalhar no caixão, votivamente, aquelas perpétuas de um roxo tão expressivo. Depois, mal contendo a comoção, descobriu-lhe o rosto, beijou-o na testa, que ainda recebeu algumas lágrimas. Uma pessoa da família dirigiu-se ao visitante. Quis saber quem ele era.

-”Não sou ninguém, minha senhora. Sou um homem que leu e amou esse grande amigo dos desgraçados”.

(...) No seu leito de moribundo, João Henriques sentira que qualquer coisa diferente ocorrera na casa. Como que recobrando a razão por um instante, perguntara à filha, no dia seguinte:

-Que foi que aconteceu? Afonso morreu? Evangelina procurou acalmá-lo, mas em vão. João Henriques tinha os olhos secos e duros. Logo depois, entrava em agonia. Nada mais restava a esperar... Morreu quarenta e oito horas depois do filho. Foi enterrado na mesma campa. E, no túmulo humilde, eles repousam para sempre, novamente unidos, na morte como na vida. (BARBOSA, 1975, p. 346-349).

O enfoque do romance de Luciana Hidalgo se deu, por sua vez, primeiramente e, na maior parte do romance, no período da juventude de Afonso, buscando este refúgio intelectual, social e emocional em sebos e cafés, saltando o herói, mais ao fim do romance, para o período de maturidade a recordar os anos juvenis e a questionar-se do estado presente de sua vida e do mundo como se lhe descortina naquele momento. Neste romance, encontramos um Lima Barreto apaixonado, embora ainda não saiba bem pelo quê ou quem, em processo de se encantar com a personagem Sofia, personagem que, mais tarde, viria a questionar se realmente teria existido.

O *passeador* apresenta, em suas primeiras páginas, um jovem Afonso Henriques à época da gestão de Francisco Pereira Passos, então prefeito do Rio de Janeiro, e observador crítico do processo forçado de urbanização da capital levado a cabo pelo referido prefeito, que visava transformá-la à imagem da moderna Paris há poucas décadas antes concebida por Georges-Eugène Haussmann. Ao colocar Afonso “flanando” pelas ruas do Rio, inclusive pela noite inteira afora, Hidalgo o vincula à clássica figura do *flâneur*:

Quanto mais percorre essa cidade em fendas, devassada em seus avessos, mais amaldiçoa a reforma urbana. O Rio pouco a pouco se civiliza, ele lê nos jornais, acompanha no cotidiano. Dia a dia, transformam a capital brasileira numa trôpega Paris. Por isso Afonso flana, fiscaliza, zela pela dignidade da cidade que lhe cabe. E a cada

passo, percebe, cabe menos nessa cidade, mutante, colonizada. (HIDALGO, 2011, p. 07).

A imagem do pensador-artista que flana pelas ruas já estava presente no imaginário do próprio Lima Barreto, quando dedica um capítulo de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, intitulado justamente de “O passeador”, a esta característica do protagonista de seu romance. Mais: o escritor, que era contemporâneo do jornalista Paulo Barreto, conhecido popularmente como João do Rio, a quem ridicularizou de forma não tão dissimulada em *Recordações do escrivão Isaías Caminha* como foi alegado na época, caricaturando-o no personagem Raul Gusmão, provavelmente deve ter entrado em contato com a obra *A alma encantadora das ruas*, em que João do Rio, conhecido por ostentar um certo dandismo, exalta a *flânerie* e a figura do *flâneur*. Daí a pertinência tanto do título do romance de Hidalgo quanto do título romance de Coelho, “Passeador” e “Caminhante”, ao destacarem esta característica do escritor e que o torna tão radicalmente urbano na literatura brasileira. Assim definia João do Rio a *flânerie*:

Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur* praticar o mais interessante dos esportes — a arte de flunar. É fatigante o exercício?

Para os iniciados sempre foi grande regalo. A musa de Horácio, a pé, não fez outra coisa nos quarteirões de Roma. Sterne e Hoffmann proclamavam-lhe a profunda virtude, e Balzac fez todos os seus preciosos achados flinando. Flunar! Aí está um verbo universal sem entrada nos dicionários, que não pertence a nenhuma língua! Que significa flunar? Flunar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flunar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, seguir com os garotos o lutador do Cassino vestido de turco, gozar nas praças os ajuntamentos defronte das lanternas mágicas, conversar com os cantores de modinha das alfurjas da Saúde, depois de ter ouvido *dilettanti* de casaca aplaudirem o maior tenor do Lírico numa ópera velha e má; é ver os bonecos pintados a giz nos muros das casas, após ter acompanhado um pintor afamado até a sua grande tela paga pelo Estado; é estar sem fazer nada e achar absolutamente necessário ir até um sítio lóbrego, para deixar de lá ir, levado pela

primeira impressão, por um dito que faz sorrir, um perfil que interessa, um par jovem cujo riso de amor causa inveja.

É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado *flâneur* ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas. Do alto de uma janela como Paul Adam, admira o caleidoscópio da vida no epítome delirante que é a rua; à porta do café, como Poe no *Homem das Multidões*, dedica-se ao exercício de adivinhar as profissões, as preocupações e até os crimes dos transeuntes. É uma espécie de secreta à maneira de Sherlock Holmes, sem os inconvenientes dos secretas nacionais. Haveis de encontrá-lo numa bela noite numa noite muito feia. Não vos saberá dizer donde vem, que está a fazer, para onde vai. Pensareis decerto estar diante de um sujeito fatal? Coitado! O *flâneur* é o *bonhomme* possuidor de uma alma igualitária e risonha, falando aos notáveis e aos humildes com doçura, porque de ambos conhece a face misteriosa e cada vez mais se convence da inutilidade da cólera e da necessidade do perdão. (RIO, 2009, p. 2 e 3).

Em suas perambulações noturnas e diurnas pelo centro da cidade em reconfiguração, Afonso é constantemente seguido, sem notar, por Sofia, que o observa muitas vezes a ler as obras prediletas no sebo de seu pai, intrigada com a personalidade do rapaz, resolvendo segui-lo em seus passeios, chegando a acompanhá-lo madrugada adentro, tentando entender a razão de tais peregrinações. Sofia terminará por conquistar o afeto de Afonso e se tornará a sua musa, fazendo aflorar no jovem de pretensões intelectuais e artísticas paixões que até então ele procurava suprimir para não desviar-se destas pretensões, tentativa frustrada de supressão que no futuro colocaria em um de seus personagens, Vicente Mascarenhas.

Ao apresentar o personagem Tiago, dono de um célebre sebo na Capital, cínico e de uma brutal antipatia para com seus clientes mais afeccionados, chamados por ele em tom depreciativo de “ratos de sebo”, ainda que francamente amigo do herói Afonso, um típico “rato de sebo”, Hidalgo evoca toda uma relação de ambiguidade dos amantes de livros com os objetos de seu amor: preocupado mais com o conteúdo do que com o fetiche da posse de livros, Afonso acompanha seu amigo e protetor Tiago no desprezo e ridicularização às demonstrações de fetichização de livros manifestas pelos frequentadores do local. Esta ambiguidade

em relação aos livros retornaria em sua idade madura através das críticas de seus próprios personagens quanto ao que não viveu, ao que deixou de aproveitar, em função de sua determinação em fazer nome na Literatura:

Dono de um bem-sucedido comércio de livros na rua Gonçalves Dias, no centro da cidade, Tiago recepciona fregueses com a brutalidade do totalitário. Crê na imbecilidade humana, explora a vaidade dos intelectuais de casaca e, sobretudo, a futilidade de suas senhoras. Não importa o assunto, ele os ridiculariza sempre. Diz barbaridades emolduradas por um sorriso tão belo e sinistramente *naïf* que a maioria finge ignorar. Fundamental é adquirir o Zola inédito, o Flaubert atrasado, para leitura ou apenas decoração.

(...) Comanda um dos sebos mais movimentados da cidade, conjugando saberes e traças em estantes que mais parecem carcaças de navios submersos. São setenta metros quadrados de insalubridade, mal iluminados, cheirando a mofo e pó.

Obras perfilam-se em uma ordem ilógica, não sendo encontradas por qualquer um. A não ser por Sofia. E, mais recentemente, por Afonso.

-O rato de sebo é um roedor lastimável – resmunga Tiago, nos dias mais sombrios, para o jovem, seu mais novo protegido.

Volta e meia, ele puxa Afonso num canto para juntos observarem bibliófilos, com seus incisivos a postos, sequiosos pela presa literária. Na maioria das vezes basta que paguem pelo livro raro, o acolham em suas mãos, o cheirem e, no caso dos mais frágeis, que espirrem. O espírito é suficiente, certifica-os da austeridade da obra, quase dispensa a leitura. Importante é manter o objeto ao alcance do manuseio, tirá-lo de um porta-livros folheado a ouro localizado na biblioteca da sala e fazê-lo passar de mão em mão no próximo jantar entre pares. (HIDALGO, 2011, p. 11 e 12).

A relação de amizade que o jovem e tímido Afonso estabelece com Tiago e Sofia no sebo freqüentados por ele permeia a maior parte do enredo do romance de Hidalgo, e destaca um dos lugares-comuns de Lima Barreto e de seus heróis romanescos, que consiste em uma parte fundamental de suas rotinas, a de se encontrarem imersos nos livros. O acolhimento de Afonso por parte de Tiago e de Sofia também é bastante significativo no romance, pois denota reconhecimento por parte dos dois acerca do brilhantismo do jovem, e lembra o leitor de Lima Barreto de

que suas maiores amizades, e as maiores amizades de seus personagens, eram livreiros, escritores, jornalistas e apreciadores de livros.

Outro lugar-comum da biografia de Lima Barreto e de suas criações romanescas, o tédio da rotina de servidor público, contraposto pelo escritor e jornalista apenas ao fim do expediente nos cafés, é pintado com maestria por Hidalgo, na medida em que a autora narra como, naqueles momentos de descontração, os amanuenses, treinados para um misto de corretos e comedidos procederes com um voluntário anonimato existencial para escaparem aos olhos de seus chefes, recobram as particularidades de suas individualidades e externam, ali mesmo nas mesas dos cafés, e talvez somente nelas, suas visões do mundo e soluções para o melhoramento do mesmo, suas predileções e ojerizas na política e nas letras:

Sentados numa mesa circular, eles formavam uma ciranda de amanuenses, e Sofia quase escutava a cantiga. Era uma toada leve, juvenil, ecoada debaixo dos lustres *art nouveau* do café, na tentativa de recuperar o brilho embaçado pela rotina do funcionalismo público. Às favas com a obrigatoriedade da modéstia, com o bom-dia polido aos chefes nas repartições a que não se sentem pertencer. Já que desperdiçam o horário do expediente integral em afazeres banais, aquém dos talentos que pensam ter, eles cristalizam a boemia num tipo de liturgia.

À noite tornam-se intelectuais falantes, férteis em ideias, numa transformação um tanto desajeitada. À medida que bebem, a soberba vence a falsa humildade treinada ao longo do dia. Mais do que todos, Afonso sabe que não deve ostentar qualquer saber. Ou acabará punido pela insolência de tanto ler, ele, mulato, pobre, nascido livre no Brasil antes dos ventos abolicionistas.

Mesmo assim segue o percurso, lê, escreve, forma opiniões nem sempre gentis à intelectualidade no poder. Por enquanto, não passam de impressões pessoais restritas ao seu diário, tendo publicado algumas crônicas em pequenos jornais sem repercussão. Nessas conversas noturnas, por vezes se pega falando demais e passa a controlar o uísque, bebendo apenas o suficiente para desenferujar a língua. Basta um respingo de álcool para o alívio da timidez, mas sem exageros. (HIDALGO, 2011, p. 17).

Luciana Hidalgo retrata a maturidade de Lima Barreto de forma um tanto peculiar, mais intimista do que o retrato pintado por Coelho, ressaltando esta imagem de um “Lima”, embora combatida pela bebida, um tanto atento aos acontecimentos em derredor e manifestando ânimo ainda combativo. Hidalgo apresenta um “Afonso” na maturidade que, solitário, é confrontado e atormentado constantemente pela companhia, ora acusatória, ora consoladora, de seus personagens romanescos Policarpo Quaresma, Isaías Caminha e Manuel Joaquim Gonzaga de Sá. Representado igualmente combatido pelos excessos de uma boemia que a autora não chegou a narrar, sendo estes apenas aludidos como tendo acontecido após os acontecimentos envolvendo Sofia, cuja autenticidade passa agora a questionar, e que desaguaram em seu estado atual, Afonso surge nas páginas finais com um homem introvertido, que constitui o agravamento, com o passar dos anos, do perfil já um tanto introspectivo representado de sua fase juvenil:

Os três parecem conspirar e agora deixam Afonso de fora, ocupando todo o banco. Tagarelam entre si num tom de voz alto, como se seu criador ali não estivesse. Preocupam-se com ele, sua errância, seu destino. Isaías é o mais exaltado. Acha que a questão racial está na origem de toda a angústia do autor. Bem, isso é óbvio, pensa Afonso, afinal foi ele mesmo quem construiu um protagonista negro como Isaías, a quem emprestou a dor de sua revolta, fazendo-o enfrentar todo tipo de preconceito na luta para sair da condição de contínuo e se tornar jornalista. O escritor pensa em se meter na conversa, defender-se, em vão. Não o ouvem.

Agora é Policarpo quem dá continuidade a esse improvisado tribunal de acusação. Ele lamenta em Afonso o excesso de utopia, o mesmo idealismo que o levou a, no romance, ser internado no hospício. Na sua opinião, de tanto buscar uma autonomia intelectual, Afonso marginalizou-se e foi marginalizado. Não esperava, para ele, seu mesmo fardo, a detenção psiquiátrica.

O trio parece estar a par da recente internação de Afonso no manicômio da Praia Vermelha por alcoolismo. Lá ele poderia ter enlouquecido de vez, intervém Policarpo, mas não, pelo contrário, permaneceu lúcido e até resolveu escrever um romance a partir da experiência. Os três o felicitam pela coragem, unânimes em lamentar o abuso da bebida.

Quando Afonso tenta dizer algo, é interrompido pelo falante Gonzaga. Este não tem o tom acusatório dos outros personagens, apenas comenta humildemente a solidão de Afonso, a opção pelo celibato, todo seu sacrifício pela literatura. Questiona o que essa

escolha trouxe de bom, senão uma melancolia, um vazio sem fundo. O réu em questão aceita as palavras de Gonzaga e não tem sequer ímpeto de refutá-las. Afinal, essa ideia é dele próprio, de Afonso Henriques de Lima Barreto, e está publicada no romance que escreveu e leva justamente o nome de M. J. Gonzaga de Sá. (HIDALGO, 2011, p. 186 e 187).

Das suas perambulações, agitações intelectuais, agendas sócio-políticas e concretizações literárias de suas inquietações, Afonso se lembraria anos mais tarde, duvidoso quanto à veracidade de algumas dessas lembranças, principalmente no que se refere à crescente intimidade que chegou a conquistar em termos de cumplicidade com sua amiga Sofia. Limitado enquanto intimidade a uma cumplicidade platônica, mas ainda intimidade, Afonso, além de duvidar tê-la atingido como fato em seu passado, ainda se veria cada vez mais assaltado pela presença de suas criaturas romanescas a tecerem confirmações sobre o estado em que se encontrava agora sua vida, um sentar-se contínuo de canto em canto de sua casa e um perambular perscrutador não mais de lugares em si, mas da rememoração de lugares já trilhados. Movia-se agora pela indagação do que foi vivido, principalmente em companhia de Sofia, e do que foi imaginado, recurso talvez utilizado pelo herói junto à bebida e ao apego às leituras e escritos, como mais uma forma de válvula de escape da triste vida que levava, preso às demandas do emprego, para sustentar o pai e irmãos, e preso aos sofrimentos do lar, com a loucura do pai.

Todos os julgamentos feitos pelos heróis barretianos a seu criador, dos fatores unanimemente condenados por todos, como o alcoolismo, a fatores distintos ressaltados por um e outro personagem, a fatalidade do complexo de compensação de nascimento humilde de raça por Isaías Caminha, a fatalidade do idealismo por Policarpo Quaresma, a fatalidade do acomodamento no funcionalismo público por Gonzaga de Sá, eram suscitados por eles a fim de tentarem compreender, ambos, criador e criaturas, comungantes das mesmas dores, que fatores teriam sido os mais determinantes na decadência de todos. Sobre todos, autor e personagens, assoma um peso moral em suas escolhas de procedimento na vida, principalmente diante dos parentes que precisavam sustentar, que entranhava-se neles na contramão da

ambição de crescerem e fazerem nome no mundo. Tamanho peso tornava suas vidas tão insuportáveis que válvulas de escape seriam procuradas com o tempo.

Dentro do romance de Hidalgo, a presença cada vez mais constante dos heróis saídos da pena de Afonso no cotidiano de seus afazeres, fenômeno com o qual habituou-se com o passar dos últimos anos, lhe incomodaria ultimamente pela insegurança crescente acerca de sua capacidade de apreensão da realidade, levando-lhe a questionar o que consistia, àquela altura de sua vida, realidade, e o que não consistia, insegurança que também o levaria a questionar o que tinha sido e o que não tinha sido realidade em seu passado, aumentando as dúvidas do agora experiente escritor e jornalista Afonso Henriques de Lima Barreto se as alucinações que sofre a esta altura da vida já as vinha sofrendo há muitos anos:

Recentemente, Afonso leu que o chafariz foi demolido há anos, talvez antes mesmo daquele encontro. Estiveram mesmo lá?, pergunta-se, sem pressa da resposta. Nesse instante lembra apenas o rosto de Sofia no vidro do Café Papagaio, suas pernas brancas a cegarem seus olhos depois do esbarrão no sebo e o passeio a dois, braços dados, pelas ruas do Centro... Imagens reais? Talvez a tenha também fabricado, seja ela uma de suas ficções, a protagonista de um romance escrito na imaginação, com seus personagens secundários, tramas paralelas.

Agora não está certo do quanto isso importa. Sabe apenas que um dia, a conselho de Flaubert, entre a mulher e a musa, escolheu esta última. Incapaz de conciliá-las, converteu uma na outra. Provavelmente a bastardinha do amigo Tiago, morto há tantos anos, realmente existiu, e ele apenas a aperfeiçoou para melhor adaptá-la à musa de seus instintos, exagerando aqui e ali encontros, olhares, cumplicidades. (HIDALGO, 2011, p. 188 e 189).

Percebe-se que a imagem ficcional de Lima Barreto nestes dois romances recebe influência da própria fortuna crítica sobre o escritor, como no início de *O passeador* em que a autora escreve “Afonso flana”, remetendo-nos ao estudo de Maria Teixeira do Amaral sobre a comparação de Lima Barreto como flâneur a Charles Baudelaire, e à representação romanesca da morte do escritor realizada por Coelho, influenciada pela narrativa já um tanto poética efetuada de Francisco de Assis Barbosa em sua biografia de Lima Barreto. Isto demonstra como tais

representações apresentam lugares-comuns na biografia de Lima Barreto que a própria fortuna crítica ajudou a consolidar.

Pôde-se constatar como, nos romances em que Lima Barreto foi feito protagonista, sua imagem foi construída sobre os protagonistas dos personalíssimos romances do escritor, sobre seus diários (*Diário Íntimo* e *Diário do Hospício*), seus escritos jornalísticos e de crítica, suas correspondências e também sobre a fortuna crítica que se consolidou com o tempo sobre sua vida e obra, que muito contribuíram para reforçar a forte identificação evocada pelos leitores do romancista de sua vida com a de seus personagens romanescos. Em sua mencionada biografia do romancista, Lilia Schwarcz mostra-se perplexa no modo como o escritor foi projetando-se como um personagem de seu tempo, e como sua imagem foi se mesclando com a de suas criaturas literárias. Esta mescla, em sua imagem de autor, teria sido promovida pelo próprio Lima e consagrada, gradualmente, pelos críticos:

Também foi me chamando a atenção a maneira como o escritor se construiu na qualidade de personagem literário dessa República das Letras: sempre na base da política “do contra”, por princípio e para fazer graça, conforme gostava de provocar. (...) O fato é que, na sua literatura, autodenominada “militante” e “biográfica”, Lima acabou se tornando seus próprios personagens. Era cada um deles, todos juntos, e nenhum também. Mas era sempre criador e criatura. Escreveu a vida toda o romance *Clara dos Anjos*, ensaiou vários finais para a trama, no entanto não teve tempo de vê-la publicada. Ainda misturou ficção e não ficção em outra novela que não chegou a terminar: *O cemitério dos vivos*, a qual narra a história de um personagem internado num manicômio, que passou por processos de humilhação semelhantes aos experimentados pelo autor quando esteve internado no Hospício Nacional, em 1914 e 1919, por conta da bebida. Lima era boêmio por definição e por hábito, mas o que era costume acabou virando condição e invadiu seu cotidiano. (SCHWARCZ, 2017, p. 12).

É a soma desta unidade de propósitos do escritor em agir heroicamente no campo das letras com este mesmo propósito incutido em Policarpo Quaresma, Isaías Caminha, M. J. Gonzaga de Sá e Vicente Mascarenhas, assim como a hoje vasta bibliografia produzida sobre Lima Barreto, que permitem constatar a

constituição, confirmada nos romances de Coelho e Hidalgo, de praticamente uma biografia ficcional do romancista com motivos clássicos de identificação, como o trabalho do escritor no funcionalismo público, a aspiração ao bacharelado, a aspiração a Academia Brasileira de Letras, as investidas na literatura e no jornalismo contra a grande imprensa, a tragédia quotidiana do lar, o refúgio na bebida, as internações no Hospício etc.

Na concordância do heroísmo do homem de letras protagonizado pelo escritor e jornalista Lima Barreto, enquanto projeto de vida, e do heroísmo protagonizado por seus personagens, a construção ficcional da vida do escritor veio a seguir a mesma trilha do herói carlyleano, com seus altos e baixos, em se tratando do mais humano e falho dos tipos heroicos teorizados pelo historiador escocês, um típico herói dos tempos modernos. Isto é compreensível, pelo fato de o tipo heroico do homem de letras constituir-se, na obra de Carlyle, em um dos mais realistas dos tipos capazes de serem protagonizados por homens de carne e osso, embora, mesmo no caso destes, o talento para realizarem este heroísmo das letras tem de ser-lhes nato, uma modalidade de divina inspiração, capaz de suscitar-lhes o gênio da manifestação da “sinceridade”, enquanto caráter fundamental de todo herói carlyleano, na escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há, em todas as épocas, duas literaturas que caminham uma ao lado da outra de uma maneira muito estranha: uma verdadeira e uma apenas aparente. A primeira cresce para ser uma literatura permanente. Feita por pessoas que vivem para a ciência ou a poesia, ela segue séria e silenciosa, mas extremamente devagar, mal produz na Europa uma dúzia de obras por século, as quais, entretanto, permanecem. A segunda, feita por pessoas que vivem da ciência ou da poesia, anda a galope, acompanhada de muito barulho e da gritaria dos interessados e lança todo ano muitos milhares de obras no mercado. Mas, passados uns poucos anos, pergunta-se: onde estão elas? Onde está sua fama, antes tão precoce e tão ruidosa? É por isso que também se pode chamar esta literatura de literatura corrente e a anterior de literatura permanente.

Arthur Schopenhauer

Chegamos ao fim do presente estudo acerca do heroísmo de letras carlyleano nos heróis romanescos compostos por Afonso Henriques de Lima Barreto e na própria autoprojeção deste ao público, enquanto autor, assim como na constituição ficcional do escritor nos romances de Assis Coelho e Luciana Hidalgo. Vimos, ao longo de nossa pesquisa, como este heroísmo de letras, adotado por Lima Barreto historicamente na contramão da atmosfera militarista da Primeira República em que viveu e na qual inseriu seus personagens, manifesta-se nas interações e nas práticas dos protagonistas dos romances aqui pesquisados.

Isto significa dizer que vimos como, para além das peculiaridades das vivências de cada personagem, todos interagiram com seus meios sociais seguindo as etapas de um ciclo que se inicia na disposição de ação transformadora do herói e culmina em seu recolhimento, o que é característica do heroísmo barretiano, e todos, dos heróis criados por Lima Barreto, passando por Lima Barreto autoprotetado em seus escritos como Herói Homem de Letras, até aos Limas fictícios, experimentaram, como uma das marcas desse tipo de heroísmo segundo Thomas Carlyle, junto à convicção de sinceridade, o estado de Queda, como condição simbólica do homem moderno em sua solidão cósmica, condição observada por Carlyle, Lukács e Lins.

A condição do herói barretiano como homem de letras em sua jornada rumo ao autoconhecimento, foi dada a conhecer por Lima Barreto a seu público na dinâmica desta interação pela qual passaram os protagonistas de *Recordações*, *Triste fim*, *Vida e morte* e *Cemitério*, porque foi a sua própria condição, enquanto aspirante ao sacerdócio

carlyleano. Lima Barreto confessou ter sido tocado por tal sacerdócio desde a primeira leitura de *Os heróis* de Thomas Carlyle, e assumiu para si a tarefa de desempenhar o heroísmo dos homens de letras visando utilizar-se da literatura para conscientizar os homens de sua comum condição de infelicidade e da necessidade de, reconhecendo estes mutuamente essa condição, trabalharem em espírito fraterno para melhorá-la.

Aspiração que o romancista não deixou de alcançar em certo sentido, inclusive por cumprir publicamente em sua vida, ao expôr as pela pena as consequências de seu alcoolismo, a “sina” do herói em seu estado caído, cuja queda, a partir dos exemplos de seus fracassos, deveria servir de mapeamento de terrenos desconhecidos e perigosos, bagagem de experiência de vida e ponte para o sucesso de terceiros. A condição do herói barretiano foi, e é, hoje nos romances de Assis Coelho e Luciana Hidalgo, assim como será amanhã em novas obras em que porventura o escritor figure como protagonista, a condição do herói homem de letras Lima Barreto. São os seus escritos mesmo que testemunham a quintessência de seu heroísmo.

Imbuído dessa aspiração, Lima Barreto concebeu um projeto formal que pretendia inovador para o cenário romanesco brasileiro. Sua disposição de transformação desse cenário se deu em contexto comum aos escritores de praticamente toda a primeira metade do século XX no Brasil, por se verem na responsabilidade de abordar literariamente temas que a rigor hoje estariam discriminados em áreas específicas de publicações, concernentes a História, Sociologia, Filosofia e outras áreas das Ciências Humanas. Essa responsabilidade de abordagem de múltiplos gêneros a que se via interessado e mesmo com o senso de dever tratar Lima Barreto transmitiria a seus protagonistas romanescos escritores, envoltos com similares análises de sua sociedade.

Na abertura de caminhos para a expressão literária no Brasil de vozes provenientes dos subúrbios, Lima Barreto fez escola direta e indiretamente. João Antônio Ferreira Filho, escrevendo nos anos 60 e 70, sempre abria suas obras com a seguinte dedicatória: “A Afonso Henriques de Lima Barreto, pioneiro”. O escritor contemporâneo Ferréz (Reginaldo Ferreira da Silva), por sua vez, reverencia João

Antonio. Constatase que, apesar da vida nas periferias hoje (e já há algumas décadas) ser tratada com uma linguagem muito mais aproximada da crueza de quotidiano das ruas, pelo que se desprende da consagração contínua dos escritos de Antonio a Barreto, existe uma espécie de cadeia inaugurada pelo combativo escritor aspirante a herói das letras.

É a partir do projeto consciente de Lima Barreto de construção de uma carreira literária que o dignifique como um herói das letras, sob inspiração dos escritos de Thomas Carlyle, e de sua igual determinação em fazer de seus heróis romanescos homens de letras, representando literariamente as agruras a que estes estão sujeitos quando se dispõem a levar seus empreendimentos intelectuais a sério, que podemos compreender como se dá a relação de aspectos biográficos do escritor com suas criações. É a partir deste projeto que podemos compreender também, analisando as etapas da dinâmica de relação com o meio circundante, em que medida os desafios a que o escritor relegou estes personagens para desempenharem seu heroísmo formam os próprios desafios a que se viu relegado a enfrentar, no desempenho de sua própria aspiração heroica.

Compreendeu-se, enfim, que a autoprojeção de Lima Barreto no protagonismo do heroísmo de letras, inclusive no protagonismo da Queda, como vimos no *Diário do Hospício* (que veio a se metamorfosear em *Cemitério dos vivos*), foi absorvida pelos estudiosos de sua obra e por aqueles que têm criado ficções sobre o autor de Policarpo Quaresma, contribuindo estes para a heroicização de sua imagem, sabendo o autor da presente tese a dificuldade de evitar esta heroicização, ainda mais quando ciente de que Lima não deixou de se esforçar em seus escritos e de fazer renúncias de ordem pessoal visando reconhecimento como herói de letras. Uma vez em contato com sua obra, como não ceder a tal reconhecimento? Cada um que leia seus escritos e julgue se atingiu ou não essa aspiração... O fato é que mesmo quando pretendem em suas narrativas, ficcionais ou não, sobre sua vida e obra, depurá-lo de um certo vitimismo de escritor negro, pobre, incompreendido e marginalizado em seu tempo, os que se debruçam sobre o romancista ainda assim têm-no talhado com direito a todos os altos e baixos de um herói a serviço de sua comunidade, em sentido trágico.

Quanto ao contexto mais amplo da modernidade em que situa-se o herói barretiano, uma vez que este nasce aparentemente integrado ao seu mundo, ou seja, ao seu meio social, à medida que observa atentamente esse meio, começa a sentir-se deslocado dele. Essa sensação de deslocamento é aguçada pelo ato de peregrinação do herói que passa a se configurar em um errante em sua sociedade. O herói de letras nos moldes barretianos é tomado por vislumbres acerca do caráter sombrio de sua realidade. Estes vislumbres são acompanhados de uma frustrante percepção de que pouca ou nenhuma força tem de modificar este estado de trevas. De agente torna-se contemplador perplexo de seu mundo, capaz de observar inclusive a direção que as coisas estão tomando ao seu redor, restringindo-se sua ação a expor, pelo discurso falado e/ou escrito, os fatores que compreende tornar tenebrosa a sociedade em que vive e, dentro do possível, que medidas podem ou devem ser tomadas para resolver as mazelas expostas.

A partir daí, o herói entra em dissonância com esse mundo, dissonância que podendo ou não ser exteriorizada por ele, quando exteriorizada, lhe acarretará as mais diversas reações daqueles que interagem consigo e que se encontram integrados a este mundo cada vez mais estranho aos seus olhos perscrutadores. Cedo (Isaías Caminha) ou tarde (Manuel Joaquim Gonzaga de Sá) o herói barretiano termina por exteriorizar essa dissonância e não escapa ao duro embate com os ditames de seu meio social.

Ao sentir a pressão desse meio, o herói, reconhecendo estar desprovido de forças, percebe degradar-se psicológica e fisicamente, ao mesmo tempo que observa a degradação generalizar-se ao seu redor, o que o leva, à medida que passa a compreender gradualmente os mecanismos de degradação que operam sobre ele e a sociedade que o circunda, a denunciar estes mecanismos em seus diversos aspectos, político, cultural, científico, econômico etc, até concluir que o somatório de seus esforços consiste em gotas no oceano, voltando-se, a partir desta constatação, para esperanças em ulteriores forças coordenadas no exercício da redenção humana mediante a solidariedade mútua entre os homens, retirando-se, por fim, do campo de batalha das influências no mundo para interiorizar-se.

Dado o nível de reação que sofre o herói às suas iniciativas, por parte de ações de indivíduos cujos valores manifestos evidenciam os valores de um meio no qual reconhece não se encaixar, este começa a interiorizar-se. Seriam estes valores, dentre outros exemplos, o arrivismo bacharelesco e de toda monta sob inspiração da ética capitalista americana, o coronelismo refratário na prática aos motes proclamados pelo ideário republicano, o cientificismo oco e racista dos alemães adotados como pretexto à manutenção do racismo no Brasil. Se antes de ter um traumático embate com a realidade, o herói poderia iludir-se exatamente por não ter uma noção mais concreta de como funciona o mundo em que vive, depois desse embate traumático, ele passa a refugiar-se em si mesmo e no mundo ideal, exatamente para fugir à realidade que, em um crescendo, vai lhe provocando uma série de desgostos.

Eis a suma das relações vivenciadas pelos heróis romanescos de Lima Barreto: a condição experimentada pelo herói barretiano é a condição de investigação da realidade a partir do campo intelectual, que o leva a formular a princípio uma concepção livresca da realidade, o que o faz entrar em conflito com a realidade que lhe é imediata, quando esta se lhe apresenta palpável em seus desafios, levando-o, a partir do choque que recebe do embate de suas ideias com as vigentes em seu meio, a questionar o meio e a si mesmo, reconhecendo e lamentando o herói ocorrer ao seu redor e em si mesmo um processo de degradação que o levará a cismar definitivamente com o mundo de suas interações concretas.

Consideramos que não coubesse na delimitação da presente tese os anti-heróis criados por Lima Barreto em obras como *O homem que sabia Javanês*, *As aventuras do Dr. Bogóloff* e *Numa e a ninfa*. Uma análise mais detida desses anti-heróis é um estudo para o futuro. Aos interessados, fica a sugestão. As concepções metafísicas ou, dito de outra maneira, espirituais do escritor, e a forma como estas reverberaram na constituição de seus heróis romanescos, também estão por ser melhor exploradas.

Numa e a ninfa, particularmente, soa-nos a nós, leitores no século XXI, àqueles filmes como *Babel* (2006), escrito por Guillermo Arriago e dirigido por Alejandro González Iñárritu, na quantidade de personagens que povoa a trama,

embora a costura da mesma tenha seus problemas, como ressaltaram Ribeiro e Prado. De qualquer maneira, além deste romance de Lima Barreto destoar de todos os demais e merecer maiores estudos à parte, mereceria este também uma versão cinematográfica, com direito a representação de uma complexa teia de conchavos políticos nos bastidores de eventos marcantes na História da Primeira República do Brasil.

Aliás, todos os romances de Lima mereceriam produções cinematográficas à parte, além de um filme acerca de sua biografia, embora seja compreensível surgirem filmes e romances em que a biografia do escritor seja mesclada à vida de seus personagens, como pretende o filme anunciado para 2018 e como foi o romance de Hidalgo. E no caso específico de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, que já teve sua versão na tela com o filme *Policarpo Quaresma, herói do Brasil* (1998), dirigido por Paulo Thiago e protagonizado por Paulo José, este romance mereceria um filme mais grave, mais sisudo, para fazer jus à gravidade do herói Policarpo. Na expectativa de maior popularização do escritor no cinema, é questão de aguardarmos para saber se de fato sairá o mencionado filme baseado na peça *Lima Barreto: ao terceiro dia*, tal como apontado na introdução de nosso estudo e como será o resultado de sua produção.

Outros importantes fatores devem ser levados em consideração na continuidade dos estudos sobre Lima Barreto. Não houve possibilidade de no atual espaço reformular a leitura aqui construída sobre Lima Barreto e sua ficção mediante absorção dos 164 textos inéditos do escritor publicados por Felipe Botelho Corrêa. Todavia se farão necessárias novas leituras sobre a vida e obra do escritor, a serem maturadas diante dos novos textos barretianos encontrados em *Sátiras e outras subversões*, assim como diante da biografia de Lilia Schwarcz, que expande em muito o contexto histórico do romancista.

Corrêa não deixa de nos lembrar que os textos de Lima Barreto “são estudos, ainda que em formas breves, que convidam o leitor a pensar sobre as contradições históricas da sociedade brasileira”, reforçando a leitura dos textos barretianos como proveitosa a literatos, historiadores, cientistas políticos, sociólogos e outros apaixonados pela população e pela cultura brasileira, assim como aos apaixonados pela natureza e pelas motivações humanas em geral:

Lima Barreto fez de sua obra um constante esforço de atuação pública, uma voz que buscava ser escutada não somente nos círculos acadêmicos e literários de sua época, mas também, e principalmente, fora deles. Seu ideal era o de contagiar seus leitores através de uma voz dissonante em relação aos ideais de uma suposta “belle époque” naquele começo de século. Para ele, a literatura tinha a missão de sensibilizar os diferentes atores sociais em busca de um sentimento de solidariedade mútua, que se traduziria num projeto de sociedade que levasse em conta o processo histórico do Brasil, sua condição pós-colonial e o contexto das primeiras décadas após a abolição da escravidão e da proclamação da República.

Essa complexa obra, marcada por um profundo comprometimento com a vida pública do país através de sua capital, tornou-se um marco não só para quem estuda o início do período republicano, mas para qualquer um que tenha interesse em entender o Brasil. Trata-se hoje de uma importante referência de pensamento crítico sobre a sociedade do começo do século XX e suas reminiscências. Seus textos são estudos, ainda que muitas vezes em formas breves, que convidam o leitor a pensar sobre as contradições históricas da sociedade brasileira. (CORRÊA, 2016, p. 15).

Se por um lado, o campo restrito do heroísmo barretiano está ligado aos hábitos dos personagens, passeadores solitários, ratos de sebos e bibliotecas, detentores de bibliotecas caseiras onde passavam enfurnados, travando contato com apenas um e outro amigo do trabalho ou parente, procurando disseminar suas ideias e ideais mais em seus escritos do que através de conversações em carne e osso, a restrição de seu campo de ação se dava também pelo fato de que, diferente do herói de letras tal como concebido por Carlyle, os heróis barretianos não viviam exclusivamente de seus escritos, escreviam a partir do tempo livre e da estabilidade que lhes proporcionavam seus cargos públicos.

Lembremo-nos de que todos os heróis romanescos do autor carregavam traços que lhes eram próprios, sendo um deles fundamentalmente o da vida profissional no serviço público. E o que serviu de restrição na prática do campo de ação de Lima Barreto na manifestação de suas ideias, mesmo com a aparente liberdade que gozava de se expressar livremente em seus escritos, serviu também para seus heróis. Esta liberdade de escrita era aparente, porque sabemos que o escritor sentiu-se mais livre para tecer críticas públicas ao governo quando foi aposentado, aumentando sua colaboração em periódicos tanto anarquistas quanto socialistas.

Mesmo assim, com toda essa restrição ao seu campo de ação, o herói barretiano eleva-se de sua condição particular, localizada contextualmente na capital da Primeira República do Brasil, para a condição humana universal. Não consegue reordenar a sociedade desordenada, nem por seus méritos, nem por servir como bode expiatório para tal reordenação. Representa, todavia, a questão da necessidade de prevalecer a justiça, não por conseguir, através de suas forças, fazer com que a justiça prevaleça, mas por demonstrar através de sua condição todos os aspectos injustos do mundo em que está inserido, através das injustiças que sofre, que comete, que observa. Através de todos estes fatores, revela a necessidade de reordenamento do mundo, a partir de sua ânsia de reordenamento pelas próprias forças, substituídas pela ânsia de contribuição, mesmo que ínfima, em posteriores esforços que, a um dado momento, o concretizem.

Se os tempos são de um individualismo desorientado, e se o romance constitui um gênero literário escrito por indivíduos solitários que estão em busca de respostas, servindo sua escrita de exercício de autoconhecimento, e se é lido por indivíduos que também estão em busca de respostas, cuja leitura serve-lhes como exercício de autoconhecimento, também a pesquisa sobre o romance constitui um tipo de pesquisa realizada solitariamente por indivíduos que, ao debruçarem-se sobre um ou mais romances, estão em busca de respostas que ultrapassam as supostas alegações de objetivos de pesquisa, servindo-lhes sua pesquisa de exercício de autoconhecimento.

Podemos compreender que, nesta era de constante tatear no escuro, no caso das obras de Lima Barreto, todo aspirante ao exercício de algum tipo de heroísmo no campo intelectual e artístico e inclinado a algum tipo de utopismo, que porventura entrar em contato com seus romances, poderá meditar sobre os resultados a que chegou o escritor na investigação pessoal que empreendeu, na pele de seus personagens homens de letras, sobre os desafios externos e internos que um indivíduo dotado de um ideal de contribuição com a melhoria do mundo, utilizando como recurso sua pena, terá de enfrentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico da primeira República*. Fundação Getúlio Vargas, 2015.
- ALVES, Claudia. *Participação do Exército na Proclamação da República: revendo a Questão Militar*. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.
- AMARAL, Maria Cristina Teixeira do. *Lima Barreto: pensador social da Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2002.
- ASSUMPTÃO, Simone Souza de. *Triste fim de Policarpo Quaresma como reflexo estético da Primeira República brasileira: uma abordagem lukacsiana*. Porto Alegre: PUCRS, 1993.
- AVELAR, João Manuel. *Expressão social e estética do messianismo no Brasil: Euclides da Cunha/José Lins do Rego/Antonio Callado*. Maia, Sersilito, 2006.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- BARRETO, Lima. *Antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores*. Org. FARIA, Antônio Augusto Moreira de e PINTO, Rosalvo Gonçalves. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2012.
- BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. Belo Horizonte, Seletiva Editora, 2009.
- BARRETO, Lima. *Diário do Hospício e O cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Editora Mérito, 1953.
- BARRETO, Lima. *Numa e a ninfa*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.
- BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos*. São Paulo: Planeta; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.
- BARRETO, Lima. *Sátiras e outras subversões*. Org. Felipe Botelho Corrêa. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.
- BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ediouro, 1997.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- BARRETO, Lima. *Um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro, Graphia Editorial, 1993.
- BARRETO, Lima. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

BAUDELAIRE, Charles. *Pequenos poemas em prosa (O spleen de Paris)*. Tradução: Dorothee de Bruchard . São Paulo: Hedra, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Editora Brasilense, 1994.

BÍBLIA SAGRADA. Edição João Ferreira de Almeida Revista e Corrigida. São Paulo: SBB, 2009.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 2001.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOTELHO, Denilson. *Sobre a peça "Lima Barreto, ao terceiro dia"*. <http://nabruzundanga.blogspot.com.br/2014/11/sobre-peca-lima-barreto-ao-terceiro-dia.html>

CAMPOS, Maria Tereza Arruda. *Lima Barreto*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

CAMPOS, Mateus. *Homenageado da Flip, Lima Barreto será retratado em filme*. <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/homenageado-da-flip-lima-barreto-sera-retratado-em-filme-21647342>

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. São Paulo: Editora 34, 1992.

CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. Tradução: Antônio Ruas. São Paulo: Editora Melhoramentos, s/d.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bordados de João Cândido*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, II (2), 68-84 Jul. - Oct. 1995.

COELHO, Assis. *Lima Barreto, o caminhante libertário*. São Paulo: Editora Baraúna, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O significado de Lima Barreto na literatura brasileira*. IN: *Realismo e Anti-Realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *De escritas e profecias: Isaías Caminha, de Lima Barreto*. IN: SOUZA, Licia Soares de [Org.]. *Dicionário de personagens afrobrasileiros*. Salvador: Quarteto, 2009.

FANTINATI, Carlos Erivany. *O profeta e o escrivão*. São Paulo: ILPHA-HUCITEC, 1978.

FERNANDES, Ana Helena Cobra. *Bagatelas em perspectiva: Lima Barreto – crônicas anotadas*. São Paulo, Unicamp, 2010.

FLIP. *Lima Barreto*. <http://flip.org.br/edicoes/flip-2017/homenageado>

GUEDES, Amadeu da Silva. *Malandro e mulata: contrastes e nuances da malandragem na obra **Clara dos Anjos***. Niterói, 2005, UFF.

GOMES, Edgar da Silva. *A reaproximação Estado-Igreja no Brasil durante a República Velha(1189-1930)*. Revista de Cultura Teológica – v. 16 – N. 62 – jan/mar 2008.

GUTIÉRREZ, Horacio. R. História, São Paulo. 120, p. 183-185, jan/jul. 1989.

GUYAU, Jean-Marie. *A arte do ponto de vista sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HERMANN, Jaqueline. *Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996, p. 81-105.

HIDALGO, Luciana. *O passeador*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011.

HIDALGO, Luciana. *Literatura da urgência: Lima Barreto no domínio da urgência*. São Paulo: Annablume, 2008.

JÚNIOR, Cesar Alberto Ranquetat. *A campanha cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga da Defesa Nacional*. Publ. UEPG Humanit. Sci., Lett. Arts, Ponta Grossa, 19 (1): 9-17, jan./jun. 2011.

LEJEUNE, Phillipe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte, Editora Ufmg, 2014.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Editora Ática, 1976.

LODGE, David. *A arte da ficção*. Tradução: Guilherme da Silva Braga. Porto Alegre: L&PM, 2011.

LOPES, Milton. *Um anarquista carioca: o escritor Lima Barreto e suas ligações com o movimento libertário*. Emecê: Boletim do Núcleo de pesquisa Marques da Costa. Ano VIII. Nº 22. Março de 2012.

LUKÁCS, Geórg. *Teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução: São Paulo: Editora 34, 2000.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Imprensa e abolicionismo no Rio de janeiro*. ANPUH - XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - João Pessoa, 2003.

MACIEL, Maria Eunice de S. *A eugenia no Brasil*. Anos 90, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999.

MURGUIA & SOUZA, Eduardo Ismael e Bianca Gonçalves. *Memória e tradição positivista no Brasil: reflexões sobre o processo de elaboração de um projeto de nação a partir da Proclamação da República*. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. João Pessoa, 2015.

NETO, Aristóteles de Almeida Lacerda. *Dom Quixote e Fogo morto: um estudo comparado*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

NOLASCO-FREIRE, Zélia. *Lima Barreto: imagem e linguagem*. São Paulo: Annablume, 2005.

OACKLEY, Robert John. *Lima Barreto e o destino da literatura*. Tradução: São Paulo: Editora Unesp, 2011.

O Globo. *Portugueses na África, de Lima Barreto*. IN: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/portugueses-na-africa-de-lima-barreto-17538860#ixzz4luONoyow> (postado em 19 de setembro de 2016, acessado em 26 de julho de 2017).

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

PESSANHA, Luciana Fagundes. *Banimentos, visitas e comemorações: memórias da realeza na Primeira República (1889-1925)*. Identidades, XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008.

PEREIRA, Lucia Miguel. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. História da literatura brasileira. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PIRES, Livia Claro. *A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

Portal Brasil. *Pesquisador encontra crônica inédita de Lima Barreto*. IN: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/09/pesquisador-encontra-cronica-inedita-de-lima-barreto> (postado em 21 de setembro de 2015, acessado em 26 de julho de 2017).

PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto: literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1980.

PRADO, Antonio Arnoni (Org.). *Lima Barreto: uma autobiografia literária*. São Paulo: Editora 34, 2012.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Os Jovens Turcos e o projeto de modernização profissional do Exército Brasileiro*. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

SCHMIDT, Jayro. *O bandido que não sabia latim: ensaios sobre Lima Barreto*. Edição do Autor. Florianópolis: 2016.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHOPENHAUER, Arthur. *Sobre livros e leitura*. Tradução: Philippe Humblé e Walter Carlos Costa. Porto Alegre, Editora Paraula, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

WEYLER, Audrey Rossi. *A loucura e a República no Brasil: a influência das teorias raciais*. Psicologia USP, 2006, 17 (1), 17-34.

XAVIER, Mateus Fernandez. *A Revolta da Armada, a Revolução Federalista e as relações Brasil-Portugal*. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN2236-4811, Vol. 8 (1), 2017.